

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

SÁVIA BARROS DINIZ

MULHERES NA IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO
CORREIO OFICIAL, CIDADE DE GOIÁS (1930-1936)

Goiânia-GO
Abril de 2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	SÁVIA BARROS DINIZ			
E-mail:	saviadiniz@yahoo.com.br			
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?		☒ Sim ☐ Não		
Vínculo empregatício do autor		Sem vínculo		
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla:	CNPq	
País:	Brasil	UF:	DF	CNPJ:
Título:	Mulheres na imprensa: representações femininas no <i>Correio Oficial</i> , Cidade de Goiás (1930-1936)			
Palavras-chave:	Representações femininas, <i>Correio Oficial</i> de Goiás, Cidade de Goiás, Relações de gênero			
Título em outra língua:	Women in the press: Representations of women in the <i>Correio Oficial</i> of Goiás, City of Goiás (1930-1936)			
Palavras-chave em outra língua:	Representations of women, <i>Correio Oficial</i> of Goiás, City of Goiás, Gender relations.			
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades			
Data defesa: (25/04/2013)				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de História – Universidade Federal de Goiás (UFG)			
Orientador (a):	Dulce Oliveira Amarante dos Santos			
E-mail:	doas52@hotmail.com			
Co-orientador (a):*				
E-mail:				

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: 25 / 04 / 2013

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

SÁVIA BARROS DINIZ

MULHERES NA IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO
CORREIO OFICIAL, CIDADE DE GOIÁS (1930-1936)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas,
Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e
Imaginários Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Oliveira
Amarante dos Santos.

Goiânia-GO
Abril de 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

D585m Diniz, Sávaia Barros.
Mulheres na imprensa [manuscrito]: Representações femininas no *Correio Oficial*, Cidade de Goiás (1930-1936) / Sávaia Barros Diniz. - 2013.
181 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dulce Oliveira Amarante dos Santos
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.
Bibliografia.

1. Representações femininas – Imprensa – Cidade de Goiás (GO). 2. *Correio Oficial* – Cidade de Goiás (GO). 3. Relações de gênero. I. Título.

CDU: 305:070-055.2(817.3)

SÁVIA BARROS DINIZ

**MULHERES NA IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO
CORREIO OFICIAL, CIDADE DE GOIÁS (1930-1936)**

Dissertação defendida e _____ no Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História, em 25 de abril de 2013, pela seguinte Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)
Presidente

Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)
Membro

Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (PUC-GO)
Membro

Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG)
Suplente

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos, pela imprescindível e valorosa orientação deste trabalho.

À professora Dra. Maria Izilda Santos de Matos, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa da dissertação e poder contribuir com suas valiosas críticas e inspiradoras sugestões.

À professora Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, pelo acompanhamento e incentivo a essa pesquisa desde os seus primeiros momentos, por meio de palavras, textos e de sua atuação exemplar como mestra.

À professora Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares, pelas ricas contribuições quando da realização do Exame de Qualificação e pelo entusiasmo e determinação que infunde a todas nós, estudiosas da condição feminina.

Aos professores de graduação e mestrado e às companheiras do Arquivo Histórico Estadual, pelo apoio incondicional e pelo descortinar de novos saberes.

À Maria Carmem Lisita (*in memoriam*), por impregnar em todos nós o amor aos preciosos, delicados e eloquentes documentos históricos.

Aos meus avós Maria José e Dorcas (*in memoriam*), pelas sábias palavras e pelo exemplo simples e contundente de coragem, honradez e bom humor.

À Lira e à Jolie, pela companhia silenciosa e atenta, nas madrugadas de trabalho.

Aos meus irmãos Leonardo e Sui Mei e aos familiares e amigos, pelo apoio, carinho e paciência nesses momentos de estudo e trabalho contínuo.

À minha mãe, Lúcia Margarida, de alma e mãos de artista, pelo incentivo inabalável a todos os meus projetos, pelo desvelo e carinho em todas as minhas lutas, minha gratidão infinda.

E, por fim, ao meu amor, Eugênio, por atravessar e permanecer em minha vida, em todos os tempos, dimensões e universos de sensibilidades.

A Eugênio Rezende de Carvalho

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de investigação as representações femininas forjadas nas crônicas e artigos jornalísticos publicados no *Correio Oficial* – um misto de órgão oficial, noticioso e opinativo – da Cidade de Goiás, entre os anos de 1930 e 1936. Os discursos que emanam desses textos foram gerados num contexto sócio-político de transição entre a denominada *Belle Époque* – passando pelas crises e reviravoltas da década de 1920 e pelo advento da Revolução de 1930 – e a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. Um contexto marcado por profundas mudanças político-econômicas e socioculturais na sociedade brasileira, mas também por insistentes permanências, ambas refletidas na e por meio da imprensa da Cidade de Goiás. Os textos jornalísticos do *Correio* – escritos majoritariamente por médicos, religiosos, professores, funcionários públicos e intelectuais – são aqui interpretados sob a perspectiva das relações de gênero. O foco principal da investigação é voltado para as representações das mulheres vilaboenses, construídas e difundidas por meio desses discursos, que buscavam delimitar comparativamente os limites e especificidades próprios das esferas do feminino e do masculino. Tais representações são estudadas levando em conta o dilema vivido pelas mulheres vilaboenses entre as alternativas da tradição e da transgressão, seja no âmbito mais restrito da vida privada, doméstica e familiar (casamento, divórcio, comportamento, moda, consumo, cultura, autonomia) ou no âmbito mais amplo da vida pública (cultura, educação, sociabilidade, trabalho, profissionalização, cidadania e emancipação).

Palavras-chave: Representações femininas, *Correio Oficial* de Goiás, Cidade de Goiás, Relações de Gênero

WOMEN IN THE PRESS: REPRESENTATIONS OF WOMEN IN THE *CORREIO*
OFICIAL OF GOIÁS, CITY OF GOIÁS (1930-1936)

ABSTRACT

This work presents an historical research on the representations of women in the chroniques and articles from a Brazilian newspaper (City of Goiás), *Correio de Goiás*, in the period 1930-1936. Despite its name, this newspaper was a mixture of official documents, political and social news and opinions columns. This discourses had been generated in political and social transition context from the *Belle Epoque*, the crisis of the decade of 1920, the advent of the Revolution of 1930 and the *Estado Novo* of Getúlio Vargas. This context had been marked by social, political and economic changes but at same time by permanences in the Brazilian society. The newspaper texts had been written by doctors, religious men, teachers, civil servants and intellectuals and had been analysed through the historical category of gender relations. This research focuses on the representations of women, which had been built and spread through those newspaper discourses. Such representations in the press had sought to establish the boundaries of social roles of men and women in the City of Goiás. The vilaboenses women had to face and choose between tradition and transgression or in their private daily life (marriage, divorce, attitudes, fashion, consumption etc.) or in their urban life (work, sociability, education, culture, citizenship and emancipation)

Keywords: Representations of women, *Correio Oficial* of Goiás, City of Goiás, Gender relations.

SUMÁRIO

Introdução	12
1. História, mulheres e imprensa (1920-1936)	21
1.1. A década de 1920: crises e reviravoltas	22
1.2. A década de 1930: mudanças e continuísmos	32
1.3. A imprensa no Brasil e em Goiás – <i>O Correio Oficial</i>	41
2. A felicidade doméstica: entre a tradição e a transgressão	59
2.1. Lar, doce lar	59
2.2. Até que a morte os separe	75
2.3. Evas modernas	94
3. Mulheres na rua: conexões e dilemas	110
3.1. Celebrações, cinema, orações e serpentina	110
3.2. Ousadia, poética e cidadania	132
3.3. Disciplina, trabalho, educação e autonomia	143
Considerações finais	162
Fontes impressas	168
Referências	173

Eu nasci em toda parte, sob os céus agora estilhaçados dos gregos, dentro dos tamancos de uma fazendeira bretã, em um teatro elisabetano, na fome e privação de minha avó, e na escola secular, compulsória e livre que o Estado foi tão gentil em me oferecer, mas também nas rebeliões que foram só minhas, nas bofetadas que as seguiram ou precederam, na aflição lúcida de Simone de Beauvoir e no fogão de Descartes. E há mais por vir.
(Michèle le Doeuf)

INTRODUÇÃO

Bem feito. Com padre, Juiz e mulher – gente de saia não se brinca. O conselho é de Nilo Peçanha.
(*Correio Oficial*, 10/04/1931, p. 1)

Os sentimentos contraditórios de amor e temor, desejo e desconfiança, sempre pontuaram – com distintas intensidades e abordagens – as relações entre homens e mulheres ao longo da história. A partir da diferença sexual forjaram-se valores, privilégios, crenças e poderes que, uma vez mais, reforçaram essa diferença. Tal arcabouço foi mensurado e delimitado, de acordo com as hierarquias estabelecidas entre os gêneros, em cada contexto histórico. Representações do feminino e do masculino povoaram sonhos e pesadelos de distintos grupos e produções de saberes. Em especial, sobre as mulheres, muito foi dito e subtendido nos discursos públicos, nos textos científicos, nos púlpitos das igrejas, nos bancos escolares, nos recônditos domésticos, nos ambientes de trabalho e de diversão. Contudo, como afirma a epígrafe acima, com “gente de saia não se brinca” e tampouco as mulheres se dispuseram a entrar num jogo no qual as regras eram marcadas e as posições sempre desvantajosas. Elas viraram a mesa, o jogo, e construíram novos finais.

As representações femininas inseridas nas crônicas e artigos jornalísticos do *Correio Oficial*² de Goiás, na década de 1930, escritas predominantemente sob uma perspectiva masculina, na Cidade de Goiás, constituem-se no objeto de estudo dessa dissertação. Os discursos presentes em tais textos inserem-se em um contexto histórico nacional e regional de transição, permeado por mudanças e permanências, no qual inúmeros embates políticos e revoltas sociais vieram à tona. Sobre tudo a partir da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos – com importantes conquistas alcançadas

² Optamos por empregar aqui a forma *Correio Oficial*, com a palavra “Oficial” grafada com apenas uma letra “f”, não obstante, ao longo do período da pesquisa (década de 1930), esse termo que compõe o nome do jornal tenha aparecido alternadamente, ora grafado com dois “efes”, ora com apenas um “efe”.

no âmbito dos direitos políticos, sociais e trabalhistas – novos atores e segmentos sociais inauguraram uma maior participação e intervenção na vida pública e privada nacional.

Nos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, entremeavam-se perspectivas inéditas de desenvolvimento e exploração econômica com ritos festivos e extravagâncias mundanas; no reverso, os excluídos amontoavam-se nas periferias, muitos deles sonhando também com as luzes das vitrines e dos cafés. Nos Estados afastados dos arranjos de poder que caracterizavam a política agroexportadora do sudeste do país, como Goiás, os desafios econômicos foram constantes. Contudo, desde fins do Império até a República, as elites goianas acompanharam de maneira peculiar a ebulição das correntes iluministas e liberais. Sobremaneira, na capital do estado, a vida cultural e social de uma elite ilustrada escamoteava a pobreza entre saraus de música e poesia. (NEVES, 2003, p. 20-21; PALACÍN, 1990, p. 40).

O recorte temporal desse trabalho abarca o período de 1930 a 1936. Pois, em fevereiro de 1936, foram registradas as últimas notícias das mulheres vilaboenses publicadas no *Correio Oficial*, na Cidade de Goiás. Em março desse mesmo ano, a sede da imprensa foi transferida para Goiânia, atual capital do Estado. Tal recorte histórico, qual seja, os anos de 1930 a 1936 em Goiás, reflete o momento de ascensão do grupo político ligado à economia agropecuária do sul e sudoeste goiano, além de profissionais liberais. Conforme Chaul (1997, p. 176), o discurso do governo Pedro Ludovico, de inserção do Estado de Goiás no mercado brasileiro, agregado a estratégias de idealização da modernidade, ajustava-se às exigências da política nacional. Ainda nesse período, em Goiás, o projeto de construção de uma nova capital, em sintonia com os ideais de progresso e modernização varguista, legitimavam a proposição de novos acordos políticos e econômicos. De maneira astuciosa, retomavam-se as representações sobre a Cidade de Goiás – identificada como velha, insalubre e estagnada.

Nessa perspectiva, a imprensa exerceu um papel fundamental na divulgação de valores e ideias, inapelavelmente sedutoras e eficazes, na construção de representações sobre a modernidade³. Na Cidade de Goiás, na década de 1930, havia um expressivo número de jornais em circulação – tais como *Correio Oficial*, *A Voz do Povo*, *O*

³ Desde a década anterior, divulgava-se a adoção de expedientes modernos – inicialmente nas cidades do sul e do sudoeste do Estado e, posteriormente, na Cidade de Goiás – como a energia elétrica, o telégrafo, o cinema, o telefone, entre outros. Também foi característico desse período a valorização fundiária, a implementação de estradas de rodagem, a chegada do automóvel e tantas outras transformações econômicas e culturais.

Aspirante, Cidade de Goiás, O Social, Folha de Goiás – que publicavam uma significativa quantidade de crônicas e artigos sobre o cotidiano. Conforme Teles (1989, p. 40-41), a imprensa da antiga capital do Estado estabeleceu-se como palco de constante movimentação cultural e de uma importante ampliação editorial, sem contar as polêmicas e passionais contendas político-jornalísticas. O *Correio Oficial*, com suas crônicas e artigos – cuja coleção encontra-se no Arquivo Histórico Estadual/Secult, em meios impressos e microfilmados – é a fonte central utilizada nessa pesquisa. Ressalte-se que sua coleção é incompleta. Além dos exemplares que possivelmente foram danificados ou perdidos, há registro de determinadas datas – conforme informado nas edições anteriores ou posteriores do próprio jornal – em que não houve circulação. Embora se caracterizasse como um órgão oficial de divulgação de atos governamentais, era também noticioso e, como tal, pontuava seus textos com as principais tendências e debates do contexto nacional e regional. Entre esses debates, destacavam-se os discursos sobre as transformações no comportamento e na atuação feminina, nas esferas pública e privada.

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1980, o processo de constituição de um campo historiográfico que podemos denominar genericamente como *História das Mulheres e das Relações de Gênero* passou pela incorporação progressiva de novas fontes, perspectivas metodológicas e categorias analíticas, especialmente a categoria *Relações de Gênero* – que, junto e em relação às categorias tradicionais de *mulher* e *mulheres*, foi objeto de inúmeros usos e controvérsias. No início do século XXI, esse campo historiográfico ficou mais definido, embora ainda em busca de maior legitimidade acadêmica. (SOIHET; PEDRO, 2007).

Os anos 80 foram extremamente ricos no que se refere à publicação de trabalhos dentro desse campo de estudos da historiografia brasileira⁴ – não obstante a importância

⁴ Com destaque para as obras individuais de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Luzia Margareth Rago (1985); além da obra coletiva organizada por Miriam Moreira Leite (1984). Houve ainda a publicação, no ano de 1989, de importantes trabalhos de Martha de Abreu Esteves, Rachel Soihet, Eni de Mesquita Samara e Magali Engel, além de um número dedicado inteiramente ao tema da Mulher publicado na *Revista Brasileira de História*, organizado por Maria Stella Martins Bresciani. Nesse período e na década seguinte, no âmbito da historiografia internacional, influenciando muitos estudos nacionais, destacaram-se os nomes de Michelle Perrot (1998), Natalie Zemon Davis (1997), June E. Hahner (1981), Georges Duby (1995, em co-autoria com Michelle Perrot), Joan W. Scott (1995, 2002) e June Hahner (2003), entre outros. Nos anos seguintes, sobressaíram-se ainda, na historiografia brasileira, a publicação dos trabalhos de Lená Medeiros de Menezes (1992), Luciano Figueiredo (1993), Leila Mezan Algranti (1993), Mary Del Priore (1993, 1997), Suely Gomes Costa (1996), Joana Maria Pedro (1994a), Lídia M. Viana Possas (2001), Temis Gomes Parente (2005), entre outros. Chama a atenção ainda a obra coletiva recentemente publicada, organizada por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, intitulada *Nova História das Mulheres no Brasil* (2012).

e o pioneirismo de trabalhos surgidos em décadas anteriores. Inúmeras pesquisas desse período tiveram como ponto de partida a categoria *mulheres*, buscando explorar suas vivências, trabalhos, lutas, resistências etc. Em 1990, a publicação no Brasil da tradução de um artigo da historiadora estadunidense Joan Scott, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” representou, entretanto, um marco fundador e uma referência teórica para os novos trabalhos nesse campo⁵. Tudo isso no contexto do esforço de questionamento do caráter universal tradicionalmente atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria *homem*, do desenvolvimento da História Social e Cultural, bem como do movimento e dos estudos feministas. (SOIHET; PEDRO, 2007).

A incorporação da perspectiva das relações de gênero nesses estudos – com sua característica eminentemente relacional – representou, indubitavelmente, um grande avanço, ao destacar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado. O foco passou a ser como a construção dos padrões de comportamento feminino e masculino se define reciprocamente nas relações sociais e de poder. Em razão da dispersão de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, predominam as representações sobre as mulheres que têm como base discursos masculinos, determinando o que elas são e o que devem fazer, mediante normas que lhes são prescritas. (SOIHET, 1997a, p. 295). Cumpre salientar aqui a importância da imprensa, como mecanismo de circulação e construção dessas representações femininas⁶.

Apesar da existência de uma rica historiografia no Brasil sobre História das Mulheres e das Relações de Gênero, tais estudos ainda são bastante incipientes no âmbito da História de Goiás⁷. Tratando-se do período aqui considerado, qual seja, década de 1930, e do recorte espacial específico correspondente à cidade de Goiás, constata-se a existência de promissoras possibilidades historiográficas de exploração das representações femininas difundidas pela imprensa vilaboense.

⁵ Não obstante relevantes contribuições teóricas de historiadoras brasileiras, nos anos seguintes, como os trabalhos Rachel Soihet (1997a, 1997b, 1998), Joana Maria Pedro (1994b, 2005), Margareth Rago (1998a, 1998b), Eni de Mesquita Samara (1997 – em co-autoria com Rachel Soihet e Maria Izilda S. de Matos), Maria Izilda S. de Matos (1998), Suely Gomes Costa (2003) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1992), entre outras.

⁶ A historiografia brasileira que explora as temáticas mulheres ou gênero e que têm a imprensa como fonte já contam com um número significativo de pesquisas, como, por exemplo, os trabalhos de Dulcília Buitoni (1981; 1986), Joana Maria Pedro (1994a), Luciana Santana (2002), Carla Bassanezi (1996) e de Ana Carolina Eiras Coelho Soares (2009).

⁷ Entre os estudos que se associam direta ou indiretamente a esse campo, destacam-se, por ordem cronológica de publicação, os trabalhos de Maria José Goulart Bittar (1997), Thiago F. Sant’anna (2005, 2010), Rafaella Sudário Ribeiro (2008), Cláudia Graziela Ferreira Lemes (2009), Maria das Graças Cunha Prudente (2009), Danilo Rabelo (2010) e de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (2011).

Nessa pesquisa, buscou-se construir novas reflexões sobre a História de Goiás na década de 1930, sob a perspectiva das relações e representações de gênero. Tal abordagem, tendo como fontes crônicas e artigos jornalísticos, é ainda inédita na historiografia goiana. Analisar as representações femininas extraídas do *Correio Oficial*, justifica-se como uma forma – e também como um desafio – de elaborar novos olhares sobre a história das mulheres vilaboenses e, principalmente, sobre as percepções e delimitações do feminino e das relações de poder, construídos por diversos discursos e saberes. Em certa medida, acredita-se ainda, contribuir para a própria história da imprensa em Goiás. Conforme já puderam atestar outros estudos congêneres realizados pela historiografia brasileira, tomando por base outras regiões do Brasil, a imprensa se apresenta como uma fonte privilegiada para o estudo dos processos de construção e de difusão dos estereótipos e das representações femininas em diferentes épocas e lugares.

O objetivo principal desta pesquisa constituiu-se, assim, em analisar as representações femininas difundidas por meio das crônicas e artigos veiculados no *Correio Oficial* de Goiás durante a década de 1930. Desse objetivo principal desdobrou-se uma série de outros objetivos secundários, como identificar e analisar os eventuais vínculos entre as representações das mulheres da cidade de Goiás veiculadas pela imprensa local e as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Buscou-se ainda caracterizar os conteúdos e os significados dessas representações sobre as mulheres, levando em conta elementos como: divisão e hierarquização dos espaços sociais, valores morais e estéticos, conceitos empregados, entre outros. E por fim, buscou-se estabelecer os eventuais vínculos de tais representações femininas a projetos de uma identidade atribuída – pelos autores das crônicas – às mulheres vilaboenses.

Mais do que uma história das mulheres, esta pesquisa se enquadra dentro dos chamados estudos das relações de gênero – na perspectiva teórica da historiadora estadunidense, Joan Scott (1995, p. 75) –, segundo os quais o termo *gênero*, além de substituir o termo *mulheres*, é também empregado para propor que qualquer informação sobre as mulheres é inevitavelmente informação sobre os homens, que o estudo de um implica no estudo do outro. Tal categoria revela-se não apenas útil, mas essencial para uma análise histórica que entende o estudo das relações entre as mulheres, a política e o poder, como determinantes no estabelecimento dos lugares e identidades sociais. Segundo Soihet (1997a, p. 279), a categoria gênero ressalta também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma análise de qualquer um dos dois

pode existir por meio de uma abordagem que os considere totalmente em separado. Tal perspectiva teórica, portanto, parte do pressuposto básico de que enquanto o sexo é biologicamente determinado, o gênero é socialmente construído em cada contexto histórico-cultural.⁸

Igualmente, há que se levar em conta nesta investigação a categoria de *representação*, tal como a entende o historiador francês Roger Chartier (1988, p. 17), como um esforço de apreensão de um mundo social a partir de certas classificações, divisões e delimitações, sendo sempre tais discursos determinados pelos interesses de grupo e pela posição de quem os forja e utiliza. Tal perspectiva teórica ressalta que, as percepções sobre o social não são de maneira alguma, discursos neutros: geram estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que costumam impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas ações. Essas representações revelam-nos então as percepções do social desses sujeitos-autores das crônicas jornalísticas, suas estratégias retóricas no sentido de legitimar uma divisão e hierarquização dos espaços sociais – de acordo com o sexo – evocada ou sugerida por meio de seus discursos. Seus sujeitos-autores, como representantes, acabavam por atribuir – ou impor – uma identidade social particular aos ocupantes de cada um desses espaços. Ao elaborar um discurso sobre as mulheres, evocavam símbolos, imagens e sentidos conceitualmente denominados aqui de *representação*.

Algumas etapas marcaram o desenvolvimento dessa pesquisa. Num primeiro momento, buscaram-se informações quanto às próprias fontes, de forma a identificar a natureza, a trajetória e o perfil geral do periódico no qual foram veiculadas tais representações, investigando dados sobre seus diretores, colaboradores, linha editorial, vínculos políticos etc. O objetivo aqui foi buscar as determinações extratextuais que presidiram a produção dos discursos, em confrontação com elementos do contexto de sua produção e circulação.

Num segundo momento, a pesquisa se voltou mais para a análise interna das fontes, visando à interpretação dos conteúdos e significados dessas representações femininas, levando em conta elementos como: definição oferecida do referente, divisão

⁸ A respeito das distinções entre sexo e gênero, vale ressaltar que o debate teórico intensificado no final do século passado incorporou novas e importantes reflexões apoiadas na crítica às concepções que tendiam a separar e opor sexo e gênero, além de antepor o primeiro ao segundo. Alguns dos principais expoentes dessa crítica – Laqueur (2001), Butler (2003) e Nicholson (2000), entre outros – consideram, de uma forma geral, que é o gênero que constitui o sexo.

e hierarquização dos espaços sociais, valores morais e estéticos, conceitos utilizados, interesses envolvidos, recursos linguístico-narrativos empregados etc. Previamente a este trabalho, todas essas crônicas utilizadas como fontes passaram por um processo de classificação e agrupamento segundo critérios de autoria, publicação, cronologia e tema.

Cabe ressaltar que, no *Correio Oficial*, os elementos de caráter contraditório e transformador eram abordados com reserva. As crônicas e os artigos selecionados – quais sejam, os que tomaram as mulheres como objeto privilegiado de referência – caracterizavam-se por textos curtos, redigidos de forma livre e pessoal, veiculados preferencialmente nas páginas das seções sociais. Também cumpre destacar a análise da linguagem e da forma de abordagem, como elementos importantes na interpretação dos conteúdos dessas crônicas e artigos. Esses elementos reforçam, uma vez mais, que na análise desses textos, o foco de interesse é tanto o assunto sobre o qual escreve o cronista, quanto a maneira como ele constrói o texto. Nessa perspectiva, também foram analisadas algumas propagandas inseridas na seção social, com intuito de verificar semelhanças, reforços ideológicos e contradições nos discursos elaborados sobre as mulheres.

As crônicas e artigos foram classificados por ordem cronológica, com o intuito de detectar as possíveis mudanças, continuidades e transgressões num determinado recorte temporal. Também foram analisados sob o aspecto da autoria. Embora a maioria das crônicas sustentasse um discurso sob a perspectiva masculina, cabe observar que as assinaturas nem sempre revelavam a autoria. De acordo com a prática vigente na época, a maioria das crônicas era assinada por pseudônimos ou apenas por iniciais que sugeriam a autoria masculina. Algumas delas tampouco possuíam qualquer identificação. Os artigos, por sua vez, eram assinados por médicos, religiosos, professores e intelectuais. Observe-se que, ao longo desse trabalho, nas citações diretas de tais fontes, foi preservada a grafia do texto original de todas as propagandas, crônicas e artigos.

Posteriormente, as crônicas e artigos foram ordenados nos seguintes grupos temáticos: *Vida privada, educação sexual e comportamento; Festividades, educação, trabalho e cidadania*, de maneira que a dissertação foi dividida em três capítulos: *História, Mulheres e Imprensa (1920-1936); A felicidade doméstica: entre a tradição e a transgressão*; e *Mulheres na rua: conexões e dilemas*. No primeiro capítulo, o contexto histórico nacional e regional das primeiras décadas do século XX é abordado. Não somente a década de 1930 – foco primordial desta pesquisa – mas o desenrolar da

nascente República, seus entusiasmos e suas decepções, em processo de contínua construção de novos imaginários e realidades. Entrecruzar dilemas e expectativas socioculturais, com os conflitos e limitações político-econômicas, ao longo desse período, mostra-se primordial para a compreensão das inúmeras e multifacetadas identidades masculinas e femininas, sobretudo as vilaboenses, inseridas no cotidiano dos anos 30. Ao realizar uma análise comparativa dos panoramas nacional e regional com o vilaboense, tal proposta visa a esmiuçar e relativizar os distanciamentos e as diferenças estabelecidas entre essas realidades históricas. Busca-se, também, contextualizar e analisar, nesse arcabouço, a imprensa nacional e regional – em especial, o *Correio Oficial* de Goiás. E, fundamentalmente, destacar a atuação e os desafios apresentados às mulheres nesses desdobramentos históricos, assim como as representações e apropriações que lhes foram outorgadas.

No segundo capítulo, *A felicidade doméstica: entre a tradição e a transgressão*, são apresentadas as análises sobre as representações femininas emanadas das crônicas e nos artigos do *Correio* – assim como, de maneira complementar, de algumas propagandas – que refletem as dimensões da vida doméstica e familiar, os debates sobre a educação sexual e a lei do divórcio, os novos modismos e comportamentos. Por meio de problematizações, busca-se compreender em que medida os discursos sobre a vida feminina restrita ao lar e dependente do marido correspondiam à realidade das mulheres vilaboenses. Assim como verificar em que medida o ideal familiar apresentado nos textos – reformulado pelos discursos médicos, estatais e religiosos, de maneira complementar ou conflitante –, denotava resistências ou apropriações. Nesse viés, busca-se refletir – por meio de problematizações – os aparentes antagonismos e similaridades dos discursos religiosos ou médicos sobre a educação sexual. Objetiva-se também analisar as competições de poder e de dominação que eram entrelaçadas em debates como o da lei do divórcio. Da mesma forma, examinar em que medida os discursos sobre os novos modismos e comportamentos sociais refletiam a inserção de novos padrões de consumo e também de diferentes possibilidades de autonomia das mulheres.

No terceiro capítulo, *Mulheres na rua: conexões e dilemas*, a análise de artigos e crônicas – assim como de algumas propagandas – sobre a participação das mulheres nas atividades socioculturais vilaboenses e sobre os debates e polêmicas a respeito do voto, da educação e do trabalho das mulheres é apresentada. Também nesse capítulo, são interpretados textos literários produzidos por mulheres e publicados no *Correio*. Nesse

recorte temático, procura-se investigar as desigualdades estabelecidas nas normatizações prescritas ou subentendidas diferentemente ao gênero masculino e ao feminino. São examinados também os antagônicos discursos sobre o sufrágio feminino, marcados por elementos ideológicos, econômicos, políticos e sociais. Ainda nesse viés, estudam-se as representações – atravessadas por diferentes modelos, valores e disputas de lugares de poder – que caracterizavam os textos jornalísticos sobre a educação e o trabalho das mulheres. E, por fim, é analisada a escrita feminina na imprensa oficial, que, por meio de metáforas e poesias, desvelava facetas da condição feminina.

1. HISTÓRIA, MULHERES E IMPRENSA (1920-1936)

No final do século XIX e início do XX, a economia capitalista, a impessoalidade na administração pública, a produção agroexportadora, a expansão de mercados consumidores e a propagação de modernos hábitos culturais eram as metas aclamadas pelos governos, intelectuais, profissionais liberais e veículos de comunicação brasileiros. Buscava-se também o enquadramento jurídico, moral e higienista da sociedade e a normatização dos espaços urbanos. Contudo, as limitações econômicas e geográficas, a política clientelista e oligárquica, os costumes conservadores e o acesso desigual aos meios informativos e educativos permeavam tais projetos. Ainda assim, inúmeras insurgências sociais, revoluções políticas, mudanças legislativas e transformações culturais marcaram esse período. No Brasil e, conforme o recorte histórico dessa pesquisa, na Cidade de Goiás – capital desse Estado – tal contexto revelava novas delimitações acerca do trabalho, da instrução, do lazer, da família e da participação política de novos atores, sobretudo, das mulheres.

Nas primeiras décadas do período republicano, a sociedade brasileira – e, em particular, a goiana – construía e conquistava novas perspectivas de participação nas esferas pública e privada, em consonância com as transformações econômicas, políticas e culturais que adentravam o país. Os continuísmos conservadores e as tradições arraigadas matizavam tais processos por meio da negociação, do conflito ou da interdição. Nesse contexto, a imprensa ocupou um papel estratégico na elaboração de discursos e valores a serem apreendidos ou contestados. Por outro lado, inseridas em uma inédita perspectiva de atuação histórica, as mulheres alcançaram novos lugares sociais e lançaram ao debate as desigualdades estabelecidas entre os gêneros.

1.1. A DÉCADA DE 1920: CRISES E REVIRAVOLTAS

Na década de 1920, o Brasil atravessou um período de grande ebulição política, social, econômica e cultural. Dentre tais desdobramentos históricos cabe destacar: os movimentos de tendência anarcossindicalista, a fundação do partido comunista (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), o Centenário da Independência (1922), a fundação do Centro Dom Vital (1922), o movimento tenentista (1922-1926) e a crise econômica de 1929. Pontuado por novas tendências, tal período sofreu críticas contundentes e resistências fervorosas em todos os âmbitos de atuação social. Novos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e culturais atravessaram o país, questionando e exigindo mudanças no já desgastado modelo do continuísmo político, nas estratégias econômicas direcionadas aos interesses da região sudeste e na organização eleitoral e trabalhista.

Em meio a tantas disputas pelo poder político, na qual os interesses particulares se transformavam em discursos pelo interesse público, a economia – após os primeiros anos de alta inflacionária e crise cambial, decorrentes da queda do preço do café nos mercados internacionais – sobressaiu-se com o crescimento da produção cafeeira, além da ampliação de outras culturas agrícolas e de atividades industriais de base. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 1).

Em Goiás, a economia também expandiu significativamente. Do total populacional, estima-se que 81,8% se dedicavam às atividades agropecuária e mineradora. Em 1920, a população goiana era de aproximadamente 512 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 0,7 habitantes por quilômetro quadrado. Considera-se que, nem a Cidade de Goiás, uma das mais populosas do Estado, alcançava a faixa de 10 mil habitantes⁹. Uma das principais molas propulsoras de tal transformação coube a via férrea e todo o rol de beneficiamentos e modernizações que a acompanhava.¹⁰ Cabe ressaltar que, o prolongamento da Estrada de Ferro Mojiana, ligando o sudeste do país a Goiás e Mato Grosso, era um sonho acalentado nos relatórios de presidente da Província, desde o século XIX. (BORGES, 1990, p. 57-58).

⁹ Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁰ Comumente, as análises que apontam uma pretensa oposição das oligarquias Bulhões e Caiado à implementação da estrada de ferro em Goiás, consideram o envolvimento histórico de tais dirigentes com o antigo projeto de viabilização da navegação nos rios Araguaia e Tocantins, excludente do projeto ferroviário.

No início do século XX, o progresso e o desenvolvimento econômico atravessavam o triângulo mineiro rumo às fronteiras do sul e do sudoeste goiano. Com o aumento no influxo de investimentos, cidades da região sul e sudoeste do Estado – como Ipameri e Catalão – foram reurbanizadas e dotadas com expedientes modernos, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo, entre outros. Nos negócios e nos eventos sociais, formavam-se novas representações sobre o cidadão urbano, investido de valores burgueses que inculcavam a necessidade de diferentes habilidades e padrões estéticos e de consumo. O desassossego do homem interiorano, assombrado com os ruídos e a velocidade dos primeiros automóveis, transformou-se em pouco tempo.

Nas décadas de 1910 e 1920, inúmeras cidades goianas no entorno da ferrovia receberam melhorias de caráter econômico, social e cultural¹¹. Inicialmente, Ipameri e Catalão e, indiretamente, a Cidade de Goiás. Posteriormente, Caldas Novas, Morrinhos, Corumbáiba, entre outras. A economia agrária também sofreu adaptações. Charqueadas, modernos engenhos de cana-de-açúcar, indústrias de couro, de banha e de beneficiamento de arroz foram edificadas com o intento de aperfeiçoar e facilitar as exportações agropecuárias do Estado. A valorização fundiária, a imigração de nacionais e estrangeiros, a difusão de casas comissárias e consignatárias, a implementação de estradas de rodagem, a chegada do automóvel, assim como o aumento da violência no cotidiano urbano somaram-se a um quadro de transformações, algumas desejáveis e outras nem tanto. Mas tratou-se, sobretudo, de mudanças elaboradas de maneira inapelavelmente sedutoras e eficazes na construção de representações da modernidade em Goiás. (BORGES, 1990, p. 104-107).

Na década de 1920, no âmbito da política nacional, a relação de interdependência do governo central com Minas Gerais e São Paulo, assim como a hegemonia oligárquica no controle dos Estados da federação, ainda exercia primazia. Entretanto, as negociações ou imposições do poder situacionista não alcançavam os efeitos de sempre; as dissidências e conflitos tornaram-se mais contundentes¹². (FERREIRA; PINTO; 2006, p. 5).

¹¹ Nesse período, o valor das terras na região centro-sul do país teve um aumento vertiginoso com a diminuição da oferta de terras cultiváveis, monopolizadas pelos grandes produtores de café. Sobre tudo após a Primeira Guerra Mundial, esse redirecionamento da produção capitalista traria dinamismo a Estados como Goiás, inserindo-os na economia de mercado como produtores de bens primários.

¹² Dentre os movimentos sociais que não se conformaram com a acomodação política em torno do monopólio dos negócios públicos, estabelecido pelas elites cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, um dos mais significativos foi o tenentismo. Com grande apelo junto às classes médias urbanas e aos

Em Goiás, um novo tripé político, tendo como base as coligações formadas entre as lideranças da Cidade de Goiás, Morrinhos e Porto Nacional, sustentava o Partido Democrata¹³. Sob a direção do senador Antônio Ramos Caiado – chefe político da oligarquia caiado até a Revolução de 1930 –, subiu ao poder o grupo democrata, formado basicamente por agropecuaristas associados a outras funções. A ascensão desse grupo, assim como ocorrera com os grupos bulhonista e xavierista, não trouxe mudanças significativas para a vida socioeconômica goiana. A população analfabeta, votante e dotada de sobrenomes ordinários, continuava alijada de quaisquer direitos. Todavia, em meados dos anos 20, em consonância com a crescente insatisfação de diversos segmentos brasileiros diante daquela artificial hegemonia política nacional, a oligarquia caiadista teve seu mandonismo questionado.

Entre 1924 e 1929, no governo de Brasil Ramos Caiado – médico, fazendeiro e irmão do senador Antônio Ramos Caiado – ocorreram as primeiras turbulências políticas desde o final da década de dez¹⁴. Entre elas, o projeto de combater os revolucionários da Coluna Prestes em expedição por Goiás. Utilizando-se do aliciamento e da intimidação, o senador Antônio Ramos Caiado angariou adeptos para a denominada Coluna Caiado e, de sobra, para o Legislativo estadual. As duas últimas turbulências constam do enfrentamento da dissidência de Rio Verde, única em todo o período, e a chamada *questão do judiciário*, em 1926.¹⁵ As crises políticas foram, uma vez mais, dominadas; contudo, não superadas. Construía-se o cenário e a sintonia política necessários à emergência de um novo grupo político, ligado à figura do futuro interventor, Pedro Ludovico Teixeira¹⁶. A partir de então, uma belicosa e contundente

segmentos das oligarquias dissidentes, os tenentes esticaram sua travessia pelo interior de treze Estados brasileiros conclamando a população a um levante revolucionário.

¹³ A relevância da Cidade de Goiás nesse novo cenário justificava-se por ser a capital administrativa e dotada com as únicas escolas superiores do Estado, além de deter uma significativa produção agropecuária. Morrinhos, por sua vez, era passagem estratégica entre a capital goiana, o triângulo mineiro e a via férrea, sendo também um dos principais centros produtores do Estado. Porto Nacional, por fim, era o maior centro econômico do norte goiano, abastecendo a região com produtos transportados de Belém.

¹⁴ Como agravante, o decreto estadual nº 8.464, de 26 de novembro de 1924, que impedia a exportação de produtos básicos goianos para o centro-sul do país – diante da crise de alimentos – gerou revolta nos produtores. Junte-se a isso a queda na exportação de gado.

¹⁵ Em 1926, após sucessivas interferências do Executivo no Judiciário de Goiás, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Emílio Francisco Póvoa, solicitou a intervenção federal. Com a recusa desse pedido, o Partido Democrata ampliaria ainda mais sua influência no Judiciário, circunstância que agravou os descontentamentos políticos e convergiu para uma combativa oposição.

¹⁶ Em 1917, Pedro Ludovico estabeleceu-se em Rio Verde para exercer a medicina. Em 1918, casou-se com Gercina Borges – filha do maior proprietário de terras de Rio Verde, coronel Antônio Martins Borges e um dos maiores líderes da oposição em Goiás. Pedro Ludovico também exerceu a medicina em Jataí, por um período de seis meses. Ao retornar a Rio Verde, junto às atividades médicas, dedicou-se a política oposicionista.

imprensa da capital e do sudoeste goiano centrou seus esforços na oposição à oligarquia caiadista. (CAMPOS, 1983, p. 79-82).

No contexto político brasileiro, as dissensões também se tornaram mais acirradas. Após a reforma monetária realizada em 1926, Washington Luís governou em circunstâncias de relativa estabilidade. Mas, em 1929, com a crise mundial, os preços internacionais do café despencaram e o plano monetário brasileiro provou sua fragilidade. Incapaz de atender às reivindicações da oligarquia cafeeira, o presidente lançou-se em nova polêmica ao romper o acordo tácito com Minas Gerais, indicando o paulista Júlio Prestes à sucessão presidencial. (FAUSTO, 1985, p. 423-424).

O impasse estabelecido entre Minas Gerais e São Paulo reacendeu antigas paixões e refregas políticas que haviam pautado a Primeira República. Em torno da candidatura do ex-ministro e governador do Rio Grande do Sul – Getúlio Vargas – formou-se a Aliança Liberal¹⁷. Após a polêmica vitória de Júlio Prestes, nos meses seguintes, insuflou-se o movimento revolucionário, tendo à frente duras negociações e resistências – como a do líder tenentista, Luís Carlos Prestes –, episódios inesperados – o assassinato do candidato à vice-presidência, embora de fundo passional e não político –, assim como adesões militares estratégicas e forte apoio popular. (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 16-19).

Em Goiás, o clima de oposição nacional à vitória de Júlio Prestes reverberava pelas ruas e pela imprensa. A oposição – formada por Mário d’Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira, Domingos Neto Velasco, Antônio Americano do Brasil e Nero Macedo Carvalho, entre outros – juntou-se à Aliança Liberal, por intermédio das lideranças mineiras. Todavia, as propostas da oposição goiana – por ocasião dos debates sobre as eleições presidenciais de 1929 – continuaram destituídas de qualquer reivindicação de transformação econômica e social para o Estado. Sem uma articulação partidária e uma estrutura programática e ideológica consistente, os oposicionistas centraram o debate em disputas pessoais e em denúncias sobre a organização estrutural política e judiciária do Estado. (CHAUL, 1997, p. 171).

Após o estopim nacional revolucionário, Pedro Ludovico organizou uma frente com 110 homens, que partiu de Uberlândia e seguiu pelo sudoeste goiano, com o intuito de tomar o governo da capital de Goiás. Os situacionistas, por sua vez, aglutinaram uma

¹⁷ Composta por oligarcas dissidentes – entre eles, ex-presidentes, governadores ou ex-governadores –, militares – do movimento tenentista e da ala conservadora – e, também, por facções civis oposicionistas – de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e outros estados.

frente com 300 homens – denominados camisas vermelhas – para combaterem os revolucionários em Rio Verde e na capital. Nas imediações de Rio Verde, o grupo revolucionário foi interceptado e Pedro Ludovico preso. De maneira semelhante, a coluna mineira Arthur Bernardes, chefiada pelo político mineiro Quintino Vargas, marchou pelo sudoeste goiano e chegou com êxito à Cidade de Goiás. O Palácio do Governo foi tomado sem maiores percalços. As notícias da vitória revolucionária nacional já haviam percorrido a mesma estrada. (CHAUL, 1988, p. 48-49).

Até a década de 1920, a indústria brasileira cresceu – principalmente no período da Primeira Grande Guerra – à custa de abundante mão de obra migrante e não especializada, de salários achatados pelas intermitentes altas inflacionárias, da utilização exploratória do trabalho – sobretudo infantil e feminino – e da ausência de uma legislação trabalhista. A principal e única ferramenta por meio da qual conseguiam se fazer ouvir pelos empregadores era a greve. As transformações por meio da revolução ou da participação eleitoral – as fraudes evidentes pouco estimulavam – esvaziavam-se nas repressões policiais, nas discriminações raciais e sexuais, e na miséria diária. (PINHEIRO, 1985, p. 146-150).

Como agravante, as doutrinas eugenistas, importadas da Europa, constituíram-se como instrumento de idealização do trabalhador brasileiro, como disciplinado e produtivo. Tal “branqueamento e fortalecimento da raça” relegava, uma vez mais, as mulheres negras – assim como os homens negros – aos piores setores e condições de trabalho. Negras ou “polacas”, as trabalhadoras de baixa renda eram alvos constantes de enquadramentos morais e estereótipos. As operárias, força motriz nas indústrias de fiação e tecelagem, eram exploradas financeiramente, socialmente e sexualmente.¹⁸ Sobretudo, eram estigmatizadas por construções identitárias elaboradas por médicos, juristas, empresários, jornalistas e pelos próprios militantes anarquistas ou socialistas. Equiparadas a mocinhas indefesas ou a meretrizes, tais mulheres – na maioria imigrantes – cumpriam uma jornada de até dezoito horas, em troca de salários inferiores aos recebidos pelos homens. Ainda assim, tiveram forças para inflamar o debate sobre as questões femininas – e feministas – no seio dos movimentos anarquista e socialista. (RAGO, 2009, p. 579-583).

¹⁸ O romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão (1933) – conhecida também como Pagu, escritora, feminista e comunista dos anos 30 – foi uma das poucas obras desse período a descrever o cotidiano de violências e resistências vivenciadas pelas operárias.

Nas primeiras décadas do século XX, nos grandes centros urbanos do país, as mulheres da classe média e alta – além de participarem e organizarem diversas atividades culturais – reivindicavam a igualdade de oportunidades profissionais e o direito ao voto. Nas décadas de 1910 e 1920, a discussão sobre a condição das mulheres – nos sindicatos, nos palanques, nos veículos de imprensa e nas atividades culturais – conquistou seu próprio espaço. Dada a heterogeneidade de abordagens e de demandas, o movimento feminista se desdobrou em várias vertentes. Uma delas – mais polêmica e radical para os padrões da época – era constituída por trabalhadoras e intelectuais de tendência esquerdista e tratava de temas espinhosos como o divórcio e a sexualidade feminina, além de denunciar abertamente a exploração das mulheres. Nessa linha, Maria Lacerda de Moura foi a figura mais expressiva, ao questionar a relevância do voto feminino desvinculado da luta por transformações profundas na sociedade¹⁹. Ou seja, desvinculado da discussão acerca das estruturas sociais que estabeleciam os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Outra vertente feminista, desse mesmo período, caracterizava-se como um feminismo difuso, manifesto nos jornais e periódicos da imprensa feminina alternativa. Escritos por professoras e escritoras, tais artigos colocavam em debate a opressão masculina e a interdição das mulheres no espaço público. (PINTO, 2003, p. 15)

A terceira vertente constituída majoritariamente por mulheres instruídas, de classe média ou alta, defendia o sufrágio feminino. Desde 1918, em campanha pelo voto feminino, Bertha Maria Júlia Lutz²⁰ fundou em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), inspirada no modelo feminista estadunidense. Filiada à

¹⁹ Assim como Bertha Lutz, a professora e escritora de Minas Gerais, Maria Lacerda de Moura (1887-1945) posicionava-se como defensora do feminismo de orientação laica e distanciada do enfoque filantrópico de outras associações de mulheres. Todavia, os caminhos dessas feministas seguiram rumos diferentes. Bertha Lutz priorizou seus esforços na ampliação dos direitos políticos e legais, assim como na emancipação econômica das mulheres. Maria Lacerda de Moura afastou-se das organizações feministas formais, em defesa de uma política de reestruturação radical da sociedade brasileira. Formada na Escola Normal de Barbacena, Maria Lacerda de Moura foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Profícua escritora publicou vários livros sobre a condição das mulheres e colaborou intensamente em jornais anarquistas.

²⁰ Bertha Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo. Era filha de pai suíço-brasileiro, Adolfo Lutz, um pioneiro da medicina tropical no Brasil e de mãe inglesa, Anmy Fowler, uma ex enfermeira de leprosos, voluntária no Havaí. Em 1918, Bertha Lutz concluiu sua licenciatura em Ciências na Sorbonne. Durante toda a sua vida, conjugou a atuação feminista com a carreira de naturalista no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Posteriormente, diplomou-se em Direito no Rio de Janeiro. Em 1918, Bertha Lutz publicou um artigo jornalístico sobre o feminismo, que marcou o lançamento do movimento sufragista no Brasil. Em 1936, assumiu uma cadeira no Congresso como deputada, atividade que foi suspensa no ano seguinte, pelo Estado Novo. Mesmo após a conquista do voto feminino e o enfraquecimento político da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no governo de Getúlio Vargas, Bertha Lutz continuou sua luta em defesa das demandas feministas.

Aliança Internacional pelo Voto Feminino, a FBPF lutou pela outorga dos direitos políticos e jurídicos à mulher, assim como pela sua emancipação intelectual e econômica. (HAHNER, 1981, p. 106-107).

Entretanto, a reivindicação da inclusão e da participação das mulheres não questionava as relações de poder que estabeleceram historicamente essas hierarquias e lugares sociais. Em defesa da FBPF, Bertha Lutz ressaltava sempre a importância da maternidade e da família estarem conjugados à emancipação das mulheres. (HAHNER, 1981, p. 114). Segundo a análise da historiadora Raquel Soihet (2006), em sua obra sobre Bertha Lutz, esse “feminismo tático” permitiu uma maior mobilização de homens e mulheres, naquele contexto, a favor da causa feminista.

Como em outros Estados brasileiros, as mulheres goianas enfrentaram seus próprios desafios na luta pela emancipação política, intelectual e econômica. A luta pela emancipação das mulheres, nesse contexto, não atingia as classes desfavorecidas. No interior do Estado, várias famílias eram chefiadas por mulheres – devido à viuvez, abandono ou mobilidade do trabalho masculino – tirando seu sustento da administração de fazendas ou propriedades, assim como do ensino na instrução pública. Na Cidade de Goiás, o êxodo da população masculina também era uma constante: os mais ricos para estudar nos grandes centros ou no exterior e os despossuídos para trabalhar, frequentemente, no norte do Estado ou no Pará. Nessas circunstâncias, as mulheres pobres sustentavam suas famílias com o ofício de lavadeiras ou de carregadeiras de água. As viúvas de sobrenome tradicional e ganhos escassos bancavam o diploma dos filhos fazendo quitandas e iguarias, a serem vendidas pelas ruas da cidade. (BITTAR, 1997, p. 41-43).

Em 1927, na cidade de Santa Luzia – atual Luziânia –, Benedita Chaves Roriz – professora, poetisa, modista e militante política – requereu junto ao juiz daquela comarca, o direito de votar²¹. Após a sentença favorável, Benedita Roriz tornou-se a primeira mulher goiana – e, também, uma das primeiras em todo o país – a ser reconhecida como eleitora. Pouco depois, o juizado de Formosa respondeu favoravelmente ao requerimento de Almerinda Arantes Magalhães que, na década de 1950, foi eleita deputada estadual. As defensoras do sufrágio feminino em Goiás, como

²¹ No Gabinete Literário Goiano encontram-se arquivados documentos sobre as sentenças favoráveis ao sufrágio feminino, emitidas por juízes de direito de diferentes Estados brasileiros. Entre os registros dessas sentenças, encontra-se a do juiz Clovis Roberto Esselin, que concedeu a Benedita Chaves Roriz o direito ao voto.

observado em outras regiões do país, provinham das camadas média ou alta e possuíam formação escolar. (LEMES, 2009, p. 69).

Na Cidade de Goiás, os debates sobre o sufrágio e a emancipação das mulheres ganharam maior visibilidade, nas ruas e nos jornais, a partir da década de 1930²². Na década de 1920, a participação das mulheres na esfera pública, sobretudo da elite, se fazia por meio da organização de atividades sociais, intelectuais e culturais. Dentre elas, destacavam-se as realizados em torno do Gabinete Literário²³. Em 1929, a entidade atravessava momentos difíceis, com poucos associados e uma administração ineficiente. Em um lance estratégico, o senador Antônio Ramos Caiado sugeriu, para a direção da instituição, uma chapa formada exclusivamente por mulheres²⁴. Embora o senador justificasse a proposta afirmando simplesmente que as mulheres tinham mais tempo e entusiasmo para dedicar-se a trabalhos não remunerados, a diretoria feminina inaugurou uma próspera fase dessa instituição, com a promoção de palestras, reuniões e eventos literários e musicais. (CARVALHO; SANT'ANNA, 2007, p. 193).

No entremeio das atividades artísticas e palestras filosóficas apresentadas no Gabinete Literário, as tensões políticas e sociais da Cidade de Goiás estavam sempre presentes. A eleição de Consuelo Caiado²⁵ para a diretoria dessa entidade, em 1929, foi duramente criticada pelo jornal *Voz do Povo*. Um mês após a posse de Consuelo Caiado, o juiz Mário d'Alencastro Caiado, diretor do jornal *Voz do Povo* e ferrenho opositor do senador Antônio Ramos Caiado, se afastava do quadro social da instituição. Por suas atividades políticas na capital da República e pela postura favorável à causa das mulheres – conforme referência de Bertha Lutz sobre a atuação do senador no Congresso – Antônio Ramos Caiado provavelmente considerava a iminência de aprovação do voto feminino. Embora apoiasse uma diretoria composta por mulheres

²² Maria Paula Fleury de Godoy foi, à época, uma das poucas escritoras a posicionar-se a favor do voto feminino, por meio de seus artigos no jornal *O Lar*, ainda na década de 1920.

²³ Fundado em 1864, o Gabinete Literário da Cidade de Goiás, ante o fomento da intelectualidade vilaboense de finais do século XIX e início do XX, foi palco de inúmeras exposições de caráter poético, literário, político e sociocultural, promovendo a difusão de vertentes artísticas e culturais consideradas modernas e civilizadas, deixando para trás os discursos sobre o isolamento goiano, tão propalado pelos viajantes do século XIX. A presença feminina em tal ambiente sempre foi bastante encorajada e efetiva.

²⁴ A chapa diretora composta por mulheres acabou por exercer dois mandatos, de 1929-1931 e de 1931-1933. Ela foi composta da seguinte forma: presidente: Consuelo de Ramos Caiado; vice-presidente: Anita Perilo; 1ª secretária: Noeme Lisboa de Castro; 2ª secretária: Maria Carlota Guedes de Amorim; tesoureira: Argentina Remigio Monteiro; oradora: Genesy de Castro e Silva e Floracy Artiaga.

²⁵ Filha primogênita do primeiro casamento de Antônio Ramos Caiado, Consuelo Caiado dedicou-se a atividades intelectuais. Formou-se na primeira turma da Faculdade de Farmácia, na Cidade de Goiás e logo depois, abriu sua própria farmácia. Embora administrasse seu trabalho e suas atividades culturais com autonomia, lhe fora vedado na juventude, por uma questão de *status*, exercer carreira no magistério ou no funcionalismo público.

para o Gabinete Literário, antevendo na defesa da causa feminina a conquista de futuras eleitoras, o senador não incentivava as mulheres da família Caiado a optarem pela carreira política – não obstante a indicação de sua filha, Consuelo Caiado, para a diretoria do Gabinete Literário. (FREITAS, 2009, p. 456).

As diversas atividades sociais e culturais que animavam a Cidade de Goiás eram, sobretudo, restritas à elite vilaboense, cuja programação cultural, além das sessões no teatro São Joaquim e no Gabinete Literário, perpassava animadas festas particulares, organizadas, sobretudo, por mulheres. Com assumida inclinação para os modismos franceses, organizavam-se banquetes, bailes, saraus, retretas musicais e atividades beneficentes. As revistas e jornais dos grandes centros do país e, até mesmo estrangeiros, divulgavam as novidades de comportamento, moda e cultura considerados modernos. Dentre essas novidades, o cinema logo encontrou adeptos na sociedade vilaboense. Outras confraternizações, como chás em casas de família e piqueniques nas margens dos rios próximos à cidade, eram rotineiras. Os ritos da Semana Santa igualmente movimentavam a cidade, num misto de contrição religiosa e alvoroço festivo. No outro extremo festivo, o carnaval – com brincadeiras embaladas a água e farinha – sacudia foliões por dias e noite a fio.

Embalados pelas transformações do cotidiano – que entrelaçavam trabalho, família, ciência, consumo e entretenimentos mundanos – homens e mulheres assimilavam novos papéis sociais e construíam novas expectativas. Contra os discursos cientificista, positivista, materialista e, sobretudo, socialista, os movimentos conservadores reagiram com veemência. Um dos movimentos mais representativos configurou-se no projeto de revitalização católica. A valorização do modelo familiar tradicional e conservador constituiu-se no objetivo central de seu discurso. Na década de 1920, dentre as ações desse movimento destacaram-se a criação da revista *A Ordem* (1921) e do Centro Dom Vital (1922), no Rio de Janeiro. Com ações que visavam a reinserção política da Igreja Católica, a mobilização de antigos e novos fiéis, tal projeto católico vislumbrava as transformações sociais de seu tempo sob o prisma da ordem, da legalidade, do nacionalismo e do moralismo²⁶. (MOURA; ALMEIDA, 1985, p. 329-331; AZZI, 1993, p. 110-111).

²⁶ A partir da década de 1920, sobretudo nos centros urbanos, estabeleceu-se como meta ampliar o número de dioceses, religiosos estrangeiros e movimentos de renovação, como o apostolado leigo, o movimento bíblico e o movimento litúrgico.

Na esfera da educação, a Igreja Católica se posicionou contra os educadores da Escola Nova. A adoção desse sistema educacional em diversas escolas primárias e normais de vários estados dividiu opiniões. Sobretudo, a partir da década de 1920, na qual o sistema escolanovista foi implementado de maneira sistemática e abrangente, na organização e remodelação do ensino e na criação de escolas. Unida obstinadamente ao ensino humanista e confessional, a Igreja criticou ferozmente tal pedagogia, que dispensava o dogmatismo em nome do aprendizado pragmático, científico e laico. Em oposição aos discursos liberais e científicos, a estratégia principal da Igreja na Primeira República – qual seja a educação – direcionava-se para as elites e não para o povo. Buscava-se estabelecer uma rede de ensino importante por todo o país com o objetivo de formar uma intelectualidade cristianizada. Como desdobramento disso, coube a essa elite propagar a doutrina cristã ao povo, ao Estado e na própria legislação. (CÂNDIDO, 1984, p. 28; BEOZZO, 1995, p. 280).

Em Goiás, o salesiano Dom Emanuel, denominado Arcebispo da Instrução, encampou a construção de diversos estabelecimentos de ensino secundário, como estratégia de conversão da juventude e, conseqüentemente, de renovação do catolicismo no Estado. Em 1927, o Ginásio Arquidiocesano Anchieta, dirigido por Padres Salesianos, foi inaugurado em Silvânia. Ao seu lado, foi fundada a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, dirigida pelas Irmãs Salesianas. Em Morrinhos, outro Ginásio oficial era entregue, desta feita, aos Padres Estigmatinos. Em Anápolis, por sua vez, era fundado o Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis – atualmente São Francisco de Assis –, dirigido por Padres Franciscanos nova-iorquinos, além da Escola Normal e do Ginásio *Auxilium*, dirigidos pelas Irmãs Salesianas. Ainda nessa perspectiva de educar e converter fiéis, o religioso investiu na continuidade do Seminário de Santa Cruz – transferido da Cidade de Goiás para Silvânia – e na fundação da imprensa diocesana, por meio dos periódicos *O Lidor* (1909) e *Brasil Central* (1931). Na década seguinte, Dom Emanuel não se esquivou de deixar registrado, nesse último periódico, sua reprovação acerca do divórcio. (SILVA, 2006, p. 454-455).

Na década de 1920, as políticas públicas em desacordo com as transformações sociais e econômicas, a legislação defasada e os costumes e práticas culturais conservadores eram questionados, com distintos enfoques, por diversos segmentos sociais. Por seu turno, as reações de oposição, buscando resguardar os privilégios e as hierarquias dos lugares de poder, também demarcavam posições. Contudo, novas

respostas, sonhos e identidades eram almejados e estavam em pleno processo de construção.

1.2. A DÉCADA DE 1930: MUDANÇAS E CONTINUISMOS

A Revolução de 1930 e seus desdobramentos transformaram o panorama político do país. Rompeu-se com uma economia agroexportadora, quase que exclusivamente cafeeira, abrindo caminhos para a diversificação agrícola e para o desenvolvimento industrial. Ampliou-se o leque de partícipes políticos estabelecendo-se novos compromissos: entre poder central e poderes regionais, entre Estado e trabalhadores. Contudo, no caminho rumo à maturidade política, inúmeros continuísmos permeavam as estruturas e representações de poder, nos centros urbanos e nos interiores brasileiros. (FAUSTO, 1970, p. 112-114).

Conforme a análise de Silva (2005, p. 160-162) sobre os antecedentes e desdobramentos da Revolução de 1930 em Goiás, esse episódio caracterizou-se como uma alternância das oligarquias no comando político do Estado. Na década de 1920, a organização social em Goiás vinculava-se, sobretudo, à economia agropecuária. Em decorrência disso, as classes sociais oriundas do processo de industrialização não chegaram a se constituir no Estado. A classe média, por seu turno, originou-se e estabeleceu-se como segmento intermediário entre as oligarquias em constante disputa pelo poder. Ao ascender ao Executivo, esse novo segmento oligárquico buscou criar condições para o desenvolvimento capitalista em Goiás. Nessa perspectiva, ao Estado coube a função reguladora das relações produtivas e intermediadora da economia nacional e regional. A legitimidade política obtida em 1930 – pondera essa autora – garantiu às oligarquias ligadas ao movimento revolucionário as condições necessárias para a continuidade de sua expansão.

Chaul (1997, p. 176-177), em sua análise da história de Goiás sob a perspectiva ideológica da decadência e da modernidade, defende que a Revolução de 1930 em Goiás significou mais que uma alternância de oligarquias no poder. Segundo esse autor, o discurso do governo Pedro Ludovico de inserção de Goiás no mercado brasileiro, agregado a um plano político de idealização da modernidade, ajustava-se às exigências da política nacional. A partir da década de 1930, a expansão econômica e o aumento das

fronteiras agrícolas foram as metas propaladas pelo Estado. Contudo – e nisso a nova administração buscava distinguir-se do governo anterior –, sem abdicar do crescimento urbano, da dinâmica e da modernidade capitalista.

Por outro lado, Palacín (1986), em sua obra sobre os discursos ideológicos que atravessaram a Revolução de 1930 e o governo provisório de Pedro Ludovico, nega veementemente qualquer aspecto revolucionário ou transformador nesses eventos. Em sua análise, ressalta as discrepâncias entre os sonhos profetizados e as exíguas realizações da gestão do governo provisório, descritas no Relatório de Governo (1930-1933) apresentado por Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas.

Nessa perspectiva do continuísmo, Arrais (2007) sustenta que a Revolução de 1930 mais se assemelhava a um golpe que propriamente a uma revolução. Ressalta ainda que a composição dos quadros políticos pós 1930, com elementos das antigas e novas oligarquias, evidenciava a total ausência de um projeto de transformação nas estruturas políticas. Tal contexto, marcado pelo patrimonialismo, conservadorismo e clientelismo, destoava dos discursos de progresso e modernização apregoados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira.

As proposições desenvolvimentistas também pautaram as discussões e as ações do governo Vargas nas décadas seguintes. Ao assumir o palácio do Catete, Getúlio Vargas e os aliancistas prometeram anistia aos perseguidos políticos, implementação de direitos sociais e trabalhistas, diversificação econômica, redução das desigualdades regionais, além de reformas políticas e eleitorais. Contudo, dada a heterogeneidade de sua base de sustentação política e ao próprio perfil centralizador do presidente gaúcho, muitos foram os embates e deserções após a deflagração revolucionária. (PANDOLFI, 2011, p. 16-18).

À frente de uma política corporativista, Vargas inaugurou uma série de medidas de proteção ao trabalhador²⁷. De maneira estratégica, estabeleceu o sistema de interventorias estaduais, esvaziando as relações de dependência direta entre o poder central e os poderes oligárquicos regionais. Contrárias à centralização de poderes no executivo, as oligarquias preteridas posicionaram-se a favor da promulgação de uma

²⁷ Entre elas, a criação do Ministério do Trabalho (1930), da Justiça do Trabalho (1934) e da carteira de trabalho (1932). Ainda em 1932, vieram a proibição do trabalho a menores de 14 anos, a fixação da carga horária de 8 horas para os trabalhadores da indústria e do comércio, a regulamentação do trabalho feminino com equiparação salarial aos homens e alguma proteção à gestante, assim como o reconhecimento e a legalização de certas categorias profissionais. As melhorias sociais implementadas por Vargas só atingiram o trabalhador rural após 1945. As discrepâncias sociais cujas soluções envolviam a questão da terra também foram silenciadas.

nova constituição. Tais fatores, manipulados por esses segmentos conservadores, fizeram espocar a revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo. Embora a insurgência paulista tenha sido rechaçada, a eleição da Assembleia Constituinte tornou-se irrevogável. (PANDOLFI, 2011, p. 18-26; GOMES, 1991, p. 18-19).

Ressalte-se que, ainda em 1932, o estabelecimento do Código Eleitoral e da Justiça Eleitoral mudaram as regras discricionárias e obscuras que sempre permearam as eleições na Primeira República. Estabeleceu-se o sufrágio universal, direto e secreto. Inicialmente, um Código Eleitoral Provisório, liberado em agosto daquele ano, outorgava o direito ao voto, somente à mulher *sui juris* – solteira ou viúva com renda própria – ou àquelas casadas, com autorização do marido. A mobilização das feministas da FBPF junto ao presidente Getúlio Vargas foi fundamental para a conquista plena do voto²⁸. A partir de então, as mulheres acima de 21 anos adquiriram a cidadania política. O Código Eleitoral instituiu ainda a representação classista. Por outro lado, os analfabetos, praças de ré e religiosos monásticos, assim como na Primeira República, continuaram excluídos. Com a formação de novos partidos políticos e com a mobilização de vários segmentos sociais – incluindo as mulheres, que estreavam em seu primeiro pleito eleitoral – realizaram-se em 1933 as eleições para a Assembleia Constituinte.²⁹ (PANDOLFI, 2011, p. 23-28; HAHNER, 1981, p. 119-120).

Em 1934, a Constituição foi promulgada e Getúlio Vargas ratificado na presidência da República. Ao discursar na Assembleia Constituinte, o presidente eleito não escondeu sua insatisfação com a Carta Magna que, embora fortalecesse o poder do Estado, assegurava a preponderância do poder Legislativo. Liberal e inovadora em inúmeras matérias, a Constituição de 1934 ratificou direitos sociais, fundou a Justiça do Trabalho, instituiu a eleição direta para a Presidência da República, governos estaduais e prefeituras – vetando a possibilidade de reeleição –, além de estender o direito ao voto a homens e mulheres acima de 18 anos. Destaque-se que antes da aprovação do voto feminino pelo Código Eleitoral de 1932, ratificado pela Constituição de 1934, juízes de vários Estados brasileiros já haviam reconhecido a diversas sufragistas o direito ao voto, utilizando como argumento base a Constituição de 1891, cujo texto não colocava as

²⁸ Cabe ressaltar que, por ocasião da promulgação da constituição de 1891, mulheres letradas – estimuladas pela ebulição de ideias advindas desde os movimentos abolicionistas até a Proclamação da República – já haviam reivindicado a participação na esfera pública.

²⁹ Eleita por São Paulo, a médica, escritora e pedagoga Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982) foi a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada federal. Em sua atuação no Congresso, defendeu projetos vinculados à educação, à infância e à condição feminina.

mulheres na lista de exclusão do direito eleitoral. (PANDOLFI, 2011, p. 29-30; GOMES, 1991, p. 71-72).

Em consonância com o governo federal, o ex-interventor Pedro Ludovico Teixeira foi confirmado como governador, nas eleições de 1934. O aumento das fronteiras agrícolas e o crescimento da economia goiana eram as metas divulgadas pelo Estado. Estrategicamente, tal política desconsiderava o processo de desenvolvimento econômico iniciado na década anterior. Abraçava-se a modernização do Estado, como obra inédita do governo de Pedro Ludovico. O progresso, a higiene e a urbanidade tornaram-se emblemas obrigatórios da política nacional. Desta feita, o projeto de construção de uma nova capital goiana – sintonizado com os ideais de progresso e modernização varguista – autenticava a legitimidade para novos acordos políticos e econômicos. Habilmente, retomavam-se as representações sobre a Cidade de Goiás – identificada como velha, insalubre e estagnada. Diante da acirrada disputa por espaços políticos, a transferência da capital constituiu-se na concepção de um pretensamente novo cenário político; todavia, com lugares previamente reservados. (CHAUL, 1997, p. 177; GOMIDE, 2004, p. 107).

A transferência da capital foi uma bandeira política desfraldada ou desfigurada inúmeras vezes, até a decretação do Estado Novo. Vários rompimentos e adesões marcaram os territórios políticos, por meio da emblemática mudancista, principalmente após a reorganização da oposição, a partir de 1934, com o racha das lideranças do Partido Social Republicano. No entanto, em 1937, o Estado Novo veio reafirmar os projetos políticos do interventor Pedro Ludovico. A ideia da nova capital foi lançada dentro da estratégia varguista da Marcha para o Oeste, num movimento expansionista rumo aos interiores do país. Nessa direção, Goiânia também era almejada como centro aglutinador dos empreendimentos capitalistas urbanos e agrícolas do Estado. Mas, principalmente, Goiânia foi fundada sobre as representações que defendiam o desenvolvimento, a modernização e o dinamismo, sob a égide do governo varguista. (CHAUL, 1988, p. 167).

Gomide (2004, p. 106-107), em seu trabalho sobre a construção da imagem histórica da Cidade de Goiás, defende que, para a população vilaboense, Pedro Ludovico estava longe da figura mítica de paladino do progresso; assemelhava-se mais à figura do oposicionista que se afastou da antiga capital, em virtude do prestígio e preponderância política dos Caiado. Anos depois – conforme essa autora – sem dispor de investimentos necessários para a renovação do espaço urbano do município, coube

aos moradores e políticos locais lutar pela preservação do patrimônio material e imaterial. De berço da mineração, passando por sede intelectual e política do Estado, restava à comunidade vilaboense a construção da memória e da imagem de cidade histórica.

Na década de 1930, as mudanças na legislação eleitoral e trabalhista, nas práticas políticas e culturais e nas construções identitárias tornaram evidente a existência de novas possibilidades de superação dos distanciamentos estabelecidos historicamente entre as diferentes realidades brasileiras. Tal contexto foi atravessado por tradicionais continuísmos e, também, por limitações econômicas e políticas. Mas, sobretudo, as transformações – decorrentes da adequação das demandas nacionais e goianas à modernização capitalista – não mais foram contidas. As mulheres, sobremaneira, participaram de maneira inédita desse processo.

Nos anos 30, diversas inovações e demandas mobilizaram as mulheres nos centros urbanos. Os modismos projetados pelo cinema hollywoodiano, as novidades esportivas, as excentricidades culturais, as revistas e jornais recheados de informação, propaganda e entretenimento delinearão novos padrões de consumo e comportamento. Concomitantemente, a luta feminina pela educação, pela emancipação econômica e pela participação no mundo do trabalho e da política arregimentava mulheres de diferentes regiões e classes sociais para o debate. E, também, para o embate.

Nesse período, inúmeras mulheres já atuavam em áreas de prestígio – como medicina, direito e funcionalismo público –, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, a despeito das oposições. Como se não bastassem as resistências para serem aceitas em escolas e universidades tradicionais, obstáculos puderam ser interpostos ao reconhecimento de diplomas – de maneira sub-reptícia, de competências –, por parte de entidades classistas. Mas, acima de tudo, novas possibilidades de emancipação intelectual e econômica eram colocadas às mulheres burguesas e de classe média, por meio da participação na vida pública. (HAHNER, 2003, p. 366-367).

O sufrágio feminino, aprovado em 1932, foi ponto de destaque; mesmo considerando a perspectiva de alguns analistas políticos, que apontam sua aprovação como uma estratégia de grupos conservadores para compensar os avanços do proletariado. Em 1933, nas eleições para a Assembleia Constituinte, o eleitorado feminino foi alvo de ações diligentes. Entretanto, apesar da intensa e persistente campanha pela legitimação do voto feminino, uma quantidade reduzida de mulheres fez

o seu registro eleitoral³⁰. Mas era apenas o começo de um processo de conscientização e transformação da condição feminina que, até então, poucas mudanças havia trazido às mulheres de baixa renda. Da mesma forma, os silêncios sobre os arranjos e hierarquias na vida privada permaneceram intocados. A família, a maternidade e o casamento indissolúvel ainda eram considerados a missão prioritária das mulheres. (AZZI, 1993, p. 120; HAHNER, 2003, p. 368).

Na década de 1930, em Goiás, o cotidiano das famílias de classe média e alta passou a ser pontuado por debates divergentes e inflamados – acerca da emancipação e sufrágio feminino, da educação sexual higienista ou tradicional, do divórcio e dos novos hábitos de consumo –, por meio da imprensa e da intensa circulação de ideias que convergiam nos grandes centros do país. Nos centros urbanos, as oportunidades de emprego consideradas adequadas às mulheres resumiam-se ao ensino, à enfermagem, às atividades ligadas ao ambiente doméstico, ao atendimento comercial e às repartições. As profissionais liberais eram minoria. As restrições e as dificuldades de acesso à educação secundária e superior ainda eram os principais limitadores da formação intelectual e da emancipação econômica das mulheres.

As demandas defendidas pela FBPF encontravam pouca ressonância nos periódicos das localidades goianas, com exceção da Cidade de Goiás. A conquista do voto feminino recebeu apenas uma menção no jornal *O Liberal* (1931-1935), um dos mais importantes da região sudoeste de Goiás nesse período. Nenhuma outra notícia sobre os debates e as organizações de mulheres em Goiás foi noticiada no jornal *O Liberal* no ano de 1932. A legitimação do voto feminino, em 1932, não encerrou as diferenças e exclusões políticas e jurídicas entre homens e mulheres. Nas décadas de 1930 e 1940, os dois partidos mais expressivos de Goiás, PSD e UDN, tinham a estrutura partidária composta somente por homens. Nesse período, o PCB foi o único partido a incorporar mulheres em seu quadro. Ainda assim, conforme a tese de Dayrell (1984), as afiliadas enfrentavam obstáculos para legitimar suas atividades no interior do partido. Mas, sobretudo, para essas militantes do sudoeste goiano, a atuação partidária ia além do debate político: significava a libertação de inúmeras restrições sociais. (LEMES, 2009, p. 88, 98).

Numa década de grande inquietação política e efervescência cultural, a luta pela emancipação das mulheres conquistava novos adeptos e construía novos espaços. Na

³⁰ Somente com a Constituição de 1946 foi estabelecida a obrigatoriedade do voto a todos os cidadãos maiores de 18 anos.

capital do Estado, o Gabinete Literário intensificou seu papel de aglutinador da participação das mulheres nas atividades sociais, intelectuais, culturais e políticas da elite vilaboense, descortinando diferentes alternativas de atuação, rompendo determinismos sociais e religiosos e inserindo novos discursos. Uma das mais importantes iniciativas da diretoria feminina do Gabinete Literário foi a publicação do jornal bimestral *Folha Goiana*, em 1930, com o objetivo de divulgar as atividades dessa instituição, assim como de publicar crônicas, poesias e textos de palestras literárias e conferências. Nesse contexto, o Gabinete Literário acolheu em sua sede as articuladoras do movimento feminista em Goiás. (CARVALHO; SANT'ANNA, 2007, p. 194).

Em 7 de maio de 1931, a Federação Goiana para o Progresso Feminino (FGPF) era instituída na capital do Estado, sob a liderança de Consuelo Caiado, estreitamente ligada à FBPF, comandada por Bertha Lutz. Ressalte-se que, por ocasião do lançamento dessa organização, nenhuma menção foi registrada no *Correio Oficial*. Dentre as propostas pleiteadas pela FGPF, sobressaía-se a luta pelo sufrágio feminino. Mas não se resumia nisso. Defendia-se, notadamente, o aprimoramento intelectual, a eficiente preparação profissional e a elaboração de uma legislação trabalhista. Almejava-se construir condições intelectuais e profissionais para a formação de “mães esclarecidas” e profissionais liberais preparadas para enfrentar uma sociedade excludente, ainda distante dos ideais dos países considerados modernos e adiantados. Uma extensa documentação sobre a atuação da FGPF encontra-se arquivada no Gabinete Literário Goiano; em tais registros é possível constatar uma estreita relação estabelecida entre a FGPF, liderada por Consuelo Caiado e a FBPF, dirigida por Bertha Lutz, via correspondência. (CARVALHO; SANT'ANNA, 2009, p. 107-111).

Tal campanha para a instrução e emancipação das mulheres era desafiada pelo alto índice de analfabetismo e pelo acesso restritivo à educação primária, secundária e superior, que atingia todo o Estado. A baixa remuneração e o despreparo docentes, a evasão escolar, a desorganização didático-administrativa, o descaso na destinação de recursos federais e o isolamento da capital do Estado em relação aos grandes centros e aos povoados goianos conduziram, inúmeras vezes, à supressão de escolas, dificultando o desenvolvimento de um sistema de ensino público nas primeiras décadas do século XX. (SILVA, 1975, p. 46-47)

No âmbito educacional, iniciou-se um longo e descontínuo processo de democratização do ensino brasileiro. Verificou-se, a partir de então, um aumento crescente do número de matrículas em todos os níveis de ensino, principalmente

naqueles designados à formação básica da população. Ressalve-se que a ampliação da escolaridade não abarcou o país de maneira uniforme: nos Estados mais pobres, nas zonas rurais e nas periferias urbanas os hiatos educacionais continuaram evidentes. (BEISIEGEL, 1995, p. 383-399).

O debate sobre as medidas a serem aplicadas na educação brasileira possuía vozes dissonantes. Contra os educadores escolanovistas – que, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, reivindicaram a gratuidade, obrigatoriedade e laicidade do ensino, além de um Plano Nacional de Educação –, a Igreja continuou a se manifestar com veemência. Coerente com o movimento de renovação iniciado na década de 1920, a Igreja investiu na formação de uma intelectualidade católica e militante, por meio de várias entidades, como o movimento leigo da Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica (LEC).³¹ Em campanha, a indissolubilidade do casamento, a incorporação legal do ensino religioso facultativo no programa das escolas, entre outros pontos ratificados na Constituição de 1934. (BEOZZO, 1995, p. 298-306).

Na Cidade de Goiás, as discussões acerca dessas novas proposições legislativas, sociais e educacionais tiveram a participação de religiosos, sempre em consonância com o posicionamento oficial da Igreja Católica. Na imprensa – inclusive no *Correio Oficial* – foram publicados vários artigos sobre o divórcio, a educação e o ensino religioso, gerando debates acalorados entre religiosos e intelectuais. Em continuidade ao trabalho iniciado na década anterior, a arquidiocese goiana continuou investindo na construção de escolas religiosas e igrejas em várias localidades do Estado. Na capital, em 1931, a construção da primeira cumeeira da catedral de Sant’Ana foi celebrada com festa e alarde pela imprensa. Acima de todas as estratégias doutrinárias pairava a preservação do ideal familiar cristão, fundamentado na moralidade feminina, na hierarquia de poderes, na submissão dos princípios filosóficos, pedagógicos e científicos aos dogmas católicos.

Em oposição, a medicina sanitarista legitimava ao Estado a função de estabelecer a disciplina, a civilidade, o asseio e a moralidade nos centros urbanos, sobretudo nos recônditos familiares. Ao final dos anos 20, a capital da República e outras grandes cidades brasileiras haviam passado por reformas higiênicas e modernizadoras. Porém, na Cidade de Goiás, tal impulso modernizador foi incipiente. A despeito da ausência de um projeto de reforma abrangente, algumas medidas sanitárias e

³¹ Em contraposição à intelectualidade positivista, anticlerical, agnóstica, socialista ou comunista.

urbanísticas foram adotadas, ainda durante o governo de Brasil Ramos Caiado (1925-1929). Em sua gestão foi editado o primeiro Regulamento dos Serviços Sanitários do Estado de Goiás. A matéria abrangia desde a estruturação administrativa dos serviços de saúde até a habilitação profissional na área. Estipularam-se normas de higiene para o funcionamento de escolas, estabelecimentos comerciais e locais de processamento de comidas e bebidas. Hotéis, hospitais, barbearias e teatros sofreram regulamentação em seus aspectos higiênicos e sanitários. Sobre a profilaxia de doenças transmissíveis, estabeleceu-se a obrigatoriedade da notificação de casos ocorridos e definiram-se normas de desinfestação, inclusive no meio rural. (FREITAS, 1999, p. 256-260).

A criação de normas disciplinadoras do ambiente citadino revelava que, embora os hábitos rurais e urbanos se fundissem ou alternassem com frequência, a Cidade de Goiás adotou de maneira peculiar os princípios modernizadores dos grandes centros. Nela, as casas residenciais construídas no alinhamento das ruas, com frentes estreitas e quintais extensos, fachadas sem adornos, paredes espessas e inúmeras janelas, que davam notícias da rua e dos vizinhos, continuavam a compor a fisionomia vilaboense. Entretanto, a partir do início do século XX, vários edifícios tiveram suas fachadas modificadas ou adaptadas com elementos decorativos do neoclássico e do ecletismo, do mesmo modo que inúmeros beirais do período colonial foram substituídos por platibandas. No interior das residências, dormitórios sem insolação ou ventilação externa, a varanda alpendrada voltada para o quintal e a cozinha instalada em um puxado eram bastante comuns. Os poços e cisternas no quintal forneciam água para as atividades cotidianas. Nas fontes e chafarizes, as aguadeiras recolhiam a água potável. Poucas moradias dispunham de privada e chuveiro em seu interior. (COELHO, 2001, p. 19; FREITAS, 1999, p. 257-258).

Sobre a precariedade estrutural e a estética urbanística vilaboense foi construído o discurso mudancista. Rixas políticas, interesses econômicos, paixões bairristas e inúmeros discursos médicos, religiosos, saudosistas e modernistas atravessaram o processo de edificação e transferência da capital. Em 1937, a Cidade de Goiás saiu da efervescência política, social e cultural do Estado. Debates foram travados em prol da permanência de instituições como o Liceu e o Gabinete Literário. Tal foi o motivo de descontentamento: a ausência de quaisquer investimentos na reestruturação e modernização da cidade. Na década de 1940, a comunidade antimudancista encabeçou o processo de reconhecimento da Cidade de Goiás como monumento nacional. Tal reivindicação de representações valorativas da tradição político-cultural da cidade

inaugurou um novo momento para a sociedade vilaboense. (GOMIDE, 2004, p. 130-131).

Entre os discursos mudancistas e antimudancistas travaram-se debates sobre a legitimação da tradição e da modernidade, da permanência e da contínua mudança. Sobretudo, discutia-se a criação de novas relações políticas, de novos lugares sociais e significados culturais. Construía-se, fundamentalmente, novas identidades. Numa década fervilhante de discursos sobre a tradição, a modernidade, o casamento, o divórcio, a família, os divertimentos mundanos, a emancipação das mulheres e a política médico-higienista, muito se falou e se escreveu sobre o comportamento e normatização de corpos e mentes. O entusiasmo ou a reprovação desses novos tempos caracterizaram inúmeras crônicas, charges, poesias e propagandas jornalísticas. Nos jornais da época, tais opiniões e análises caracterizaram leituras multifacetadas das representações masculinas e femininas.

1.3. A IMPRENSA NO BRASIL E EM GOIÁS – O *CORREIO OFICIAL*

As transformações econômicas, os avanços tecnológicos e a adoção de novos padrões de comportamento e consumo delinearam a sociedade da Primeira República brasileira. Nesse contexto, insere-se também a modernização da cultura da informação.

1.3.1. A imprensa no Brasil

Ao retomar a trajetória da imprensa brasileira, do final do século XIX ao início do XX, percebe-se uma crescente substituição do trabalho artesanal pelo trabalho industrial gráfico. No interior das oficinas, a divisão e a especialização das atividades se intensificou. Aprimoraram-se técnicas e estratégias para baratear o preço dos exemplares, aumentar a tiragem e o número de páginas, assim como para exibir um produto que atendesse aos caprichos e anseios de uma sociedade ávida por novidades. O telefone, o telégrafo, a máquina de escrever e as máquinas fotográficas portáteis otimizaram as possibilidades de produção e transmissão de notícias. A ampliação da rede de transporte, por sua vez, possibilitou uma maior circulação de revistas, jornais e da própria notícia. (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83-84; LUCA, 2008, p. 149-150).

Sustentáculo da grande imprensa, desde os debates sobre a abolição da escravidão e a proclamação da República, a verve política continuava a pontuar os diários matutinos ou vespertinos que proliferaram nos centros urbanos, sobretudo em São Paulo e na capital federal. Mas as notícias não mais se restringiam a isso: charges, crônicas, entrevistas, reportagens, propagandas, seções especializadas direcionadas ao esporte, lazer, moda, culinária, literatura, festividades e programações culturais enchiam as páginas e os olhos de homens e mulheres cidadãos. Significativamente, as cores e as imagens, a partir do início do século XX, estruturavam a apresentação gráfica que caracterizava a moderna interação ou sobreposição do visual estético, valorativo e informativo sobre o texto escrito. Sobretudo, ampliou-se a rede de profissionais envolvidos no processo de informar ao leitor; não mais sob o jugo da doutrinação passional ou moralista, mas da suposta neutralidade na apuração dos fatos e na transmissão das notícias³². (LUCA, 2008, p. 152-153).

A partir da década de 1920, a quantidade de títulos jornalísticos no país aumentou significativamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sobretudo aqueles direcionados ao leitor urbano das camadas médias.³³ Com uma linguagem direta e coloquial, jornais como o vespertino paulistano *Folha da Noite* (1921) enfocavam primordialmente os assuntos da cidade, ao invés de textos densos sobre eventos internacionais. Chateaubriand somou ao seu conglomerado os jornais *O Globo* (fundado em 1925), a *Folha da Manhã* (1925), o *Diário da Noite* (São Paulo, 1925) e fundou o *Diário de São Paulo* (1929) e o *Diário da Noite* (Rio de Janeiro, 1929). Em sua grande maioria, eram jornais de oposição à perene flutuação de partidos políticos em torno das oligarquias locais e do Governo Federal. (LUCA, 2008, p. 165-166).

³² Entre os jornais do início da Primeira República, o *Estado de São Paulo*, fundado em 1875, fruto de uma aliança entre oligarquias rurais e a burguesia nascente, de ideologia elitista mesclada a um discurso de defesa do cidadão, abocanhava um espaço privilegiado. No Rio de Janeiro, o periódico situacionista *O País* alcançou um alto índice de tiragens e grande popularidade. Ainda na capital federal, *O Jornal do Brasil* (1891) marcou o cenário jornalístico com editoriais que destacavam o noticiário estrangeiro, recrutando correspondentes internacionais em seus países de origem. Destacaram-se ainda, no Rio de Janeiro, *O Jornal do Commercio*, fundado em 1838, de linha partidária, além do *Diário de Notícias* (1885) e do *Correio da Manhã* (1901), oposicionistas e críticos. Em 1924, Assis Chateaubriand, magnata das comunicações no Brasil entre a década de 1930 e 1960, adquiriu os periódicos *A Noite* (1911) e *O Jornal* (1919), dando início aos conglomerados de comunicação da Rede Globo e dos Diários Associados. Em seu auge, os *Diários Associados* foram o maior conglomerado de mídia da América Latina, contando com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

³³ A década de 1920 foi marcada pela expansão jornalística e também por inúmeras crises políticas. Em 1923, foi aprovada a Lei de Imprensa, conhecida como Lei Adolfo Gordo, duramente criticada por limitar a possibilidade de expressão e estabelecer responsabilidade penal, prisão e multas para o que fosse qualificado como abuso de imprensa.

Além dos jornais de grande circulação, a Primeira República foi recheada por inúmeras revistas literárias e de variedades.³⁴ As primeiras, escritas por intelectuais parnasianos ou modernistas, promoviam as letras e criticavam os modelos políticos, econômicos e culturais conservadores, utilizando-se de crônicas de cotidiano, artigos literários ou de temáticas diversas, poesias e charges. Contudo, os poucos recursos e o seleto público leitor tornaram semelhantes empreendimentos tão polêmicos quanto fugazes. As revistas de variedades, por sua vez, derramaram sua ode à modernidade, à higiene, à civilidade e ao consumo de produtos importados em páginas de papel *couché*, recheadas de crônicas, piadas, amenidades, belas ilustrações e fotografias. Os bairros pobres, as ruas desprovidas de *glamour*, os dilemas e conflitos do processo de urbanização eram engolfados nas banalidades do dia a dia. (COHEN, 2008, p. 107-113).

As imprensas anarquista, comunista, de trabalhadores imigrantes ou da comunidade negra questionavam o outro lado da tão propalada modernidade: as infames condições de trabalho e a ausência de proteção jurídica, os salários achatados e as constantes altas inflacionárias, assim como as prisões arbitrárias e o preconceito que transformava a miséria em caso de polícia.³⁵ Com forte atuação mobilizadora, tais periódicos exerciam também a função de revigorar os laços comunitários e agregar interesses específicos, promovendo ou divulgando eventos culturais, esportivos e sociais. (COHEN, 2008, p. 118-120).

Entre as revistas ilustradas, o segmento dedicado às mulheres se sobressaía. De receitas de bolo, produtos de beleza, modismos parisienses, conselhos amorosos aos cuidados domésticos, o padrão da esposa e da mãe ideal era delimitado. Nesse âmbito, a *Revista Feminina* (1914-1936), financiada pelas assinaturas de suas leitoras e por uma indústria de produtos de beleza, caracterizou-se como uma das mais importantes e longevas. Suas temáticas, abordadas de maneira pedagógica, abrangiam a família, o casamento e os cuidados domésticos, sob uma perspectiva conservadora e vinculada aos preceitos cristãos. Nas décadas de 1920 e 1930, em consonância com as transformações desse contexto, novas demandas eram inseridas em suas páginas. Dentre elas, o assassinato de mulheres, em nome da honra masculina, era intensamente repudiado.

³⁴ Dentre as revistas literárias, destacavam-se a *Revista do Brasil*, fundada em 1916, de propaganda nacionalista; a *Klaxon* (1922) e a *Estética* (1924), de vanguarda modernista; além da *Revista de Antropofagia* (1928-1929), de Oswald de Andrade. Dentre as revistas de variedades, havia a *Revista da Semana* (1901), *O Malho* (1902), *Fon fon* (1907), *Careta* (1908), *Pirralho* (1911) e *Tagarela* (1915).

³⁵ Como exemplos, os jornais *O amigo do povo* (1902), anarcosindicalista; *La Barricata* (1903), do operariado imigrante; *A Voz do Trabalhador* (1925), comunista, e *Menelick* (1915), da comunidade negra.

Contudo, o desquite e a proposição do divórcio também foram igualmente criticados. Coube às mulheres, principalmente, a manutenção da felicidade conjugal. Sobretudo, a instrução e o trabalho feminino foram incentivados, em prol da família, dos filhos e do sempre almejado casamento. (SOARES, 2012, p. 4-10).

Entretanto, desde fins do século XIX, periódicos femininos – cujos artigos centravam-se na luta pelos direitos das mulheres, e não apenas nos cuidados familiares e estéticos – ganhavam adeptos e críticos. É o caso do jornal *O Sexo Feminino*, fundado por Francisca Senhorinha Motta Diniz, em 1873, em Minas Gerais. Cabe também destacar o jornal *A família*, lançado em 1888 por Josephina Álvares de Azevedo. Tais periódicos criticavam as angelicais representações femininas – desprovidas de motivações intelectuais e ambições profissionais – que legitimavam os discursos de inferioridade civil e jurídica das mulheres. (PINTO, 2003, p. 31-32).

No século XX, da mesma forma, várias mulheres criticaram as representações femininas estereotipadas e alheias às demandas feministas, assim como as tradicionais idealizações de rainha do lar e de santa-mãezinha, estampadas na grande imprensa e nas revistas ilustradas. Desejava-se não apenas encurtar os cabelos e desfrutar dos confortos modernos, mas, especialmente, a igualdade jurídica, social e econômica. Tais mulheres – intelectuais, professoras, operárias, entre outras profissões – escreveram em periódicos conservadores ou incendiários ou, até mesmo, fundaram revistas e jornais em prol da emancipação das mulheres.

Em inúmeros artigos escritos para a grande imprensa, as sufragistas, cuja principal representante era a FBPF, defendiam o voto, a instrução e a emancipação econômica das mulheres. Virgiliana de Souza Sales, fundadora da *Revista Feminina*, sustentou, por sua vez, um feminismo cristão resguardado pelas tradições. As anarquistas, entre elas Maria Lacerda de Moura, em artigos para periódicos como *A Plebe* (1917), afastaram-se da luta por direitos políticos das mulheres e posicionaram-se a favor de uma radical transformação no ordenamento social, em oposição à exploração capitalista.³⁶ Ao final da década de 1930 e de inúmeros debates, a inclusão política das mulheres registrou uma importante vitória no processo da emancipação das mulheres. (PINTO, 2003, p. 36-38).

³⁶ Como exemplos da imprensa feminista anarquista, registre-se a revista *Anima e Vita* (1905), da socialista Ernestina Lesina; a *Renascença* (1921), de Maria de Lacerda Moura; os manifestos anarquistas da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, de 1920; assim como o manifesto das operárias do setor do vestuário, publicado no jornal *A Terra Livre*, em 1906.

No desenrolar da Primeira República, a imprensa aprimorou técnicas, discursos e sensibilidades coerentes com a velocidade e a transitoriedade característica do imaginário moderno. Não apenas farejou notícias de última hora, mas influenciou instituições políticas, culturais e científicas, assim como instigou novos voos profissionais, financeiros, industriais e, principalmente, de consumo. Enfrentou ainda enquadramentos da censura, empastelamento de gráficas e violências contra os seus colaboradores. De maneira discreta ou explícita, inúmeros políticos não hesitaram em comprar opiniões. Mas o desafio maior da imprensa brasileira consistiu em transcender a quantidade vexatória de leitores de um país continental e, da mesma forma, superar a defasagem temporal e material interposta entre as diferentes sociedades e suas respectivas desigualdades econômicas. De um lado, as gráficas modernas de jornais e revistas dos grandes centros urbanos; do outro, os periódicos e boletins efêmeros produzidos e distribuídos artesanalmente, em fábricas e lugares de convivência de trabalhadores, imigrantes, anarquistas, negros e feministas. (ELEUTÉRIO, 2008, p. 84-86).

De maneira interativa, a imprensa transmitia as notícias e os bastidores do desenrolar republicano, assim como construía os discursos, recortava os momentos e registrava as memórias singulares de uma época em transformação. Tais representações revelavam as expectativas que delineavam o perfil das cidades e das identidades, nesse contexto histórico. No processo de conscientização e construção da emancipação das mulheres, a imprensa desempenhou um papel fundamental. Por meio de jornais e revistas, as representações sobre o feminino foram elaboradas ou reforçadas, em um jogo de imagens ou palavras de reivindicação, resistência ou negociação. Nos grandes centros e nos interiores do país, os discursos acerca do feminino perenemente dialogavam com os modelos da modernidade e da tradição.

1.3.2. A imprensa em Goiás

Em Goiás, o primeiro jornal impresso data de 1830, no arraial de Meia Ponte. Da escassa, porém diligente produção jornalística do início do século XIX, até a propagação, no século XX, de inúmeros títulos – de caráter político, informativo, literário, esportivo, acadêmico, religioso, trabalhista ou feminino – por várias localidades goianas, um longo caminho de debates e polêmicas pontuou os escritos cotidianos. Sobre a imprensa goiana, Braz W. Pompêo de Pina Filho (1971), a AGI -

Associação Goiana de Imprensa (1980) e José Mendonça Teles (1989) elaboraram importantes balanços.

Em 1829, o presidente da Província, Miguel Lino de Moraes (1827-1831) requereu ao governo federal uma tipografia para o Estado. A recusa a esse requerimento não impediu que o comendador Joaquim Alves de Oliveira – comandante geral do distrito de Meia Ponte, atual Pirenópolis – adquirisse com recursos próprios uma tipografia. De caráter iluminista e liberal, o jornal *A Matutina Meiapontense* (1830-1834) foi lançado em 5 março de 1830, sob a direção de Joaquim Alves de Oliveira e a redação do Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Em suas páginas foram publicadas as atas do governo, reproduzidas as notícias nacionais e internacionais, referindo-se a fatos e programações locais e exprimindo opiniões de políticos e intelectuais por meio de crônicas. Dos conflitos entre indígenas e colonos, passando por anúncios sobre fuga de escravos e abarcando até uma reivindicação feminista, coube a esse periódico o inédito papel de narrar o cotidiano da sociedade meiapontense e goiana do período imperial. Posteriormente, em 1836, o presidente da Província, José Rodrigues Jardim, adquiriu a tipografia d'A *Matutina* e, no ano seguinte, foi iniciada, na capital, a publicação do segundo jornal do Estado – o *Correio Oficial*, foco desta pesquisa. (TELES, 1980, p. 50-55).

Na segunda metade do século XIX, sobretudo na Cidade de Goiás, as melhorias na infraestrutura urbana, os investimentos educacionais e a adesão às influências culturais dos grandes centros refletiam nos debates abolicionistas e republicanos³⁷, bem como nas disputas políticas locais da elite vilaboense. Esse impulso de desenvolvimento cultural atingia, sobremaneira, a imprensa vilaboense que, além da publicação do *Correio Oficial*, registrou a circulação de mais de 30 jornais na segunda metade do século XIX, entre os quais se destacavam: *O Tocantins* (1855-1857), *Alto Araguaia* (1866-1873), *O Comércio* (1879-1884), *O Publicador Goiano* (1885-1892) e *Bouquet* (1885-1886). Tais jornais – noticiosos, literários, ou, em sua grande maioria, de vinculação política – circularam por breves períodos, em dias da semana não definidos e impressos em prelos particulares ou na Tipografia Provincial. (TELES, 1980, p. 58-62),

³⁷ Entre os goianos marcadamente influenciados pelos ideais liberais estrangeiros e pelas discussões abolicionistas e republicanas que permearam o Rio de Janeiro e São Paulo, encontravam-se o abolicionista e jornalista José do Patrocínio Marques Tocantins, o Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, assim como o jornalista e jurista, Antônio Félix de Bulhões Jardim. Esse último, também abolicionista e defensor da causa republicana, escreveu e dirigiu jornais oposicionistas efêmeros, mas sobretudo, incendiários, entre os quais: *Monitor Goiano* (1866-1869), *Província de Goiás* (1869-1873) e *Tribuna Livre* (1878-1884) – maior jornal abolicionista goiano, cujo editor era José do Patrocínio Marques Jardim.

O início do período republicano marcou a ascensão da oligarquia dos Bulhões ao Executivo goiano. Vinculados a atividades burocráticas e liberais, no entanto, os Bulhões defendiam os interesses políticos ligados à agropecuária goiana. Ainda em 1884, os irmãos Antônio Félix e José Leopoldo de Bulhões Jardim fundaram o jornal republicano *Goyaz*, em circulação até a atualidade. Tal periódico noticioso caracterizou-se pela defesa das ideias abolicionistas, republicanas, positivistas, laicas, progressistas e em favor da outorga do casamento civil, assim como pela crítica mordaz a seus adversários. (PINA FILHO, 1971, p. 58-59),

De fins do século XIX ao início do XX, foram fundados vários periódicos noticiosos, políticos e culturais nas diversas cidades do interior de Goiás, como Porto Nacional, Palmeiras, Rio Verde, Catalão, Luziânia, Silvânia, Itumbiara, Anápolis e Jataí³⁸. Muitos eram os jornais oposicionistas a desfiarem artigos combativos à política bulhonista. No inaugurar do século XX, com a emergência do grupo Xavier Almeida, os debates acalorados via imprensa não tiveram trégua. Aos periódicos oposicionistas juntaram-se o jornal *Goyaz* – de propriedade dos Bulhões e, nesse novo cenário, destituído do poder político. Com a ascensão da oligarquia Caiado ao poder Executivo, novas coligações e oposições marcaram as páginas dos periódicos. A produção de artigos, charges e notas virulentas ou sarcásticas colocaram em evidência jornalistas e/ou políticos como Joaquim Bonifácio de Siqueira, Mário de Alencastro Caiado, Abílio Wolney, Americano do Brasil, Albatênio Caiado de Godoy, Zoroastro Artiaga, Cileneu Marques de Araújo (Leo Lynce), Moisés Santana e Alfredo Nasser, entre outros.

Nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento capitalista que avançava dos grandes centros do país adentrava as cidades do sul e sudoeste do Estado, com a implementação da estrada de ferro, as reformas na infraestrutura urbana e o consequente crescimento na produção dessa região. Proporcionalmente, crescia a insatisfação dos grupos políticos do sul e sudoeste do Estado com a hegemonia política da oligarquia Caiado.

Tais rixas políticas dominavam as páginas de inúmeros jornais oposicionistas. Entre os de maior destaque, pode-se citar: *O Sertão* (1920), fundado por Antônio Martins Borges, em Rio Verde, no qual colaborava seu genro Pedro Ludovico Teixeira; *O Sudoeste* (1923), fundado por Pedro Ludovico Teixeira e Ricardo Campos; *O Ipameri*

³⁸ Como exemplos: *Folha do Norte* (1891-1893), de Porto Nacional; *Monitor do Sul* (1895-1896), de Palmeiras; *Oeste de Goiás* (1896-1898), de Rio Verde; *Norte de Goiás* (1905-1985), de Porto Nacional; *Jatay* (1910-1914), de Jataí; *Brasil Central* (1931), de Silvânia, transferido para Goiânia em 1949 e *O Estado de Goiás* (1932-1956), de Pires do Rio.

(1926), desta localidade³⁹ e *A Voz do Povo* (1927-1933), fundado por Mário d'Alencastro Caiado e dirigido também por este, além de Augusto Jungman e Jorge de Moraes Jardim, da Cidade de Goiás. Por outro lado, o jornal *O Democrata* (1916-1930), fundado e dirigido por Antônio Ramos Caiado, defendia os interesses dessa oligarquia até o espocar da Revolução de 1930. (TELES, 1980, 63-70).

Após o episódio revolucionário de 1930, Pedro Ludovico Teixeira assumiu o poder Executivo em Goiás. Vinculado ao grupo político do sul e sudoeste goiano – composto por agropecuaristas e profissionais liberais – o interventor buscou estabelecer novas metas econômicas e produtivas para o Estado, adequando-se aos ideais de progresso, modernidade, higiene e urbanidade propalados pela política varguista. Dentre os novos objetivos, a construção de Goiânia e a transferência da capital se destacavam e, também, despertavam opiniões de entusiasmo e repúdio.

A gestão administrativa de Pedro Ludovico Teixeira, as estratégias políticas de seu governo e a questão mudancista eram os assuntos preferidos da imprensa da década de 1930. Dentre os principais periódicos desse período pode-se citar: *A Coligação* (1933-1936) – fundado por Alfredo Nasser, José da Silva Paranhos e Vítor Coelho de Almeida, antagonista ferrenho ao governo de Pedro Ludovico; *O Social* (1933) dirigido por José Honorato da Silva e Souza e Vasco dos Reis Gonçalves; *O Liberal* (1931-1935), de Jataí, dirigido por Gabriel Anconi, que tinha como colaboradores Pedro Ludovico Teixeira e Laudelino Gomes de Almeida. Obteve destaque, ainda na década de 1930, a fundação dos jornais *O Popular* (1938) – órgão criado pela Empresa J. Câmara & Cia – e *Folha de Goiaz* (1939) – periódico criado por Gerson Castro Costa e posteriormente adquirido pelos Diários Associados. Desvinculados de partidos políticos e dispendo de um moderno corpo gráfico e publicitário, tais periódicos inaugurariam em Goiás o jornalismo com feições comerciais. (OLIVEIRA, 1980, p. 96-97; TELES, 1980, p. 71).

Nas primeiras décadas do século XX, as transformações econômicas e políticas do cenário goiano modificaram as condições produtivas, alavancaram novos atores sociais e estimularam novos hábitos de consumo, de entretenimento e de arte. A percepção do tempo e a vivência das sensibilidades estavam definitivamente atreladas a

³⁹ O redator Joaquim Rosa (1901-1982) – a partir de 1933, diretor desse jornal – ocupou lugar de destaque no jornalismo do período revolucionário e pós-revolucionário. Com a obra memorialística *Por esse Goiás afora* (1974), esse jornalista, posteriormente Intendente e ocupante da Promotoria Pública de Ipameri, delineou um panorama dos anos que antecederam o período da Revolução de 1930 até o governo de Pedro Ludovico Teixeira, numa cáustica crítica ao continuísmo político.

conceitos como modernidade, velocidade, higiene, progresso e nacionalismo. Não demorou para que a imprensa de cunho social, literário ou cultural reportasse ou construísse opiniões otimistas e reprovadoras acerca dessas novas tendências. Entre tais periódicos cabe destacar: *O Marimbondo* (1911-1913) – de Luziânia, de perfil crítico e literário; *Brasil Central* (1931-1949) – de Silvânia, noticioso e religioso; e *Pirineus* (1931) – de Pirenópolis, político e literário. Da mesma forma, a revista *A Informação Goiana* (1917-1935), editada por Henrique Silva, acabou se estabelecendo como um periódico mensal de caráter informativo e literário, com ênfase na divulgação e propaganda do Estado. (TELES, 1980, p. 68-71).

Nesse arcabouço de transformações políticas e culturais que caracterizaram as primeiras décadas do século XX, intercalando a manutenção das tradições sociais com o exercício das práticas de resistência, foram fundados por mulheres importantes periódicos, de cunho literário e noticioso. Dentre eles, o jornal manuscrito *O Baumann* (1905-1908). Sua fundadora, Maria Paula Fleury de Godoy, fez sua estreia na literatura goiana ainda com onze anos: além de vários livros publicados, posteriormente colaborou com a revista *Fon Fon* (1907) e com o *Jornal das Moças* (1914-1965), no Rio de Janeiro e, também, com a *Revista Feminina* (1914-1936), em São Paulo.

O jornal *A Rosa* (1907), por sua vez, teve como fundadores Heitor de Moraes Fleury e sua esposa, Josephina Caiado Fleury. Esse jornal contou com a colaboração de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora Coralina), Alice Augusta de Sant'Anna Coutinho, Rosa Santarém Godinho Bello, Leodegária de Jesus, Illydia Maria Perillo Caiado e Judith Fleury. Cabe ressaltar que, segundo os costumes desse período, a maioria das colaboradoras utilizavam pseudônimos franceses. O jornal era impresso em papel cor-de-rosa e, no cabeçalho, juntamente com o título, estampava-se uma rosa, contornada de preto. Por fim, o jornal *O Lar* (1926) era dirigido por Oscarlina Alves Pinto e tinha como redatoras Altair de Camargo, Ophélia do Nascimento, Maria Ferreira e Yeda do Nascimento. Entre as colaboradoras, Laila de Amorim, Maria Paula Fleury Godoy e Genesy Caiado de Castro – essa última dirigia também o periódico *A Folha Goyanna*, do Gabinete Literário.

Tais periódicos – embora definidos por suas próprias fundadoras como de caráter amador e desprovidos de ambição literária – centrariam seus objetivos no exercício da atividade intelectual e no usufruto, por parte de suas autoras, de certa autonomia. As demandas das mulheres pela emancipação profissional e econômica, a defesa do divórcio e do sufrágio universal não fariam parte ainda dos discursos desses

periódicos das décadas de 1910 e 1920. Todavia, na década de 1930, os debates sobre tais questões passaram a ocupar a grande imprensa goiana – política e noticiosa – sobretudo da Cidade de Goiás. Paulatinamente, a escrita das mulheres conquistou novos espaços. Conforme Rodrigues (1982, p. 36), Alice Augusta de Sant’Anna Coutinho, uma das colaboradoras do jornal *A Rosa*, e a professora Maria Henriqueta Peclat⁴⁰ escreveram anonimamente para o periódico *Voz do Povo*, inclusive sobre temas políticos.

Dentre tantos jornais veiculados na Cidade de Goiás na década de 1930, destacava-se o *Correio Oficial*. Tal periódico registrava uma notória produção de crônicas e artigos sobre os debates e desafios sociais, econômicos, políticos e culturais do cotidiano vilaboense e nacional. Com discursos de deificação ou de reprovação dos padrões de comportamento tradicional ou moderno, o *Correio* participava da construção de valores, práticas e representações identitárias dos homens e, especialmente, das mulheres da Cidade de Goiás.

1.3.3. O *Correio Oficial*

Órgão noticioso de caráter oficial e o segundo jornal mais antigo do Estado, o *Correio Oficial* permeou, em suas páginas, inúmeros vislumbres das transformações, permanências e ambiguidades do contexto goiano do século XIX ao XX. A história desse periódico foi pontuada por inúmeras descontinuidades.

Em 15 de março de 1836, o então presidente da Província, José Rodrigues Jardim, adquiriu a antiga tipografia do jornal *Matutina Meiapontense* e sancionou a Lei Provincial nº 16, de 16 de março de 1836, de criação da Imprensa Oficial. Nessa lei foi estabelecida – como principal assunto do *Correio Oficial* – a divulgação de atos oficiais do Governo de Goiás, assim como de atos oficiais da Assembleia provincial de Cuiabá, compêndios de doutrina cristã, de aritmética, de geometria prática, noções de civilidade, entre outros assuntos considerados de interesse da Província de Goiás. Estabeleceu-se também, pela primeira vez, um orçamento específico para material, despesas e recursos humanos necessários ao funcionamento da tipografia oficial.

⁴⁰ Maria Henriqueta Peclat foi professora e, posteriormente, diretora da Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás. Coube-lhe realizar a mudança da Escola para a nova capital; a partir de então, denominada Escola Técnica de Goiânia. Destacou-se também pelo intenso envolvimento em atividades culturais e sociais da Cidade de Goiás.

Em janeiro de 1837, o Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury foi nomeado presidente da Província. Coube a esse antigo redator da *Matutina Meiapontense* e entusiasta defensor da imprensa goiana propiciar as condições necessárias para o funcionamento do segundo jornal goiano, na Cidade de Goiás⁴¹. Assim, em 3 de junho de 1837, após uma interrupção de três anos, a imprensa goiana retomou suas atividades com a fundação do *Correio Oficial* de Goiás. (TELES, 1980, p. 55-56).

O *Correio* foi estruturado em quatro páginas, divididas em duas colunas – de maneira similar ao *Matutina Meiapontense* – e circulava às quartas e sábados, sob a direção interina de Mariano Teixeira dos Santos (1810-1902), anteriormente tipógrafo do *Matutina*. O *Correio* circulou de maneira contínua por quinze anos e, a partir de 11 de agosto de 1838, sob a direção efetiva do Monsenhor Joaquim Vicente de Azevedo. Após esse período, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *O Tocantins*, fundado em 1855 pelo Cel. Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz. Nesse mesmo ano surgia a *Gazeta Oficial de Goiás*, periódico semanal dirigido por João Luiz Xavier Brandão, em substituição ao *Correio Oficial*. (PINA FILHO, 1971, p. 34; TELES, 1989, p. 31-34).

O *Correio Oficial* voltou a circular em 14 de maio de 1864, novamente sob a direção do Monsenhor Joaquim Vicente de Azevedo e com a colaboração do antigo tipógrafo, Mariano Teixeira dos Santos. Em 26 de abril de 1890, a publicação desse periódico foi interrompida mais uma vez, em decorrência de ato baixado pelo então governador da Província, major Rodolfo Gustavo da Paixão (1853-1925). O governador justificou tal medida com o propósito de adquirir um novo prelo; aquisição que nunca foi concretizada. Com a supressão do *Correio*, os atos governamentais passaram a ser publicados no *Goyaz* (1884), periódico dirigido por Antônio Félix de Bulhões Jardim. (TELES, 1980, p. 56-57).

Acerca da abordagem ideológica desse periódico, o *Correio Oficial* adotou a linha monarquista até a Proclamação da República. A questão abolicionista, que provocou acalorados debates em outros periódicos goianos, foi discutida por esse jornal numa perspectiva dualista que procurou apresentar possíveis prós e contras à abolição dos escravos. Na segunda metade do século XIX, o *Correio* não registrou a mesma regularidade de publicação que havia caracterizado seus primeiros anos de existência.

⁴¹ Em de 4 de setembro de 1837, O Pe. Gonzaga sancionaria a Lei Provincial nº 15, que fixava os vencimentos do diretor da Tipografia, do compositor, do ajudante, do aprendiz e do servente, bem como os gastos com aluguel, papel, tinta e demais despesas referidas à impressão do jornal.

Por outro lado, seu formato e estrutura sofreram transformações positivas. Confeccionado em papel jornal, suas páginas, agora em número de seis, foram divididas em três colunas. Os artigos, a partir de então, abordavam os mais diversos assuntos; não apenas atos e comunicados oficiais, mas também propagandas, notícias, cartas, discursos, aulas públicas e atividades sociais. (PINA FILHO, 1971, p. 57).

Em 4 de outubro de 1894 surgiu um novo órgão da imprensa oficial – o *Semanário Oficial* – cujas publicações foram interrompidas em 1900 e retomadas somente em 1906. Em 1911, outra interrupção na publicação desse jornal; no ano seguinte foi novamente reativado. Em 1913, após mais uma interrupção, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *A Imprensa*, de propriedade do Cel. Pacífico Marques Aranha, até 1914.

Em janeiro de 1915, o *Correio Oficial* foi reativado, sob a forma de publicação semanal e impresso em uma tipografia particular. A partir de 1921, o jornal passou a ser publicado regularmente e não sofreu mais nenhuma interrupção. A exceção coube apenas ao dia 16 de março de 1936, quando circulou pela última vez na Cidade de Goiás. No dia 8 de abril de 1936, o *Correio* fez sua estreia na nova capital do Estado: Goiânia. E a partir de 12 de janeiro de 1944, passou a ser denominado *Diário Oficial*⁴². Cabe ressaltar que, conforme Teles (1980, p. 63- 64), a partir de 1921, a publicação do *Correio* tornou-se diária. Mas de acordo com a pesquisa realizada nessa dissertação, consultando os próprios jornais, até 1929 a publicação desse periódico era restrita a três dias semanais (terças, quintas-feiras e sábados). Somente a partir de 1930 é que tal publicação tornou-se diária. Contudo, em diversas ocasiões ao longo da década de 1930, o jornal não foi publicado. Os motivos – noticiados nas páginas do *Correio* – eram os mais diversos, como falta de papel, substituição da impressora, problemas no maquinário, feriados ou dias próximos a eles, reforma da sede da imprensa, falta de tinta preta e a respectiva utilização de tinta azul, entre outras justificativas. E, no ano de

⁴² No dia 31 de dezembro de 1943 encerrou-se a circulação do *Correio Oficial* e, pelo Decreto-Lei n. 8.304-43, suas atribuições passaram à responsabilidade do *Diário Oficial*, cuja primeira edição data de 12 de janeiro de 1944. Com a reforma administrativa promovida pelo governo de Goiás, na forma da Lei Estadual n. 13.550, de 11 de novembro de 1999, o CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, detentor de algumas empresas consorciadas, entre as quais a Gráfica de Goiás, que cuida conjuntamente da confecção do *Diário Oficial* e do *Diário da Justiça* – entrou em processo de liquidação e desconstituição. A mesma lei originou, ainda, a Agência Goiana de Comunicação – AGECOM, que absorveu todas as empresas do CERNE, inclusive a Gráfica de Goiás, passando a administrá-las a partir de então. Atualmente, a Gráfica de Goiás cuida da impressão, circulação, arquivo e divulgação do *Diário Oficial*, tendo o carácter de Imprensa Oficial do Estado de Goiás. (Cf. <http://pt.io.gov.mo/Links/record/493.aspx>).

1933, se noticiava que “o ‘Correio Oficial’, da semana próxima em diante, será matutino”. (*Correio Oficial*, 25/11/1933, p. 8).

Em 1930, conforme um editorial sobre o aniversário do *Correio Oficial* (13/05/1930, p. 7), esse periódico – subordinado à Secretaria do Interior e Justiça – era dirigido pelo secretário José Gumercindo Marquez Otero e tinha como diretor-gerente Abelard de Vellasco. Ao celebrar o aniversário do jornal, tal artigo retoma os principais fatos da história do *Correio* do século XIX ao XX, dentre eles a criação da Imprensa Oficial do Estado, em julho de 1927, por meio da lei n. 316, regulamentada pelo decreto n. 5692. Nesse editorial – escrito ao final do último governo de influência caiadista em Goiás – são ressaltadas, sobretudo, as mudanças implementadas no *Correio Oficial* a partir do governo de Brasil Ramos Caiado, como a aquisição de um novo prelo e a ampliação do material tipográfico. Sob o governo de Alfredo Lopes de Moraes, foi dada continuidade ao aparelhamento das oficinas e do quadro de funcionários da redação do *Correio*, assim como foram incluídos os suplementos pedagógico e judiciário em suas páginas.

Vinculado ao Estado de Goiás, o *Correio* buscou aumentar sua receita ao longo da década de 1930, disponibilizando cópias de legislações goianas para venda, cedendo o prelo para outros trabalhos tipográficos, ampliando sua periodicidade e, de maneira idêntica a todos os jornais noticiosos, por meio da comercialização de assinaturas e de espaço para anúncios e propagandas⁴³. No início de 1930, um editorial do *Correio Oficial* (22/02/1930, p. 7) divulgava uma tabela detalhada com os valores cobrados para a publicação de anúncios diversos nas páginas desse periódico, assim como informava o preço da assinatura anual, para funcionários públicos ou não. Em outro editorial (*Correio Oficial*, 24/05/1930, p. 7), comunicava-se que estava à venda na repartição desse jornal: coleções de leis e decretos de períodos diversos, constituições do Estado, relatórios de governo, regulamentos do ensino primário, assim como da Escola Normal, do Hospital de Caridade, da Junta Comercial, da Força Pública, do Serviço Sanitário, da repartição do próprio periódico, entre outros.

Em outubro de 1930, o presidente do Estado em exercício, Humberto Martins Ribeiro, foi deposto pelo movimento revolucionário. Uma Junta Governativa composta pelos políticos Mário d’Alencastro Caiado, Pedro Ludovico Teixeira e pelo

⁴³ No *Correio Oficial*, por toda a década de 1930, manteve-se a veiculação de propagandas de assinaturas e de espaço para publicidade, assim como a veiculação de anúncios de venda de cópias das leis, constituições e regulamentos do Estado.

desembargador Emílio Francisco Póvoa governou o Estado por um curto período, até a posse do interventor, Pedro Ludovico Teixeira. Nesse ínterim, algumas medidas – como a publicação diária do periódico – foram implementadas no *Correio*, embora com “a mesma feição que vem tendo de há muitos anos”, como reforçava um editorial (*Correio Oficial*, 15/11/1930, p. 7). Conforme esse artigo jornalístico, tal mudança tinha como meta tornar públicos com rapidez os atos da Junta Governativa e das Secretarias de Estado. Outra medida, a criação de uma “Secção de Obras do *Correio Oficial*”, para a execução de trabalhos tipográficos “em diversas cores” – como folhetos de leis, discursos, papéis cartoriais, talões, faturas, envelopes, cartões de visitas – foi divulgada em outro editorial do *Correio Oficial* (15/11/1930, p. 8).

Em 10 de setembro de 1934, foi criada a AGI – Associação Goiana de Imprensa – por iniciativa do diretor do jornal *Voz do Povo*, Albatênio Caiado de Godoy (1893-1973), na Cidade de Goiás. Entre os membros de sua diretoria, Mário Mendes e Jaime Câmara (1909-1989), respectivamente, diretor efetivo e diretor interino do *Correio Oficial*. Era dado início ao processo de organização e profissionalização da classe jornalística goiana⁴⁴. A arte gráfica, por seu turno, segundo o jornalista Claro Augusto de Godoy (1896-1986), caracterizava-se como de composição artesanal, letra por letra, tipo por tipo, exigindo muito tempo na composição de um jornal. (GODOY, 1980, p. 143). Porém, no decorrer da década de 1930, a composição a frio (*off-set*) substituiu a mecânica (prelos e linotipos); paulatinamente, o processo de distribuição e circulação dos periódicos também foi modernizado. Conforme nota do *Correio Oficial* (23/11/1934, p. 4), a partir dessa data, o periódico era entregue via Correio Postal aos seus assinantes⁴⁵.

Em Goiás nesse período, os obstáculos ao desenvolvimento da imprensa, além do restrito público leitor, não se restringiam a questões estruturais e econômicas; atingiam também os próprios jornalistas. Formada por médicos, advogados, funcionários públicos e políticos, a classe jornalística, em sua grande maioria, obtinha seus rendimentos daquelas atividades alheias à imprensa. Os artigos eram marcadamente vinculados aos posicionamentos políticos de cada órgão de imprensa. A apuração dos fatos carecia de correspondentes e repórteres locais. As informações

⁴⁴ Somente em 1966 foi criado o curso de jornalismo no Estado, na Universidade Federal de Goiás.

⁴⁵ Todavia, em nota anterior (*Correio Oficial*, 31/01/1934, p. 8), avisava-se aos assinantes em débito que suas assinaturas seriam canceladas caso não efetuassem o imediato pagamento. Curiosamente, nessa mesma nota, pedia-se aos assinantes regulares que porventura não estivessem recebendo normalmente o periódico – em decorrência de mudança do distribuidor –, que entrassem em contato com a redação do jornal.

nacionais e estrangeiras eram recortadas de outros periódicos ou telegrafadas do Rio de Janeiro. Artigos inspirados nas acaloradas polêmicas políticas, culturais e, após 1933, sobre a transferência da capital, ocupavam as páginas do *Correio Oficial*.

Frequentemente, jornalistas e colaboradores redigiam seus textos sob pseudônimos. Em 1935, Venerando de Freitas Borges (1907-1994), ex-prefeito de Goiânia, escreveu diversos artigos no *Correio* a respeito da questão mudancista, sob dois pseudônimos. Em depoimento, Borges (1980, p. 335) afirmava que, embora tal postura pudesse ser interpretada como covardia, ele não assinava os artigos por uma questão de ética. Sobre alguns desses articulistas foram encontradas informações que serão apresentadas ao longo da análise de seus textos. Já outros permanecem incógnitos, como aqueles, por exemplo, cuja assinatura se resumia a apenas uma letra. Várias mulheres, redatoras ou colaboradoras de jornais, do século XIX ao XX, também resguardaram seus nomes e sobrenomes tradicionais sob pseudônimos. Em Goiás, a escritora goiana Maria Paula Fleury de Godoy escrevia comumente sob o pseudônimo de *Marilda Paulínia*. Por sua vez, Oscarlina Alves Pinto, diretora e redatora do jornal *O Lar*, assinava o que registrava em prosa; suas poesias, todavia, eram identificadas apenas por três asteriscos. Em um contexto em que as atividades femininas raramente abarcavam a escrita nos jornais noticiosos e políticos de grande circulação, tais crônicas eram redigidas predominantemente por autores masculinos. Uma das exceções coube aos artigos sobre educação, escritos por professoras e alunas, publicados no suplemento pedagógico. A outra, coube à produção de textos literários escritos também por mulheres, sob pseudônimo, publicados no *Correio* em 1934.

Na década de 1930, o *Correio Oficial* ocupou lugar de destaque na imprensa goiana. Constituído por comunicados oficiais, notícias e artigos jornalísticos, tal periódico era redigido por políticos, funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas e colaboradores diversos. Suas matérias, em geral, eram distribuídas em 8 a 12 páginas. Todavia, por ocasião da publicação de suplementos do poder Legislativo, regulamentos do ensino primário, regimento interno do Superior Tribunal de Justiça de Goiás, entre outras publicações oficiais, o número de páginas podia dobrar ou até mesmo triplicar. A distribuição dos assuntos e a nomenclatura das colunas modificaram-se ao longo dos anos, mas, de maneira esquemática, podem-se dividir as seções em: *Gabinete da Presidência*, *Atos do poder Executivo*, *Secretaria de Estado*, *Finanças de Estado*, *Noticiário*, *Editais* e *Notas Sociais*.

De uma forma geral, as primeiras páginas eram dedicadas aos comunicados do poder Executivo e das Secretarias de Estado, por meio da publicação de despachos, ofícios, circulares, decretos, portarias, boletins de estatísticas e regulamentos. Havia também, nessas folhas, notas sobre o noticiário internacional e nacional, assim como artigos de opinião. Nas páginas intermediárias, por sua vez, além da continuidade dos registros das pautas oficiais e da publicação de editais, eram estampadas notícias diversas sobre instituições públicas da capital e de outros municípios. Da mesma forma, os avisos e comunicados de estabelecimentos comerciais, entidades religiosas, bem como de exames escolares do Liceu, da Escola Normal, da Escola de Direito, de Odontologia e de Farmácia de Goiás eram registrados nessas páginas. Nas últimas folhas encontravam-se algumas publicações oficiais, mas, sobretudo, o noticiário social da Cidade de Goiás, cuja seção centraliza as análises desta pesquisa.

Nas páginas destinadas ao noticiário social, uma miscelânea de informações, no formato de notas, artigos e crônicas sobre o cotidiano vilaboense e nacional, intercalava-se a propagandas e algumas notas oficiais. Em geral situavam-se nas últimas páginas. Na década de 1930, as seções do noticiário social do *Correio* não podiam ainda ser definidas como colunas sociais, dada a irregularidade das matérias, ausência de autoria, cabeçalho ou páginas fixas. Conforme conceituam Rabaça e Barbosa (1978, p. 102), coluna é uma seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, de modo geral assinada, e escrita em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Constitui-se de notas, crônicas ou artigos, podendo utilizar, conjuntamente, várias dessas formas. As colunas possuem um título ou cabeçalho constante e são frequentemente diagramadas numa posição fixa e na mesma página, o que facilita a sua rápida localização pelos leitores. Contudo, as características que vieram a popularizar esse tipo de produção jornalística – que, no Brasil, se desenvolveu a partir dos anos 50, tendo como expoente o colunista Ibrahim Sued – já existiam no *Correio Oficial*.

Nessa seção denominada, na maioria das vezes, como *Notas Sociais* registravam-se notas sobre aniversários, falecimentos, viagens e de agradecimentos. As atividades sociais – como festas, programações de cinema, retretas musicais, atividades esportivas – e, curiosamente, boletins meteorológicos⁴⁶, também eram inseridas nesse

⁴⁶ Nesse boletim, constavam informações meteorológicas sobre os diversos municípios goianos. Curiosamente, não equivalia a previsões de tempo e, sim, a condições climáticas de cada localidade, em dias anteriores.

espaço. Outro informe inusitado, realizado com menos frequência, referia-se ao de objetos perdidos: “Perdeu-se, nesta Capital, importancia superior a dois contos de reis (2:000\$000), embrulhada num papel creme. Gratifica-se bem a que encontrando dita quantia, entrega-la ao sr. Artur de Bastos. (*Correio Oficial*, 19/12/1935, p. 4).

Da mesma forma, os artigos jornalísticos – escritos por professores, intelectuais, médicos e religiosos – sobre as reformas educacionais, a educação sexual, o feminismo e a lei do divórcio eram publicados nessa seção. O artigo jornalístico, segundo Melo (1994, p. 119), tem por princípio deslindar uma questão da atualidade, oportunizando ao público uma determinada maneira de percebê-la ou de julgá-la. É uma matéria por meio da qual o articulista participa e interfere na vivência coletiva, denotando a sua condição de intelectual compromissado com o presente. Verifica-se que, em algumas edições, esses textos foram registrados em destaque nas primeiras páginas do jornal. Artigos iniciados nas primeiras páginas, em algumas edições, eram concluídos na última folha.

Alguns editais e notas oficiais eram também intercalados ao noticiário social. Nessa mesma seção, os textos publicitários encontraram o seu espaço. As propagandas de remédios e fortificantes, revistas, vitrolas, calçados femininos, modistas e estabelecimentos comerciais delinearam – com humor, entusiasmo e uma boa dose de otimismo – seus produtos e serviços. Sobre tudo, as crônicas de cotidiano, ocuparam a seção social com assiduidade. Conforme define Melo (1994, p. 159), a crônica é produto do jornal, porque dele depende para a sua expressão pública, intimamente ligada à atualidade, porque se filia aos fatos do cotidiano. A crônica preenche as três condições fundamentais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva. Com uma linguagem que alternava a ironia, a crítica contundente, o saudosismo, o entusiasmo ou a idealização romântica, as crônicas do *Correio* abordavam as novidades e polêmicas da década de 1930.

Nas seções sociais do *Correio Oficial*, episódios do cotidiano eram relatados de maneira pessoal, em tons elogiosos, sarcásticos, exaltados ou confidenciais. Os bastidores da notícia e quem/ou o que era considerado notícia ganhavam destaque. Por detrás de textos aparentemente despretensiosos, que versavam sobre amenidades sociais e culturais, construíam-se juízos de valor, que buscavam direcionar com sutileza ou vivacidade a opinião pública. Como aponta Melo (1994, p. 138), o próprio ato de selecionar os personagens e os episódios que mereciam ser narrados, ou melhor, interpretados, revelava o seu caráter opinativo. Tais textos não apenas relatavam, mas também interpretavam e sugeriam novos significados aos episódios e dilemas

cotidianos. Analisar as representações sobre o feminino, inseridas e construídas nos artigos e crônicas que versavam sobre questões socialmente atribuídas às mulheres é a proposta a seguir.

2. A FELICIDADE DOMÉSTICA: ENTRE A TRADIÇÃO E A TRANSGRESSÃO

No contexto da década de 1930, a imprensa reafirmava o seu lugar privilegiado como instrumento de construção e validação de modelos de comportamento e expectativas de futuro. Nas crônicas, artigos e propagandas, representações do ideal familiar tradicional, de acordo com o projeto de um Estado moderno e civilizado, eram divulgadas. Nessa perspectiva, a inserção da medicina higiênico-sanitarista na organização e disciplina do lar estabelecia novos parâmetros de atuação das mulheres e, também, polêmicas com os segmentos sociais conservadores. Discussões controversas, como sobre o divórcio e os novos comportamentos femininos, revelavam a existência de transgressões e resistências no ordenamento social, tradicionalmente apoiado nas relações desiguais entre homens e mulheres. Ao reportar às práticas socioculturais vilaboenses, tais textos refletiam as perspectivas e práticas inéditas, difundidas pelos grandes centros. Novos modismos e comportamentos ensejavam diferentes posicionamentos no exercício dos papéis sociais – sobretudo no que diz respeito às mulheres –, além de questionamentos dos padrões de conduta conservadores. Nesse bojo, o consumo de diferentes produtos, valores e identificações era almejado por homens e mulheres, intimamente vinculados por relações nas quais o poder e a moral se enredavam.

2.1. LAR, DOCE LAR

O lugar da mulher é no lar. A sua missão é ser esposa, o seu destino é ser mãe. A sua finalidade bio-physiologica é perpetuar a espécie, é procrear, é materializar os milhões de almas em evolução para o infinito.

(Correio Oficial, 12/04/1931, p. 4)

Zelar pela família e pela vida doméstica. Cotidianamente, esse era o *dever-ser* que definia e regulava a condição das mulheres, por meio da elaboração e naturalização de representações e práticas sociais. Contudo, na virada do século XIX para o XX, inúmeras transformações culturais, políticas e econômicas fomentaram distintos conceitos e percepções do tempo, do espaço e da alteridade, desencadearam complexos desdobramentos sociais, assim como ventilaram diferentes perspectivas de atuação histórica para homens e mulheres.

Durante o século XIX, no Brasil, a ascensão social burguesa evidenciou e concebeu uma nova mentalidade acerca da família. Novas sensibilidades, afetividades e vivências delimitaram a atuação das mulheres burguesas na esfera privada, na qual eram responsáveis pelo bem-estar do marido, pela educação e proteção dos filhos e pelos serviços domésticos. Aos homens, competia o trabalho produtivo e as atividades ligadas à esfera pública⁴⁷. Restringiu-se a família a um pequeno núcleo, desvinculado dos antigos agregados parentais ou dos serviçais, no qual competia à mulher a preservação da reputação moral e, inclusive, da aparência de sucesso financeiro e prestígio social da família. Tal idealização foi adotada, sob diferentes matizes, nos contextos urbano e interiorano da diversidade social, econômica e racial brasileira. A partir do século seguinte, passou a ser identificada como um parâmetro de adequação e aspiração social de praticamente toda a população. (D'INCAO, 2009, p. 223; SCOTT, 2012, p. 17-18).

Essa denominada *Belle Époque* caracterizou-se por heterogêneos discursos sobre a tradição, a modernidade, os modismos, os ideais de consumo, as festividades, os afetos, a sexualidade e a participação política. Sobretudo a família tornou-se o cerne do investimento ideológico das políticas públicas do Estado, da medicina sanitária, dos segmentos sociais conservadores e dos novos padrões econômicos advindos do processo de urbanização. Tais discursos provocaram inúmeras polêmicas, corporificadas em crônicas e artigos jornalísticos reproduzidos por todo o país. Os debates em prol de mudanças políticas, sociais e culturais desencadearam processos que romperam barreiras – como a conquista do voto feminino e de direitos trabalhistas, ainda na

⁴⁷ Embora a dicotomia entre as esferas pública e privada seja considerada, em algumas análises, como universais e transculturais, o debate incide fundamentalmente na hierarquização estabelecida – a partir da inserção de saberes e poderes – entre essas esferas. A esfera privada – identificada com a natureza, a vida doméstica e os filhos – é vinculada ao feminino. A esfera pública – identificada com a cultura, a política e a preponderância de poder – é vinculada ao masculino.

década de 1930 – ou promoveram o amadurecimento estratégico – como a rearticulação do movimento feminista e a discussão sobre o divórcio, já na década de 1970.

Nas primeiras décadas do século XX, os segmentos sociais conservadores se mobilizaram, reafirmando em seus discursos valores tradicionais atravessados por conceitos emblemáticos como pátria, progresso, disciplina e civilidade. Nos grandes centros – e também em diversas cidades do país – os valores citadinos, liberais e capitalistas moldaram novos padrões, assertivos e cerceamentos. A família continuou a ser considerada como núcleo irradiador do ordenamento social.

Citada no início desse tópico, a crônica “Suffragismo e Gynecocracia”, escrita por Domingos Juliano – articulista e diretor do *Correio* no início da década de 1930 –, reiterava a definição dos papéis conjugal e maternal femininos das primeiras décadas do século XX. Casar-se e ter filhos era uma obrigação social, uma sina a ser cumprida impreterivelmente. Tal incumbência era reforçada pelo determinismo científico: a “finalidade bio-pysiológica” do gênero feminino tinha por objetivo único a perpetuação da espécie. Uma vez compelidas por essa missão e por esse instinto biológico, restava às mulheres cumprir seu destino de esposa, mãe e dona de casa – ao infinito. Quaisquer outras ambições ou perspectivas que questionassem os papéis de mãe e esposa vinculadas economicamente, socialmente e moralmente ao lar eram desaprovadas, como é afirmado em outro trecho dessa mesma crônica:

Essa emancipação sonhada pelas mulheres virá abalar profundamente a família, senão destruí-la, e a maternidade tornar-se-á então um desfecho meramente mecânico das imposições da natureza. [...] Contenta-se a mulher com o seu papel inapagável e nobre na sociedade e na vida do homem. Contenta-se com os direitos que lhe já são assegurados, e volte os olhos para as páginas transcendentais do grande e sábio livro da natureza, onde a obediência às suas leis é o mandamento fatal e inapelável. (*Correio Oficial*, 12/04/1931, p. 4).

Tais argumentos evidenciavam, uma vez mais, a divisão desigual das esferas de atuação de homens e mulheres. Procurava-se legitimar as atribuições ditas femininas, de forma exclusiva e excludente em relação a quaisquer atividades intelectuais, profissionais e econômicas ditas masculinas. Em uma sociedade que se edificava sobre práticas de ostentação e de ocultamento estratégicos, as delimitações dos lugares sociais de atuação masculina e feminina tornavam-se imprescindíveis.

Em defesa do ordenamento familiar tradicional – frente às mudanças sociais e políticas encetadas pela difusão de novos padrões culturais e econômicos – a Igreja, por sua vez, também se pronunciou nos púlpitos, nos eventos públicos e na imprensa da

Cidade de Goiás. Durante a década de 1930, Frei Gonçalo Carneiro Leão⁴⁸, da ordem dominicana, publicou um grande volume de artigos no *Correio*. De caráter doutrinário e pedagógico, seus textos pregavam enfaticamente contra o cientificismo, o ensino laico, o divórcio, o comunismo e a educação sexual. Outros textos de sua autoria eram constituídos de narrativas inspiradas em relatos bíblicos. Além disso, o religioso proferia várias palestras sobre essas temáticas, em cerimônias religiosas no salão do Liceu e no Centro Intelectual Católico, fundado em 1933. Atuante e polêmico, Frei Gonçalo entabulou debates públicos, por meio da imprensa, contra as teses progressistas apresentadas, por exemplo, no Congresso das Municipalidades Goianas, realizado na Cidade de Goiás, em 1933⁴⁹. Sua arraigada campanha contra a educação sexual e o divórcio ocuparam, igualmente, as páginas e as mentes dos leitores vilaboenses.

Coerente com o discurso católico de sacralização da família, o artigo intitulado “Salário Familiar”, escrito por Frei Gonçalo, reiterava a ideal matrimonial reprodutivo da mulher.

Quando se ligou pelo contracto do matrimônio, aceitou, como dever primario, a obrigação de ser esposa e mãe. Um tal contracto prefere a tudo e a mulher não pode aceitar cousa alguma que viole este compromisso. *Ipsa facto*, qualquer outro contracto, em opposição, é nullo em pleno direito; nulo e deshumano porquanto tende á deformação de um character sagrado e impede uma creatura humana de attingir seu fim. [...] A mãe não é mãe para por o proprio filho na creche e a espantosa mortalidade infantil demonstra, bem melhor que todos os raciocínios, as terríveis consequências que derivam da violação desta lei. (*Correio Oficial*, 28/10/1934, p. 1).

Buscava-se nesse texto, sobretudo, incompatibilizar a capacidade das mulheres de atuar conjuntamente na esfera pública e na esfera doméstica e familiar. Os discursos jurídico e religioso são agregados com o objetivo de legalizar e, ao mesmo tempo, naturalizar esses lugares sociais. Competia às mulheres o cuidado perene e constante com a prole. O afastamento do lar, para desempenhar atividades ligadas ao mundo do trabalho ou da política, colocava em risco a tarefa de formar cidadãos instruídos,

⁴⁸ Embora o Frei assinasse seu texto de diferentes maneiras, adotou-se como padrão nesse trabalho, a citação de seu nome completo nas referências.

⁴⁹ Presidido por Laudelino Gomes, o Congresso dos Prefeitos realizou-se com o objetivo de debater e elaborar o programa do Partido Social Republicano. Dentre as teses programáticas discutidas e votadas: a mudança da capital – conforme reportagem do *Correio Oficial* (24/01/1933, p. 10-11), a unanimidade em torno dessa proposta dispensou votação –, o divórcio – sobre essa tese foi aprovada uma fórmula mediana entre as propostas divorcistas e não divorcistas – e o ensino laico, entre outras. Ainda conforme o que foi noticiado pelo *Correio*, destacaram-se nas sessões desse congresso os debates promovidos pela “ala esquerda”, composta pelos jovens Colemar Natal, Paulo Fleuri, Wagner Estelita Campos e Dario Delio Cardoso.

organizados e disciplinados. E, principalmente, abria brechas ao questionamento da autoridade incontestada do marido.

Tamanha ênfase nos cuidados com a infância – uma vez que as crianças eram consideradas o futuro da sociedade brasileira, idealizada como higiênica e civilizada – justificava-se por esses se constituírem num dos principais projetos de investimento social e econômico do país. Nessa perspectiva, a responsabilidade materna pelo desenvolvimento físico, mental e emocional das crianças é tema de outra crônica do *Correio*; desta feita, assinada por Getulino Artiaga:

É natural que parte dos falecimentos desses pequeninos sêres, cujos físicos pouco resistentes não enfrenta certos abalos patológicos, são atribuídos aos males hereditários, que poderiam ser evitados ou, pelo menos diminuídos, si fosse perfeita a educação das futuras mães, orientada nos princípios de sua sagrada função maternal. E, si até hoje, não tem sido perfeita a educação das mães, que diremos para o futuro, em que as mulheres serão governadoras de Estados e Países, orientadoras da política, dirigentes dos serviços, e vestirão calças e coletes? Às mães cabe grande parcela de trabalhos na educação da criança, que começa no berço, desde a mais tenra idade, desenvolvendo-lhe a sensibilidade do cérebro e aperfeiçoando-lhe os condutores nervosos. Começam-se fazendo a criança sentir os movimentos do mundo exterior, proporcionando-lhe exercícios à visão, audição, tacto e olfato. [...] Eis no que consiste a educação sensorial, entregue ao desvelo das mães pela força da necessidade de acompanhar, de perto, os menores movimentos do desenvolvimento da criança, que só por elas podem ser apreciados. (*Correio Oficial*, 25/02/1934, p. 4).

Ao levantar as causas gerais da mortalidade infantil no país, em fins do século XIX e início do XX, os médicos destacavam a hereditariedade, a ignorância e a pobreza como as mais importantes. Entre os motivos particulares, apontavam: os transtornos digestivos, os distúrbios respiratórios e as causas natais e pré-natais. A ignorância e o despreparo das mulheres também eram causas da alta taxa de mortalidade das crianças, uma vez que as mães pobres – cujo acesso a informação e ao saber médico era praticamente inexistente – não sabiam cuidar da higiene dos recém-nascidos. Essa situação justificava por si só a interferência da medicina no cotidiano das classes desfavorecidas, na disciplinarização de seus atos às regras científicas produzidas pelo saber competente. (RAGO, 1985, 126-127).

Entretanto, o discurso da crônica acima citada revela a inquietação do saber médico não apenas com a educação das mães pobres; mas, principalmente, com a educação das mães pertencentes à elite vilaboense. Preocupa-se também com a possibilidade dessas mães abdicarem da denominada “educação sensorial” das crianças, para serem “governadoras de Estados e Países, orientadoras da política e dirigentes dos

serviços”. Como habitualmente defendido nos discursos médico, religioso e jurídico, contrários à atuação das mulheres na esfera da vida pública, tal perspectiva era excludente da maternidade, visto ser necessário “acompanhar, de perto, os menores movimentos do desenvolvimento da criança”. Não à toa, essas mulheres foram descritas usando “calças e coletes”, distantes dos signos do que era identificado com o feminino.

Outro articulista do *Correio* que produziu várias crônicas de cotidiano, cujo perfil foi possível delinear, chamava-se Emelcy de Oliveira. Algumas observações sobre esse autor são encontradas numa crônica assinada por “D. J.” – provavelmente as iniciais de Domingos Juliano, articulista e diretor do *Correio* no início da década de 1930 –, em que dizia: “[...] meu mestre e amigo Emelcy de Oliveira é já um velho. [...] Cabisbaixo, passa pela rua filosofando, passos de tartaruga, cofiando as longas barbas brancas”. (*Correio Oficial*, 04/07/1931, p. 6). Em outra crônica, desta feita, do próprio Emelcy, revelava sua formação religiosa ao relatar uma visita aos Freis Gonçalo, Benevenuto e Germano, no Convento dos Dominicanos, onde afirmou ter passado os melhores dias de sua infância. (*Correio Oficial*, 03/10/1931, p. 8). Professor aposentado, Emelcy escrevia regularmente no jornal durante a primeira metade da década de 1930. As crônicas de estilo nostálgico – que exaltavam a tradição e a memória – eram publicadas com o subtítulo de *Coisas Velhas*; por sua vez, as crônicas de ode ao progresso – que exaltavam algumas novidades culturais ou sociais – eram publicadas com o subtítulo de *Coisas Novas*.

Na crônica “Com a saúde pública”, assinada por Emelcy, outras críticas são estendidas às mães, desta feita, as que confiavam os filhos aos cuidados de empregadas.

A saúde das crianças, em Goiás, não tem merecido de nós o carinho que devíamos ter. Os nossos filhos são educados num abandono revoltante. É verdade, e precisamos fazer justiça, existem muitas mães que educam seus filhos de maneira merecedora de todos os aplausos. Outras, porém, os entregam á empregadas pouco escrupulosas, completamente ignorantes, que não cuidam, como merecem, da saúde dos meninos que lhe foram confiados. Conduzindo esses pequenos seres para o jardim publico vão permitindo que eles derribem doces nas calçadas sujas para depois os levar á boca, sem ao menos os limpar ou pior ainda, limpando-os no seu vestido, muitas vezes sujo. É mister, pois, que tenhamos criadas inteligentes, para que a educação de nossos filhos não fique prejudicada, quer física quer intelectualmente. (*Correio Oficial*, 04/02/1932, p. 8).

Argutamente, tais discursos despojavam as mulheres que lutassem pelos ideais de emancipação ou pela própria sobrevivência, da sensibilidade materna e da própria feminilidade. Na idealização da família burguesa e higienizada, deixar a educação dos

filhos aos cuidados de amas ou empregados passou a ser visto com reprovação⁵⁰. As representações discursivas sobre a mulher e a maternidade percorreram inúmeros jornais de fins do século XIX e durante todo o XX, assim como estiveram presentes nos sermões da Igreja, na literatura, nos textos escolares e nas tradições locais. (D'INCAO, 2009, p. 229; PEDRO, 1994a, p. 24). Uma vez mais, as mulheres eram responsabilizadas de maneira exclusiva pela educação de seus filhos; a figura paterna, identificada como a do chefe familiar e do provedor econômico, sequer era mencionada. Pois, desde a década anterior, juristas, políticos e médicos sanitaristas prescreviam às famílias, sobretudo às mães, maior diligência nos cuidados higiênicos e alimentares das crianças⁵¹.

Os debates acerca dos cuidados direcionados à infância, às responsabilidades parentais, à utilização de creches e a quaisquer alternativas ao bem-estar familiar foram marcados, historicamente, por discursos antagônicos. A partir do século XX, num misto de enaltecimento e altruísmo, as mulheres foram convocadas a dedicar-se à família e, além disso, a serem educadas e produtivas socialmente, cotidianamente divididas em duplas e triplas jornadas, de culpas e recompensas. Obviamente, tais representações foram matizadas conforme as peculiaridades de cada contexto. Em Goiás não foi diferente.

Ao se analisar os artigos e crônicas do *Correio* cuja abordagem remetia às representações sobre a família, as diferenças de gênero na construção dos papéis sociais são evidenciadas. É possível entrever, nos textos desse periódico, a mobilização de certos segmentos sociais em estabelecer e manter ordenamentos, disciplinas e constrangimentos, seja nos discursos de modernização dos costumes, seja nos discursos de moralização conservadora. Não estava em pauta, em nenhum desses modelos propostos, a ideia de transformação das relações de poder, desigualmente estabelecidas de acordo com o gênero⁵². Resguardar a organização familiar tradicional de quaisquer

⁵⁰ A partir do século XVII, na Europa, iniciou-se um processo de modificação da percepção e definição do conceito de infância, no qual os adultos foram compelidos a dedicar maior atenção à vida e à educação das crianças.

⁵¹ Nessa perspectiva, nos grandes centros brasileiros da década de 1920, a utilização dos serviços das denominadas “amas mercenárias” foram amplamente criticados pela medicina sanitarista. Num misto de discursos higienista e eugenista, as mães eram conclamadas a amamentar seus próprios filhos. Sobre as amas de leite, em geral mulheres pobres, imigrantes ou negras, recaíam tentativas de controle por meio de exame sanguíneo, sob a alegação de possível contágio de doenças como tuberculose e sífilis.

⁵² As desigualdades estabelecidas no ordenamento social de acordo com as diferenças econômicas também foram sugeridas em alguns textos, de maneira evidente ou evasiva. A política – que tradicionalmente mobilizava contendas e artigos jornalísticos virulentos na Cidade de Goiás –, da mesma forma, deixaria sua marca nas crônicas de cotidiano.

intervenções ou resistências que a colocassem em risco era prioridade, como é enfatizado nessa crônica que relatava as agruras de um viúvo:

Enviuei... coitado... Mas, que infelicidade! Os meus filhinhos órfãos, como irão viver... A inocência ainda lhes não permite enfrentar a vida sem o farol materno... Mas, como é que eu vou viver, pária do amor, agora! Cruelmente desarticulado de minha mulher... sentindo em tudo dentro de casa palpitar ainda alguma coisa de sua vida, da sua beleza, do seu encantamento! No aroma da alcova, o mesmo perfume... no jardim, as mesmas rosas e as mesmas roseiras que ela plantou... na sala, os seus quadros, os seus jarros, o seu capricho... na varanda, a mesa de jantar, o seu lugarzinho, que nunca mais sentirá o seu contato macio, cheiro de eletricidade amorosa! [...] Outra mulher? Jamais... porque desconheceria, não teria, não poderia ter a sensibilidade sublime daquele que morreu... (*Correio Oficial*, 23/11/1933, p. 8).

Nessa crônica, uma vez mais, o lugar das mulheres é circunscrito ao lar – entre quadros, rosas e jarros – e aos cuidados devotados aos filhos e ao marido. Os recursos estilísticos melodramáticos constroem no discurso imagens bucólicas e nostálgicas. As lembranças da falecida esposa e mãe reinam sobre o ambiente doméstico, na figura da reverenciada rainha do lar. Tal crônica até podia ser interpretada unicamente como uma saudosa homenagem à companheira falecida, não fosse pelo final do texto, no qual o viúvo casa-se novamente, em poucos meses, e afirma em tom confidencial:

Segundo trigésimo dia. No mesmo lugar da éça, o padre, benzendo nos salva as alianças simbólicas, declara-nos casados, o que eu confesso que fui levado a fazer, apenas, creiam, não para que os meus filhos tivessem outra mãe, mas, para que eu tivesse outra mulher... (*Correio Oficial*, 23/11/1933, p. 8).

A rapidez com que a personagem do viúvo renunciava a seus sentimentos de devotamento a insubstituível esposa falecida, socialmente costumava ser justificada como uma atitude em prol do bem-estar e amparo dos filhos. Hipótese prontamente negada pelo viúvo; o novo casamento fundamentava-se primordialmente nos interesses e necessidades dele. Observa-se também, nessa crônica, que seu autor claramente ironizava as adequações e hipocrisias dos papéis sociais, a fragilidade do estereótipo de rainha do lar. Pois, tal representação não remetia à exaltação e valorização das atividades das mulheres e, sim, ao enquadramento desse gênero em funções delimitadas e despersonalizadas. O título de rainha do lar em nada alterava as estratificações de poder, que localizavam o homem como chefe da família, provedor econômico, e a mulher como submissa e dependente, vinculada ao ambiente doméstico.

No contexto da sociedade brasileira e vilaboense das primeiras décadas do século XX, a viuvez feminina e masculina foi percebida de maneira diferenciada. Para

as mulheres, o tempo de luto, as circunstâncias de um novo casamento e o próprio perfil de um futuro consorte eram perscrutados pela família, pela Igreja e pelo grupo social no qual estavam inseridas de maneira mais contundente. Sinais de inadequação podiam colocar em dúvida a moralidade da viúva, inclusive podendo ser estendidos tais questionamentos ao seu comportamento no primeiro casamento. Tais cerceamentos e diligências moralizadoras se adensavam sobre as mulheres de famílias tradicionais⁵³.

A representação de família ideal permeava não só as crônicas e artigos jornalísticos, mas também os anúncios e propagandas. Um anúncio intitulado “Negocio Oportuno” dizia:

Um rapaz de bons costumes procura uma família pequena – que não tenha crianças barulhentas ou mulher que faça rusgas com o marido – para ceder-lhe pelo preço de 50\$000 mensais parte da casa n. 38 da Rua Ernestina, a saber: sala, quarto, sala de jantar, dispensa, cosinha com ótimo forno e quintal. (*Correio Oficial*, 24/12/1931, p. 33).

O anunciante se apresentava convenientemente como um jovem, dito como de boa família, à procura de uma família, cujas crianças fossem disciplinadas e a esposa subserviente. Sobre o marido, nenhuma prescrição. Afinal, competia à mulher transigir, tolerar e silenciar sobre as “rusgas” e divergências domésticas, para que o modelo de família perfeita se tornasse realidade. Uma vez mais, designava-se às mulheres o encargo de salvaguardar os princípios da harmonia, da condescendência e da disciplina no lar. Porém, a própria necessidade de reforçar tais idealizações sobre as mulheres denota a possibilidade de brechas e resistências a tais enquadramentos.

Uma nota, intitulada “Boa Vida”, a respeito desse mesmo anúncio, foi publicada no jornal dias depois, com os seguintes dizeres:

Rapaz de bons costumes, procura uma família pequena, que não tenha crianças barulhentas, ou mulher que faça rusgas com o marido para ceder-lhe pelo preço de 50\$000 mensais, parte da casa etc. [...] Se o rapaz tem bons costumes e o casal não faz sarilhos, nem tenha sogra nem filhos que cometam disparate, viverão como os cardumes de sardinhas... em tomate. (*Correio Oficial*, 29/12/1931, p. 37).

O texto, de estilo sarcástico e irônico, desconstrói e questiona a existência – a partir do anúncio do “rapaz de bons costumes” – do modelo familiar considerado

⁵³ Vestidas com austeridade e vigiadas até a velhice, as viúvas se casavam novamente com uma frequência menor que os homens, sobretudo nos interiores do país. Tais circunstâncias eram agravadas, como ainda acontece nos tempos atuais, devido a procura de esposas cada vez mais jovens, tanto por parte dos homens solteiros como dos viúvos.

adequado pelo locatário do imóvel. A inserção, nesse texto, do estereótipo da sogra – identificada como um membro familiar contestador e, por isso mesmo, indesejável – só reforça a intenção do autor em ressaltar a existência de conflitos e oposições à organização de poderes instituída no recinto doméstico. Conforme Maluf e Mott (1998, p. 376), no modelo familiar tradicional, ancorado no Código Civil de 1916, cumpria ao marido decidir sobre as questões mais importantes como a forma de apropriação e aplicação dos recursos financeiros e dos bens simbólicos da família, assim como sobre a educação e a profissionalização dos filhos. Cabia também a ele decidir sobre o emprego da violência, considerada legítima, nos casos de desavenças domésticas.

Assinada com o pseudônimo de Tonô, uma crônica de 1933 assim ressaltava o emprego da força e da coerção masculina como elemento de evidente virilidade:

De fáto, o sr. Tãozinho têm razão. As mulheres adoram o sofrimento. As mulheres têm a volúpia da dor. Volúpia da dor, entendam bem. Não queremos dizer volúpia do rêlho... É bem certo que ha casos de mulher que gosta de apanhar, mas isso não é regra geral: constitue um caso patológico. Dizem alguns que as luzitanas amam os bofetões, que gostam do amor barulhento... Não acreditamos. As mulheres não querem ter a menor dúvida sobre a superioridade dos homens. Elas querem ter a certeza de que, diante de um homem, não passam de um molambo, isto é, que o homem, se o quisesse, poderia, a mãos limpas, esmigalhá-las, com a mesma facilidade com que se esfrega com os dedos uma murissoca... As mulheres adoram a masculinidade em toda a extensão da palavra. Aliás o sr. Tãozinho que vem revelar-se, entre nós, um grande psicólogo, conhecedor profundo das manhas femininas, já disse em outras palavras, em suas crônicas magistrais, a mesma coisa que vimos de afirmar. (*Correio Oficial*, 15/12/1933, p. 8).

Os anos de 1933 e 1934 caracterizaram-se por um período de acalorados debates sobre as questões a serem ratificadas ou excluídas do texto constitucional. Nessas circunstâncias, a defesa de posicionamentos acerca das mais variadas temáticas instigaram antigos e novos dilemas sociais. Inevitavelmente, era na imprensa que se manifestavam os discursos que ambicionavam mudanças, mas também aqueles que almejavam conter possíveis desvios indesejados na repercussão e na formação de opiniões. Nesse período, uma profusão de crônicas, notas, propagandas e artigos de estilo mais livre, sarcásticos, debochados ou até mesmo agressivos, marcou a seção “Sociais” do *Correio Oficial*. Inúmeras disputas, alfinetadas ou bajulações literárias entre os próprios cronistas percorreram tais textos jornalísticos⁵⁴.

⁵⁴ De novembro de 1933 a agosto do ano seguinte, o *Correio* foi dirigido pelo jornalista Mário Mendes, sucessor de Domingos Julianio. Em sua gestão, conforme notas e editoriais do próprio jornal, foram ampliadas as páginas de noticiário e inseridas seções de assuntos jurídicos, comerciais, econômicos,

Na análise dessa produção discursiva sobre as condutas sociais, percebe-se – a partir das numerosas crônicas de cotidiano publicadas no *Correio* – que o assunto preferencial era as mulheres. Ou melhor, as representações femininas, frequentemente distorcidas e misóginas, por meio das quais se buscava enquadrar as mulheres vilaboenses. Nas entrelinhas do escárnio, lugares de poder constituíam práticas e alimentavam estereótipos, num esforço de conter os avanços feministas, as mudanças de comportamento e de consumo cultural.

Na crônica citada anteriormente, o discurso da inferioridade biológica das mulheres é reiterado: a fragilidade, a passividade e a submissão são categorizadas como naturais. A potência sexual e o poder de atração masculino são exercidos por meio da dominação física e psicológica, “em toda a extensão da palavra”, com a aprovação do “psicólogo” Tãozinho, “profundo conhecedor das manhas femininas”, como ressaltado pelo cronista. A pretensa legitimação científica de determinadas necessidades, faculdades e desejos distintos – categorizados hierarquicamente – entre homens e mulheres constituiu-se num processo de recorrentes incorporações e resistências. Essa submissão imposta às mulheres, definida por Chartier (1995, p.37) como uma violência simbólica, caracteriza-se como uma relação de dominação – histórica, cultural e linguística – estrategicamente apresentada como uma diferença de natureza, portanto, indissolúvel e universal.

Na Cidade de Goiás, as brigas conjugais – documentadas nos registros policiais – envolviam em sua maioria as camadas populares, ainda em fins do século XIX. Quando a agressão ocorria em locais públicos, o agressor ficava sujeito a uma prisão correcional e a assinar um termo de bem-viver. Muitas dessas mulheres agredidas enfrentavam uma realidade de escândalos, violências e injustiças que as conduziam, com maior frequência, a atitudes de resistência. (RABELO, 2010, p. 210-211). Todavia, nas famílias tradicionais – de maneira similar a diversas realidades elitistas brasileiras – as discussões, as violências e os pequenos escândalos de alcova, que sorrateiramente ultrapassassem as grossas paredes geminadas do casario vilaboense, frequentemente eram distorcidos ou silenciados, em prol da reputação social e dos interesses econômicos e políticos.

Respeitadas as devidas especificidades de cada contexto, estudos sobre as mulheres populares de Florianópolis, no início do século XX, consideram que as

educacionais, religiosos, sociais e esportivos, entre outros. Após sua saída, Jaime Câmara, que exercia o cargo de contador caixa, foi nomeado diretor do jornal.

circunstâncias em que elas viviam – muitas sustentando suas famílias por meio de atividades informais – possibilitavam-lhes uma maior liberdade de circulação pelas praças, chafarizes e ruas das cidades, assim como de estabelecer laços de solidariedade com outras mulheres. Tal contexto igualmente entremeava maiores resistências perante as humilhações sofridas no ambiente doméstico. Nessa disputa pela sobrevivência nos espaços urbanos, desconstruíam-se os estereótipos da fragilidade, timidez, pudor e perene submissão das mulheres. Por sua vez, nas famílias da elite paulistana, das primeiras décadas do século XX, pesquisas apontam que as brigas conjugais geralmente se circunscreviam ao ambiente privado e eram resguardadas da notoriedade pública. Nos casos de emprego de violência física contra as mulheres, tais agressões só eram julgadas como excessivas e humilhantes se exercidas perante aquelas pessoas vistas socialmente como seus iguais. (SOIHET, 2009, p. 367; MALUF; MOTT, 1998, p. 377).

Ao longo da década de 1930, novas perspectivas de participação das mulheres na esfera pública foram apontadas e defendidas por diferentes segmentos sociais por meio da imprensa. Nos primeiros anos desse período, principalmente, as vozes favoráveis ou contrárias às mudanças tornaram-se mais contundentes, instigadas pelo debate e pela posterior ratificação do sufrágio feminino. No artigo “A mulher e sua sujeição econômica”, a autonomia das mulheres no âmbito econômico é defendida nos seguintes termos:

A mulher é creada para o casamento, seu fim único, e sua razão de ser. [...] A não ser, nos grandes centros, e mesmo assim em pequena escala, encontra a mulher campo livre para exercer a atividade de que é capaz, libertando-se econômica e portanto moralmente da tutela dos pais, irmãos, parentes etc. [...] Encarado este assunto sob o ponto de vista moral, não nos é dado compreender ser o mesmo condenável e antes julgamos que só o depreciarão aqueles que, incapazes de compreender o grande valor moral da mulher, julgam que somente no recesso do lar lhes é dado conservar a honra que, ainda o afirmam os fariseus, será poluída no entrevé da competição econômica da vida, tão facilmente conspurcável a julgam. [...] No dia em que a mulher, forte na sua independência econômica e moral for a única a escolher companheiro para a sua vida e pai para seus filhos, acreditamos bem, a vida será de uma moral melhor e raça mais sadia. (*Correio Oficial*, 11/03/1934, p. 2).

Salientava-se, nesse artigo, as interdições familiares, a incapacidade jurídica e a dependência econômica que eram impostas às mulheres, confinadas ao ambiente doméstico e cuja missão restringia-se ao matrimônio. Questionava-se, sobremaneira, os próprios signos fronteiros que delimitavam e localizavam homens e mulheres na vida pública e privada. Criticava-se a idealização das mulheres como anjos a serem resguardados ao lar e que, em contato com o mundo exterior – sem a intermediação e

proteção de pais, maridos e parentes –, podiam ser corrompidos. Contudo, no seu lugar, construía-se outra representação feminina, igualmente marcada por valores e responsabilidades morais: a mulher-heroína do lar e musa inspiradora de uma sociedade de caráter e raça mais sadia.

Todavia, para as mulheres, a vinculação automática da emancipação econômica com a emancipação das regras morais opressoras – como teorizava o articulista – não se realizou. A partir da década de 1930, gradualmente, elas conquistaram o direito de lutar por sua autonomia e autossuficiência econômica. Entretanto, as decisões e atividades a serem executadas no interior da esfera doméstica e familiar ainda eram atravessadas por desiguais relações de poder, que forjavam novas atividades, responsabilidades e afetos distintos para os gêneros masculino e feminino.

No lado oposto, em outro trecho do artigo “Salário Familiar”, Frei Gonçalo reafirmava as funções domésticas do gênero feminino e distinguia, desigualmente, as atividades produtivas masculinas e femininas.

O homem não é um ser isolado; Deus criou o não somente ser social, mas ainda ente familiar. Tem o direito de escolher uma companheira, de fundar uma família para educar os filhos. Para isto, porém, faz se mister possuir suficientes meios de existência. [...] Mas si a mulher não deve, geralmente falando, trabalhar fora, como o trabalho, no lar, é relativamente pouco importante por causa dos trabalhos absorventes da família, é necessário obter, de algum modo, os meios de viver. O trabalho do pae proverá a tudo. (*Correio Oficial*, 28/10/1934, p. 1).

Nesse fragmento, o autor salienta, novamente, as localizações hierarquizadas de homens e mulheres nas esferas sociais. No artigo, o Frei defendeu a tese de que o salário dos trabalhadores – categorizados como chefes de família – devia ser calculado de maneira a suprir todas as necessidades domésticas. Dentre outros argumentos, o religioso destacava o valor do trabalho masculino como provedor da família e a menor importância do trabalho feminino no âmbito doméstico.

Entretanto, desde o século XIX, inúmeras mulheres vilaboenses complementavam ou obtinham o sustento integral de suas famílias com as “relativamente pouco importantes” atividades laborais exercidas no âmbito doméstico. Tornaram-se populares e tradicionais as quitandas e bebidas produzidas por mulheres de várias dessas famílias. Juntamente com parentes e agregados, elas confeccionavam ou administravam pequenas indústrias caseiras de doces cristalizados e em calda, passas de caju, pastéis de nata, bolos de arroz e alfenins. As receitas eram guardadas e passadas de geração a geração. A fabricação de licores de murici, pequi, jabuticaba e jenipapo,

assim como de vinhos (de uva tipo moscatel, preta, branca e bastarda) e de cigarros, também conferiram prestígio a muitas famílias da Cidade de Goiás. (RODRIGUES, 1982, p.42-45).

Todavia, os cereais, víveres e outros alimentos básicos – como açúcar, café, sabão, peixe, arroz pilado, polvilho, rapadura – que não fossem produzidos ou cultivados nos ambientes domésticos, podiam ser adquiridos no Mercado Municipal da Cidade de Goiás. Por meio de notas, publicadas ao longo da década de 1930, o *Correio* informava aos seus leitores as tabelas de preços praticados nesse estabelecimento.

Ser uma boa dona de casa também implicava controlar os gastos domésticos, de modo a caber no orçamento familiar e, principalmente, nas restrições do marido. Acerca das donas de casa do início do século XX, considerava-se que pechinchar juntos aos donos dos estabelecimentos comerciais, fornecedores e autoridades, era percebido de maneira incômoda, mas legítima. Protestar em defesa da sobrevivência e da alimentação da prole era sempre entendido como um dever das mães de família. Na economia doméstica, as responsabilidades das mulheres eram diferenciadas, de acordo com a renda familiar. Às mulheres de elite cumpria administrar os gastos e as tarefas diárias dos que a elas estivessem subordinados e, também, as despesas e as atividades ligadas aos encontros festivos e culturais promovidos em sua casa ou em seu círculo social. As mulheres pobres, por sua vez, esperava-se que se desdobrassem em atividades informais e, se necessário, era presumido que se sacrificassem pela família. (PINSKY, 2012, p. 497).

Desde a década de 1920, com o Regulamento dos Serviços Sanitários do Estado de Goiás, os locais de venda, bem como as condições de armazenamento e de processamento de alimentos e bebidas, eram fiscalizados pelo governo. Não obstante, os problemas sanitários, as faltas de cuidado com o manuseio e as incertezas sobre a procedência dos alimentos e bebidas foram criticados, sobretudo na década de 1930, em diversas circunstâncias, principalmente por ocasião da transferência da capital. Evidências sobre as irregularidades de higiene e conservação dos produtos alimentícios foram mencionadas nas próprias propagandas:

Attendendo as dificuldades que se encontra actualmente para aquisição de farinha de mandioca boa e de procedencia insuspeita acabamos de contractar com produtores idoneos o fornecimento regular desse artigo, que se acha a disposição dos consumidores. Temos também a venda constantemente: arroz de machina de primeira, fuba de arroz, fuba de milho, fuba mimoso de milho, milho pilado para cangica. Casa

Sant'Anna. A Sant'Anna e Companhia, Goyaz-Capital. (*Correio Oficial*. 8/03/1930, p. 8.)

Além desses produtos básicos, inúmeros outros, importados dos grandes centros nacionais ou mesmo da Europa, eram consumidos pela elite vilaboense. Sobretudo no sudoeste goiano, desde a década de 1920, o fluxo de importação de produtos industrializados e de exportação de produtos agropecuários cresceu significativamente a partir da ampliação do sistema ferroviário e rodoviário, assim como pela popularização do automóvel⁵⁵. Na Cidade de Goiás, as revistas e os jornais, locais e dos grandes centros, assim como a propaganda, o cinema e outras atividades sociais, ensejavam modismos e novos objetos de desejo e consumo.

No *Correio*, o entusiasmo com as novidades refletiram-se nos textos e nas ilustrações das propagandas. O destaque dado à marca dos produtos divulgados buscava legitimar sua distinção e superior qualidade, como na propaganda da Padaria Goyana:

Esta padaria que se acha situada á Rua do Commercio nº 25 se encontra diariamente pão d'agua, pão mixto, pão "MANDY", pão folhado, pão doce, pão creolo e pão cuca. Roscas e rosquinhas de leite, bolachas d'agua e com doce, tudo feito com o maximo asseio e escrupulo. Brevemente fabricará o *Pão Completo* cuja farinha especialmente para este pão, chegará por estes dias. Tudo fabricado com farinha "BUDA" de primeira qualidade. Esta padaria não teme concorrência. Querem ser bem servidos? Lembrem-se da Padaria Goyana, a Rua do Commercio nº 25. (*Correio Oficial*, 27/02/1930, p. 6).

Os produtos refinados comestíveis, embora normalmente vendidos com os secos e molhados populares e de menor custo, direcionavam-se às famílias de maior poder aquisitivo. Nessa outra propaganda da Casa Sant'Anna foi divulgado apenas esse tipo de mercadorias: "Suco!!! Peras, maçãs, uvas moscatel, castanhas, nozes, avelãs, amêndoas. Acaba de receber e conserva em frigorífico a Casa Sant'Anna (junto a ponte nova, casa do Nenenzinho)". (*Correio Oficial*, 24/12/1931, p. 33).

Ao longo da década de 1930, novos produtos e marcas ilustraram as propagandas de jornais e as listas de desejos dos consumidores vilaboenses. Estimulavam-se novas experiências sensoriais, entremeadas aos modelos de modernidade e civilidade.

A Casa Nunes sita á rua do Commercio numero 13, já recebeu os magnificos vinhos portuguezes que esperava. Importados directamente de Portugal e dos melhores

⁵⁵ Em 11/02/1930, o *Correio Oficial* publicou o lançamento dos impostos sobre as indústrias, profissões, fumo, alambiques e automóveis, referentes ao ano de 1929, pela Secretaria de Finanças do Estado de Goiás. É possível verificar, nesse registro, o nome dos proprietários e os valores dos impostos lançados sobre automóveis, baratinhas e caminhões particulares ou de aluguel.

viniticultores, estes afamados vinhos não receiam competência. Chegaram diversos tipos como sejam: BRANCO DELICIA-VERDE de GATÃO- VIRGEM PRIMOR, ALVARALHÃO. REGALIA. Os preços são todos ao alcance de qualquer bolsa e soffrem descontos quando sejam vendidos aos revendedores d'aqui ou do interior. Todos pois á Casa Nunes que não se arrependerão. Não fazemos elogios a superioridade destes vinhos pois deixamos este ponto ao critério dos que o provarem e conheçam o que são bons vinhos. (*Correio Oficial*, 06/02/1930, p. 8).

Nas celebrações, saraus, pequeniques e encontros festivos promovidos pelas famílias da elite vilaboense, os talheres, a louça, a bebida e o cardápio tinham como referência os modismos europeus e também, a partir da década de 1930, da cultura estadunidense. O sobrenome tradicional garantia aos novos convivas a entrada nos ambientes de família conservadores. Nesses círculos sociais, a etiqueta, a polidez e o conhecimento dos hábitos adotados nos grandes centros eram considerados apreciáveis. Sobre o comportamento feminino, pesavam os referenciais da modéstia, do recato e da dedicação absoluta à família e ao lar. Numa época em que se ambicionava um novo estilo de vida, inclusive na esfera doméstica, as oposições às possíveis exigências das mulheres se faziam ouvir por meio de crônicas jornalísticas.

O encanto lyrico dos versos já não encanta á mulher amada como lhe toca fundo o coração a gargalhada vil dos dollares... A mulher de hoje impressiona mais o bater dos cylindros duma barata azul do que as cantigas langues dos vates apaixonados... Ella não sonha mais com um ranchinho de sapé, perdido lá na matta, com as aguas de um ribeiro rolando ao fundo, soluçantes... Quer mais. Sua visão de hoje é mais concreta: um bungalow pequeno. Confortavel. Um jardim symetrico. Um repuxo illuminado, ao centro. (*Correio Oficial*, 10/04/1931, p. 1).

A parcimônia nos gastos era uma das virtudes mais exaltadas no modelo de esposa ideal. Nas revistas e jornais da grande imprensa brasileira, assim como na própria imprensa feminina de caráter conservador, receitas de economia doméstica não faltavam. Desde a própria confecção e cerzimento de roupas da família até a produção de sabão e de outros produtos que aliviassem o orçamento doméstico – ou os já sobrecarregados ombros dos chefes de família – foram louvadas nessas publicações⁵⁶.

⁵⁶ As mulheres de famílias abastadas, que usufruíam dos bens de consumo modernos, dedicavam-se unicamente à administração da casa e à educação dos filhos, tendo ao seu lado um marido provedor, eram minoria, mesmo nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. A maioria das mulheres dividia-se entre os cuidados com os filhos e o duro trabalho nos encargos domésticos. As novidades domésticas eram conhecidas apenas por meio das revistas. Entre as mulheres de baixa renda, além dos afazeres domésticos e das responsabilidades maternas, cabia-lhes o sustento da família em atividades árduas e pesadas, que muito se distanciavam da delicada natureza feminina, defendida por médicos e juristas.

Os mandamentos da boa dona de casa também foram apregoados nos jornais vilaboenses, como na crônica “Sedas e chitas”, do *Correio*:

É o que queremos e esperamos do patriotismo do nosso povo. A situação não é diferente, se o fosse, nunca melhor: a atitude dos brasileiros, dos verdadeiros nacionalistas, será forçosamente igual. O heroísmo da mulher brasileira, tão nosso conhecido e até em bronze esculpido, terá outra vez, nesta campanha economica, uma magnifica ocasião para demonstrar o seu alto gráo. Que ella tome como bandeira, a chita com que doravante se vestirá e combatendo a sua vaidade combaterá pelo nosso ressurgimento econômico e até pela nossa existência politica. (*Correio Oficial*, 21/03/1931, p. 7).

Em tempos de transformação dos costumes, práticas sociais e, conseqüentemente, dos referenciais identitários, asseverava-se, em contraposição, a propagação de discursos a favor da moral disciplinadora e da tradição. Sobre o comportamento feminino recaíam normatizações e interdições, na perene tentativa de instituir sobre ele limites seguros e conhecidos. Combater a vaidade feminina, como conclamava a crônica citada anteriormente, significava também combater os desejos e as incursões em busca de autonomia. A modéstia, a simplicidade e a austeridade das vestimentas das mulheres – que abdicavam das sedas e adotavam a chita – reforçavam os modelos distanciados de qualquer apelo sedutor e se aproximavam dos estereótipos heroicos e mártires que, no combate à vaidade, inspirariam o “ressurgimento econômico” e a própria existência política do país.

Nesses discursos ufanistas, as construções ideológicas acerca da família e da pátria estavam sempre atreladas. No fiel da balança, homens e mulheres, cujos lugares sociais eram altercados e modificados em diferentes intensidades e submetidos a heterogêneas resistências ou apropriações. Mas ainda era apenas o começo.

2.2. ATÉ QUE A MORTE OS SEPARE

Há, sem duvida, dificuldades em todos os terrenos, até entre esposos, mas a lei da indissolubilidade do vínculo matrimonial salvaguarda – cumprindo seu mister de visar o interesse coletivo – salvaguarda a quase totalidade dos lares que constituem a grandeza e virilidade de nossa pátria estremecida.

(*Correio Oficial*, 06/05/ 1934)

O destino de homens e mulheres – considerados sadios física e moralmente – se cumpria no casamento e na concepção de filhos legítimos. Tal afirmação atravessou os séculos e aportou, rejuvenescida, no século XX. O debate sobre a aprovação da lei do divórcio⁵⁷, discutida pela Assembleia Constituinte de 1934, lançou a campo questionamentos sobre os direitos individuais e coletivos, assim como sobre a própria valoração do casamento. No trecho do artigo acima, “Indissolubilidade ou divórcio”, do Frei Gonçalo, o dogma do casamento indissolúvel é elevado à condição de sustentáculo da “grandeza e da virilidade da pátria”. Não obstante, o próprio religioso deixa entrever, nesse texto, a fragilidade dos discursos que buscavam cristalizar os comportamentos masculinos e femininos, alheios às transformações sociais. Os “estremecimentos” – sugeridos pelo Frei – abriram brechas irreversíveis nas normatizações sociais e se desdobraram, nas décadas seguintes, na apropriação de antigos e novos valores.

Até as primeiras décadas do século XX, as mulheres eram formadas e instruídas unicamente para o matrimônio. Conforme o discurso da época, apenas no casamento era possível as moças de boa família exercerem honestamente sua afetividade e sexualidade. Desde tenra idade, eram educadas para o exercício ou a administração dos serviços domésticos, assim como para os trabalhos manuais e artísticos. Na Cidade de Goiás, as jovens de elite – educadas no colégio Santana ou por professores particulares – buscavam se assemelhar aos modelos de jovens “casadoiras” dos grandes centros. Desenvolviam trabalhos com agulha, aprendiam o francês e eram incentivadas a participar dos saraus e das atividades culturais da cidade, por meio da atuação musical e teatral, assim como da poética. Também acompanhavam – ao lado de pais, irmãos e maridos – as atividades políticas que se desenrolavam cotidianamente na cidade, bem como as notícias publicadas nos jornais locais e dos grandes centros. Mas, sobre todas essas atividades, pairava o ideal do casamento⁵⁸, como ilustrava uma propaganda do analgésico Cafiaspirina⁵⁹.

Quando Maria da Gloria casou, a casa encheu-se de alegria e os amigos accorreram a trazer aos noivos os seus votos de felicidade. Mas ah! A noiva não pode gozar toda a

⁵⁷ A propósito, o divórcio foi oficializado no Brasil somente em 28 de junho de 1977, por meio da emenda constitucional nº 9, regulamentada pela lei 6515, de 26 de dezembro do mesmo ano.

⁵⁸ Desde o século XIX, as famílias da elite vilaboense buscaram promover casamentos entre aqueles com semelhante potencial econômico e político. Ainda assim, as mulheres vilaboenses, por várias gerações, foram educadas sob a seguinte prerrogativa: “Aprende minha filha, se você um dia puder, saberá mandar e se não puder, saberá fazer”.

⁵⁹ A maioria das propagandas veiculadas na *Correio* resumia-se a notas curtas. O remédio *Cafiaspirina* constituiu-se numa notória exceção. Grande parte das propagandas desse produto foi ilustrada com desenhos humorísticos, sobre situações de cotidiano.

ventura daquele momento em que realiza o seu ideal: assaltou-a uma terrível dôr de cabeça e não consegue dissimular o sofrimento que a abate. Mas um portador já correu á pharmacia em busca de uma dose da providencial **Cafiaspirina**; e em breve estará a noiva completamente alliviada. Que lhe sirva a lição. Nunca em sua casa deixe de ter os preciosos comprimidos de **Cafiaspirina** que curam rapidamente qualquer dor de cabeça, como também as de dentes e ouvidos. A Cafiaspirina pode ser tomada sem receio, pois não affecta o organismo. **Não tomem qualquer droga que lhe ofereçam. Os medicamentos Bayer são universalmente conhecidos como dignos de toda confiança.** (*Correio Oficial*, 07/04/1932, p. 8).

Na imagem dessa propaganda, uma jovem noiva, delicada e frágil, padece de enxaqueca, sob os olhares preocupados do noivo, dos músicos e dos convidados. Ao elaborar essa representação, normas e valores foram pinçados da vida real e categorizados como símbolos do que parece adequado e verossímil em dada circunstância. Conforme Loponte (2008, p. 156), os discursos e interpretações que circundam as imagens estão inseridos num determinado contexto histórico, com uma determinada maneira de vê-las, submetendo-se a um determinado quadro de prescrições, dentro de um espaço de saber e poder. Vários discursos competem na definição do que é apropriado de ser representado ou de quem pode representar, sendo que essas práticas de poder vinculam-se à produção de verdades sobre gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, a cena escolhida para representar o momento mais importante na vida de uma mulher é o dia de seu casamento. Juras de amor e fidelidade, trocadas perante o padre ou juiz, celebravam o amor romântico, agora incorporado às prescrições do matrimônio ideal. Incompatibilidades, inseguranças, ausência de diálogo e a genuína falta de informação sobre diversos assuntos – inclusive sexuais – por parte de ambos os cônjuges, transfiguravam esse sonho dourado, em inúmeros casos, em frustração e infelicidade. Entretanto, não havia alternativa considerada honrosa, além da preservação do casamento.

Todavia, na virada do século XX, a sexualidade – até então, circunscrita à intimidade dos lares e aos segredos de alcova – desdobrou-se em matéria de análise e doutrina do saber médico e jurídico. Juntamente com as teses higienistas, foram desenvolvidas teorias sobre a normalização sexual, políticas de prevenção às doenças venéreas, estudos que apontavam os malefícios do onanismo, bem como analogias entre repressão sexual e comportamentos desviantes ou criminosos – numa gama de abordagens pedagógicas e disciplinadoras que definiam os discursos a serem ensinados e apreendidos.

Dentre as inúmeras iniciativas de enquadramento e normalização das questões sexuais, na primeira metade do século XX, destacava-se a figura do sexólogo, como a do carioca José de Oliveira Pereira de Albuquerque. Ao longo da década de 1930, esse médico sobressaiu-se na cruzada a favor da educação sexual e da institucionalização da andrologia, nova ciência que objetivava o estudo dos problemas sexuais do homem. Fundou dois periódicos especializados: o *Jornal de Andrologia* (1932-38) e o *Boletim de Educação Sexual* (1933-39). No entanto, Albuquerque jamais se afiliou a quaisquer das academias ou sociedades médicas de maior prestígio do país⁶⁰. Autor de vários livros, ele encampou a criação do Centro Coordenador de Estudos em Andrologia e, em julho de 1933, do Círculo Brasileiro de Educação Sexual – CBES. (CARRARA; RUSSO, 2002, p. 276-277).

Com ardor quase missionário, esse sexólogo carioca divulgava sua doutrina – por meio de conferências, palestras, eventos, boletins, cartazes, panfletos e, também, por intermédio de rádio e jornal – buscando levar “aos pontos mais distantes do país o sopro animador de uma mentalidade nova”. (*Correio Oficial*, 20/12/1933, p. 8). De 1933 a 1934, o *Correio* publicou inúmeros artigos escritos por membros do CBES – sobretudo pelo médico José de Albuquerque – enviados quinzenalmente, conforme informações divulgadas no próprio jornal.

Outrora os assuntos sexuais eram cogitados apenas a meias palavras e em cochichos. Ninguém tinha a coragem de pronunciar com o mesmo timbre de voz, com que entabolava as suas palestras habituais, nada que se referisse ao sexo [...]. Hoje, a mentalidade do povo já vai se transformando, graças á intensificação da campanha que o Circulo Brasileiro de Educação Sexual vem desenvolvendo. Em muitos lares, os pais e filhos já falam sobre os problemas sexuais em altas vozes, no mesmo timbre com que entabulam todas as suas demais conversas. As moças já não fogem da companhia das amigas de sua mãe, quando, uma delas dá notícia de uma outra amiga que está grávida, teve um parto, sofreu de um aborto, etc., nem as mães as mandam mais “vêr si tem alguém batendo palmas á porta da rua”, quando pretendem cogitar desses assuntos nas suas rodas de amigas. Finalmente, os livros de ciencia sexual já andam nas mãos dos jovens e das jovens, que não se pejam mais de abri-los num bonde, durante a viagem, para le-los, como faziam outrora com os romances e as novelas. (*Correio Oficial*, 29/04/1934, p. 2).

⁶⁰ Na defensiva, Albuquerque sempre propalou as diferenças acadêmicas, políticas e morais que existiam entre ele e a classe médica brasileira. O reconhecimento acadêmico veio dos sexólogos estrangeiros, como certificava a sua eleição como membro da Sociedade de Sexologia de Paris, em 1937, entre outros prêmios recebidos fora do país. Ele seria ainda, por um curto período, professor da primeira (e, aparentemente, única) Cátedra de Clínica Andrológica da Universidade do Distrito Federal. Em 1937, tentou candidatura a deputado federal com uma plataforma sexológica. Sua obstinação cientificista levou-o a desenvolver o que denominou como um preventivo para doenças venéreas – o *Venereol*.

Em consonância com o projeto de educação sexual do CBES, Albuquerque destacava, nesse artigo, os avanços na discussão e percepção da sexualidade masculina e feminina – mas sobretudo a feminina, sempre presa a interdições morais e silêncios em nome do decoro. Sobre as jovens compelidas a “ver se tem alguém batendo palmas à porta da rua” – na tentativa de serem mantidas castas e distantes dos assuntos que pudessem despertar ou exacerbar a curiosidade e a libido – o médico apontava o abrandamento das exclusões dessas jovens das conversas mantidas entre as mulheres casadas. Da mesma forma, o articulista apontava progressos no estabelecimento de diálogos sobre assuntos sexuais, travados entre pais e filhos. Ainda nessa linha, Albuquerque ressaltava o acesso aos livros sobre a “ciência sexual” facilitado aos jovens de ambos os sexos, “que não se pejam mais de abri-los num bonde”.

Ao considerar tais avanços na discussão dos assuntos sexuais – apontados por Albuquerque – ressalte-se que essas mudanças restringiam-se às elites esclarecidas dos centros urbanos, com acesso privilegiado à instrução e aos manuais de educação sexual., Essa nova abordagem da sexualidade detinha suas origens, sobretudo, nas políticas públicas higiênico-sanitaristas e nos discursos civilizatórios que se propagaram no processo de urbanização capitalista, ampliados nas primeiras décadas do século XX. Em Goiás, o fato desses artigos sobre a educação sexual serem publicados no *Correio*, com destaque e de maneira frequente, já denotava o interesse de uma parcela do público leitor em adquirir informações a respeito. Somava-se a isso a existência de acadêmicos, políticos, médicos, advogados e outros profissionais vilaboenses adeptos entusiastas do materialismo, evolucionismo, positivismo, cientificismo, entre outras doutrinas racionalistas, como evidenciada nessa “oração” do delegado geral de polícia e, posteriormente, diretor Geral de Segurança Pública do Estado, Wagner Estelita Campos:

Livrae-nos, Senhor: destes lobos insensatos, cuja irreverencia nos quer arrebatar as pobres ovelhinhas do aprisco salvador da Igreja; desta mocidade descontrolada, cujo entusiasmo a desvia do “bom caminho” para as estradas tortuosas da perdição; [...] desta mocidade que vive audaciosamente tentando compreender factos intangíveis e impenetráveis, pregando até, *horribile dictu*, a educação sexual, quando este dominio deve ser acobertado por uma camada densa de mysterio e artificialismo, porque é o domínio do “pecado”; desta mocidade que pleiteia formulas amplas para a “regulamentação” da função procreadora, combate a sacrossanta indissolubilidade do vinculo matrimonial, quando este dominio é pura e exclusivamente da vontade de Deus, dos mandamentos, e não dos imperativos organicos individuaes ou das condições sociaes; desta mocidade que admite até – amaldiçoa a Senhor – a realização do amor, sem as bênçãos de Deus e a sacramentação da Igreja; [...] Livrae-nos Senhor, desta “esquerda” ideologica de Goyaz, conglomerado de moços malucos e cretinos, cujos

pensamentos são fructos de idéas “importadas”, alheios a “realidade brasileira”, convictos da estúpida unidade do problema, da base material de todo conhecimento, da preponderancia do fator econômico. (*Correio Oficial*, 07/02/1933, p. 8).

Com a verve irônica e perspicaz, esse autor – um dos jovens “malucos e cretinos” da “esquerda ideológica de Goyaz” – defendia, nesse trecho de um longo artigo, a educação sexual, a união consensual sem vínculo religioso, o divórcio e o controle de natalidade. O entusiasmo com que esse autor defendia suas opiniões e liderava debates políticos tornou-se notícia noutro artigo publicado no *Correio*, desta feita sobre o Congresso das Municipalidades Goianas, em janeiro de 1933. Posteriormente, artigos acalorados em defesa da doutrina católica também foram publicados no *Correio*, corroborando a ideia de que a discussão dessas teses mobilizava sensibilidades e forjava múltiplas práticas e posicionamentos sociais.

Nesse contexto, de heterogêneas disputas ideológicas e de poder, eram publicados os artigos sobre educação sexual, escritos por José de Albuquerque.

Muita gente pensa que a utilidade da educação sexual é salvar o individuo do perigo das doenças venereas. [...] Mas, não ficam cantonadas apenas ao ambito, vasto é verdade, mas em compensação unico, da prophylaxia das doenças venereas, as incalculaveis vantagens de ordem biologica e moral, que podem auferir os individuos, que tiverem recebido com tacto e intelligencia, as noções elementares e comezinhas de sexologia. A obediencia ás leis biologicas que regulam a sexualidade – leis que respeitadas concorrem para manter o equilibrio das demais funcções, e que desrespeitadas, produzem grandes abalos em todos os departamentos orgânicos [...]. O homem que contrahe nupcias na vigencia de estados infecciosos latentes; a mulher que atravessa a gestação sem ouvir sequer uma vez, a voz autorizada do medico sobre a evolução de sua gravidez; o rapaz que se entrega ás suas aventuras gallantes, sem conhecer dos riscos a que pode estar sujeito e da maneira que evita-os; o menino, que espreita ás escondidas tudo que se relaciona com o sexo e pede explicações aos empregados domesticos, que por vezes abusos de sua innocencia, etc, etc., tudo isso é producto da falta de educação sexual. Rumo pois, à educação sexual!! (*Correio Oficial*, 07/10/1934, p. 2-3).

Nesse artigo, as práticas médicas que objetivavam disciplinar, educar e normalizar a sexualidade de homens e mulheres – conforme as prescrições de José de Albuquerque – são reiteradas. O asseio corporal, a profilaxia, o diagnóstico e o tratamento de doenças sexuais eram entrelaçados a discursos científicos e pedagógicos. A “obediência às leis biológicas”, naturalizada pela ciência médica, era colocada como essencial ao bom funcionamento e ao equilíbrio das funções orgânicas. Na perspectiva da medicina higienista, o celibato, em homens e mulheres, classificava-se como antinatural e causador de distúrbios físicos e psíquicos. Nos homens, o sexo era definido

como uma necessidade física e psicológica que necessitava ser disciplinada, mas não impedida. Tais repressões exacerbavam instintos animais que poderiam levar à criminalidade e à degenerescência física e moral, conforme era colocado em outro artigo de Albuquerque:

O instinto sexual é como o instinto da fome. Si se quiser privar do alimento o homem que tem fome, nascerá nele a “fera” que o escritor quis vêr no instinto sexual como sua característica habitual. Si se quiser impôr ao homem certas normas sexuais empíricas, ditadas pela sociedade, mas contrárias á natureza, o seu instinto sexual, de sereno e placido que é, quando respeitadas as determinações biológicas – tal como a féra, serena em sua jaula a quem se irrita – levanta-se impetuoso, e impetuoso tenta investir, contra quem o procura contrariar. (*Correio Oficial*, 27/05/1934, p. 2).

A parcimônia, a contenção da sexualidade nos âmbitos do casamento – preconizada de maneira distinta e conforme a idade de homens e mulheres – também fazia parte do receituário médico. Mas, como já sugerido no artigo anterior, as “aventuras galantes” dos rapazes (e também de homens de outras faixas etárias) eram frequentes e tomadas como sinal de virilidade; nesse caso, a preocupação médica centrava-se na profilaxia das doenças venéreas. Assim, os exames pré-nupciais, de ambos os sexos, eram recomendados àqueles que desejassem construir uma família saudável.

Por sua vez, a sexualidade feminina – em todos os artigos do médico José de Albuquerque que foram publicados no *Correio* naquele período – foi circunscrita ao âmbito da maternidade: a higiene, a educação sexual, os exames pré-natais e a gestação. Segundo Matos (2003, p. 117), a representação da mulher grávida simbolizava a realização do ideal feminino e, simultaneamente, da virilidade masculina. Por esse critério, defendia-se a virgindade como elemento de pureza de sangue, perpetuação do nome e da propriedade familiar, garantia da saúde dos filhos e de que as doenças venéreas se manteriam afastadas. Nos artigos do CBES publicados no *Correio*, a libido e o prazer sexual, sobretudo das mulheres, não eram sequer mencionados. O erotismo e a sexualidade exercida fora dos moldes convencionais do casamento eram percebidos como sinais de anormalidade e perversão.

Um dos principais característicos do homem dos nossos dias é ver tudo através de um véu de carne; assim é que em cada ato, em cada palavra e em cada gesto de mulher, que encontra em seu caminho, descobre algo de provocador, algo de convidativo ao ato sexual, pelo que se precipitam, sem maior reflexão, às mais extravagantes aventuras, que no mau sentido chamam de “amorosas”. Sua conversação gira de preferência em torno de témas libidinosos; sua leitura favorita é constituída por novelas sensuais ou inspiradas no eterno motivo do adultério; enfim, todos os atos de sua vida deixam

transparecer o culto imponderado ao sensualismo. Em nossos dias, homens e mulheres, jovens e velhos, recebem do mundo exterior estímulos que elevam em alto grau sua sensualidade, levando-os a cumprir de forma desordenada as leis do sexo, quando não, a transgredi-las mesmo. Seus hábitos de vida mantêm seus organismos num estado de erotização permanente, criando tipos que, sem receio de errar, podemos classificar sob a rubrica de patológicos. (*Correio Oficial*, 08/03/1934, p. 2).

A sensualidade e as práticas sexuais que diferiam do que era normalizado e disciplinado pelas “leis do sexo” e dos receituários médicos são descritas como causas de distúrbios psíquicos, físicos e morais – de homens e mulheres. Embora os médicos higiênico-sanitaristas reivindicassem o monopólio do discurso autorizado – sobre como e quando diagnosticar, higienizar e interceder –, as tensões e discordâncias atravessavam os diferentes discursos médicos sobre a saúde e a doença. Não havia consenso entre esses profissionais sobre a necessidade da atividade sexual para a conservação da saúde, a existência de períodos de abstenção sexual, entre outros aspectos relativos à vida sexual. Todavia, em todos esses discursos médicos o controle de corpos e mentes era exercido também por uma moralidade restritiva e punitiva, sobretudo no que tange às mulheres que, “com algo de convidativo ao ato sexual”, seduziam os homens – cujo olhar percebia o mundo “através de um véu de carne” – a se precipitarem, “sem maior reflexão, às mais extravagantes aventuras”.

A educação sexual proposta pelo CBES preconizava uma sociedade civilizada e progressista, tendo como referência, nesse processo, a doutrina médica higiênico-sanitarista. Sobretudo no início do século XX, as políticas eugênicas e sanitaristas subsidiaram a intervenção do poder público na organização da família, sustentáculo do projeto civilizador. A alimentação, a moradia, os corpos e a sexualidade de homens, mulheres e crianças tornaram-se fonte de análise, prescrição e disciplinarização da ciência médica. Até então, os assuntos que diziam respeito à esfera da vida privada restringiam-se ao poder decisório familiar e à influência religiosa. Em defesa da preponderância religiosa na organização familiar, Frei Gonçalo escreveu inúmeros artigos de repúdio à educação sexual, publicados no *Correio*.

Primeiro de tudo, ponderamos o fato realmente estranho do aparecimento, neste século, da educação sexual, após seis mil anos de existencia do genero humano, após tantas nações robustas de inteligencia e sentimentos! Porventura, as gerações transatas ignoravam o problema sexual? [...] Educação e higiene sexuais são questões essencialmente domesticas, isto é, concernem os progenitores com a ajuda, si for mistér do clinico consciencioso. Razão porque, todas as vezes que uma nação afasta-se dessas normas ditadas pela propria natureza, vê-se também na contingencia de recuar, com pavor, ante os descalabros surpreendentes de atos nefandos e aviltantes da raça humana. [...] Demais uma explanação pública e coletiva, na escola, pelo fato de se ministrar

indiferentemente a todos, sem consideração alguma ás circunstancias individuais, dá ocasião a equívocos, interpretações e licenças de toda a especie. Pais de família, para vós estas linhas, não consintais sejam vossos filhos – a gloria de vossos lares – entregues a professores transitorios e sem responsabilidade direta acerca de vossa prole extremecida. Formem-se vontades robustas e a educação sexual progressiva realizar-se-á na tranquilidade e na honra do lar domestico. (*Correio Oficial*, 18/02/1934, p. 2).

A doutrina católica apregoada tanto no lar como nos colégios e nas paróquias – sacralizada pela liturgia – corporificava a ideia de que o marido era o chefe e a cabeça da família. Em conformidade com tal pedagogia católica, o artigo acima citado dirigia-se especialmente aos “pais de família”, os quais deveriam continuar educando suas filhas – submissas e obedientes aos pais e aos futuros maridos – de maneira casta e alheia aos apelos dos educadores modernos⁶¹. Conforme Azzi (1993, p. 128), a adoção de uma postura ética mais rigorosa e puritana, implantada na Igreja a partir do século XIX e em vigor até o Concílio Vaticano II, difundiu no meio católico a ideia de que a educação juvenil – inclusive no âmbito familiar – deveria realizar-se evitando ao máximo as conversações sobre a temática sexual, a fim de não despertar a libido, considerada prematura e pecaminosa. Nas escolas, defendia-se também o ensino alheio a quaisquer abordagens sobre essa temática: a sexualidade, sempre percebida como vinculada à procriação, era assunto exclusivo do matrimônio.

Em relação aos filhos, a educação recomendada visava à preparação para a liderança familiar e a atuação na vida pública, condenando-se, igualmente, a educação sexual. Aconselhava-se também, aos rapazes, a moderação dos apetites e dos prazeres.

A juventude marca particularmente a idade do progresso. A propria natureza, em esta phase de existencia tudo desenvolve: a estatura, os musculos, a belleza. É o espectáculo encantador do desabrochar de todas as energias. [...] Entretanto, “não encontrastes, acaso, sobre o caminho, estes jovens que, ainda na flôr da idade, honrados apenas com o caracter da virilidade, e ja apresentam a murchidão dos annos? Degenerados antes de attingir a primavera da existencia, com a fronte sulcada de rugas prematuras, os olhos amortecidos, encovados, os labios impotentes para delinear a docura, arrastam, sob um sol juvenil, um viver desgraçado e caduco. Quem produziu semelhantes cadaveres? [...] Victima da propria depravação, este desgraçado joven suspirou por commoções egoistas, por pulsações pavorosas a que os céos e o homem sensato voltam a face para não as verem [...]”. Quanto mais insofridamente o homem aspira á felicidade sensual, tanto mais o acobardam as desventuras; na desdita, sua alma abre-se, não à magnanimidade, mas ao desalento [...]. Jovens brasileiros, jovens filhos de uma Nação tão nobre, para os altos cumes os vossos ideaes: torna proficua vossa passagem sobre o torrão sagrado de nossa Patria gentil. (*Correio Oficial*, 12/06/1931, p. 7).

⁶¹ Caracterizada como uma instituição marcadamente masculina, na qual todas as mulheres – inclusive as religiosas – devem sempre atuar na dependência da hierarquia sacerdotal, a Igreja católica encontrou sérias resistências para o reconhecimento dos novos direitos conquistados pelo movimento feminista, legitimados pela Constituição de 1934.

De acordo com a doutrina católica vigente, os prazeres, as diversões mundanas e os cuidados com o corpo deveriam ser abdicados em favor das necessidades espirituais de mortificação e de sacrifício. As realizações e os deleites da vida presente nada significavam diante da felicidade a ser usufruída por toda a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja continuou a preconizar uma educação nos moldes tradicionais, na qual o corpo era percebido de maneira negativa e vergonhosa, devendo, na medida do possível, ser ocultado e até mesmo negado. Nesse artigo de Frei Gonçalo, as recomendações aos “jovens filhos de uma Nação tão nobre” apelavam à renúncia e à castidade, em defesa da família, da sociedade e da pátria. Os hábitos “degenerados” e a “depravação” moral também eram vistos como causadores da propagação das doenças venéreas. A fim de evitá-las, a recomendação máxima dos religiosos – assim como da classe médica – era a castidade e, posteriormente, o casamento monogâmico.

Na construção da família higiênica e civilizada, discursos médicos e religiosos disputavam a legitimidade para estabelecer as regras e as condições de asseio, profilaxia e cura de corpos e mentes – de homens e mulheres. Nessa nova empreitada, as mulheres – coroadas como rainhas do lar – foram responsabilizadas pela organização, moralidade e educação familiar, sob os preceitos modernos da medicina higiênico-sanitarista. Conforme Matos e Moraes (2007, p. 37), o discurso médico conduziu a uma valorização positiva da mulher dentro do lar, conferindo-lhe um novo campo de atuação na esfera de poderes da vida privada. Todavia, tal posicionamento estratégico das mulheres no centro da família, reforçava e privilegiava, simultaneamente, os homens no espaço público.

Mesmo em face de acaloradas campanhas a favor da emancipação política e econômica das mulheres, abdicar do casamento em prol de outros projetos pessoais ainda era considerado uma extravagância. No imaginário social e nas práticas cotidianas da maioria dos homens e mulheres vilaboenses, as mulheres que não se casavam, chamadas de solteironas, não gozavam de uma posição de prestígio. “Ficar para titia” ou “passar da idade” considerada adequada para o casamento era sinônimo de fracasso. Sobre essas mulheres solteiras a pecha de amarguradas e indesejáveis prevalecia.

Você conhecem a d. Xanxa? Ella, ás vezes, tem cada uma... de rachar. Imaginem que quer fazer de mim agora um asceta, um Buddha ou ermitão. Não quer que me manifeste. Anda dizendo por ahí que sou isto, sou aquilo, sou aquill'outro. E o que me entristece mais é a insistencia em chamar-me feio. Sou tudo quanto é ruim [...]. A d. Xanxa é feia, rabugenta, solteirona, moralista, implicante e se julga com poderes

discrecionarios de manejar com a gente. (Ah! Se o Presidente Getulio soubesse!) Tem um olho em cada canto, um ouvido em cada parede e a sua lingua viperina matraca em cada esquina. Ninguem a vê e está em toda parte. É pior do que o boato. Tem mais força que a Calúnia e ferrôa mais que os marimbondos [...]. Vou parar por aqui. Ella já me tomou por sua conta e amanhã, estou certo, estará por ahi matracando com as suas onze mil linguas, querendo saber quem sou e falando o diabo do que escrevi. Ha de botar cada olho nas entrelinhas deste jornal... Já estou apavorado do estrillo que vae dar... (*Correio Oficial*, 23/03/1931, p. 6).

Nesse texto, o conflito entre o cronista, que assina Jicêo, com a nomeada d. Xanxa é evidente. Independentemente dos motivos da desavença, os ataques retóricos desse e de qualquer outro articulista às mulheres vilaboenses frequentemente recaíam sobre a aparência e/ou a conduta moral e social delas. A condição de solteirona é colocada como um agravante – ou causa principal – das desqualificações dirigidas à D. Xanxa. Dias depois, a publicação de outra crônica de Jicêo indicava que a polêmica continuava rendendo controvérsias – que viravam notícia e vendiam jornais – com a dita senhora, embora a identidade do cronista aparentemente tenha sido mantida no anonimato.

Já se sabia que D. Xanxa ia estrillar. E deu um estrillo feroz. Ficou zangada. Curiosa por saber quem sou. Talvez para levar-me á rua da amargura ou, talvez, quem sabe para quê? D. Xanxa! seja mais cordata! Vamos entrar num acordo. Proponho um armistício. Esquecer-me-ei de si, contanto que me deixe em paz e não queira mais saber quem sou. “Não adianta... você chorar...” C’est fini! (*Correio Oficial*, 29/03/1931, p. 8).

Assumir a escolha de permanecer solteira era raro e desafiador. Sobre essas mulheres reincidia o estigma da solidão e, como se não bastasse, de tornar-se um “peso para a família”. A docência era um dos poucos caminhos respeitáveis para aquelas que não se casavam. Em compensação, novas obrigações eram colocadas a essas mulheres solteiras, como cuidar dos sobrinhos, dos pais idosos, ou arrumar ocupações consideradas honestas. A vigilância sobre sua moral era redobrada. Esperava-se que se vestissem com recato, adotassem uma postura severa e mantivessem uma distância respeitosa de todos os homens, principalmente dos casados. (PINSKY, 2012, p. 490-491). Uma vida de tristezas e nostalgias é o que sugeria a seguinte crônica:

Prêsa á haste, corôada de orvalho e inundada de luz, lá está a flôr, enclausurada na sua existencia efemera e imovel, cumprindo o seu destino inexorável... Ha tambem margaridas que não são flores, em materia, mas, representam flôres, em espirito. Essas são as que se queixam, de uma dessas é que ouvi os lamentos, e os tenho ouvido tantos, muitos tristes e muito sinceros... O destino é o mesmo daquela Margarida que foi á fonte e veio sosinha... O mundo, para a gente viver só, é desesperador... A gente não nasceu para viver só. Tanto isso é verdade, que o Senhor foi o primeiro a compreender

que Adão precisava duma companheira... Coloquemos a mulher, no lugar de Adão, e verificaremos que ela não póde viver eternamente voltando da fonte sosinha... Um remédio? Em seus lamentos, as “sosinhas” pedem um lenitivo, um remédio às dores que aniquilam a existencia... Eis aí, Sensitiva do prado, o que melhor se aplica ao seu caso patológico: Compreenda melhor a vida. Deixe de existir, só... Viva... (*Correio Oficial*, 05/01/1934, p. 8).

Nesse texto, o tom de infelicidade e decepção delineia o estereótipo das mulheres “sozinhas”, caracterizando-as como absolutamente desprovidas de qualquer razão ou projeto de vida que extrapolasse o matrimônio. A eloquência das “dores que aniquilam” e transformam tal circunstância ou escolha de vida em um “caso patológico” conduz a um desfecho ainda mais dramático: “compreenda melhor a vida. Deixe de existir, só... viva...” Por detrás da poesia, o cronista aconselhava as mulheres “sensitivas do prado” a não pensar, questionar ou tomar atitudes diferentes daquelas toleradas pela moral tradicional e conservadora. Apenas deviam... sobreviver. Ou simplesmente, só respirar, receber a chuva e o calor do sol, como fazem as flores – usando um estilo de metáforas tão caras ao cronista jardineiro.

Na contramão desses conselhos literários, algumas mulheres da elite vilaboense, que permaneceram solteiras, construíram e demarcaram espaços de prestígio e respeito social, sobretudo até a década de 1930. Essas mulheres, de família tradicional, mantiveram ou aumentaram seu *status* social exercendo os papéis de educadora dos sobrinhos – futuros agentes políticos e públicos – e de conselheira estratégica nos negócios e na política familiar. (RIBEIRO, 1998, p. 302-303). No âmbito da esfera pública, essas mulheres de elite – algumas com uma formação intelectual privilegiada – também se destacaram na direção e organização de atividades sociais e culturais⁶².

Em outra crônica, a solteirice, desta feita dos homens, é abordada de maneira bastante distinta da solteirice das mulheres:

O goiano divide sua existência em duas partes distintas, separadas pela muralha do casamento. O solteiro tem ampla faculdade de pensar e agir como lhe ditam seus sentimentos. Pode ir às festas, promover passeios, comparecer aos bailes, etc. O casado, não. O pai de família deve ser um homem carrancudo, inimigo de bailes, odiando as diversões e – o que é pior contendo a mocidade em seus arroubos, assim como eles já foram contidos. Por esse motivo, compreendendo a minha situação de insubordinado, foi que me conservei solteiro, quando existem por aí varias centenas de palminhos de rostos que são mais entontecedores que o melhor vinho. E porque sou solteiro tenho o direito de falar em diversões. (*Correio Oficial*, 30/06/1932, p. 8).

⁶² Nessa perspectiva, as mulheres da oligarquia Caiado foram emblemáticas. Dentre elas, Consuelo Caiado, fundadora da FGPF e presidente do Gabinete Literário.

Conforme essa crônica, assinada por Emelcy, a vida de um homem solteiro – em qualquer idade – caracterizava-se por uma infinidade de divertimentos e realizações; a de um homem casado, por seu turno, por uma lista de labores e frustrações. Entre os dois modelos masculinos – conforme o cronista – erguia-se uma muralha. Tal representação revelava-se estratégica ao situar a percepção masculina nesse dramático rompimento: de um lado, o homem solteiro, com autonomia para tomar decisões e disponibilidade para usufruir de prazeres mundanos; do outro lado, o homem casado, com responsabilidades e obrigações junto à família. Excluía-se dessa interpretação do casamento os dilemas, os sacrifícios e as restrições enfrentadas por ambos os cônjuges, assim como a gratificante experiência de construção de projetos de vida em comum. A representação do matrimônio – como um cerceamento à liberdade masculina – associava-se, sobretudo, a questões de poderes a serem divididos, negociados ou concedidos às mulheres. A esse discurso vinculava-se o estereótipo da esposa dominadora:

Ha, porém, as mulheres casadas que, tomando o lugar dos seus maridos, se mostram irracionais, ativas, independentes, autoritárias e que se masculinizam. É como se vestissem um palitô de homem por cima da combinação de sêda. Nesses casos os maridos, pobres vítimas das suas fraquezas anormais, vivem amesquinados, judiados, amarrotados, esbodegados pelas esposas. Não saem de casa quando querem, não dormem quando têm sono, não bebem quando têm sede, nem comem quando têm fome: as mulheres (suas esposas) negam-lhes todas essas faculdades ou todos esses prazeres. Elas, aí, querem ter a sensação de vê-los submissos aos seus desejos. Explica-se. As mulheres, em tais casos, procedem assim por vingança: todas as mulheres são vingativas! Ora, não encontrando elas naqueles com quem se casaram o homem másculo de que, por índole acareciam, toda a sua ventura, toda a sua satisfação consiste no espezinhá-los, no maltratá-los, no achincalhá-los, no governá-los finalmente, o que fazem exclusivamente por vingança. Podemos garantir que o sr. Tãozinho, psicólogo, ainda nesse ponto estará conosco. (*Correio Oficial*, 15/12/1933, p. 8).

Nesse outro trecho da crônica, assinada por Tonô, as mulheres caracterizadas como dominadoras, são descritas como sujeitos de um comportamento social e psíquico desviante. Um típico caso de vingança feminina – conforme explicava o cronista, reiterado pelo “psicólogo Tãozinho”, também cronista do *Correio* – decorrente da ausência do mandonismo doméstico de um “homem másculo”. Uma vez mais, as atitudes femininas de resistência, ou de aberto antagonismo à organização familiar estruturada no poder masculino, são rotuladas como anormais. Sob essa perspectiva misógina, as violências domésticas e até mesmo alguns crimes passionais contra as mulheres, justificavam-se no necessário respeito à autoridade e à honra dos maridos.

Segundo Pinsky (2012, p. 490), no país, várias publicações voltadas para o público feminino advertiam as mulheres a evitar um comportamento que se desviasse do modelo de esposa obediente, delicada e dócil, apregoado pelo Estado e pela religião. Conforme tais discursos, as condutas femininas – vistas como dominadoras – eram responsáveis, inclusive, pelo adultério masculino.

Na primeira metade do século XX, dentre as representações femininas mais recorrentes na preconização do que era considerado próprio à mulher e aos papéis sociais que devia desempenhar, sob a ótica masculina, sobressaía-se o modelo da boa esposa. Nesse período – marcado pelas mudanças no mercado de trabalho, nas políticas públicas e no próprio espaço de atuação de homens e mulheres – reforçava-se a ideia da esposa feliz, submissa, discreta, absolutamente dedicada aos filhos e aos afazeres domésticos, sempre ávida em agradar ao marido. Se toda a dedicação a esse projeto fosse infrutífera restava às mulheres a paciência e a resignação: ser abandonada pelo marido era considerado o cúmulo da humilhação e da reprovação social. (PINSKY, 2012, p. 489).

Obviamente que esse não era o modelo adotado ou ambicionado por mulheres de todas as classes sociais e localidades. No contexto brasileiro, observava-se que, nas classes mais baixas, poucas mulheres eram casadas formalmente. Os motivos de tão baixo índice perpassavam: os entraves e despesas burocráticas a serem enfrentados, sendo que os cônjuges não dispunham de bens; uma maior flexibilidade e tolerância social nesses segmentos acerca da sexualidade e das relações afetivas femininas; a impossibilidade ou o fugaz interesse dos parceiros em sustentar suas companheiras e filhos. (SOIHET, 2009, p. 368).

Na Cidade de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, embora tenha aumentado o número de casamentos formais em toda a população, o índice de casamentos civis entre os membros da elite vilaboense ainda era superior ao das classes populares, provavelmente com o intuito de preservar os direitos de herança. Todavia, o discurso a favor do casamento higiênico e civilizado, defendido pelos médicos sanitaristas, pouco a pouco adentrava os lares goianos, censurando as uniões consideradas promíscuas e insalubres. Juntamente como o saber médico, o casamento civil constituiu-se como mais uma ferramenta do Estado para estabelecer parâmetros quantitativos e disciplinadores do organismo social. Na Igreja Católica – mesmo após a validação e exigência do casamento civil por parte do Estado – o sacramento do matrimônio continuou a ser um dos preceitos mais importantes a serem observados

pelos seus fiéis⁶³. Por conseguinte, a discussão sobre a aprovação da lei do divórcio na Assembleia Constituinte de 1934 levantou acalorados protestos por parte dos membros da Igreja, inclusive em Goiás. (SILVA, 2009, p. 108; PUGA, 2007, p. 159).

A indissolubilidade do vínculo matrimonial não constitui opinião de um *Credo*, como se depara na leitura de alguns artigos publicados. De alcance universal e mais profundo, a união indissolúvel baseia-se sobre a própria natureza humana; e quando uma instituição religiosa ou civil legifera nesse sentido, ela não formula norma de conduta peculiar, mas tão somente lembra e defende os ditames da sã razão do homem concordes com sua natureza racional. Ora, as regras dessa mesma natureza encontram-se, sem contestar, na intenção de seu Autor. [...] E o *homem não o separe*, quer seja o indivíduo, em particular, e *a fortiori*, o Estado, muito posterior aos indivíduos e sem ação direta em seus atos particulares. O nobre deputado Acurcio se exprime excelentemente quando diz “a família constituída pelo casamento, está sob a proteção especial do Estado”, porque a função deste consiste, exatamente, em amparar a integridade do lar doméstico, afim de que se desenvolva em ambiente de integridade e harmonia. Nobre função a do Estado! Mas não se arrogue o direito que lhe não compete: separar o que Deus uniu. [...] 1ª conclusão: a indissolubilidade matrimonial não é lei humana positiva, civil ou de algum credo, mas lei da natureza humana. (*Correio Oficial*, 06/05/1934, p. 1).

Nesse artigo do Frei Gonçalo, “Indissolubilidade ou divórcio”, a união estabelecida entre um homem e uma mulher pelos laços do matrimônio é naturalizada, uma vez mais, como princípio irrefutável da natureza humana e divina. O casamento é elevado à condição de lei universal, legitimado pela religiosidade e, também, pela racionalidade. Nessa perspectiva, o religioso considerava a Igreja – na figura do casamento religioso – e o Estado – na figura do casamento civil – como defensores da lei do matrimônio e, por analogia, também da família e do próprio organismo social. Tal harmonia estabelecida entre essas duas instituições seria quebrada, conforme alegava o Frei, pela promulgação da lei do divórcio. Não cabia ao Estado, continuava o autor, “separar o que Deus uniu”. Nesse texto, tal aproximação forçosa de objetivos no que tange à política do matrimônio – adotada pelo Estado e pela Igreja – buscava minimizar as divergências ideológicas entre esses dois poderes, exasperadas após a laicização do Estado. Em 1934, o que estava em questão para o catolicismo, fundamentalmente, era a vigência de um sacramento. Reconhecer o divórcio significava reconhecer a falibilidade da lei do matrimônio e, por consequência, da própria Igreja.

Embora os discursos sobre a importância moral, higiênica e social do casamento – civil e religioso – pululassem pela imprensa, para as mulheres, ambos os contratos

⁶³ Com a Proclamação da República, a Igreja Católica foi desmembrada do Estado brasileiro. A separação entre casamento religioso e civil ocorreu em 1890. Desde então, o casamento civil tornou-se obrigatório.

foram caracterizados pela submissão, até a Constituição de 1988. O casamento civil subordinava a esposa ao marido, tornando-o responsável pela família. Embora esse contrato fosse legal, não era legítimo na medida em que hierarquizava e estabelecia uma relação de desigualdade entre os gêneros. Ao invés de romper com a hierarquia de funções e poderes historicamente presentes no casamento religioso, o casamento civil autenticava essas diferenças. (CHAUÍ, 1984, p. 140).

Essas distinções de atuação e interdição prescritas aos cônjuges faziam-se presentes não somente no espaço matrimonial, mas também fora dele. Sobre o adultério, ainda no artigo “Indissolubilidade ou divórcio”, afirmava-se que

todo aquele que deixar sua mulher a não ser por causa de adulterio, e casar com outra, comete adulterio; e o que casar com a deixada, adultera. Eis o espirito da lei claramente enunciado pelo Mestre competente, conhecedor perspicaz de todos os elasterios do coração humano. (*Correio Oficial*, 06/05/1934, p. 1).

Na década de 1930, assim como em outros períodos históricos, o adultério cometido por mulheres era condenado veementemente e, como citado no trecho acima, tratado como causa justificada de separação conjugal. A honra familiar apoiava-se no enquadramento moral de suas mulheres e, sob esse prisma, a traição feminina era apontada como objeto de vergonha e humilhação social. Os denominados crimes de honra, até meados do século XX, percorreram as páginas da imprensa e dos processos judiciais pelo país afora, de maneira bastante controversa e até mesmo impune. O adultério masculino, embora também fosse reprovado – principalmente, se de tais relações nascessem filhos ilegítimos – era tolerado. A educação familiar e as tradições sociais ratificavam a infidelidade como elemento da personalidade e da natureza masculina. Restava às esposas – como receitado nas revistas e na literatura feminina – ter paciência, eterno bom humor, nunca aborrecê-lo com cenas de ciúme e esperá-lo, sempre. Do contrário, o destino podia reservar-lhes algo pior: o abandono ou o desquite. Sobre o desquite e o divórcio, Frei Gonçalo Carneiro Leão afirmava:

Demais, desquite é um *pis-aller*, uma concessão, e, por conseguinte, exceções á regra geral. Os cônjuges e, particularmente, a esposa e os filhos lastimam irremediavelmente a medida extrema da separação das colunas do santuário domestico. Mas não é condição de uma lei que abre os dous batentes da porta ás arbitrariedades pretextadas com o manto de justiça legal. Os espíritos sensatos já perceberam que o decreto que usurpa o nome de lei, mas que na realidade é a dissolução de toda ordem individual e social, chama-se *divorcio*. [...] [a indissolubilidade do vínculo matrimonial] honra os indivíduos, consolida as familias e finalmente garante e fortifica a nação. A experiência quotidiana patenteia, sem meandros, a realidade dos fatos. A indissolubilidade do vínculo matrimonial não é uma imposição de uma Religião, mas a

prescrição da própria natureza; e o divorcio não é remédio para males coletivos, mas porta aberta para desordens oriundas das arbitrariedades de caprichos e paixões. Si o desquite é um mal particular, o divorcio é um mal social. (*Correio Oficial*, 06/05/1934, p. 1,8).

Nesse outro fragmento do artigo “Indissolubilidade ou divórcio”, o desquite é tratado como uma exceção à regra, um mal necessário, que não justificava a aprovação do divórcio como lei universal. A possibilidade de facultar a todos os cidadãos a dissolução dos vínculos matrimoniais causava – segundo o religioso – infundáveis prejuízos morais e materiais às famílias. Todavia, sob o abrigo da indissolubilidade do casamento ignorava-se os inúmeros desvios e resistências que colocavam em xeque, desde o período colonial, a idealização dos votos proferidos solenemente perante o padre ou juiz⁶⁴. Utilizando-se da fala de um líder protestante estadunidense, o Frei asseverava sobre a veemente necessidade de reação social:

[...] “contra a derrocada moral formidável que se aproxima contra a atual moral do casamento livre, a crise torna-se horripilante, prossegue o orador, e a regra moral, adotada pela Igreja católica, nesta matéria, contem o segredo da cura desta chaga social e aflitiva”. A conclusão transparece pois: o divorcio subtrai as garantias e delicadezas do amor recíproco entre esposos; estanca o progresso e a felicidade dos lares; ocasiona o decaimento da mulher, reabilitada, desde vinte séculos, pelo cristianismo; profana o sangue e posterga os direitos sacrossantos dos filhos, desorganiza as famílias e por fim, destrói a própria nação. O divorcio é um princípio de decadência e o Brasil não pode aprovar uma concessão feita à volúpia com detrimento da ordem e da grandeza. (*Correio Oficial*, 06/05/1934, p. 8).

Na década de 1930, tais discursos proferidos contra o divórcio – nos palanques, na imprensa e nos púlpitos – cobriam de acusações a “atual moral do casamento livre” e encobriam, escrupulosamente, novas possibilidades de arranjos sociais que podiam ser engendrados a partir de questionamentos oriundos desse contexto inédito. As incompatibilidades, os maus-tratos e o desamor – que há muito já haviam tornado obsoletas as “garantias e delicadezas do amor recíproco entre esposos” – deviam ser superados ou ignorados em nome da instituição familiar. Preocupavam-se com o “decaimento da mulher, reabilitada, desde vinte séculos, pelo cristianismo”, mas preocupação maior causava aos defensores da moral: a ocupação feminina de lugares

⁶⁴ Estudos sobre os processos de separação, sobretudo no século XIX em São Paulo, revelam que as separações amigáveis já se faziam presentes no cotidiano dos casais, desde o século anterior. Segundo esses trabalhos, a maioria dos pedidos de anulação ou separação conjugal eram requeridos pelas esposas junto ao Tribunal de Justiça ou à Igreja. As motivações giravam em torno do adultério, concubinato, abandono do lar, impotência, sevícia e doenças contagiosas ou incuráveis.

sociais e políticos comumente identificados com o masculino e o questionamento dos privilégios injustamente estabelecidos.

Com a publicação da decisão da Assembleia Constituinte a favor da indissolubilidade do casamento, antes mesmo da promulgação do documento legislativo, Frei Gonçalo se pronunciou novamente, com o artigo “Problemas e soluções”:

Está de parabens a família brasileira. Mantidas a integridade e honradez do lar domestico, salvam-se as famílias e salva-se a nação brasileira. Não é por privilégio ou concessão dos homens que a indissolubilidade do vínculo matrimonial se agasalha em legislação social [...]. Para consolidar o edifício grandioso da sociedade com a unica força de onde dimana todo poder e toda harmonia, *será a Constituição do Brasil proclamada em nome de Deus*. Divorciado de Deus, o homem padece as tristes realidades dos caprichos humanos. A natureza não é, hoje, menos prodiga do que nas épocas transatas; entretanto, a humanidade está preocupada e profundamente abalada; e o motivo é esta crise moral de que falam os grandes estadistas mundiais, fruto do materialismo que, eliminando a Deus, deixa o homem em ancia desesperadora porque rouba-lhe o objeto de sua felicidade – Deus. A nobre nação brasileira não quer para seus filhos semelhante situação aflitiva de desordens e desesperos. [...] Por isso, hoje, Domingo, às 18 ½ horas, na Igreja de N. S. do Rosario, haverá solene TE-DEUM. Convidam-se os Católicos desta Capital. (*Correio Oficial*, 10/06/1934, p. 2).

A aprovação da indissolubilidade do matrimônio, nesse artigo, ganha ares de mantenedor da moral social, do desenvolvimento econômico e político e, obviamente da estabilidade e harmonia familiar. O divórcio tem o seu significado ampliado: a partir da vida privada dos cônjuges desdobrava-se no futuro das nações, na “crise moral de que falam os grandes estadistas mundiais”. Frente às inúmeras insurgências e desconstruções que atravessavam os modelos de comportamento de homens e mulheres das primeiras décadas do século XX, erguiam-se barreiras de contenção. Na forma de ritos e evocações retóricas, as representações dos ideais almejados e dos ideais proscritos eram propagadas. Nessa perspectiva, a celebração do *te deum* ritualizava e sacralizava o ato jurídico, racionalizando afetos e construindo sua memória. Mas ao contrário do que preconizava o artigo “Vítimas do divórcio”, citado abaixo, o divórcio ganhou espaço nos debates e nas legislações futuras.

Na Rússia onde vigora, atualmente, a lei do divorcio, assumiu essa medida tais proporções que, como uma simplicidade de pasmar se consegue naquele país a dissolução do casamento. [...] Alarmado com esse elevado numero de vitimas do divórcio, o Conselho dos Comissarios do Pôvo apresentou relatorios e propostas para uma reforma tendente a coibir os excessos a que deixa margem a draconiana lei com a simplificação que deram seus esdruxulos legisladores. E não resta a menor duvida que, mesmo aplicando ao processo do divorcio novas modificações, não deixará de ser sobre inicua [sic], grandemente disso: [destruidora] da família. Dada a sua impraticabilidade,

depois de ser o divórcio, experimentado sem resultados, desaparecerá fatalmente, pois nenhuma forma lhe serve, capaz de torna-lo compatível com a civilização. (*Correio Oficial*, 05/10/1935, p. [ilegível]).

Assim como o divórcio, tampouco o casamento desapareceu. Lentamente, os vínculos familiares foram dispostos em arranjos diversificados, mais complexos e nuançados. O caminho de desconstrução da rigidez dos modelos familiares não sofreu recuos definitivos. Os debates sobre a dissolução da sociedade conjugal foram polemizados, amaldiçoados, louvados e, talvez por isso, amadurecidos ao longo das décadas seguintes. A regulamentação do divórcio revelou-se também uma questão de tempo, como ponderava o articulista José Marinho de Magalhães:

A questão do divórcio a vínculo, pela sua alta importância social, devia ser discutida entre nós em um ambiente de maior calma e raciocínio e de menos paixão [...]. Não se pode, pois, deixar de louvar a atitude do deputado católico Acurcio Torres, apresentando uma emenda ao art. 167 do projeto da Constituição [...]. Justificando-a, expendeu as seguintes considerações: [...] “Eu, que sou católico, que elegi, desde a minha infância – a igreja católica como sendo a minha igreja; eu, que procuro educar os meus na fé da igreja católica, tenho, entretanto, que me considerar, antes do mais, legislador para a Nação inteira, para todos que vivem no Brasil: como participante da comunidade católica, aplaudirei, de todo o coração, os conjuges que não se divorciarem nunca, entendendo mesmo que os ministros dessa religião não devem, ou não deverão abençoar as uniões daqueles que venham a romper uniões anteriores. Mas, sinceramente, não me julgo com o direito, e não o tem a Assembléa Nacional, para impor princípios ou regras de um credo aos cidadãos de credos outros, ou livres pensadores [...]” Mas a mentalidade brasileira evolue dia a dia, caldeada na lição dos fatos, rompendo com todos os diques que lhe procuram embaraçar o surto [...]. O resto virá com o tempo. É questão de tempo, simplesmente. (*Correio Oficial*, Goiaz, 21/04/1934, p. 2).

Em meio a tantas representações de condutas ideais – pleiteadas por políticos, intelectuais ou religiosos –, conforme padrões e interesses próximos ou distantes da realidade das mulheres vilaboenses, construíram-se vidas marcadas pela submissão e pela resistência, pela negação e pela apropriação. Tais aspectos, embora à primeira vista possam parecer contraditórios, inseriam-se no âmbito do que era possível e minimamente aceito. Numa sociedade conservadora, que não aprovava o divórcio, muitas mulheres vilaboenses seguiram sozinhas, chefiando famílias e sustentando seus filhos ou mantendo as aparências de casamentos selados por arranjos políticos e econômicos.

O desafio de construir relações afetivas e sociais igualitárias entre homens e mulheres atravessou décadas e, naquele contexto dos anos 30, mesclou-se às novidades que projetavam – nas telas de cinema, revistas, vitrines e discursos feministas – novas

alternativas. Modelos de comportamento, consumo e moda, considerados modernos, eram direcionados e absorvidos por uma parcela privilegiada do público feminino. Nesse vicejar de inovações contínuas e velozes, perspectivas e apropriações ousadas – que questionavam hierarquias e desigualdades comumente estabelecidas – ganhavam adeptos e rompiam fronteiras. Em meio às críticas – que apontavam uma dissolução dos costumes, da moral e da tradição familiar – e ao entusiasmo – com o processo de transformação social e econômica – as mulheres vilaboenses foram alvo de ardorosos debates na imprensa.

2.3. EVAS MODERNAS

Se a nossa preocupação de agora não tem sido outra, é, unicamente, por que ellas as “misses” dão mesmo que falar... São umas tentaçõesinhas maldosas, que provocam a nossa ingenua curiosidade. Muitas veses não queremos dizer nada. Mas é impossível. A gente acaba (não sabemos si mal ou bem) dizendo algumas coisa das “misses” evas... Que ellas nos perdoem...

(*Correio Oficial*, 20/04/1931, p. 4)

Na década de 1930 – período de intenso questionamento das práticas sociais vigentes e do corolário de representações que circunscreviam, ajustavam ou cooptavam as mulheres –, as regras de conduta e a lista de interdições tornavam-se ainda mais extensas e complexas. Sobretudo, falava-se e escrevia-se muito sobre as mulheres que confrontassem os modelos da “moça de família” e da esposa ideal – ambas descritas como devotadas, submissas e recatadas. E, ao contrário da crônica transcrita acima, esses discursos passavam longe do impulso ingênuo que pretensamente acometia alguns cronistas, que não resistiam em escrever – numa perspectiva quase sempre negativa – sobre tais “tentaçãoezinhas maldosas”.

Esta chronica nasceu de uns comentarios, que andaram, outro dia, circulando na cidade. E nós como um simples anotador de factos e de “novidades” não podiamos deixar de fazer, a respeito desses comentarios, as nossas referencias. Ao que ninguem ignora, a mulher, nestes ultimos tempos, adoptou uns certos “habitos” e “modas” não só interessantes, como suggestivos, que muita gente diz não estarem dentro da velha moral. A saia curta, os braços nus, um decote que vae até á alma, a bocca pintada em coração... Tudo para nós muito natural. E humano mesmo. Porem, depois que os “homens” da igreja julgaram, de bom avizo, intervir nas “coisas extravagantes da moda” feminina, o

barulho ficou serio e feio. Surgiram os conferencistas moralizadores, os pregadores inflamados que, em nome da igreja e do alto dos pulpitos, gritam contra a moda [...]. É um barulho horrível que a “moda” tem feito entre nós, chegando como disseram os commentarios doutro dia, a ponto de os “homens” da igreja botarem na rua as donas das saias curtas, braços nus, e bocca pintada... (*Correio Oficial*, 28/03/1931, p. 6).

Em 1931, segundo essa crônica assinada por Claudio Romero, a ousadia de algumas mulheres vilaboenses de vestir-se e maquiar-se conforme os rigores da moda foi duramente repreendida. Embora o cronista afirmasse ser tudo isso “muito natural, humano mesmo”, esses novos modismos – ou melhor, essas atitudes e posturas de autonomia e desnudamento de corpos e desejos femininos – causaram um grande alvoroço entre os “conferencistas moralizadores” e os “pregadores inflamados”. Como consequência – ou castigo exemplar – as “donas das saias curtas, braços nus e boca pintada” foram expulsas da Igreja⁶⁵. Nesse desfecho, o expurgo moral é reafirmado como um mecanismo de controle do pretense despudor e frivolidade das “misses” modernas. A maneira como foi interpretado e registrado esse episódio do cotidiano vilaboense – considerando-se todos os possíveis exageros e distorções – convergia em um processo pedagógico de contínua adequação e restrição da conduta das mulheres.

Em um tom de resignada ironia, o cronista finalizava:

Mas é tudo tolice dessa gente revoltada. As evas modernas não resistem á fascinação da “moda”. E ellas teem razão. E teem razão de sobra, pois não desconhecem felizmente, o primitivismo das coisas da vida... É tolice pelear. (*Correio Oficial*, 28/03/1931, p. 6).

No decorrer da década de 1930, tais comportamentos considerados avançados foram lentamente incorporados, ajustados ou minimizados, sobretudo no âmbito da elite vilaboense. Entretanto, as censuras e as interdições familiares sobre as mulheres continuaram a limitar os espaços e as redes de influência social. Ademais, pela profusão de crônicas de censura aos hábitos e modismos daqueles novos tempos, deve-se considerar tal reiteração – na forma de críticas e ironias – como uma estratégia de readequação do comportamento feminino, sobretudo das “evas modernas”. E, por um bom tempo, nas páginas do *Correio*, elas ainda foram condenadas.

Miss Flora Babb, que não é loira, nem morena na “moda” actual, segundo lemos foi (si é que já prestou suas contas ao Diabo) a creatura mais incoherente deste mundo. Era

⁶⁵ Em 1930, a Carta da Congregação do Concílio, assinada pelo Cardeal Donato Sbaretti – sobre a moda indecente feminina – entre outros artigos, decretava que as donzelas e mulheres vestidas indecentemente deviam ser impedidas de receber a comunhão e de atuar como madrinhas dos sacramentos do Batismo e da Confirmação e, também, se a falta fosse grave, podiam até ser proibidas de entrar na Igreja.

uma “mulher perfeita”... Bastava isso, para crermos na veracidade de suas mentirosas afirmativas... Parece até que nunca raciocinava. Interessante mesmo. Interessantíssima... Certa vez, voluptuosamente recostada no seu “fauteuil”, de pernas cruzadas, em palestra, dissera a um fino intelectual que no homem, o que mais admirava não era a inteligência, mas a vontade. [...] Os inteligentes, os homens cultos, são um bom divertimento. Mas, os de acção, arrebatam e vencem... Nós todas, as mulheres, temos – dissera-lhe – um certo desprezo pelas coisas tímidas. Aborrecem nos. E enervam tanto, que não as toleramos... – Mas Miss Flora... – Nada. Não gostamos. O século actual é o da velocidade. Nada de retardamentos, de gentilezas... Isso tudo é coisa velha demais... Nisso, uns mascarados (era no ultimo dia de Carnaval) entram barulhentos, violentamente, batendo guisos... E Miss Flora, zangadíssima, nervosa, repele aquella gente intrusa, mentindo escandalosamente, á affirmativa que fizera... As evas modernas são, como dizem alhures, um “caso serio”... Nós nunca chegaremos a saber se são ellas, ou a moda, quem mais varia... (*Correio Oficial*, 12/04/1931, p. 4).

Nessa crônica, assinada também por Claudio Romero, as mulheres que adotavam novas tendências e reelaboravam suas alternativas de ação e protagonismo social, eram representadas como criaturas incongruentes, loquazes e volúveis. Buscou-se desacreditar – por meio das representações das “misses” e das “evas modernas” – as possibilidades de autonomia das mulheres, reduzindo-as a estereótipos simplistas e esvaziados de legitimidade política e prestígio social, nos quais outras mulheres pudessem se espelhar ou se inspirar na construção de seus próprios mecanismos de resistência. Tais discursos, fragmentados em múltiplas identificações pejorativas, não conseguiram mitigar o evidente fascínio que as “evas modernas” exerciam sobre o imaginário de homens e mulheres.

Apesar das prováveis resistências, algumas mulheres ou representantes dessas mulheres vilaboenses conseguiram emitir e defender suas opiniões, frente a grande maioria masculina de articulistas do *Correio*. O estilo contundente e assertivo em que foi escrita esta crônica, sob o pseudônimo de Fify D’Orsay⁶⁶ mostrou-se singular:

Apresento-me, senhores. Uma menina moderna. Amo o cinema, o jazz, o flirt, os rigores da moda, o baton, e outras cousinhas mais. Não vos venho massar com uma chroniqueta xaroposa e romantica. Não. No nosso seculo, as leis que me dominam não permitem isto. E ainda mais, o sentimentalismo esqueci o na obscuridade claustral de um collegio onde tentaram educar-me á antiga. Se aqui estou, mercê da jovialidade do director desta folha, é para desabafar-me da neurótica irritação que me tem causado um chronista prosaico, que insiste em fazer jornalismo á minha custa. Ora que implicancia... Deixa-me! Se o meu vestido é curtos e o decote vae até á alma, mesmo passando della um dia, ainda ficará muito longe de onde o literato mexerico deixa transparecer maliciosamente nos seus escriptos. A moda rege o mundo, e porque hei de eu ficar á sua retaguarda? Eu, que sou a obra prima da natureza, que tenho no homem o dócil executor

⁶⁶ A propósito da origem desse pseudônimo, Fifi D’Orsay, nome artístico da atriz canadense Marie-Rose Angelina Yvonne Lussier (1904-1983), atuou com sucesso em comédias da Broadway, em filmes hollywoodianos e em seriados televisivos estadunidenses. Nos anos 20 e início dos 30, protagonizou diversos filmes que, posteriormente foram exibidos na Cidade de Goiás.

dos meus caprichos, o escravo das minhas vontades, abdicar dos meus adornos e da minha vida mundana unicamente para satisfazer aos cronistas puritanos? Isso é que não. (*Correio Oficial*, 19/04/1931, p. 2).

Sugestivamente intitulada como “Fala de Eva”, a crônica descreve uma “menina moderna”, que se identificava com as práticas e as diversões modernas e se apropriava, com perspicácia, desses novos valores. Ao apresentar-se sob um pseudônimo, cujo nome correspondia ao de uma artista de cinema, a suposta cronista revelava o deslumbramento e o impacto no imaginário feminino causado pelas reluzentes atrizes dos filmes hollywoodianos e das propagandas de revistas. Usar os cabelos mais curtos, pintar os lábios em forma de coração e vestir-se com roupas mais leves e curtas, tornou-se o sonho de consumo de inúmeras brasileiras a partir da popularização dos padrões de beleza cinematográficos, ainda na década de 1920.

Os médicos, por seu turno, tendo em vista a construção de uma nação saudável, higiênica e produtiva, passaram a aconselhar as mulheres a praticarem atividades físicas moderadas e a abdicarem dos espalhos. Contudo, usar maquiagem, passear de automóvel com rapazes ou qualquer outra atitude considerada provocativa ou suspeita era veementemente recriminada. (SANT’ANNA, 2012, p. 108). Todavia, a independência moral que as mulheres fatais das telas de cinema aparentavam desfrutar, não correspondia à realidade das mulheres de carne e osso – divididas entre painéis, filhos, sonhos desfeitos e culpas impingidas.

Ao se analisar crônicas do *Correio* que remetem a um comportamento transgressor de algumas mulheres da elite vilaboense, é importante destacar que muitas mulheres, oriundas de famílias tradicionais da Cidade de Goiás, desfrutaram de posições de prestígio, foram educadas com esmero sob a influência de correntes de pensamento liberais e, em muitos casos, distantes de uma formação cristã. Porém, tais prerrogativas na formação intelectual e na atuação social dessas mulheres não propiciaram mudanças significativas no âmbito da esfera privada. De maneira geral, até a década de 1930, as mulheres vilaboenses de classe alta não saíam para estudar nos grandes centros, não exerciam profissões de grande visibilidade social e política ou não se casavam com homens considerados adequados. Exercer a sexualidade fora dos limites do casamento, então, era impensável.

Ou seja, ainda que muitas dessas mulheres tenham defendido e exercido o direito ao voto, organizado eventos culturais, dirigido instituições intelectuais, assim como adotado novos modismos, padrões de consumo e diversões mundanas – de maneira

recatada ou arrojada – a legitimidade para assumir tais funções ou atitudes permanecia vinculada aos seus papéis como filhas, esposas e mães dedicadas e honradas. Nessa perspectiva, considera-se que as críticas à indumentária das mulheres vilaboenses – com exceção de alguns arroubos moralistas de segmentos tradicionais – não mantiveram o mesmo fôlego ou o mesmo argumento ao longo da década. A honra feminina, embora se resguardasse em camadas de tecidos e gestos de pudor, centrava-se *a priori* na castidade e na sexualidade restrita aos limites do casamento.

Sem perder de vista essas fronteiras morais, que constrangiam as mulheres da elite vilaboense, cabe ainda ressaltar que os padrões de beleza e consumo – divulgados como mecanismos de distinção e ostentação social – eram assimilados por meio de intrincados modelos de comportamentos. Aspirava-se uma maior autonomia social, desde que assegurados os vernizes da civilidade e da moralidade; recomendava-se a liberdade de movimentos e a prática de exercícios corporais, desde que os gestos continuassem comedidos e afetados; estabeleciam-se modismos, produtos e práticas culturais enfatizando a aventura e a sedução, desde que adequadamente contidos nos devaneios eróticos das telas de cinema e das revistas ilustradas. Mas, acima de tudo, tais processos de apropriação cultural e reinvenção social instigaram questionamentos e engendraram resistências, como reiterava Fifi D’Orsay ao final desta crônica:

Nós não cederemos o terreno conquistado e só marcharemos para a frente, enquanto os homens correm esfalfadamente para nos alcançar, temerosos de nos perder de vista. Corre também, articulista bisonho! Corre e deixa-te de criticar os vestidos das mulheres! Lembra-te de que um fidalgo cortezão de Luiz XV foi dar com os costados nas galés porque mui discretamente falara do decote de Pompadour. Ah! se Luiz XV resuscitasse e fosse nomeado chefe de polícia literária!... Tu implicante plúmítico, ias parar na Clevelandia... (*Correio Oficial*, 19/04/1931, p. 2).

O prognóstico desse trecho da crônica “Fala de Eva” mostrou-se, ao longo das décadas seguintes, acertado. A emancipação das mulheres construiu-se e, ainda se constrói, em um contínuo processo de elaboração de discursos e de reconhecimento de direitos. Nos anos 30, o desejo de autonomia de muitas mulheres sobre seus corpos e seus destinos mesclou-se às idealizações de progresso, modernidade, sucesso e beleza, impregnados nos novos produtos de consumo e nas diversões em voga. Em uma época que se inspirava na velocidade e no movimento, tais apelos comerciais e culturais foram, uma vez mais, repaginados por discursos masculinos de normatização do comportamento feminino. Mas não se restringiu a isso: novas identificações sociais,

transgressões culturais e lugares políticos foram estrategicamente possibilitados e conquistados pelas mulheres.

Na década de 1930, as crônicas sobre moda e comportamento – temas preferidos dos articulistas que não se cansavam de afirmar o suposto desprezo por tais assuntos de cotidiano – eram publicadas com maior frequência do que admitiam seus autores. Como nesta crônica, em que a moda era pretexto para comentar sobre os políticos e, como sempre, sobre as mulheres:

Umas das maiores convenções que existem é a Moda. E, como nós sabemos, é uma das maiores porque não é imposta por actos legislativos, mas por circunstancias que variam com a evolução social. Que desastre, porem, não haveria, querido leitor, se a Moda, como o dinheiro, a profissão e tantas outras convenções, fosse regulada por leis?... Calcule nesta época de transição porque passou o Brasil de 1930 para cá um interventor lavrando decretos, cheios de considerandos, mandando que os vestidos fossem mais curtos, tendo em vista a depressão econômica do mundo, ou fossem mais compridos consoante exigem as leis de consumo para acabar com o algodão em estock? Haveria uma verdadeira balburdia... No Pará, por exemplo, com o major Barata, neste tempo de calor excessivo, não seria muito difficil aparecer um decreto revolucionario revolucionando tudo... (*Correio Oficial*, 02/12/1934, p. 8).

Enquanto algumas crônicas relatavam os duelos enfrentados pelos defensores da moral e dos bons costumes em restabelecer os limites do pudor no vestuário feminino, essa – assinada por G. Natto – afirmava que a moda não “é imposta por atos legislativos” ou “regulada por leis”, mas por circunstâncias diversas em consonância com as transformações sociais. Com ironia, o cronista analisa um quadro hipotético, em que possíveis intervenções no comprimento dos vestidos das mulheres fossem decretadas ao sabor da economia e das leis discricionárias de seus governantes. Talvez, no Pará, “em tempos de calor excessivo”, surgisse um “decreto revolucionário revolucionando tudo” – devaneia o autor. O desejo contraditório de vestir ou despir corpos femininos, exaltar a beleza ou categorizá-la como futilidade, salientar as virtudes morais ou escarnecer das mulheres cujo padrão estético não se enquadrasse no estereótipo de beleza feminina atravessavam inúmeras crônicas de cotidiano, como esta a seguir, do advogado e cronista Aróe:

A arte da caricatura consiste em mostrar os defeitos físicos de uma determinada pessoa, exagerando-os, ou em tornar evidentes as características individuais de uma determinada fisionomia. Essa segunda concepção vem a ter a mesma significação da primeira, se se levar em conta que o que empresta personalidade a uma dada pessoa são seus traços aberrantes; os belos são os normais e por isso mesmo impessoais. Ver-se uma pessoa depois de se haver visto uma caricatura sua é o mesmo que se lêr um livro depois de se haver lido uma sátira a seu respeito. Muitas vezes, de duas irmãs, muito

parecidas uma com a outra, uma é linda e outra horrível. A feia se parece com a bonita como uma caricatura com o original. A feia é um comentário maledicente encarnado em mulher. Moral – Essas moças não devem andar em companhia das irmãs mais feias. (*Correio Oficial*, 1º/12/1933, p. 8).

Nas primeiras décadas do século XX, a beleza física costumava ser percebida como uma dádiva divina. Cabia às mulheres conservá-la, com pudor e modéstia. (SANT’ANNA, 2012, p. 106). As mulheres que não se enquadrassem no estereótipo aceito como belo, eram motivo de piedade ou escárnio. Como compensação, presumia-se que se desdobrassem em desvelo à família e aprimorassem outros dotes. Dedicar mais cuidados à aparência não era compatível com a presumida simplicidade e austeridade feminina. Em determinadas circunstâncias, como constatado em algumas crônicas citadas anteriormente, a vaidade de algumas mulheres vilaboenses, combinada a posturas e atitudes de maior autonomia, foram alvo de críticas e ironias. A pintura no rosto, o uso de adereços considerados extravagantes e de roupas que revelassem mais que a imaginação dos pudicos fosse capaz de suportar, deveriam ser evitados pelas mulheres honestas. Repetidamente, a beleza desprovida de artifícios foi louvada. E, quando muito, as propagandas no início da década se alinhavam ao padrão de uma beleza considerada discreta e elegante, que repercutisse a “normalidade” e a “impessoalidade” vista como adequada.

Santa Manoelina estava enganando o povo? Os jornalistas acabam de conhecer a origem do perfume que se sentia, junto à Manoelina. É que essa “santa” só usava o delicioso sabonete “Ypres” que se acha à venda na casa Goyana, do Claudionor de Jesus. Qualquer um, portanto, poderá fazer também “esses milagres”. (*Correio Oficial*, 27/06/1931, p. 7).

As belas e dadivosas – conforme os conselhos das revistas femininas – tinham mais chances de conquistar e manter um bom casamento, assim como de gerar filhos sadios. Contudo, o ideal de beleza feminina não se restringia a um sorriso encantador. Perpassava a capacidade de silenciar perante os conflitos, de submeter-se invariavelmente às decisões parentais e, também, de educar e gerar muitos filhos e trabalhar arduamente nos serviços domésticos. Nos intervalos, ainda caberia a essas mulheres prestimosas desdobrar-se em bordados, costuras e outras atividades artesanais. Cada vez mais, para essas ocupações – consideradas como um lúdico descanso dos afazeres domésticos – as mulheres da elite vilaboense dispunham de revistas especializadas.

Esta interessante publicação, traz mais de 110 lindos desenhos para serem bordados á mão e á machina, todos em tamanhos naturaes, poupando assim ás bordadeiras o fastidioso trabalho de ampliação, que nunca dá resultado satisfactorio. Nota-se também, a boa vontade dos seus editores, em não economizar espaço, como em geral acontece com publicações deste genero. [...] Esta revista nacional, única no gênero pela sua originalidade e tamanho, irá, certamente, merecer de todos optimo acolhimento, e é, afinal, com imenso prazer que recomendamos “Riscos para Bordados” ás boas bordadeiras, ás donas de casa e meninas, destinadas a ensinar a transformar o lar em uma mansão de encantos onde possam todos os membros da família encontrar um doce conforto. (*Correio Oficial*, 17/12/1930, p. 5).

Ainda de acordo com os manuais femininos, ao final do dia, recomendava-se a essas rainhas do lar manter uma aparência limpa e bem cuidada, absolutamente satisfeita em atender as necessidades e caprichos de sua família. Sobretudo a partir da década de 1920, o padrão da estética feminina – que até o final do século XIX comprimia corpos roliços em espartilhos e camadas de tecidos – passou a valorizar as formas curvilíneas, porém esguias. No rosto, pouca maquiagem, mas desejava-se uma pele lisa e fresca. Na década seguinte, a rotina de cuidados pessoais das mulheres recebeu estímulos cada vez mais diversificados, como ilustra a propaganda deste creme facial:

Para a belleza do rosto: Dissolvente Natal. É garantido e custa 6\$. O Dissolvente Natal acaba com as manchas, cravos, rugas e poros abertos. Grátis: remettemos pelo Correio. Lindos premios a que mandar o endereço ao snr. L.R. Souza a Rua dos Andradas 128 Rio. (*Correio Oficial*, 09/10/1934, p. 3).

As receitas de felicidade doméstica, direcionadas às mulheres de elite, foram continuamente reforçadas por propagandas, promoções e sorteios diversificados, que incentivavam novas práticas sociais, embutidas na aquisição de produtos modernos, como no anúncio dessa loja de variedades, que divulgava prêmios mensais aos seus clientes:

Aquele que apresentar maior soma de compra, sendo homem, receberá uma toalha de banho; senhora ou senhorita, um lindo par de meias de seda; creança do sexo masculino um terno de roupas e do sexo feminino um bebê de celuloide. (*Correio Oficial*, 09/01/1934, p. 8).

No *Correio*, a maioria das propagandas veiculadas era de produtos como sapatos, chapéus, tecidos, alimentos importados, remédios e revistas, vendidos em lojas específicas, de variedades ou pelo correio postal. Uma dessas lojas de variedades, com 30 anos de existência, conforme publicava, oferecia produtos a “preços nunca vistos, a

custo e carroto”. Na extensa lista de mercadorias divulgadas no anúncio, destacava-se uma grande variedade de tecidos (crepes, *voiles*, palha de seda, musseline, morim, algodão, tule, linho), assim como de gravatas, cintos, pijamas, camisas esporte, pastas, malas, artigos para montaria, toalhas, bolsas, fivelas, linhas de coser e bordar, sombrinhas, chapéus, calçados, brinquedos, violões, violas e sabonetes. (*Correio Oficial*, 12/04/1933, p. 7).

A busca de adequação à política de desenvolvimento varguista – assim como de inserção da economia goiana nos parâmetros capitalistas nacionais – paulatinamente tornou acessível à elite consumidora vilaboense uma variedade maior de produtos, inclusive de marcas estrangeiras. Um dos grandes alvos das campanhas publicitárias veiculadas nos jornais e nas revistas, locais e nacionais, eram as mulheres. Eram elas também o tema predileto das propagandas de produtos que iam de remédios a vitrolas. Na elaboração das práticas e das representações sobre a modernidade, as imagens femininas divulgadas nas propagandas tinham o importante papel de reafirmar lugares de poder e de difundir modelos ideais às mulheres. Educadas e assediadas como consumidoras ou promotoras de objetos de desejo, as mulheres eram identificadas, nesse contexto mercadológico, em diferentes posicionamentos.

Num período em que se despertava a crescente valorização do tempo-presente – mutável, volátil, descartável e veloz –, beleza continuava a rimar com juventude. A velhice, sobretudo das mulheres, associava-se com o afeto e os mimos das avós ou a solidão e a tristeza das que permaneceram solteiras. Acima de tudo, a velhice era identificada como um tempo cinzento, de lembranças e achaques, à espera da morte.

“Escreva qualquer coisa dedicada a mim. Algo que seja sentimental e que venha lembrar o meu passado...!” Foi assim que me falou a bondosa sra. X, ha dias, quando na rua a encontrei, velhinha e fraca, com o inseparável guarda-chuva e os seus olhos escuros, como a lhe vedar á vista a fanfarra gritante das misérias da vida. E, para atende-la, passo agora a executar, no teclado da Remington, a valsa mais simples que meu cerebro inspirou e que minha alma canta nesta crônica: Presada amiga. Relembrar o passado de alguém, quando ele é justamente o reverso do presente, é a mesma coisa que se arrancarem, bruscamente, as ataduras de u’a chaga. [...] Bem sei que fôstes bela e admirada. Filha de casal abastado, tivestes na vossa juventude o conforto, ou melhor, o luxo que pode ter aquela cujo pai teve, extravasando das suas arcas magnificas, o ouro – iman que atrai os homens e afasta as consciencias. Cumulada de atenções e cortezas, passaveis, garbosa e distinta, por entre a turba admiradora dos milhões da vossa família, esmagando, na sola dos sapatinhos de renda, as flores coloridas dos lindos galanteios que se vos atiravam. (*Correio Oficial*, 14/08/1934, p. 8).

Um pedido da “sra. X” ao articulista, para que ele lhe dedicasse uma crônica sentimental e nostálgica, a expôs à um criterioso julgamento. No discurso do cronista, que assinava Jujuca, rememorar episódios pitorescos que evidenciassem o sucesso social da então bela e admirada “sra. X” não bastava. Para ele, destacar a versão de que a jovem “garbosa e distinta” não retribuía aos “lindos galanteios” de seus admiradores – chegando até a desprezá-los, esmagando-os “na sola dos sapatinhos de renda” – era mais importante. Embora relatasse a existência de uma “turba admiradora”, interessada apenas no dinheiro da família da “sra. X” – fato que a transformava em objeto de cobiça e a cercava de hipocrisias e dissimulações –, o cronista não considerou esse e tantos outros fatores que, provavelmente, influenciaram a vida da distinta senhora. Fazer escolhas ou exercer recusas amorosas assertivas não combinava com a postura de recato e de subserviência, consideradas adequadas às jovens de elite. Semelhante atrevimento, conforme narra o cronista, era o causador dos infortúnios na vida da “sra X”:

E assim, embevecida com os reflexos policromáticos produzidos pelas facetas do prisma que Deus, o Geometra de mãos firmes, fazia girar diante dos vossos olhos, mal percebestes quando o Destino, cavalcando o corcél furioso da Fatalidade, levou, na sua carreira indomita, todos os ramos da Felicidade que se haviam dependurado nos varandis do vosso lar. Hoje, que, velha e pobre e triste e enferma e só, ouvis, ativa e conformada, o estalar das patas daquele monstro, batendo no lagêdo frio do indiferentismo dos vossos semelhantes, recebi estas linhas como um protesto forte da minha mentalidade joven, contra as injustiças deste mundo, e como preito da mais sã admiração que vos dedico. (*Correio Oficial*, 14/08/1934, p. 8).

O cronista, que se auto define como de “mentalidade jovem”, concluiu – em tom dramático e obscuro – a narrativa sobre a “sra. X”, lamentando o suposto erro que a fez não se aperceber de fatalidades que sobre ela recaíram. Ao final, a “bondosa sra. X”, com “o inseparável guarda-chuva e óculos escuros”, a quem o cronista jura a mais “sã admiração”, é reduzida a condição de “velha e pobre e triste e enferma e só”. Traçando um paralelo com uma crônica de Emelcy, analisada em um tópico anterior – sobre as vantagens masculinas de se permanecer solteiro e distante das obrigações parentais – uma vez mais, vê-se as enormes discrepâncias entre as expectativas sociais e os padrões de juventude e de beleza, pautados para homens e mulheres. De maneira geral, para os homens, envelhecer não era um impedimento para desfrutar de atividades e prazeres sociais; para as mulheres, tais prazeres limitavam-se ao convívio familiar.

Embora as representações construídas sobre a masculinidade definissem localizações de poder estratégica e hierarquicamente superiores às que se localizavam para as mulheres, também sobre os homens incidiam constrangimentos a determinados

códigos de conduta. A virilidade construía-se na distinção que a colocava como o oposto do feminino. Ou seja, ser homem significava não ter comportamentos ou fraquezas identificadas como inerentes às mulheres. Traduzia-se em ter o corpo resistente e o intelecto educado para o trabalho, ser o provedor econômico, a fortaleza moral e a autoridade sobre sua família. Como aponta Welzer-Lang (2001, p. 464), o masculino é, simultaneamente, sujeição ao modelo e aquisição de privilégios do modelo. Essas representações do masculino, apoiadas em signos materiais e imateriais que reforçavam e naturalizavam as identificações de poder, foram desconstruídas ao longo do século XX. Mas ainda na década de 1930, a pulverização de novos padrões sociais, econômicos e culturais desconcertava os modelos tradicionais de comportamento masculinos, instigando entusiasmos, mas também medos e incertezas.

Os discursos masculinos caracterizados pelo sarcasmo, pela ironia e pela inferiorização das mulheres – analisados neste trabalho – refletem essencialmente esse processo de autoafirmação de posições de poder. Assim como a verve afiada de alguns articulistas direcionou-se também para alguns homens que fugiam ao padrão e aos modelos tradicionais. A estética masculina, embora ainda não previsse muitos cuidados além da higiene diária, prezava o tipo comum, sem traços fisionômicos considerados destoantes ou desproporcionais. Sobre os homens tachados como feios, recaíam chacotas, piadas, apelidos e até mesmo crônicas como esta, marcada pelo tom de inconformismo frente o sucesso dos feios com as belas pequenas:

Estamos com um laboratório completo para as pesquisas desse gênero: um salão de baile. Aqui os homens se infileiram, arrumadinhos, ao lado uns dos outros, como em uma vitrine, expostos á preferência feminina. Podemos apreciar o julgamento que fazem, de uns e de outros, pela escolha, pelo repudio, pela indiferença, aparente ou verdadeira. – Sim. Esta que parece interessar-te tanto, será a bela cobaya para nosa observação. É de fato uma linda morena, não és o único que a requestra. Somos ao todo quarenta e tantos. Mas descança – Nem um adiantou mais que tu. Entre tantos galanteadores, a diversidade de tipos, de idade e de condições é grande. Há doutores, oficiais, funcionarios, commerciantes, simples almofadinhas e complicados dandis de toda especie. Mas o que te sucede a ti, dá-se com os demais. Ela não liga. Um só conseguiu encanta-la. E aquele. Sim, senhor. Aquele que está ao seu lado. É desse que ela gosta! - Concordo plenamente contigo. É feio, muito feio. Inteligente? Duvido. Só diz tolices... Não é rico. Não ganha um tostão. Forte, também não é. Vê: raquítico, desengonçado... Não é belo, não é inteligente, não é rico, não é forte... mas agrada! Ela desdenha a todos, os belos, os ricos e os fortes e gosta dele! Nada possui, de aparente, este homem. Mas sei de duas coisas que ele tem: o amôr desta mulher e a tua inveja. (*Correio Oficial*, 02/12/1933, p. [illegível]).

Novamente, a aprovação ou a desaprovação feminina de seus galantes admiradores é considerada incoerente, volúvel e movida por caprichos. Com ironia, o

engenheiro e cronista Tãozinho descreve uma típica situação festiva, em que “os homens, se enfileiram, arrumadinhos, ao lado uns dos outros, como em uma vitrine, expostos à preferência feminina.” Tal circunstância, de relativa diminuição do poder decisório masculino perante o poder de escolha ou negociação feminino, parecia causar desconforto. Sobretudo, quando as predileções das “lindas morenas” quebravam o protocolo do que era considerado razoável e sensato e dedicavam atenção aos tipos que se distanciavam do padrão ou, principalmente, dos interesses econômicos e das estratégias políticas envolvidas.

Numa sociedade movida pela paixão e pelas contendidas políticas, as alianças familiares representavam o cartão de visita preferencial para os círculos mais restritos. Aqueles que não se enquadrassem nessas articulações de interesses eram vistos com desconfiança.

Sempre temos nos batido pela volta de Goiaz ao antigo regimen familiar – a maior seleção possível nas nossas festas. Somos daqueles que jamais deixaram de trabalhar em prol das nossas reuniões, onde só devem comparecer elementos que saibam respeitar a moças distintas que lá se encontram. [...] Quero apenas que em nossos salões, onde se encontra a alta sociedade, esta não se veja na dura contingencia de ouvir frases pouco delicadas ou mesmo grosseiras, proferidas por indivíduos dignos de figurar numa taberna. [...] Mas, se existem pessoas capazes de aplaudir semelhante situação, ha tambem – e quasi todos os goianos – que não admitem mais tal estado de coisas, deprimentes para o nosso meio social. E, por esse motivo, estamos informados de que vai ser iniciada uma grande campanha pelo saneamento de nossas reuniões. Só bons elementos nos convites. Quem não pensar assim, abra seus salões para essa gente. Pessoas honradas e dignas não podem estar se ombreando com elementos desclassificados. (*Correio Oficial*, 13/02/1932, p. 8).

Na vida em sociedade, o embate entre as práticas tradicionais e as práticas inéditas ou ainda não domesticadas, frequentemente, em inúmeras circunstâncias históricas, fizeram-se presentes. Especialmente se tais comportamentos questionavam ou colocavam em risco hierarquias e privilégios entranhados, como bem ilustra essa crônica de Emelcy. Para serem aceitos nessas rodas sociais exclusivistas, os forasteiros deviam não só “respeitar as moças distintas que lá se encontravam”, mas, sobretudo, as demarcações de poder. No entanto, ao longo da década de 1930, diferentes bifurcações e estratégias políticas e econômicas construídas dentro e sobre a vida cotidiana, aproximaram ou afastaram as pessoas ditas “honradas e dignas” das referidas como “desclassificadas”. Cabe ressaltar que, nesse percurso, as diferenciações sociais e culturais perduraram; não como divisões estáticas e imóveis, mas como um resultado de processos dinâmicos. Conforme Chartier (1991, p. 187), a partilha dos mesmos bens

culturais pelos heterogêneos segmentos que constituem uma sociedade provoca a busca de novas distinções, capazes de assinalar os desvios mantidos.

No avançar da década de 1930, construir novas posições e argumentos, nesse contexto de transformações e continuísmos, ganhou maior legitimidade. Ainda em 1933, o sarcasmo do cronista Tãozinho dirigido ao “feio” que ganhou a “linda morena” teve a seguinte resposta, sob o pseudônimo de Marciano:

Pedem-nos a publicação do seguinte: O sr. Tãozinho têm em sua personalidade um traço absolutamente característico, que ressalta sempre nas suas produções: a ingenuidade [...]. Assim é que a princípio foi encontrar em minha pessoa todos os defeitos que um *homo sapiens* pode conseguir armazenar: fealdade, prontidão, imbecilidade e outras quejandas cousas. Mais tarde, com o intuito ingenuo de despistar os menos avisados, ou (não é provável...) como um possível receio de algumas bengaladas de minha parte, avocou a si toda essa serie infindavel de belas qualidades, das quais, por força da 1ª crônica, eu seria proprietario exclusivo... [...] O sr. Tãozinho quiz apenas, dizendo que não se tratava da minha pessoa, atrair sobre mim, e com maior intensidade ainda, a curiosidade e a maledicência públicas. Fez comigo como fazem certas mocinhas: mostram-se na janela, escondendo-se logo após, atrás da taboletas semi-cerradas, para aguçar o apetite dos olhares masculinos. (*Correio Oficial*, 16/12/1933, p. 8).

Escrita por um médico – cuja ocupação foi revelada em outro trecho desse texto –, essa crônica conduz a análise dessa pesquisa para alguns aspectos extrínsecos e intrínsecos ao texto. Inicialmente, destaca-se nessa narrativa o papel da imprensa – em especial, do *Correio* – como propagador de representações masculinas e femininas que delineavam e eram delineadas por práticas e imaginários de e sobre homens e mulheres vilaboenses. Nesse texto, o burburinho e as especulações – que possivelmente recaíram sobre o médico – são evidenciadas. Pode-se deduzir que, para os leitores da Cidade de Goiás e para aqueles que de alguma forma tinham acesso às informações do jornal, as notas e crônicas – cujas linhas frequentemente expunham comentários elogiosos ou críticos sobre o cotidiano social – eram comentadas com avidez. Com o intuito de livrar-se de possíveis desdobramentos e constrangimentos sociais, o autor sustentou: “quero apenas, para não parecer covarde, e num movimento em que fala mais alto do que qualquer outro o instinto de defesa e conservação, apresentar a minha replica...” (*Correio Oficial*, 16/12/1933, p. 8).

“Para não parecer covarde”, ou seja, em defesa da honra masculina – justificativa recorrente de inúmeros crimes passionais e duelos –, o cronista destrinchou argumentos em um longo texto, valendo-se de exemplos científicos e de uma retórica habilidosa. Dentre eles, de apontar a suposta covardia – novamente a questão da honra é

assinalada – do articulista Tãozinho em despistar sobre a identificação da vítima de seu escárnio, agindo como “certas mocinhas” que aguçam ainda mais o “apetite dos olhares masculinos”. Nesse exemplo, tais jovens são lembradas como donas de uma conduta dúbia e suspeita. É importante ressaltar as contradições desses discursos sobre o comportamento feminino: conforme o posicionamento e o ardor de seu articulista, a atitude de esconder-se atrás de “taboetas” da janela podia ser identificada ora como timidez e recato, ora como uma luxuriosa provocação.

Com ironia, o cronista finalizou assim sua réplica:

Não tema de mim, porém, o sr. Tãozinho, qualquer reação belica, pois apesar do meu nome, sou o mais pacífico dos mortais. [...] Feio ou bonito não são realidade objetivas e concretas, sinão estados de espírito do observador, subjetivos, portanto e que, por isso mesmo, só tem existencia no seu mundo interior, assim, um mesmo objeto, feio para os seus sentidos talvez já um tanto gastos e embotados pelo embate dos anos, pode parecer bonito visto através de uma sensibilidade jovem e ainda de pouco uso. [...] Seja como for, sr. Tãozinho, ao contrario do sr., que é um irritado perpetuo contra a sua sorte, ou estou muito contente com a minha. Pelo menos encontrei alguém (uma pequena notável...) que me ama, vale dizer, de maneira rigorosamente exata, que me acha bonito. Com o sr., ao que me conste, ainda não se deu tal... E no mais, desculpe o mau jeito. (*Correio Oficial*, 16/12/1933, p. 8).

Nesse trecho, o registro do pretenso perfil pacífico e a promessa de “nenhuma reação bélica” do cronista reforçava a importância de defender a honra masculina contra possíveis aviltamentos. Ao final, o cronista afirmava que aos olhos da “pequena notável” ele era belo e, sobretudo, amado. Ao sobrepujar as palavras ferinas de seus conterrâneos, o autor da réplica pode ter ganhado não somente o amor da pequena, como ele afiança, mas o direito de defender-se em um veículo de imprensa e uma relativa notoriedade⁶⁷. Conforme Welzer-Lang (2001, p. 466), para um homem, estar acompanhado de “belas” mulheres classifica-o como “grande-homem”, o que é igualmente verdadeiro para aqueles que possuem dinheiro e/ou poder sobre homens e mulheres. Todos os homens que adotam esses códigos de virilidade, potencialmente, têm ou podem ter poder sobre as mulheres; alguns entre esses (chefes e líderes diversos) têm ainda poder sobre outros homens. É especificamente nesse duplo poder que se organizam as hierarquias masculinas.

⁶⁷ Aproveitando-se da polêmica estabelecida entre Tãozinho e Marciano, vários articulistas regulares do *Correio* produziram textos na tentativa de alongar a contenda. Entretanto, em uma crônica publicada em 28/12/1933, na seção “Notas Sociais”, afirmava-se que não mais seria concedido espaço para publicação a autores que não revelassem suas identidades aos responsáveis do jornal. Aparentemente, o incógnito Marciano foi um dos últimos a gozar dessa prerrogativa.

Contudo, sobre a bela dama, motivo aparente desse duelo literário, pouco é revelado. A ela, o cronista Marciano outorgava uma postura de recato, docilidade e submissão amorosa. Perspectiva diversa do cronista Tãozinho, que a representa em seu texto como uma jovem caprichosa e displicente na escolha de um possível consorte entre os galanteadores de uma ocasião festiva.

Se as mulheres com lábios rubros e roupas mais curtas foram motivo de escândalo, os homens de cabelos engomados, vaidosos e apreciadores das diversões modernas foram motivo de desconfiança, como aponta esta crônica assinada por Tãozinho:

As mulheres muito jovens amam aquele homem que menos parece um homem. A razão psicológica deste fato é fácil de ser explicada: o sexo forte para a menina que desperta, atônita, na grande manhã da vida afetiva, representa uma entidade muito complexa – mixto de atração e de horror.[...] Dá, então, preferencia aos efebos, de aparência intermediária, destituídos ainda desses característicos violentos e rudes que constituem a masculinidade perfeita. Mas eles não se orgulhem muito dessa preferencia que não pode ter caráter definitivo. A embriaguês do amor é como a embriaguês do álcool. Em começo, os candidatos usam bebidas ligeiramente alcoólicas, com medo do terrível veneno. Depois, com o hábito, vem a necessidade de ingerir Whisk, ou Macieira, ou restilo a 40 gruas... [...] Nestas condições, diante do que fica exposto e ainda por uma questão de sobriedade em publico, regra muito louvavel, o guaraná tem muita voga em reuniões elegantes. Isto não quer dizer que um calix de restilo seja desprezado, na intimidade... (*Correio Oficial*, 23/01/1934, p. 8).

Desde a década de 1920, a glamorização das práticas sociais elitistas – influenciadas pelo cinema e pela propaganda – e a valorização das atividades esportivas transformaram o padrão da beleza masculina. Conforme Sant’Anna (2012, p. 108), o sucesso do ator italiano Rodolfo Valentino (1895-1926) coincidiu com o investimento da indústria publicitária na imagem do homem vaidoso, que cuidava com maior autonomia e regularidade de sua aparência⁶⁸. Na década de 1930, os modelos modernos de beleza e comportamento feminino e masculino – cada vez mais populares – foram alvo de entusiasmo, mas ainda de recriminação. Com uma cultura profundamente arraigada nos valores da família e da tradição, mas sempre entrelaçada às transformações que pipocavam nos grandes centros, a elite vilaboense percebia e assimilava os novos modismos sob intensidades e prismas heterogêneos.

Acima de todos os dilemas que sempre dividiram tais discursos, a vinculação exclusiva das mulheres ao lar, à vida doméstica e à nulidade de expectativas de realização profissional, política, sexual e afetiva deixou de ser uma recomendação

⁶⁸ Para tanto, a indústria estética investiu na propaganda de cintas elétricas para o emagrecimento, barbeadores – manual e, posteriormente, elétrico –, aparelhos para aparar o cabelo, entre outros.

majoritária. Em tom de ironia – que escamoteia, mas não oculta a lamúria – o cronista G. Natto arrisca o seguinte conselho:

Entenderam, ultimamente, alguns intellectuaes londrinos que a mulher nasceu foi para o lar e não, como o homem, para o borborinho incessante da via publica. E interessante é que esses escriptores acabam de fundar, sem mais preambulo, um club anti feminista, cuja divisa principal é: AS MULHERES NA COSINHA. O sr. Fred Wornul, presidente do club, diz que o homem não deve abdicar, voluntariamente, de um direito que lhe pertence, e acrescenta que é dever de todos reivindicar os seus direitos de privilegio politico social e intellectual. Mas, para isso, agora já é tarde... O que resta fazer é ir devagar com o barco para não cahir nagua antes do tempo.... (*Correio Oficial*, 24/11/1934, p. 8).

Para a infelicidade do cronista, o barco – das desigualdades legitimadas entre homens e mulheres – virou. No decorrer do século XX, as localizações sociais impostas às mulheres, até então classificadas como naturais e universais, revelaram-se ilusórias e artificiais nas construções identitárias e na concepção de sentidos históricos. Na década de 1930, as transformações nas relações de gênero, no âmbito da vida privada, foram limitadas; mas as transgressões, as concessões e as apropriações realizadas – por aquelas mulheres vilaboenses na conquista de diferentes posições – transcenderam obstáculos e constituíram-se em novas expectativas de atuação dentro das circunstâncias possíveis. Como ressalta Costa (2002, p. 77)⁶⁹, as distintas posições, intersectadas por outras categorias sociais e ocupadas pelas mulheres, permitem ser utilizadas como um lugar a partir do qual essas mulheres se engajam na elaboração, e não somente no simples encontro de significados. Nesse percurso, as primeiras conquistas se evidenciaram na vida pública: no trabalho, nas ruas e nas urnas.

⁶⁹ Apoiando-se no trabalho de ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. *Signs* 13 (3), 1988, p. 407.

3. MULHERES NA RUA: CONEXÕES E DILEMAS

Em meio às transformações da década de 1930 – que constituíram novos mercados e sonhos de consumo, ampliaram a participação política e legitimaram direitos trabalhistas – as mulheres conquistaram uma inédita inserção na esfera da vida pública. Na Cidade de Goiás, a imprensa – em especial, o *Correio Oficial* – publicava notícias das atividades sociais, culturais e intelectuais que eram organizadas e/ou contavam com uma intensa mobilização das mulheres vilaboenses. Os debates entusiásticos ou críticos da participação das mulheres nas urnas foram igualmente noticiados. A educação e a profissionalização das mulheres em atividades tradicionalmente vinculadas à esfera feminina e doméstica – posteriormente, a estreia em profissões classificadas como masculinas – também foram noticiadas pelo *Correio*. Com veemência, tais discursos reforçavam valores e atribuíam modelos de adequação social. Não obstante, no desenrolar da vida cotidiana de homens e mulheres vilaboenses, resistências e apropriações trouxeram à tona diferentes questionamentos e alternativas.

3.1. CELEBRAÇÕES, CINEMA, ORAÇÕES E SERPENTINA

Le monde marche... E tu não has de ficar como as águas paradas das lagoas, servindo de palco às velharias do passado, como ellas servem de abrigo aos sapos coaxantes das noites enluaradas...
(*Correio Oficial*, 10/04/1931, p. 1)

Na Cidade de Goiás, em tempos de acalorada discussão acerca da transferência da capital, os argumentos a favor do pleito giravam em torno do discurso da insalubridade, do atraso e da estagnação da antiga Vila Boa. Como órgão da imprensa oficial, o *Correio* publicou inúmeros artigos de manifesto e elogioso apoio à construção

de Goiânia. A higiene, o progresso e o desenvolvimento eram termos largamente utilizados para descrever as vantagens da tal mudança. Nesse embalo eufórico, as práticas sociais e culturais vilaboenses são descritas de maneira extremamente positiva e entusiástica pelos cronistas da seção social, até mesmo por aqueles contrários ao discurso de transferência da capital. Os signos da modernidade eram glorificados e comumente serviam de exortação ao discurso positivista do contínuo e perene progresso. Como apontado no trecho da crônica acima: “*le monde marche*”. E nesse deslocamento construiu-se a consciência de um eterno presente a ser vivido e experienciado intensamente. Do contrário, corria-se o risco de servir de “palco às velharias do passado”.

Esses arranha céos imponentes, projectando seus andares nas alturas, num desafio atrevido ao azul do ether. Babéis modernas que não mais provocam a confusão das linguas. E esses monstros do ar, que arrojam contra o espaço, guiados pela audacia de pilotos destemidos... E essas cidades fluctuantes, que deslizam sobre as aguas bravias dos oceanos raivosos, enfrentando a colera de Neptuno... E o radio transmitindo as palavras com a rapidez dos pensamentos... O Cinema falado. O fox-trot barulhento dos jazz, aprendidos com a maestria dos sapos na musica das aguas paradas das lagoas... E a liberdade ensinada pelo americano excentrico: nos amores, nas modas extravagantes e nas maneiras exquisitas, que escandalizam tanto as donas Xanxas linguarudas... E o bronhaha enervador das cidades, creador das neurasthenias e das villegiaturas consequentes... E essas cousas todas que a civilização introduz a toda hora, complicando a vida, para maravilha de uns e desassocego de muitos outros... [...] Deixa-te desta historia de saudades. A velocidade da época não dá mais tempo a devaneios. Olha que se os “bardos sonhadores”, agora, de novo aparecessem, seriam feitos vendedores de sombrinhas a prestações... Quem tem lá tempo de sonhar? Há tão pouco tempo p’ra dormir. (*Correio Oficial*, 10/04/1931, p. 1).

Nas primeiras décadas do século XX, as invenções científicas e tecnológicas, as novidades culturais e sociais geravam sentimentos contraditórios de intensa curiosidade, empolgação, desconfiança ou inadequação. Sons, luzes e imagens corporificavam os sonhos de consumo, fossem eles conhecidos e ambicionados por aqueles homens e mulheres vilaboenses ou não⁷⁰. Como relatado em outro trecho da mesma crônica – assinada por Jicêo –, aviões, cinemas falados e cidades flutuantes causavam espanto e frenesi, mas ainda se estranhava as músicas aparentemente dissonantes e estridentes, assim como os modismos e comportamentos à sombra de novas regras.

⁷⁰ Tal perspectiva configurava-se a partir da transformação das engrenagens da economia mundial, na qual as grandes potências hegemônicas descobriram, nas regiões periféricas – inclusive no Brasil – um terreno fértil para aplicações financeiras e grandes investimentos. Como atrativo, a disponibilidade de mão de obra barata, matéria-prima diversificada e abundante, direitos trabalhistas não regulamentados e um mercado consumidor a ser explorado.

Em geral, as crônicas do *Correio* que delineavam reflexões sobre a modernidade, identificavam o tempo sempre conectado à velocidade e ao progresso. Como ressalta Neves (2003, p. 23), nesse tempo retilíneo e direcionado moviam-se todas as nações, que se reconheciam e eram reconhecidas como modernas na medida em que se localizassem em consonância com as mais recentes conquistas da época, consideradas como expressão inequívoca da preponderância de seu engenho e arte. Todavia, nessa perspectiva de tempo auferida nos textos jornalísticos, entrelaçavam-se também a inconstância, a volatilidade e a incômoda sensação de ausência ou insuficiência. Segundo Albuquerque Júnior (2006, p. 119), o discurso saudosista parece surgir como reação a momentos em que o tempo parece se acelerar, em que transformações históricas produzem a sensação mais perceptível da temporalidade, trazendo consigo a ruína de formas tradicionais de organização social, de valores, costumes, sociabilidades e sensibilidades.

Nos anos 30, já se queixava sobre a falta de tempo, inclusive “p’ra dormir”; constatação que se tornaria banal e corriqueira no decorrer do século XX e do XXI. Nesses novos lugares, identificações e tempos históricos, a memória e os horizontes de expectativas se alternavam.

São essas cousas. É tudo isto o que destrua as tradições, que pretendes conservar com carinho, meu triste e sentimental romantico! Essa cousa, que chamamos modernismo, não admite mais que na terra haja lugares onde as carroças atoplem transeuntes indolentes... É tudo isto. São as lampadas de Edison, que matam o encanto das noites de luar, com que tanto te extasias... É a musica das locomotivas, das businas dos Packards, dos apitos das fabricas, do barulho das machinas que ensurdecem o planger do teu violão dolente... (*Correio Oficial*, 10/04/1931, p. 1).

Nesse período, na Cidade de Goiás, as atividades sociais e culturais dividiam-se entre os sentimentos de nostalgia com as antigas tradições e os de empolgação com as novidades que chegavam dos grandes centros. A música, como ressaltado na crônica, ocupava lugar privilegiado. Sobressaía-se na vida noturna vilaboense as populares serenatas e modinhas. Com a mulher, o amor, a saudade e a cultura goiana como temas, a modinha vilaboense – cujo auge vai até a década de 1920 – percorreu noites e ruas, em grupos formados por doze ou quinze seresteiros. Outro destaque eram os saraus e as sessões literomusicais, cuja programação diversificada incluía piano, canto, violino,

declamação de poesias⁷¹ ou até mesmo danças. (FREITAS, 2009, 457-458). Em meio a esses eventos, o lançamento da edição das *Músicas de Goyaz*, de Edilberto Sant’Anna, em 1934, teve ampla repercussão no *Correio*⁷².

Não se constitui apenas uma novidade ou um acontecimento mundano a noite artistica de ante-hontem no Palacio da Instrução, do lançamento official das musicas de Goyaz. [...] Foi a concretização do sonho de uma phalange de esforçados goyanos que, arrostando obstáculos peculiares ao meio, dotaram seu Estado natal de musica genuinamente sua, que traduz fielmente a singeleza magnifica de sua gente e o fervor ardente que inspira a riqueza de suas mattas. [...] Acto continuo, deu-se inicio á primeira parte musical, com a valsa de estylo classico do competente professor Joaquim Edson e letra de Castello Netto, seguindo-se “Se você chorar”, marcha de João Ribeiro e letra de Iamerô [...]. Todas as musicas foram geralmente aplaudidas, deixando optima impressão. [...] Não podemos deixar também de mencionar aqui os nomes de Santinha Marques e Lourdes Maya que emprestaram, com a sua maviosa e educada voz, um brilho todo especial ás musicas habilmente executadas pela orchestra, que, como a principio frisamos, estava acima de qualquer encomio. No intervallo o sr. Luiz Guedes Junior adquiriu uma collecção das musicas que estavam sendo executadas e a offereceu á eximia pianista srta. Edméa de Camargo. (*Correio Oficial*, 14/12/1934, p. 8).

A música popular brasileira, na década de 1930, já contava com um conjunto diversificado de canções, produzido de maneira contínua e caracterizado pela intensa energia e sonoridade, com um amplo e variado público consumidor, seja por meio do carnaval, seja pelo aperfeiçoamento técnico dos meios de reprodução e divulgação, ou mesmo pelo teatro popular e pelas bandas de música. A presença marcante de uma tradição musical interna, que servia como referência e modelo criativo, revelavam que a música brasileira soava com sotaque próprio, apesar das grandes diferenças regionais e das influências musicais estrangeiras. (VASCONCELLOS, 1995, p. 503-504).

Em Goiás, as bandas de música eram muito populares. Suas apresentações na capital vilaboense, executando marchas, sambas, dobrados, maxixes, fox-trot, tangos, valsas, rancheiras e músicas eruditas, ganharam destaque no *Correio*. Dentre as *Jazz band* mais populares desse período cabe ressaltar: a da 2ª Companhia do 6º B. C., a da Força Pública Estadual, a 3 de Julho (o Jazz do Edilberto) e a Orquestra Ideal, regida por Edméa Camargo (1900-1972). Aluna de Nhanhá do Couto, Edméa Camargo

⁷¹ A produção literária goiana manteve-se fiel ao romantismo tardio. As primeiras manifestações modernistas em Goiás aconteceram três meses após a Semana de Arte Moderna. Contudo, a aceitação dessa corrente estético-literária ocorreria somente na década de 1940.

⁷² A publicação e a divulgação dessa coletânea de músicas goianas reiterava a sintonia regional com o processo de nacionalização da cultura no Brasil, que ganhou impulso na década de 1920 até a década de 1940. Nessa perspectiva de promover a cultura popular, jornais e a Prefeitura do Distrito Federal promoveram concursos de carnaval que favoreceram a consagração de inúmeras marchinhas e de seus compositores e intérpretes. Buscava-se também estabelecer um diálogo musical entre o repertório folclórico e regional com o erudito: a obra de Villa Lobos é bastante expressiva nesse sentido.

dedicou-se à música erudita e à interpretação de músicas de Ernesto Nazareth. No jardim da Matriz, as retretas animavam e divertiam rapazes e moças que ali se reuniam. Também se faziam presentes nos cinemas, festas cívicas, eventos religiosos, celebrações particulares, bailes carnavalescos e eventos beneficentes – nesses últimos, com o objetivo de angariar fundos para instituições escolares ou religiosas.

O editorial do *Correio* citado anteriormente, sobre o lançamento da edição das *Músicas de Goiás*, registrava a presença de alguns artistas da sociedade vilaboense desse período. Além de Edméa Camargo, foi destacada a figura de Joaquim Edison de Camargo (1900-1966), conhecido compositor de valsas e canções regionais. Após sua mudança para a nova capital, estabeleceu-se como o primeiro professor da cadeira de música do Liceu de Goiânia e do Instituto de Educação de Goiás. Também ganhou destaque o compositor Iamerô – possivelmente o cronista do *Correio*, Ignacio Xavier da Silva, mencionado por Jaime Câmara no livro *Nos tempos de Frei Germano*. A cantora Santinha Marques, por sua vez, evidenciava-se como uma figura de prestígio na sociedade vilaboense, frequentemente mencionada nas páginas do *Correio*. Especialmente dedicada à música popular, Santinha Marques foi a intérprete da valsa de Joaquim Edison “Lembrança de Goiás” e da marchinha carnavalesca “Veneno”, em seus respectivos lançamentos.

Com idêntico entusiasmo demonstrado pelos eventos musicais, os espetáculos teatrais – de companhias amadoras ou profissionais – frequentavam assiduamente os palcos goianos e as páginas jornalísticas. Em todas essas promoções culturais, as mulheres da elite vilaboense ocuparam lugares de destaque na atuação, na direção ou no patrocínio de tais atividades artísticas.

Será realizado amanhã, no palco do Cinema Goyano, o festival artístico de Lucilia Britto, a brilhante figurinha da companhia theatral “Nossa Gente”. Dedicado à platéia goyana e patrocinado por cavalheiros e senhoritas da nossa alta sociedade, o festival de amanhã deverá marcar epoca na vida pacata da Capital. O successo continuo da companhia “Nossa gente”, e principalmente da trêfega Lucilia, muito recommenda o espetáculo de amanhã, que, além do programma musical sob a impeccavel regencia de Mle. Edméa Camargo, tem ainda a parte theatral, sobremodo attrahente, com o drama “Rosas de Nossa Senhora”, o sainete “Elixir de Paz e Amor” e um acto variado que terminará a noite artística. Que o sucesso de Lucilia e “Nossa Gente” seja completo, é o que auguramos. (*Correio Oficial*, 1º/07/1931, p. 6).

As músicas, as danças, as declamações poéticas e as dramatizações teatrais ocupavam posição de prestígio na rotina da elite vilabense. Piqueniques às margens do rio Vermelho, saraus em residências particulares, bailes temáticos com trajes a caráter,

festivais literodançantes e as tradicionais festas “joaninas” movimentavam as rodas sociais e rendiam comentários entusiásticos na imprensa oficial goiana.

A festa Joanina, projetada pela diretoria do America Esporte Clube, com a colaboração do Comitê Feminino da mesma entidade, composto de elementos de destaque em nossa sociedade, está fadada a ser o mais importante acontecimento social e esportivo destes últimos tempos [...]. Assim é que, todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade nos destinos do esporte goiano, inclusive elementos femininos do “set” elegante, cerraram fileiras ao lado dos pioneiros da festa gigantesca, afim de que a mesma possa exceder á expectativa geral. [...] O programa, monumental e convidativo, é o melhor no genero e constará de uma parte esportiva e outra social, assim: [...] Parte social: No dia 22, das 19 horas ás 11 horas da noite, grandiosa quermesse, no largo do Palacio, constando de baile ao ar livre, leilão, bar, fogos e chôros, com o concurso das graciosas senhoritas Lourdes Maya e Santinha Marques. No dia 23, continuação da quermesse, bar, fogos, baile no tablado, canções, chôros e ainda as gentis senhoritas Santinha Marques e Lourdes Maya. No dia 24, como parte final dos festejos joaninos, haverá o colossal baile a ser realizado nos espaçosos salões do Palacio da Instrução, e batismo, no mesmo baile, da bandeira do America, a ser adquirida na casa comercial Brazão Olimpico, de São Paulo. (*Correio Oficial*, 13/06/1935, p. 1).

Ao assumirem uma “parcela de responsabilidade nos destinos do esporte goiano”, como conclamava esse artigo, as senhoras e as senhoritas da elite vilaboense reiteravam sua ativa participação nos festejos da cidade, seja na organização do evento, na administração das barracas ou na programação cultural. Assim como os “festejos joaninos”, as celebrações do Dia das Mães, de datas cívicas e de eventos beneficentes concatenavam tradições sociais a interesses políticos e econômicos da antiga capital. Os patrocínios e prêmios dedicados a certas festividades eram divulgados com notoriedade, assim como os discursos e as falas de políticos e intelectuais que gozavam de prestígio social. Nesses eventos, a lista de homenageados, financiadores e convidados ilustres era fielmente registrada, como citado em outro trecho desse artigo, que elencava os nomes das diretoras, das participantes do comitê feminino e dos patronos das respectivas barracas – de Honra, do Comércio e do América Esporte Clube – da quermesse. Nessa longa listagem – de aproximadamente 150 pessoas e de 40 estabelecimentos comerciais – os sobrenomes assinalavam as fronteiras da distinção social, em meio às manifestações de calorosa confraternização.

Ainda em prol do desenvolvimento das práticas esportivas vilaboenses atribuíam-se aos comitês femininos a tarefa de promover atividades que mobilizassem os torcedores e angariassem fundos para as agremiações futebolísticas.

Promovidas pela Diretoria do Comitê Feminino da Associação Atletica União Goiana, terão lugar, sabado, amanhã, as HORAS ALVINEGRAS, que ora substituem as

MARIANAS, em benefício daquela tradicional agremiação esportiva. O baile, que promete ser animadíssimo, realizar-se-á no salão nobre do Liceu de Goiás, gentilmente cedido pelo seu diretor, e para ele são convidados as distintas senhoritas e cavalheiros desejosos do desenvolvimento desportivo de nossa Terra⁷³. (*Correio Oficial*, 27/09/1935, p. 4).

As festas cívicas, como a do Sete de Setembro, eram pontuadas por desfiles militares, discursos de autoridades e apresentações diversas dos alunos dos principais estabelecimentos vilaboenses. Em 1934, as alunas da Escola Normal, “nota harmoniosa no concerto civico commemorativo da ephemeride da Independencia”, declamaram vários números, “muitíssimo apreciados”, e se “sahiram á altura dos seus méritos de estudantes que honram o estabelecimento”. (*Correio Oficial*, 09/09/1934, p. 1). Nessas celebrações públicas, as competições esportivas – como corrida de estafetas, centopeia, carrinho de mão, salto em altura, bola ao cesto, *volley-ball* e futebol⁷⁴ – eram muito aguardadas. Nessas ocasiões, a participação das mulheres nos esportes limitava-se à plateia⁷⁵.

Positivamente, revestiram-se de um brilho excepcional e uma animação invulgar, nesta Capital, as comemorações á grande data de nossa Independencia. A cidade toda, desde cedo, apresentou um movimento desusado em suas principaes arterias. A população escolar, numa agitação extrema e numa alegria generalizada, passava em direção aos estabelecimentos de ensino. Foi para a guryrada um dia cheio de atribulamento. [...] Ás 3 ½ da tarde, com a presença de uma grande assistencia e sob um ambiente de grande animação, o Bloco Athletico Goyano, a 2ª Cia. E as E.I.M. fizeram uma serie de competições athleticas no amplo pateo do Palacio da Instrucção. Todas as provas, dado o preparo dos contendores, agradaram plenamente a assistencia que não regateou applausos aos vencedores. O elemento feminino, principalmente, foi emprestar o brilho de sua alegria á tarde esportiva de sete de Setembro, assim coroada de exito, graças aos esforços dos nossos dirigentes. (*Correio Oficial*, 09/09/1934, p. 1).

De maneira similar a esse artigo do *Correio* foi registrada a presença das mulheres em uma tarde desportiva realizada no Jardim de Infância, com provas de salto em altura e à distância, jogo de basquete e apresentação da banda de música da Força

⁷³ No ano anterior, conforme artigos do *Correio*, os lucros advindos das festas “joaninas” – patrocinadas pela imprensa oficial e por outros jornais da capital – foram revertidos ao time Brasil Central Atlético Clube. Uma vez mais, a direção das barracas da quermesse ficou a cargo de um grupo de senhorinhas.

⁷⁴ O América Esporte Clube, a Associação Atlética União Goiana e o Brasil Central Atlético Clube eram os times vilaboenses citados com maior frequência no *Correio*. As partidas de futebol – disputadas no estádio Areião, na Cidade de Goiás, ou em outras cidades do Estado – eram noticiadas com a conhecida empolgação ou crítica contundente dos aficionados pelo esporte. A década de 1930, para o futebol brasileiro – sobretudo paulista e carioca –, correspondeu ao período de democratização do esporte, cujos principais campeonatos, até então, eram restritos à elite.

⁷⁵ Mesmo nos grandes centros, à exceção de algumas experiências no turfe e no remo, não era comum as mulheres dedicarem-se a práticas esportivas como atletas. Isso se tornou usual na segunda metade do século XX, notadamente no tiro ao alvo, no tênis e na natação, além da equitação, que era utilizada como instrumento de educação das elites.

Publica: “o elemento feminino integrado como se acha actualmente com o desenvolvimento do cestobol, nesta Capital, não deixará de emprestar o seu brilho a essa grande parada esportiva”. (*Correio Oficial*, 30/09/1934, p. 8). Em 1934, uma das raras notícias de inclusão da participação das mulheres nos jogos de bola ao cesto em eventos públicos, foi registrada assim pelo *Correio*.

Professor de educação física nos estabelecimentos de ensino desta Capital, tendo em vista a ampliação dos desportos e [ilegível] de desenvolve-los em nosso meio, o sr. Orestes Baiochi resolveu promover um campeonato de Bola ao Cesto entre as associações esportivas da cidade e mais quadros que se queiram organizar, não só por particulares como por estabelecimentos de ensino. Para esse fim já foram tomadas providencias no sentido de ser reconstruido o campo no pateo do Palacio da Instrução [...]. Quadros de ambos os sexos poderão concorrer ao campeonato para o jogo de Bola ao Cesto, devendo dirigir ao professor Baiochi officio de adesão a idéa os que desejarem a sua inscrição. (*Correio Oficial*, 28/08/1934, p. 12).

Contudo, não foram encontradas outras referências a respeito da realização dessa atividade desportiva e tampouco se realmente foram concretizadas a inscrição e a participação das mulheres nesse campeonato. Por sua vez, em eventos escolares, como na festa literoesportiva das alunas normalistas realizada no Colégio Santana – instituição de caráter religioso e restrita às jovens da elite vilaboense –, a participação das mulheres em algumas festividades esportivas foi registrada, embora fosse claramente diferenciada daquelas protagonizadas por rapazes.

Constou a primeira parte de uma conferencia sobre a Virgem Maria e seguida de interessante discurso pronunciado pela gentil colega Isa Domingues, tendo como objetivo o oferecimento do festival às coleguinhas do 4º ano; sendo imediatamente agradecida mui cordialmente em ligeiras palavras pela aluna M. do Carmo Jungmman. Logo após, linda poesia “Visão”, declamada pela emerita “diseuse” Yolanda Rios. Foi aberta a sessão esportiva pela “corrida de sacos”, sendo premiadas as meninas: Angelica Reis Vieira e Aparecida Azeredo. Em seguida, “corrida de obstaculos” e “procura às cegas”, recebendo premios, na primeira, Helena Rizzo, na segunda, Brasilice Caiado. Deu fim á parte esportiva o jôgo do 3º ano contra um “scratch” de alunas de outros anos, saindo este vencedor. Terminou a festa por um leilão onde se distinguia por sua “verve” a leiloeira Isabel Bailão, aluna do 2º ano normal. Os produtos do dito leilão foram recolhidos á caixa escolar e destinam-se á compra de alguns aparelhos para o incipiente gabinete de física e química desse conhecido educandário. (*Correio Oficial*, 17/06/1934, p. 5).

Nesses retratos do cotidiano vilaboense registrados na imprensa oficial, as jovens de elite – cujas identificações apoiavam-se fundamentalmente nos sobrenomes – eram recobertas com adjetivos que primavam com graciosidade, beleza, recato e cordialidade. Nada incomum àquelas que eram percebidas como sempre a “emprestar

seu brilho” aos eventos da capital. Segundo Melo (2011, p. 522), as mulheres constituíram um dos segmentos sociais que mais ganharam visibilidade com a popularização das atividades esportivas. Consideradas práticas física e moralmente saudáveis, a presença das mulheres nas arquibancadas tornou-se aceita e elogiada. Ainda que apropriada pela lógica masculina e servindo para fortificar os interesses dos responsáveis pela organização dos eventos esportivos, é incontestável que tal participação funcionou como válvula de escape e um espaço que tornava aparente o esforço das mulheres por uma maior atuação social. Esses locais, em função da proximidade corporal, se caracterizaram também como propícios ao flerte.

Não apenas nas arquibancadas, mas também nas atividades sociais que movimentavam a elite vilaboense, as jovens solteiras desfrutavam da possibilidade de avaliar e serem avaliadas por possíveis pretendentes. Nessas ocasiões festivas, várias atividades tinham por objetivo realçar os dotes artísticos, as prendas domésticas e a aparência dessas jovens. Por via de regra, tais modelos de feminilidade eram difundidos por meio de mecanismos de adequação e coerção, assim como pela manipulação de sonhos e desejos que circunscreviam as atividades classificadas como femininas, como os tradicionais concursos de beleza.

Por iniciativa de um grupo de rapazes e patrocinada por diversas senhoritas da alta sociedade goyana, será levada a efeito, sabbado proximo, pela primeira vez nesta capital, a Festa da Primavera. [...] Festa elegante, encantadora e aristocratica por excelencia. [...] A festa consistirá, em sua finalidade principal, de um grande baile e de um concurso, durante a semana, para eleição da Rainha da Primavera. O concurso obedecerá em suas linhas geraes, á forma seguinte: Durante a semana serão distribuidas aos rapazes da capital que desejarem votar cédulas que, depois de preenchidas, devem ser postas em uma urna que vae ser colocada num lugar previamente determinado, para esse fim. [...] Constará a coroação de uma faixa de fita larga com os dizeres: “Rainha da Primavera”. Levada ao throno, improvisado no salão principal do baile, e cercada das princezas, que serão as mais votadas, depois da que tirar o 1º lugar, será feita por um dos membros da comissão promotora da festa a saudação official a Rainha. A toilette do baile não será a rigor, mas de preferencia, toilette de verão. (*Correio Oficial*, 30/09/1934, p. 8).

Tais eventos sociais coroavam as belas – descritas com qualidades e virtudes angelicais –, assim como ratificavam os atributos morais e físicos de distinção para as jovens de elite, opostos aos atributos da sedução e da luxúria⁷⁶. No carnaval, as notícias sobre os concursos de beleza e de fantasia também frequentavam a seção social do *Correio*.

⁷⁶ Nessa perspectiva, os bailes de debutantes exerceram a mesma função.

HÁ MAIS ALGUMA COISA... É a nota inédita na nossa Capital, é a surpreendente novidade do momento, é a escolha da RAINHA DO CARNAVAL GOIANO DE 1936. Que cousa difficilima escolher a candidata de sua preferencia... Esta possui um sorriso que aflora nos seus labios e nos mostra um rosario de perola; aquela tem uns olhos que nos iluminam no caminho da felicidade e aquela outra possui qualquer cousa de divindade... QUE FAZER? ESQUECE-LAS TODAS? Por todos estes motivos os bailes do 23 e 25 marcarão um sucesso inédito no carnaval de Goiaz. (*Correio Oficial*, 21/02/1936, p. 4).

Ao longo da década de 1930, os festejos carnavalescos vilaboenses sintetizaram elementos da cultura e da tradição regional com modismos dos grandes centros. Em um contexto mudancista, no qual as incertezas políticas e econômicas pairavam sobre o futuro da Cidade de Goiás, o *Correio* noticiou as celebrações do Momo – assim como as demais manifestações culturais e sociais da cidade – com desmedida euforia. Em face das representações de modernidade em que se buscava amoldar a nova capital, reforçavam-se, em contrapartida, os discursos dos vilaboenses acerca da importância da Cidade de Goiás como sede dos valores e das tradições goianas. Nas notícias e crônicas de cotidiano, as dissensões em torno da transferência da capital e as disputas pelo poder político e econômico eram camufladas em questões pontuais ou em acordos efêmeros, selados sob o verniz da polidez. Mas, vez por outra, a necessidade de coibir a força e prevenir a violência era revelada, como neste episódio, no carnaval de 1931:

A Confeitaria e Bar da Lapa participa á sua distincta freguezia e ao publico em geral que, pela autoridade competente, foi concedida permissão para se dansar nesse estabelecimento nos dias 14, 15, 16 e 17, sendo, porém, expressamente prohibida a entrada de quaisquer pessoas armadas naquella confeitaria. (*Correio Oficial*, 12/02/1931, p. 7).

Os três dias de folia dividiam-se em batalhas de confete, curso de automóvel, cordões na rua, ranchos e bailes. Em 1934, a programação carnavalesca foi fartamente noticiada. Nas ruas, aguardava-se a passagem dos seguintes blocos: “Turuna da zona risonhos pierrots” (Bloco da Casa Zaqueu); “Choro Goiano”; “Olha para mim”; “Tira a mão daí e chega pra lá”; “A toas”; “Quatro diabos”; “Turma do Morro”; “Bloco do Amor”; “Pé de boi”; “Bloco dos Marinheiros”; “Miss Tinguetti”; “Estou de tanga” e “Bloco do jazz 3 de julho” (Jazz do Edilberto). O jardim público e as imediações estavam destinados as batalhas de confete. No Hotel Portugal, a “nota chic” das celebrações, eram aguardados os bailes à fantasia. (*Correio Oficial*, 11/02/1934, p. 15).

As matinês infantis também foram motivo de alvoroço, a exemplo da que foi realizada em 1933, no Palácio da Instrução, em evento que previa a premiação de crianças de até sete anos que estivessem fantasiadas: “o primeiro caberá á criança cuja fantasia for mais original; o segundo a que revelar mais espirito e o terceiro á criança que dansar melhor.[...] O ingresso será franco.” (*Correio Oficial*, 23/02/1933, p. 4). Não somente a “petizada”, mas também as jovens da elite vilaboense foram alvo de concursos, como o promovido pelo Cine-teatro Goiano “em homenagem as fans”, cujos prêmios aliavam entretenimento à promoção do próprio estabelecimento.

As originalíssimas fantasias que os olhos encantados da nossa elegancia verão desfilar, são as concorrentes do disputadíssimo concurso que a Empresa organizou oferecendo três premios as três primeira vencedoras: 1º premio 3 meses de entradas permanentes. 2º premio 2 meses de entradas permanentes. 3º premio 1 mês de entradas permanentes. Além desse original concurso a Empresa do Cine-teatro Goiano reserva agradáveis surpresas aos foliões goianos. (*Correio Oficial*, 22/02/1936, p. 4).

Divulgava-se nas páginas do *Correio* não somente a folia carnavalesca, mas também a venda de produtos, como serpentina, confete e lança-perfume de diferentes marcas, em lojas tradicionais. (*Correio Oficial*, 23/02/1933, p. 4). O entusiasmo comercial em torno dos três dias de folia alcançava as crônicas jornalísticas.

As lojas regorgitam. Toda a cidade comercial é um borborinho intenso. São bandos de rapazes, de senhoritas... procurando fantasias para o Carnaval. Metros e metros de fazenda de côres variadas e de variados preços saem das mãos ageis do negociante e vão parar ás mãos magicas da costureira. E, quando vem o domingo, príncipes indús fazem a saudação oriental, albornozes arabes esvoaçam ao vento, oficiais envergam luzidas fardas de galões dourados, malandros passeiam despreocupados, palhaços viram cambalhotas, tilintando os guizos... Aqui um Perrot diz frases apaixonadas a uma Colombina que se desmancha em risos e caricias. Ali um astuto Arlequim espreita o momento azado para pôr em ação as suas manobras donjuanescas. Além, linda ciganinha de longas tranças, lendo o segredo das mãos e predizendo aos seus consulentes um futuro risonho. Fantasias chics, exóticas, originais. Pode-se olhar um a um... Todos fantasiados! Até aquele que ali está, afastado do bando alegre e sem um tubo de lança-perfume, porque é pobre e porque lhe falta dinheiro, saiu de Africano, fantasia barata, e simples que ele improvisou, vestindo a tanga de todos os dias e passando carvão no rosto. (*Correio Oficial*, 21/02/1936, p. 4).

Em meio ao frenesi de risos, músicas e fantasias que se apoderavam das ruas e dos salões seletos, algumas transgressões eram oportunizadas nos encontros e desencontros de enamorados a espreita do “momento azado para pôr em ação as suas manobras donjuanescas”. Mas as ousadias não se restringiam aos interlúdios amorosos. Conforme Soihet (2011, p. 307), ao longo das primeiras décadas do século XX, o carnaval tornou-se uma festa popular, na qual a irreverência e o deboche aboliavam

hierarquias, mesmo que provisoriamente, viabilizando transgressões nos espaços dos quais se pretendia excluí-las⁷⁷.

Na crônica acima, as distâncias entre os que usavam fantasias “chics, exóticas e originais” e os que vestiam “a tanga de todos os dias passando carvão no rosto” foram estrategicamente relativizadas. Em sintonia com a política nacionalista construía-se, a partir da década de 1930, uma imagem positiva do sincretismo cultural presente no carnaval⁷⁸. Contudo, embora os festejos nas ruas vilaboenses aproximassem foliões de diferentes segmentos sociais e permeassem comportamentos audaciosos, as hierarquias se reafirmavam, como, por exemplo, no acesso aos desfiles de automóveis e no ingresso aos bailes privativos.

Nas manifestações da vida social vilaboense, as desigualdades de classe, raça e gênero caracterizaram a existência, as peculiaridades e os limites das transgressões. Segundo Chartier (2002, p. 91), o modo como os atores sociais significam as suas práticas e seus discursos parece localizar-se na tensão entre as aptidões inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro lado, as interdições, as regras, as convenções que limitam – mais ou menos fortemente de acordo com sua posição nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer.

Apesar de toda a empolgação noticiada, as expressões carnavalescas – sobretudo nos primeiros anos da década de 1930 – mobilizavam, de modo relativo, a população vilaboense.

Transcorreu regularmente animado o carnaval em Goiaz. Desde sabado a vibração dos festejos de Momo encheu o nosso jardim e salões de bailes como o seu ruido característico. Uma grande parte do povo porém, não quis tomar parte nos folguedos e contentava-se em ver a turba foliã cantando e rindo pelas nossas principais ruas. (*Correio Oficial*, 10/02/1932, p. 8).

⁷⁷ O carnaval foi introduzido no Brasil na década de 1830, com a intenção de substituir o entrudo, cuja característica principal consistia no lançamento de pós e água. Difundido pelos colonizadores e extremamente popular, o entrudo passa a ser considerado grosseiro e vulgar. Naquele contexto, a miscigenação da cultura lusa, negra e indígena transmutava-se no símbolo do atraso e do arcaísmo veementemente repudiado.

⁷⁸ A partir da década de 1920, o desenvolvimento de ideias nacionalistas, aliado à resistência das manifestações culturais populares, resultou na valorização dessas formas de expressão, que gradativamente conquistaram reconhecimento público. A partir de 1930, o ritual de apresentação do samba aos visitantes estrangeiros, acabou por transformá-lo em atração turística. Também nesse período, o samba é elevado à categoria de música nacional. Isso foi possível porque no Rio de Janeiro estavam as principais rádios, como a Mayrink Veiga e a Rádio Nacional, bem como as gravadoras, como a Victor e a Odeon.

No extremo oposto, em 1931, um convite à população vilaboense publicado no *Correio*, resumia o posicionamento reprovador da Igreja em relação às festas carnavalescas.

Na Igreja da Boa-Morte, que serve de Cathedral, haverá a cerimonia das “quarenta horas” que consiste na exposição solenne do Santissimo Sacramento na Custodia. Sendo instituida pela santa igreja essa cerimonia, para pedir-se ao Altissimo misericordia, em prol da Humanidade, por causa dos enormes abusos que reinam, durante os três dias de folguedo do Carnaval, devem não só as Associações religiosas de nossa Capital, como também toda a população catholica assistir a supra dita cerimonia afim de, com suas fervorosas orações, abrandarem a colera divina e ao mesmo tempo conseguirem as graças necessarias em prol daquelles que, sem atenção, entregam-se aos crimes mais vis possiveis, nesses dias de divertimento tão nocivos. (*Correio Oficial*, 04/02/1931, p. 4).

Colocando-se de maneira incisiva contra opiniões e práticas consideradas “nocivas”, a Igreja manifestava-se por meio da imprensa de forma frequente. Durante a década de 1930, a programação dos festejos das igrejas da Boa Morte e de Nossa Senhora do Rosário foi fartamente publicada no *Correio*, assim como vários textos sobre educação, fé, ateísmo, comunismo e ciência, escritos majoritariamente pelo dominicano Frei Gonçalo.

Muitas objeções contra a Religião denotam trivialidade de espirito; um sorriso de comiserção ou palavra espirituosa desarmam esses *livres-pensadores*. “- Lamento, dizia um *espirito-forte*, que, em meio desta assembléa, sómente eu possa me gloriar de ser ateu. – Perdão, redarguiu a dona da casa, o senhor não está só; aqui, em casa, encontram-se também um leitão e um cachorro que ignoram a existência de Deus, mas, ao menos, disso não se gabam”. [...] Com efeito, á força de combater a idéa religiosa, os adversários chegam á aberração de negar toda e qualquer idéa filosófica e moral: família, propriedade, liberdade, autoridade, até as idéas mais elementares do bonsenso: a realidade objetiva. Para crermos á veracidade da religião basta considerar a attitude e a linguagem dos que a combatem: as objeções são menos temíveis do que a monstruosidade do livre pensamento. (*Correio Oficial*, 29/04/1934, p. 2).

Nesse artigo, que reiterava os temores da Igreja em relação à modernização dos costumes e à difusão da “monstruosidade do livre pensamento”, a figura feminina representava o fiel da balança entre a família e a esfera pública, entre os dogmas religiosos e os preceitos científicos. Nos artigos de caráter religioso, publicados no *Correio*, as mulheres eram evidenciadas apenas em circunstâncias como a citada no trecho acima: em defesa da fé, da família e dos valores morais.

Mas sobre essa idealização das mulheres – purificadas e santificadas pela dedicação ao lar – persistiam as representações já consolidadas pela tradição cristã secular e mantidas como referência da instituição eclesiástica durante as primeiras

décadas do século XX. Sobre a mulher ainda era atestada uma submissão natural ao homem, sacramentada pelo vínculo do matrimônio. Mantinha-se também a afirmação generalizada da inclinação feminina para o pecado da vaidade, o que a tornava uma criatura pouco reflexiva e atraída pelas superficialidades da vida, necessitando, por conseguinte, de uma contínua orientação masculina. Por último, permanecia inalterada a imagem da mulher como uma representação do pecado original. (AZZI, 1993, p.113). Nesse sentido, o estereótipo de “evas modernas”, empregado em algumas crônicas do *Correio*, sintetizavam essas características e remetiam o comportamento feminino à frivolidade, à sedução e à luxúria, sobre o qual era necessário exercer uma educação coercitiva.

Noticiadas no *Correio*, as atividades católicas ocorriam, sobretudo, na Igreja da Boa Morte ou na Igreja Nossa Senhora do Rosário. Ocasionalmente, no salão São Thomaz de Aquino⁷⁹ e no Liceu de Goiás eram proferidas palestras ou realizadas reuniões de cunho religioso. No dia a dia, missas, terços, ladainhas, confissões, casamentos e batizados⁸⁰ ocupavam a rotina dos fiéis. Ao longo do ano, os festejos em homenagem a São Sebastião, à Nossa Senhora do Rosário, ao Divino Espírito Santo e da Semana Santa eram pontuados com a participação de agremiações diversas.

Dentre as atividades tradicionais, os festejos da Semana Santa movimentavam a cidade num misto de contrição religiosa e alvoroço festivo. Os ritos da queimação de Judas, da Procissão do Fogaréu e da Paixão de Cristo lotavam as ruas e as igrejas, com fiéis e curiosos. (FREITAS, 2009, p. 458-459). Em 1934, a cerimônia de Domingo de Ramos foi assim anunciada.

Aproxima-se a grande Semana; os dias vêm em que a Igreja catolica comemora os mais lastimosos lances da vida e morte de Jesus Cristo, Redentor do genero humano. [...] Reconheça o homem sua dignidade e redobre para com Jesus Cristo, Rei dos reis, seu amor, sua piedade e coragem. CONFERENCIAS PARA HOMENS. Frei Gonçalo fará conferencias especiais para os homens desta Capital nos seguintes dias: 25, Domingo de Ramos; 26, Segunda-feira; 27, Terça-feira. A's 20 horas – Na Igreja do Rosario: Convidam-se todos os homens de Goiaz. (*Correio Oficial*, 22/03/1934, p. 8).

⁷⁹ Conforme notas publicadas no *Correio*, em abril de 1932, os dominicanos fundaram o salão São Thomaz de Aquino, no seu próprio convento, como parte do projeto de estabelecimento da renovação católica na Cidade de Goiás. Em continuidade a esse intento, foi fundado, em março de 1933, o Centro Intelectual Católico.

⁸⁰ De fins do século XIX ao início do XX, os Bulhões e, posteriormente, os Caiado – embora vários de seus membros fossem agnósticos – não abriram mão da política de favores, sacramentada pelo apadrinhamento de várias crianças, por ocasião do batismo.

Em meio à celebração dos ritos tradicionais da Igreja e da escrita de artigos entusiásticos, Frei Gonçalo dedicou-se a ministrar conferências, como a citada no parágrafo anterior e no próximo, exclusivas para o público masculino. Embora o jornal não mencionasse qual era o conteúdo dessas exposições, evidenciava-se nos inúmeros textos de autoria do Frei Gonçalo, exortações de fortalecimento da fé católica e de apoio aos segmentos sociais conservadores, em contraposição aos debates de caráter positivista e cientificista. Tais palestras, restritas ao público masculino, reiteravam a perspectiva tradicional da instituição católica: cabia aos homens – líderes políticos, chefes de família ou jovens intelectuais – discutir, construir e administrar as práticas da esfera da vida pública e da vida privada.

O Frei Gonçalo fará conferencias nos dias 14 – Domingo, 15 – Segunda, 16 – Terça do fluente, ás 20 horas, na Igreja do Rosario. De maxima importancia e actualidade, estas palestras são reservadas, exclusivamente, para os homens. O convite se dirige, particularmente, aos jovens e intellectuaes da Capital. (*Correio Oficial*, 12/04/1935, p. 4).

Na década de 1930, a Igreja perseguiu o objetivo de consolidar sua unidade em plano nacional, por meio da centralização e coordenação da direção episcopal e do apostolado dos leigos, dando prosseguimento ao projeto de revitalização católica iniciado na década anterior. Nessa perspectiva, em maio de 1931, no encerramento da Semana Arquidiocesana de Nossa Senhora, o cardeal Dom Sebastião Leme conclamava os católicos a repudiarem o laicismo da República e o divórcio na legislação civil. (BEOZZO, 1995, p. 296). Em consonância com o programa do catolicismo militante brasileiro e em contraposição às agremiações políticas e intelectuais da Cidade de Goiás – de perspectiva cientificista, laica e positivista – fiéis e religiosos, como Frei Gonçalo, mobilizaram forças em torno de atividades e congregações católicas. Nessa direção, foi divulgado no *Correio* o recebimento do jornal a *Verdade*, órgão oficial do Centro Intelectual Católico (*Correio Oficial*, 05/08/1933, p. 8), assim como a fundação do Salão São Thomaz de Aquino, no qual foram desenvolvidas posteriormente as atividades do Centro Intelectual Católico.

Realizou se ontem, no Convento dos Dominicanos, ás 19 horas, a inauguração do Salão S. Thomaz de Aquino, destinado ao desenvolvimento da ação catolica no nosso meio. Falou, inaugurando o e dizendo das suas finalidades, o superior dos Dominicanos, frei Benevenuto Cazabant. Em seguida, tiveram a palavra o dr. Benjamim Vieira, que discorreu sobre a solenidade e salientou os benefícios que adviriam de tão feliz idéa, e a sta. Maria das Graças Péclat, em nome da Mulher Catolica, seguindo-se uma comedia, representada por senhoritas de nossa sociedade, e que agradou plenamente a seleta

assistência, bem como as canções e parte musical que se faziam ouvir nos rápidos intervalos. O *Correio*, gentilmente convidado, se fez representar. (*Correio Oficial*, 11/04/1932, p. 8).

Em sintonia com a ativa presença das mulheres vilaboenses nas agremiações e comitês intelectuais, esportivos e artísticos, as representantes da “mulher católica” participaram dessa organização religiosa, conforme publicações do *Correio*, não somente na parte teatral e musical, mas também como palestrantes, como é o caso de Maria das Graças Peclat – citada no artigo acima – e de Ivani Craveiro. (*Correio Oficial*, 04/08/1934, p. 7).

Também em 1932, Christine de Hemptinne, da União Internacional das Ligas Femininas Católicas, foi convidada pelo cardeal Leme para organizar a Ação Católica no Rio de Janeiro. Nesse propósito, fez uma série de palestras para jovens e senhoras, com um teor moral bastante rígido sobre questões como namoro, dança, teatro, novelas e esportes, insistindo na visão tradicional da sexualidade como o pecado capital e a mulher como causadora de tal pecado. Nesse período, mesmo em um país tropical como o Brasil, as moças da Ação Católica tinham de usar vestidos austeros, descendo além dos joelhos, meias grossas, chapéus e sapatos. (AZZI, 1993, p. 117).

Na programação do Centro Intelectual Católico, além das palestras em benefício do movimento de renovação católica, as atividades culturais (algumas inclusive permitiam a presença de crianças) desempenhavam a função de atrair a presença dos associados e do público católico em geral.

Segunda-feira – 12 de Junho – às 20 horas no Salão S. Tomaz – Dominicanos. Grandioso Drama, em 3 atos. Duque de Norfolk (Castelo da Inglaterra). Cenas primorosas para os artistas e intelectuais de Goiaz. Tenente Gamela – Momentos gosados de infinda hilaridade. Não percam a oportunidade. Procurem, sem demora, os ingressos (3\$000) nas seguintes residências: dos srs. *Alcides Jubé, João Péclat, José Batista de Moraes e Padres Dominicanos*. Nos intervalos, ouvir-se-á a Orquestra de exímios artistas. N. B. – *Este festival é promovido pelo Centro Intelectual Catolico de Goiaz e em beneficio do mesmo centro.* (*Correio Oficial*, 10/06/1933, p. 8).

Como já analisado anteriormente, a educação sexual – defendida pelo médico José de Albuquerque – encontrou em Goiás a veemente oposição do Frei Gonçalo Leão. No desdobrar de tal posicionamento, em 1934, o *Correio* noticiava uma palestra de oposição “as ideias e doutrinas da sexologia”, a ser realizada no Centro Intelectual Católico.

No Salão S. Tomás de Aquino, realizou-se, quarta-feira passada, com a presença de grande numero de intelectuais e pessoas gradas de nossa sociedade, mais uma reunião do C. I. C., durante a qual se fizeram ouvir os drs. Jubé Junior e Benjamim Vieira. Aberta a sessão, o orador oficial, dr. Jubé Junior, com a palavra, iniciou sua oração protestando contra as idéas e doutrinas da sexologia. Baseando-se em grandes sumidades medicas, o orador condenou os excessos da psicanalise, dizendo que esta tem sido muito explorada e deturpada em nosso meio, á custa de idéas importadas. Terminou advertindo á mocidade idealista e impetuosa, dos perigos decorrentes da invasão e influencia dessas teorias. (*Correio Oficial*, 09/02/1934, p. 8).

O objetivo primordial do Centro Intelectual Católico, conforme as palavras de Frei Germano⁸¹ – registradas na primeira ata da instituição – era a pregação da virtude, do saber e a oposição ao comunismo ateu. A tão propalada dissolução dos costumes, a desintegração da família, o desrespeito à ordem social, os interesses políticos contrapostos aos interesses públicos e todas as ações mundanas que não levavam em conta a vontade divina, também foram denunciadas pelo Frei nesse documento. Constava igualmente nele a promessa de Virgílio Gaudie Fleury em explanar sobre a importância do movimento integralista, assim como de Maria Carlota Guedes em realizar uma palestra sobre a influência da religião católica na família e o verdadeiro papel da mulher moderna. A oficialização de tais proposições não impediu que diferentes hipóteses, sobre outros objetivos da instituição, fossem comentadas nos círculos sociais: para uns, o Centro era um reduto da política adversária ao governo, para outros, uma ferramenta estratégica de oposição à transferência da capital. (CÂMARA, 1973, p. 187-189).

Nas atividades do Centro Intelectual Católico, nas festas “joaninas”, nas celebrações cívicas, nos saraus particulares, nos festejos religiosos e nos carnavais, a música – popular, sacra ou erudita – atravessou salões, discursos e pregações com maestria. No Cine Goiano⁸², as bandas e orquestras vilaboenses – com fiéis admiradores nas plateias e na imprensa – dividiam as atenções com os artistas hollywoodianos de maneira similar, visto que nos primeiros anos da década de 1930 os filmes mudos eram acompanhados por música ao vivo.

⁸¹ Frei Germano Leek (1855-1937), natural de Perpignan, na França, ingressou na ordem de São Domingos em Salamanca, na Espanha, em 1872. Chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1886 e, em Goiás, em dezembro do mesmo ano.

⁸² Conforme publicações do *Correio*, o Cine-teatro Goiano – fundado em 1909 pelo major Domingos Gomes de Almeida – foi palco de encenações de teatro amador e profissional, de apresentações musicais, reuniões políticas ou culturais, além da exibição das fitas cinematográficas. Ao longo da década de 1930, sofreu reformas estruturais e adequações técnicas para a exibição dos filmes sonoros. Em 1936, estava sob a direção da empresa Zacheu Alves de Castro - Dinair Barbosa.

Hoje no Cine-Goiano: Correio Secreto, o super-filme do programa Urania que vem sendo reprisado em todos os grandes Centros. Nota: Ficam vedadas as entradas de favor. O cinema foi devidamente alugado para essa sessão especial. Tocarà durante a sessão, o jazz do Edilberto. Serão conservados os preços do costume, não obstante o alto aluguel do filme. (*Correio Oficial*, 09/01/1934, p. 5).

Na Cidade de Goiás, o ano de 1934 marcou a transição do cinema mudo para o cinema falado. Para o Cine Goiano foi um período especialmente difícil, pois além da diminuição da receita – presumida pelo anúncio acima que revelava os contratempos na venda de ingressos e o alto custo do aluguel das fitas cinematográficas –, ainda não havia sido adquirida a aparelhagem necessária para exibição de filmes sonoros. A invenção do filme falado, no final da década de 1920, causou grande alvoroço entre os expectadores e profundas transformações na maneira de se fazer cinema.

As consequências desse momento de transição da indústria cinematográfica foram evidenciadas por meio de seus reflexos nas distribuidoras estadunidenses atuando no mercado brasileiro. Não havia condições de se importar em grande escala a nova produção sonora americana porque os cinemas não estavam equipados para exibi-la, mas também não fazia sentido importar filmes mudos quando a grande novidade era o som. Mais do que isso, dentro de pouco tempo praticamente não havia mais produção muda a ser importada. Os obstáculos à importação provocaram a exibição de inúmeras reprises. Os exibidores, inseguros quanto à permanência da tecnologia do som, titubeavam em fazer os investimentos necessários, improvisando aparelhagens mal adaptadas. Em tais condições, a reprodução sonora, na maioria das vezes, tornava-se confusa. Quando se resolvia os problemas técnicos de instalação e se obtinha uma reprodução razoável, a fala em um idioma estrangeiro revelava-se como um novo e desnorteador obstáculo. (GALVÃO; SOUZA, 1995, p. 469).

Em meio ao retraimento do comércio cinematográfico brasileiro, as dificuldades e as falhas do cinema vilaboense, mesmo quando atenuadas por uma orquestra de qualidade, são assim criticadas pelo cronista Iamerô:

Podemos dizer que temos musica. A orquestra do “Goiano”, muito embora repetindo sempre as mesmas peças, constituiu e constituirá um dos mais importantes motivos da frequencia daquela casa de diversão, pois, entre outras razões, muitos a frequentam pelo prazer de reclamar – prazer esse que é nativo no homem... Ainda a ultima sessão, anunciada á tarde, antes de torrencial chuva, devia se realizar de qualquer maneira, pois, á noite, repetiu-se o anuncio, pelo classico fon-fon, na rua. Apesar do máu tempo, mais de cem pessoas compareceram ao cinema. Ouviu-se “Até amanhã” pela excelente orquestra, que se levantou, numa informação ao publico inteligente, concebida nisso: hoje não há sessão. E o público, o respeitável publico, ficou na mão... protestando [...]. (*Correio Oficial*, 04/02/1934, p. 8).

Os empecilhos na exibição das sessões eram agravados pelas rotineiras dificuldades técnicas, como “trepidação nas exibições dos films das maiores fabricas norte-americanas” (*Correio Oficial*, 07/03/1932, p. 8) e a consequente promessa de resolvê-la, assim que chegasse uma nova peça para o projetor. Em fevereiro de 1934, a fundação do Cinema Progresso⁸³ foi noticiada às voltas de mais críticas ao Cinema Goiano.

E a cidade inteira se agita com a nova estupenda e sensacional, mais sensacional e estupenda que o proximo carnaval: a inauguração do Cinema Progresso, marcada para o dia 3 de fevereiro. Nele, que vem sendo cuidadosamente trabalhado para uma perfeita adaptação, tudo será ordem, asseio, conforto e bom gosto. As nossas gentis conterraneas poderão desde já ficar certas de que lá não se encontrarão os mosquitos e pulgas, tão indesejáveis, que pululam na “Casa do Terror”. E a nossa “jeunesse dorée” masculina não correrá o risco de rasgar as custosas e chics calças de casemira ou de S-120, nalguma ponta de prego de alguma cadeira desarticulada ou de precisar recorrer, em plena sessão, às capas e aos guarda-chuvas para se defender contra a furia do liquido celeste... Ao envez de cadeiras de palhinhas, demasiado incomodas, teremos, no “Progresso”, amplas e confortáveis poltronas de madeira, a moda dos cinemas e teatros de S. Paulo e Rio. E, o que é mais importante, um magnifico e possante aparelho “Movietone”, que proporcionará á sociedade goiana uma exibição perfeita dos mais modernos e deslumbrantes films sonoros. Francamente, Goiaz progride. (*Correio Oficial*, 28/01/1934, p. 8).

Nesse texto, o cronista – que se identificou como Alvarus – criticou duramente o Cine Goiano e apresentou o Cine Progresso como a novidade “mais sensacional e estupenda que o próximo carnaval”, pois, além das melhorias no conforto e na estrutura interna, nele foram exibidos regularmente os aguardados filmes sonoros⁸⁴. Conforme o quadro traçado pelo cronista, considera-se que, embora os frequentadores do antigo cinema – de vestuário e maneiras refinadas – estivessem habituados a palestrar sobre as novidades culturais dos grandes centros, conviviam, a contragosto, com pulgas e goteiras. Ainda segundo o cronista, no novo cinema, as “gentis conterrâneas” poderiam não só livrar-se de semelhantes constrangimentos, como ainda usufruir de um ambiente moderno e estimulante.

Para as jovens solteiras, o cinema com as amigas era uma opção de lazer aceitável. Contudo, mesmo quando lhes era autorizado participar de tais atividades em circunstâncias que não lhes compromettesse a reputação, ficava a ressalva de que não

⁸³ O Cine Progresso, de acordo com nota do *Correio*, foi patrocinado pela empresa Wadjou Rocha Lima.

⁸⁴ Cabe ressaltar que, ainda em dezembro de 1933 foi noticiada no *Correio* a projeção de três filmes falados em espanhol, no Cine Goiano, por meio de um aparelho portátil, de propriedade do Sr. Jorge Nohra.

podiam descuidar de suas tarefas domésticas – a irrevogável prioridade de suas vidas. Para uma parcela das mulheres casadas, os lazeres vinculavam-se, sobretudo, às atividades que exerciam nas agremiações culturais ou sociais, nas festividades religiosas ou em entidades beneficentes. Mas, para a grande maioria delas, prevaleceu por várias décadas a observância de que o melhor entretenimento consistia em estar no lar com os filhos e maridos, distraíndo-se no manejo da agulha ou em frente a um fogão. (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 150-151).

Em outro artigo de crítica ao Cine Goiano, o cronista Iamerô assim relatava outros apuros da *jeunesse dorée* masculina:

– É proibido, moço! – É? Que diabo. E... como me arranjaréi? – O sr. vá ali, para o meio do largo, ou, então, do outro lado do Cinema. Aqui é que não pode... E o pobre espectador, vai, ora para o largo, às vezes no estreito bêco que liga a rua Felix de Bulhões à Praça João Pessoa, satisfazer sua necessidade, com raiva do soldado da 3ª Cia., que lhe transmitiu a proibição. Quem reside na parte junta ao bêco referido, não tendo autoridade para proibir, contenta-se em achar ruim e todo o mundo que se vê na contingência da utilização daquela via, em cujo percurso exala um cheiro desagradabilíssimo, acha pior ainda, enquanto a cidade já devia possuir mictórios higienicos em certos pontos, sobretudo nos logradouros mais frequentados, como acontece com aquela “Casa do Terror”, a que conhecemos por Cinema Goiano. As arterias, tão estreitas e tão sinuosas, conhecidas por “atrás da Matriz”, estão a exigir providencias identicas e, assim, os cafés, bars, etc., cujas instalações sanitarias em nada os recomendam. Felismente a gente não tem que passar “de baixo da ponte”... de todas as pontes da cidade. Felismente. (*Correio Oficial*, 24/01/1934, p. 8).

Na Cidade de Goiás, com a regulamentação dos serviços sanitários, no final da década de 1920, os logradouros públicos tornaram-se alvo de uma maior fiscalização. Porém, na década seguinte, como exemplificado pela crônica acima, diversas reclamações e críticas à higiene e às políticas de saúde pública continuaram a ser publicadas no *Correio*. Conforme o relato do cronista, a inexistência de banheiros não se restringia ao Cine Goiano, mas à totalidade ou quase totalidade dos ambientes públicos. Curiosamente, a crônica do *Correio*, que noticiava a inauguração do Cine Progresso, não mencionava a existência de banheiros – alvo da polêmica – em seu recinto interno ou externo⁸⁵. Em consonância com os tais modelos de higiene e civilidade, o Cine Goiano fechou as portas para reforma em 1934 e reabriu somente em 1935, totalmente remodelado e adaptado para a exibição de filmes sonoros.

⁸⁵ Na passagem do século XIX para o XX, o banheiro adquiriu novo *status*. Na primeira fase, o banheiro, quando existia, era pouco valorizado, casinha de fundo de quintal ou local obscuro. Na segunda, o banheiro tendeu a tornar-se uma vitrine da higiene doméstica nas residências abastadas, um espaço atraente e agradável. Nessa transição de padrões higiênicos, diante do estabelecimento de novos cafés, restaurantes e lugares de entretenimento, os antigos recintos comerciais pareceram, mais do nunca, imundos, pobres e acanhados.

Conforme propagandas publicadas no *Correio*, esse período de transição para o cinema sonoro com o recurso de sobreposição de letreiros possibilitou a exibição – nos Cines Progresso e Goiano – de filmes falados em espanhol, filmes naturais e também desenhos animados-cômicos para crianças, além dos tradicionais filmes hollywoodianos. O cinema nacional ganhou novo fôlego e espaço nas telas dos cinemas vilaboenses⁸⁶. Os anúncios do *Correio* celebravam filmes como *Alô, alô, Brasil*, “onde a alma brasileira vibra em toda a sua intensidade, mostrando aos olhos do mundo as belezas indescritíveis da nossa terra e a originalidade das nossas musicas, que são alegres, que são expansivas, diferentes das outras todas”. (*Correio Oficial*, 29/09/1935, p. 4).

Nos anúncios da programação de cinema, a sinopse dos filmes era entremeada por inúmeras opiniões acerca do enredo e da produção, assim como por recomendações do público adequado a tais películas – mulheres casadas, moças casadoiras e famílias. As atrizes – sempre representadas como sinônimo da luxúria e da sedução – eram corporificadas nos devaneios literários dos cronistas:

“Deus do Mar” é um drama forte, de cenas sugestivas, onde a figura deliciosa de Rosita Moreno representa um verdadeiro contraste no meio daqueles homens queimados pelo sol e acostumados a resistir às tempestades que sacodem o pequeno barco, onde impera a lei do mais forte. (*Correio Oficial*, 18/05/1934, p. 4).

Torneadas pelo desejo masculino, as divas do cinema representavam as transgressões inconfessadas e, impreterivelmente, condenadas. Tais modelos de comportamento – marcados pela autonomia, liberdade e volúpia feminina – distanciavam-se daqueles considerados adequados às jovens “pra casar” da elite vilaboense, pontuados pela obediência, pureza e abnegação. Semelhantes distinções caracterizaram várias crônicas e notas sociais – como esta assinada por G. Natto – que retratavam o cotidiano festivo da cidade:

⁸⁶ Posteriormente, a técnica de legendas sobrepostas progride e, contrariamente ao que se previu, o público se acostuma de imediato a elas. O mercado brasileiro alimentado pelos filmes hollywoodianos volta à normalidade. O breve impulso do cinema nacional é interrompido. Durante toda a década de 1930, o cinema brasileiro continuou a ser feito artesanalmente, só que dentro das “fábricas de filmes” do Rio de Janeiro. No restante do país, o cinema só não se extingue completamente porque surge a lei da obrigatoriedade de exibição do complemento nacional (promulgada em 1932, mas que entra em vigor efetivamente apenas em 1934). Paralelamente à produção de filmes de enredo, foram realizados inúmeros filmes naturais. O movimento integralista, as revoluções de 1930 e 1932 foram mote para outras produções. Por sua vez, as chanchadas e os musicais carnavalescos, de produção rápida e baixo custo, além dos documentários, buscaram garantir uma margem de lucratividade.

Constitue a nota chic da semana mundana a festa de ante-hontem realizada na residencia da graciosa senhorita Goyandira do Couto, por ocasião de seu anniversario natalicio. Souberam suas amiguinhas, quebrando a monotonia das homenagens vulgares, felicitata de um modo atrahente e por excellencia curioso: Improvisaram uma troupe e levaram a effeito um variado e interessantissimo programma theatral, cujo ultimo numero foi um animado baile. Foi uma festa elegante. Nada houve de monotono, naquelle borborinho incessante e delicioso de silhuêtas flexiveis e vaporosas que rodopiavam pelos salões, desacatando a apatia dos que ficavam pelos cantos. Tudo empolgava, naquella ambiencia, desde a delicadesa extrema e captivante da homenageada ao perfil mongolico de Melle..., que, com sua alma de artista, fazia a gente fugir da realidade brutal e esmagadora das cousas objectivas para um recanto paradisiaco onde se encontram, apenas, sentimentos ignorados. (*Correio Oficial*, 14/09/1934, p. 4).

Na cartilha política republicana, uma das estratégias de poder das elites consistia em evidenciar e promover seu prestígio social. Nos jornais veiculavam notícias sobre viagens, banquetes, convalescenças, óbitos, falecimentos e, evidentemente, a celebração de múltiplos interesses e alianças por meio dos casamentos. Com esse intuito, também eram publicadas notícias sobre a qualificação acadêmica e profissional dos rapazes e o virtuosismo e refinamento das jovens vilaboenses. Nas crônicas da seção social – povoadas por sílfides “de silhuetas flexíveis e vaporosas”, por quem se encantavam velhos cronistas⁸⁷ – havia espaço para elogios rasgados, ironias inspiradas e críticas mordazes direcionadas não somente a figuras públicas, mas à própria seção.

Mario Mendes quer fazer no “Correio” uma secção de Sociais, que será paradoxalmente a unica parte do jornal onde serão tratadas cousas particulares. Talvez que uma secção dessas seja perigosa para um jornal oficial, haverá a possibilidade de acontecer que o mesmo numero do jornal que noticiar a demissão de um empregado peculatorio, traga também a noticia do aniversario do mesmo funcionario, com o nome acompanhado da adjetivação de honrado e competente... Faço votos para que esta secção seja melhor fadada sob esse ponto de vista e saia dessa banalidade de aniversarios e natalicios. Que não sejam chamados belos e sadios, de uma maneira quasi que oficial, todos os garotos recém-nascidos dos ventres respeitaveis das dignas esposas dos funcionarios que ganharem mais de 100\$ por mês. (*Correio Oficial*, 22/11/1933, p. 8).

Nas páginas da seção social, seja em textos elogiosos, críticos ou autocríticos, homens e mulheres eram representados por meio da elaboração de imagens do cotidiano que exploravam o seu melhor ou o seu pior ângulo – conforme os interesses e as relações econômicas, políticas e culturais envolvidas. Todavia, é importante frisar que essas expressões literárias – que descreviam “deliciosas” artistas do cinema, “graciosas senhoritas” ou “dignas esposas” e mães de recém-nascidos invariavelmente “belos e

⁸⁷ Na nota sugestivamente intitulada “Carta ao vovô”, do dia 18/09/1934, Goiandira do Couto agradece a crônica elogiosa publicada no *Correio* por ocasião de seu aniversário, mas deixa claro que sua gratidão e afeto são de caráter fraternal.

sadios” – não poderiam ser traduzidas em representações estanques e acabadas. Elas apontavam, sobretudo, para características que se complementavam – em diferentes graus de intervenção e intensidade – na construção dos diversos modelos femininos.

Conforme Costa (2002, p. 66-67), o movimento para dentro e para fora das representações/discursos revela também os investimentos particulares do sujeito – materiais, emocionais, libidinosos – em posições discursivas, a partir das quais se experiencia o mundo. O reconhecimento desse fato permite a análise das representações femininas presentes nas crônicas jornalísticas de uma perspectiva “ex-cêntrica”, menos pura, menos unificada, na qual se percebe a identidade como um lugar de posições múltiplas e mutáveis dentro do campo social. Dispostos em camadas, esses discursos sobre as mulheres vilaboenses coloriram e adensaram as práticas de sociabilidade religiosa e profana. De maneira complexa, nuançada e contraditória, construiu-se também os discursos sobre a participação das mulheres no universo educacional, profissional e político.

3.2. OUSADIA, POÉTICA E CIDADANIA

Alhures, nas paginas esquecidas de um livro de Gauthier, eu lera que a mulher, na litteratura, atravessa as tangentes limitatorias da psychologia diametral dos sexos e descae para a neutralidade que funde o espirito humano na argamassa do saber monomorfo, elevado e asexual. São dignas de especial admiração as mulheres de inteligência e de espirito.

(*Correio Oficial*, 07/07/1931, p. 7)

Na Cidade de Goiás, a participação das mulheres no debate das questões públicas ganhou visibilidade, especialmente, a partir da campanha abolicionista, em meados do século XIX. Desde então, em consonância com o processo de urbanização e de adoção de práticas consideradas civilizadas, tão em voga no início do século XX, tornou-se mais evidente a organização e/ou participação das mulheres em eventos culturais, sociais ou beneficentes. Sobretudo, das mulheres de elite, as quais tinham acesso a uma cultura letrada que as possibilitava – segundo a percepção de um cronista anônimo, ao referir-se as jovens que retomavam a edição do jornal *O Lar* – serem reconhecidas como “dignas de especial admiração”, por sua “inteligência” e “espírito”.

Por meio de mobilizações e sociabilidades foram construídas novas perspectivas de informação, solidariedade e projeção social e política para as mulheres. Cabe observar que, política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela cruza os territórios da vida cotidiana e se revela presente nas distintas conexões que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm significado importante. (PRADO; FRANCO, 2012, p. 194-195).

Na Cidade de Goiás, a imprensa política e noticiosa – caracterizada como um dos instrumentos de maior expressividade no debate público – era escrita predominantemente por colaboradores homens. No *Correio*, em geral, os textos identificados como de autoria das mulheres exploravam questões concernentes à educação, noticiavam eventos culturais ou se referiam a alguma nota em resposta a publicações particularmente elogiosas ou críticas. Em um desses episódios, uma crônica assinada por A. C. fazia menção a Santinha Marques, “que promete vir a ser uma grande cantora de musicas populares”, da seguinte forma: “tão grande é o seu talento que conseguiu agradar, embora aparecesse no palco do ‘Goiano’ coberta com uma indumentaria bastante ridícula”. (*Correio Oficial*, 22/11/1933, p. 8). A resposta da cantora vilaboense, também publicada no *Correio*, não tardou:

Causou-me profunda tristeza a critica que fez o sr. A. C., cronista da secção *Notas Sociais* do *Correio Oficial*, sobre a indumentaria com que me apresentei para cantar no ato de variedades da última exibição dos *Carolinos*, que há pouco nos visitaram. Sim, causou-me profunda tristeza, porque, julgo estar isenta do crivo da censura, como amadora que sou da arte. Acrece, ainda, que compareci áquela exibição, devido exclusivamente a insistentes pedidos de varias familias goianas, ás quais, portanto, cabe analisar o procedimento do ilustre cronista, que tantas vezes me tem ouvido e até aplaudido, a ponto de, criticando-me agora, tornar-me atonita, pois que não sei se quiz deprimir-me ou gracejar comigo. Como eu presumo conhecê-lo, acho que a ultima hipotese é mais provavel, pois tratando-se de um moço educado (julgo eu) que seria incapaz de querer levar-me ao ridiculo. (*Correio Oficial*, 06/12/1933, p. 8).

Assim como a cantora Santinha Marques, igualmente não estavam isentas “do crivo da censura” e dos gracejos de articulistas do *Correio*, as jovens “evas modernas”, de indumentária e comportamento transgressor, como demonstrado em análises anteriores. Todavia, em 1934, as mulheres vilaboenses conquistaram um espaço inédito na seção social desse periódico. Nesse ano, uma crônica assinada por Justus, elogiava a

produção literária das mulheres e criticava a “indolência” e a “apatia” dos cronistas que publicavam na seção social do *Correio*.

Os colaboradores desta coluna estão sofrendo de encefalite letargica. [...] A não ser o Aróe, que preferiu ir gosar as modernísimas delícias anapolinas, sentir o contato evolucionista dos trilhos da Goiaz, que se aproximam, os demais plumitivos se deixaram ficar aqui entregues á costumada indolencia. Marciano, Tãozinho e todos os demais padecem hoje horivelmente de contorções preguiçosas. [...] A não ser o Jujuca, em verdade digamos, a amabilidade mais do que gentil de Moi e de Usted, é que tem concorrido para o brilho desta coluna. Estas encantadoras fantasistas têm dado todo o seu enleio personalíssimo ás frases deliciosas dos seus escritos, nos quais não sabemos o que mais admirar: se a desenvoltura no modo elegante de escrever, de imprimir no papel o seu delicado e suave pensamento, ou se a gentileza que o se gesto amabilíssimo traduz. [...] Por ultimo, fomos também honrados com a graça estuante de Alexandra, que, sem ser a imperatriz russa, dominou de inicio o espirito dos seus surpreendidos admiradores. [...] E, esperando que esse exemplo seja copiado pela intelectualidade feminina goiana, desde já declaramos que, com o maior prazer, daremos a mais justa acolhida ás produções com que as nossas gentis patricias nos quiserem distinguir. (*Correio Oficial*, 18/03/1934, p. 12).

Como a maioria dos homens que escrevia na seção social do jornal, as mulheres articulistas assinavam seus textos com pseudônimos (dentre eles, Moi, Usted e Alexandra, citados no texto acima). As semelhanças entre as produções masculina e feminina terminavam nesse aspecto. Ao invés de crônicas sobre episódios e impressões do cotidiano, como a maioria dos textos de autoria masculina⁸⁸, as colaboradoras do *Correio* produziram unicamente (ou somente esses foram publicados) textos narrativos ou poéticos engendrados nos domínios da sensibilidade.

Lembrava-se bem, foi no dia em que lêra a primeira vez, que lhe saíra da pequenina boca, toda envolta em uma curiosidade inata de creança-mulher, aquela pergunta: Que é “Sofrer”? Mãezinha. Sofrer... e ela não pudéra continuar. Nos seus olhos escuros brilharam lagrimas que se foram espelhar nos olhos claros da filha. Porque choraria ela? Á! Lembrava-se, com certeza, da filhinha que se fôra num berço pequeno, cheio de flôres, para aquela casa grande, sem telhado e de onde não se volta mais. Era isso mesmo. E desde esse dia a creança vivia obcecada por esta palavra: Sofrer... Quando, a sós, com suas bonecas, procurava-lhes no fundo dos olhos baços e sem vida algo que lhe pudesse explicar o significado daquela palavra. [...] Outra vez interrogára á irmã e esta lhe respondera que, quando fosse grande, a vida lh’a diria. Daí, então, todos os dias ia ver, no risco que fizera na parede, quanto crescera numa noite. Os anos passaram... E agora, com os dedos mergulhados na emaranhada cabeleira, os olhos claros rasos de pranto, é que ela compreende a causa das lagrimas da Mãezinha. [...] O destino que tudo lhe déra, tudo lhe tirara. Agora compreendia bem. Sofrer... (*Correio Oficial*, 14/03/1934, p. 8).

⁸⁸ Embora também fossem publicados, em menor medida, textos de estilo nostálgico ou de natureza poética, de autoria masculina, cuja temática versava sobre os amores não correspondidos, a saudade, as belezas naturais e até mesmo poesias em francês.

Nesse texto, assinado por Alexandra, o sofrimento delimitava as diferentes fases da vida de uma mulher: a criança inocente, a irmã mais velha e já desiludida e a mãe marcada por experiências de perdas e amarguras. No recorte em perspectiva, o processo de amadurecimento emocional era vivenciado primordialmente entre mulheres, paredes e bonecas silenciosas. A infelicidade, por sua vez, traduzia-se em uma fatalidade do destino. Ao final da narrativa, restou àquela mulher – que aprendera o que significava sofrer também a partir de suas vivências – apenas a resignação. Todavia, no texto, a deflagração de sentimentos não se limitou a uma catarse; acima de tudo, explorava e revelava uma aguda consciência dos papéis sociais, nem sempre *felizes para sempre*, a serem desempenhados pelas então jovens sonhadoras. Repetidamente, a temática do sofrimento atravessou a escrita das mulheres, como nesta crônica assinada por Moi:

-Beba, filhinho... É mel que as abelhas fizeram para você... -Beba... -Amarga, mamãe!... -Não amarga; prove... E, na pontinha da colherinha, vinha a mentira doce do assucar, iludindo o paladar... A gente provava, achava gostoso e bebia tudo... Era, então, a vez do sofrimento... O gosto horrível do remédio pregava-se, agarrava-se á boca e não havia biscoito que se comesse, água que se bebesse, que conseguisse arrancar o amargo terrível. A vida também faz assim... -Experimente, prove... é a felicidade [...] Mas a felicidade é como vinho rubro que enche as taças de cristal, nos banquetes da alegria... Encanta... perturba... embriaga... Dá sonhos azues de tarde roseas [...] Mas, um dia, a taça onde o destino nos trouxe o licor da felicidade, quebra-se... É então que a gente sente o gosto amargo da saudade, que não cura, nem mata... (*Correio Oficial*, 07/04/1934, p. 8).

Nessa crônica, a figura materna representava o eixo fulcral da educação, da disciplina e do vigor físico e moral de seus filhos; ao mesmo tempo, simbolizava o afeto e o consolo perante o remédio e as impreteríveis escolhas amargas do cotidiano. Por analogia, a vida – com seus dilemas, contradições e sacrifícios – era percebida de maneira ambígua: de um lado, a felicidade que “encanta, perturba e embriaga” e, do outro, as frustrações e os sonhos desfeitos. Conforme o texto, na vida, ao se defrontar com inevitáveis decepções, ainda restava aos indivíduos um consolo – ou uma derradeira ironia: “o gosto amargo da saudade, que não cura, nem mata...”. Segundo Albuquerque Júnior (2006, p. 139), como todo sentimento, a saudade é resultado de uma dada sensibilidade que é produzida socialmente. E como todo conceito, saudade é uma palavra que se sobrepõe a variadas práticas, sensações e estados de espírito peculiares a determinados grupos sociais. Para a articulista do *Correio*, exprimir os sentimentos de perda e ausência, embora não modificasse a realidade percebida no

texto, tinha o caráter de sobrepujar tais vazios e preenchê-los com novas experiências, significados e sentimentos.

Nos textos do *Correio* elaborados por mulheres vilaboenses e situados na esfera da sensibilidade, a escrita sobre os estados d'alma revelavam não somente as peculiaridades da subjetividade feminina ou a experiência de seus sentimentos mas, acima de tudo, a formulação de ideias sobre eles, cuja reprodução e transmissão constituíam uma forma de conhecimento. Segundo Pesavento (2010, p. 25), a sensibilidade assume um caráter relacional, como percepção do mundo, entre aquilo que é dado a ver e o que pode ser visto de maneira indireta.

O desejo e a paixão, por sua vez, também se constituíram em objeto da escrita das mulheres:

E eu gosto de você! Quando está de longe, olhando-me às escondidas, acho graça de você. Tenho vontade de transportar-me para onde você está, segurá-lo com força e ver-me dentro de seus olhos; assim, julgar-me-ia também no seu coração. Você tem muita maldade dentro desses olhos de fogo... Muitas vezes tenho medo de você... Julgo-o mais das vezes, uma flor nas minhas mãos. Você se lembra? Lá, quasi entre as nuvens, no mundo dos sonhos? Tive medo de seu olhar, mas tenho saudade... E eu gosto de você. (*Correio Oficial*, 10/04/1934, p. 8).

Nesse poema, assinado por Auguete, os sentimentos oscilavam entre a felicidade idílica do “mundo dos sonhos” e a tentação avassaladora dos “olhos de fogo”. Como recurso de linguagem, a palavra “olhar” foi entrelaçada ao texto em um jogo semântico que refletia, acolhia e negava os apelos da sedução. No poema, a personagem não hesitou em revelar sua alegria ao perceber que estava sendo observada às escondidas. As interdições sociais que estabeleciam posturas de recato e prudência – sobretudo às jovens de elite – foram sobrepujadas pela revelação do desejo aguçado da personagem de transportar-se para onde estava o ser amado e “segurá-lo com força” para ver-se “dentro de seus olhos”. Contudo, a ousadia inicial ficou “lá, quase entre as nuvens”. No desfecho, confessava-se o medo de enfrentar e ceder aos anseios recíprocos. Dividida entre o desejo proibido e a autocensura, a personagem sintetizou a voragem dos sentimentos em uma declaração: “mas tenho saudade, e eu gosto de você”.

Em um contexto de maior participação e visibilidade das mulheres no debate das questões públicas, a escrita feminina que privilegiava as sensibilidades ocupou um importante espaço de construção de autonomia e de intervenção social. Segundo Lauretis (1994, p. 228), os fatores para uma construção diferente do gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Inscritos em práticas micropolíticas,

tais fatores podem contribuir para que a construção do gênero e seus efeitos ocorram em um pequeno núcleo, na subjetividade e na autorepresentação.

O jogo de aparências, as tensões e as disputas que definiam e sustentavam os lugares sociais femininos, também inspiravam a produção de textos, como este, assinado por Wanusa:

Á beira do grande tanque côr de safira, um vulto de donzela, esguia e tristonha, envolto em gase leve e lilaz como seu belo sonho desfeito, parecia abstrato... indiferente. [...] Ilusão, amor, desenganos... Eis o que encontrara nas pequenas paginas de sua vida. Naquele logar afastado, ficava em harmonia sua alma, que daí a instantes, com repugnancia, se submeteria á mascara da hipocrisia. Jovem, alegre e cheia de vida, murmuravam... Ironia do Destino! Ela, porém, que trazia o coração como cristal fragmentado, sabia quantas venturas colhia naquele jardim sombrio e tetrico em que fora transformada sua vida interior.... Gargalhadas... delirios... gosos... Ela canta... ela ri. É feliz, é invejada. Ironia do Destino! E assim, muitas creaturas: os labios sorriem, o coração chora. (*Correio Oficial*, 1º/04/1934, p. 12).

Nesse texto, o antigo provérbio “os lábios sorriem, o coração chora” – utilizado em uma perspectiva crítica pela autora – conduzia ao reconhecimento de outra contradição: entre a árdua realidade cotidiana de muitas mulheres vilaboenses e os modelos de felicidade ensejados pelas instituições sociais, pelas estratégias políticas e pelas transformações econômicas. As donzelas “esguias e tristonhas” – sempre percebidas como frágeis e submissas – têm sua força e sua resistência ressaltadas diante dos desafios, dos sacrifícios e das limitações sociais a que eram submetidas.

Segundo Costa (2002, p. 86-88), apesar de toda sua concretude, o lugar social que alguém ocupa também é construído por meio de narrativas e desejos, devendo ser apreendido como história; não simplesmente como um espaço previamente demarcado, contornado por fronteiras naturalizadas que protegem a identidade do sujeito. Da mesma forma, considera-se que as localizações são inevitavelmente pontuadas e recortadas por diferenças e tensões múltiplas. Em decorrência, a localização do sujeito é sempre o resultado de um cruzar constante de várias fronteiras e ordens. Por definição, esse movimento é político. Nessa perspectiva, a escrita e a publicação de textos de autoria feminina no *Correio* corroboraram com a valorização da produção literária das mulheres vilaboenses, a qual se desenvolveu de maneira expressiva a partir das primeiras décadas do século XX. Mas, especialmente em 1934, tal posicionamento editorial emparelhava-se a um contexto político que reconhecia e, em alguns aspectos, até incentivava a participação das mulheres na esfera pública.

Ainda no início dos anos 30, o Gabinete Literário Goiano – cuja diretoria era formada por mulheres – ensejou novo fôlego à participação das mulheres no debate das questões públicas, ao promover palestras cuja temática colocasse em evidência os papéis sociais femininos.

O talentoso belletrista, Snr. *Ubirajara do Carmo*, no dia 21, às 19 horas no salão do Gabinete L. Goyano, far-se-á ouvir em uma empolgante palestra literária: - A mulher - . Em nome, pois, desta Directoria, convido aos snrs. socios, assim como aos apreciadores da literatura, para assistirem á referida conferencia. A Secretaria, *Noeme L. de Castro*. (*Correio Oficial*, 20/05/1930, p. 1).

Embora as publicações do *Correio* acerca das palestras e demais atividades promovidas pelo Gabinete Literário se resumissem a um breve anúncio, tornava-se possível vislumbrar – a partir de uma pauta que incluía discussões sobre a condição feminina – o posicionamento da entidade frente às reivindicações das mulheres⁸⁹. Nesse contexto profícuo de debates feministas, a recém-inaugurada Federação Goiana para o Progresso Feminino (FGPF), buscava angariar novas sócias e, logicamente, imprimir maior visibilidade à entidade por meio de notas no jornal.

A Directoria da Federação Goyana pelo Progresso Feminino, fundada nesta Capital no dia 07 de Maio de 1931 e filiada á Federação Brasileira para o Progresso Feminino, convida ás Senhoras e Senhoritas desta Capital e do Estado a se inscreverem nas suas fileiras, prestando desse modo seu concurso à consecução dos fins a que se propõe e que são os seguintes: 1º - Promover a educação da Mulher e elevar o nível de instrução feminina. 2º - Proteger as mães e a infância. 3º - Obter garantias legislativas e praticas para o trabalho feminino. 4º - Auxiliar as boas iniciativas da Mulher e orientar-a na escolha de uma profissão. 5º - Estimular o espirito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessar-as pelas questões sociaes e de alcance publico. 6º - Assegurar à Mulher os direitos políticos que a futura Constituição lhe conferir e preparal-a para o exercício intelligente desses direitos. 7º - Estreitar os laços de amizade com os diversos Estados da União. Para maiores esclarecimentos com a Srt. Carlota Jubé, à rua do Carmo nº 24 ou na séde da Federação à rua Moretti Foggia nº 5. (*Correio Oficial*, 18/06/1931, p. 8).

De acordo com essas proposições, a FGPF – composta por mulheres da elite goiana – empenhava-se em conscientizar e mobilizar a sociedade vilaboense em prol das causas feministas⁹⁰, por meio da distribuição de panfletos e também da promoção de palestras e de atividades culturais. Pleiteava-se o direito ao voto, assim como o acesso à

⁸⁹ Nesse período, não foram encontradas no jornal, notícias sobre a repercussão e os desdobramentos de tais eventos sociais e culturais.

⁹⁰ Como exemplo, um desses panfletos convocava as mulheres a fazerem seu registro eleitoral, tendo como base a sentença favorável proferida em 1928, pelo juiz Clovis Roberto Esselin ao pedido de Benedita Chaves Roriz, em Santa Luzia.

instrução, a profissionalização de qualidade e as garantias trabalhistas. Tais reivindicações da filial goiana eram defendidas com veemência; mas, da mesma forma que a FBPF, mantinha-se a ressalva de que a família era a missão e a prioridade fundamental das mulheres. No *Correio*, poucas referências à FGPF foram encontradas. Dentre as poucas exceções, duas breves notas, de 1933 e de 1935, convocavam as sócias a comparecerem na sede da Federação para a eleição da nova diretoria. Juntamente com as demais atividades do Gabinete Literário, a FGPF contribuiu para que novos espaços fossem ocupados por mulheres, rompendo tradições misóginas e excludentes.

Em um contexto caracterizado por diferentes discursos acerca do sufrágio feminino, alguns articulistas – de postura política e social conservadora – contestavam tais pretensões feministas, como neste artigo de Domingos Juliano:

É debatida e velha já a questão. Nestes ultimos tempos, no entanto, ella parece tomar vulto. Decididamente a mulher brasileira parece estar perdendo também a cabeça, empolgada pelo ardor americano em prol do suffragio feminino. Além do direito do voto, porém, ella já quer mais. Quer todos os direitos politicos, civis e militares conferidos ao homem. Já quer o fulgor da farda, os galões, os postos de commando do exercito. Esta ultima aspiração foi claramente exposta, ha pouco, pela *leader* do movimento feminista de um dos estados mais prósperos da federação. Nada mais extravagante. Nada mais contrasensual e absurdo. [...] Nos tribunaes, nos parlamentos, nos gabinetes austeros dos aparelhos governamentaes, enfim no borborinho tumultuante do trabalho diario, a mulher-homem não ouvira certamente os vagidos de um filhinho innocente que áquella hora chora no fundo de um berço rendilhado entregue aos carinhos mercenários de uma ama. De esposa e companheira, a mulher passará a ser um adversario e competidor do homem, na disputa de eleições ruidosas, nas campanhas interminaveis e infrutíferas da politicagem, de onde desaparecerá indiscutivelmente o cavalheirismo e o respeito devido ao sexo. (*Correio Oficial*, 12/04/1931, p. 4).

Ao longo de décadas, o movimento feminista mobilizou o apoio de homens e mulheres de diversos segmentos, mas, também antagonismos, como evidenciado na crônica acima. Na passagem dos séculos XIX para o XX prevaleceu a luta das feministas pelos direitos sociais – em termos de leis de proteção ao trabalho – sobre as questões da discriminação sexual, da licença maternidade, da igualdade salarial, entre outras. O acesso a todas as formas de educação, direitos civis e voto, como já citado, constituíram-se em demandas preferenciais. Já entre o fim da década de 1960 até a de 1980, as *políticas do corpo* pontuaram as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando as mulheres a plena autonomia do corpo e da sexualidade. Nesse segundo momento, questionava-se a divisão hierarquizada de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada de tarefas e inviabilizavam sua plena realização como sujeitos históricos. (SOIHET, 2008, p. 192). Em ambos os contextos

históricos, as reações masculinas de contestação às pretensões feministas de participação igualitária na esfera pública e privada buscavam ridicularizá-las e destituí-las de suas características femininas.

Apoiados nos costumes, na religião e nas leis historicamente excludentes, esses discursos masculinos defendiam privilégios no exercício de atividades consideradas, até então, privativas dos homens. Conforme a crônica acima citada, as reivindicações das mulheres por novos espaços de atuação remetiam-nas à condição de “mulher-homem”, caracterizadas como indivíduos que contrariavam os desígnios de sua suposta natureza de submissão e de exclusiva dedicação ao lar e à maternidade. A não adesão aos signos, aos ritos e às imagens que tradicionalmente identificavam a feminilidade, retiravam as mulheres do lugar de “esposa e companheira” e as colocavam no lugar de “adversária e competidora do homem”. Nesse contexto, a mulher não mais seria merecedora “do cavalheirismo e do respeito devido ao sexo”. Porém, ainda segundo os auspícios dramáticos do cronista, o tempo se encarregaria de provar a inviabilidade dessas “extravagantes” e “absurdas” aspirações das mulheres:

Realizada essa aspiração insensata da mulher moderna, talvez que com poucos annos de experiencia ella se convença do seu grande erro e submetta-se novamente á passividade da protecção e autoridade máscula do homem, renunciando a conquista desse ideal frívolo, nascido da mentalidade doidivanas dos tempos actuaes. [...] Deixe de lado a ilusão fugaz de sua independencia, fruto da vaidade inconsciente e audaciosa do sexo. Faça do seu lar uma escola de civismo, de abnegação e de trabalho, a melhor politica para a mulher. Ensine aos seus filhos varões o amor da patria, o cumprimento dos deveres de cidadãos, o culto da liberdade. Ás filhas ensine aquillo que ninguém melhor do que ella deve saber. E as palmas da victoria que coroassem a conquista vã do feminismo moderno, melhor ficariam na frente abençoada da mulher que abrigasse ao seio o filho amado, alimentando-o com o sangue do seu sangue, no holocausto sublime á gloria de ser mãe. (*Correio Oficial*, 12/04/1931, p. 4).

Nesse texto, a escrita de estilo sarcástico alternava-se com a exaltação e a idealização de certos padrões femininos. Por meio desses discursos que legitimavam a autoridade masculina, difundiam-se representações sobre a “mentalidade doidivana” das mulheres modernas e a “frente abençoada” das mães, respectivamente, censuradas e sacralizadas. Nessa perspectiva, outras crônicas sobre o sufrágio e a emancipação das mulheres foram publicadas no *Correio*.

Fala-se em dar o direito de voto ás mulheres, em emancipar social e economicamente o bello sexo e quejandas causas... Ellas a baterem palmas freneticamente, a darem nos a impressão de estarem assistindo a realização de um ideal longamente aspirado e heroicamente conquistado. É pena que as mulheres se enganem tanto. Quando julgam attingir o pinaculo, trabalham para uma queda de consequencias talvez irremediaveis.

Esta independencia economica que estão conseguindo é apenas uma carga que retiram dos hombros masculinos, porque, o lhes custava apenas um sorriso custar-lhe-á amanhã, senão hoje, o proprio suor... A independência moral, que vão obter, amanhã lhes parecerá mediocre quando comparado ao respeito, á honra, á admiração de que eram objectos. Ai dos deuses que descem do seu altar para se confundirem com os adoradores! A irreverência destes, sem o prestigio das distancias, transformal-os-ão em “idolos de barro”. O feminismo é, senão o maior inimigo das mulheres, o melhor aliado do homem. Eis porque applaudo a conquista que vão obter, certo de que a experiencia crúa da “luta pelo pão” e o choque violento dos interesses lhes mostrarão a sua verdadeira missão social: a de anjo, no lar... E já não é pouco. (*Correio Oficial*, 02/04/1931, p. 4).

Nessa crônica, assinada por Demardoceneo Junior, novamente as pretensões feministas são apresentadas como razão para o desencanto masculino e para o desvirtuamento moral das mulheres, pretensamente idolatradas, que ousaram descer do seu “altar para se confundirem com os adoradores”. No início da década de 1930, muitas mulheres já viviam a “experiência crua da ‘luta pelo pão’”; só não possuíam o reconhecimento social e os direitos trabalhistas – assim como os homens –, que foram assegurados pela Constituição de 1934. Mesmo as donas de casa, muitas trabalhavam duramente na manutenção e administração de seus lares, com seu “o próprio suor”, sabedoras de que a harmonia familiar e conjugal custava muito além de “apenas um sorriso”. Como aponta Chartier (2011, p. 23), buscava-se por meio desses discursos, uma vez mais, definir e legitimar as relações entre os gêneros, pensadas como a inculcação, pela repetição das representações e das práticas de dominação masculina.

Após a aprovação do sufrágio universal pelo Código Eleitoral de 1932, ratificado pela Constituição de 1934, o voto feminino não foi mais alvo de polêmicas na imprensa oficial goiana. Ressalte-se que, com exceção de uma nota publicada em 1931, a pedido da diretoria da FGPF, analisada anteriormente, não foram encontradas publicações sobre o sufrágio feminino, escritas por mulheres vilaboenses. Em 1934, alguns artigos – sobre a atuação cidadã e profissional das mulheres – escritos por Lina Hirsch, colaboradora da FBPF, publicados nos jornais dos grandes centros, foram também veiculados no *Correio*.

Quando as coisas vão bem, é muito fácil proceder com perseverança e coragem. O caso importante, porém, no qual se revela o character, ocorre nas circunstancias contrarias: nas crises, entre dificuldades, que ameaçam inutilizar todos os esforços, continuar a obra, em taes situações, prosseguir com toda perseverança e coragem apesar da resistencia que se opõe á acção – esta tarefa é a verdadeira prova de capacidade e o caminho para as realizações. Aqui no Brasil acabamos de ver a viva demonstração desta verdade, na victoria das reivindicações femininas, e basta mencionar o nome de Bertha Lutz, para apreciar o admirável esforço. O caminho das realizações do progresso

feminino em todo o mundo revela a cada passo a mesma necessidade, de nunca perder a coragem, e o dever de vigiar, para que a Mulher – citada victoriosa e muito inclinada a se concentrar num campo de trabalho especial – não perca os frutos da victoria. Na Europa existem exemplos, nos quaes se pode estudar a necessidade da vigilancia, e outros que demonstram bem o effeito da constancia[...]. Uma mensagem de advertencia, ás mulheres de todos os Estados: depois da victoria é preciso prestar serviço eficaz, útil a collectividade e ao progresso moral, para consolidar a nova posição. (*Correio Oficial*, 18/12/1934, p.8).

Em 1932, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina – depois do Equador – a estender às mulheres o direito de voto. Nisso também foi precursor em relação a países da Europa, considerados, em outros âmbitos, como mais desenvolvidos, como França e Itália. Em 1934, com o objetivo de evitar qualquer retrocesso nas conquistas obtidas e fazer aprovar as questões feministas consideradas básicas, todo o trabalho desenvolvido pela Assembleia Constituinte foi atentamente acompanhado pela FBPF. Nesse intuito, Bertha Lutz já havia participado da Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição, como representante dessa organização feminista. Tais apreensões não eram infundadas, pois, diversos legisladores mantiveram um posicionamento de obstinado antagonismo ao voto feminino. Nesse contexto de mobilização, o sufrágio feminino somou-se a outras conquistas – como o reconhecimento da maternidade como fonte de direitos e a proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil – legitimadas pela Constituição de 1934. (SOIHET, 2012, p. 226-228).

Tal postura proativa e vigilante, somada ao discurso de um tom moderado, continuou a ser adotada nos discursos e ações da FBPF, como é possível perceber no artigo de Lina Hirsch acima citado. A integração da mulher no mercado de trabalho era um dos desafios a serem vencidos; para tanto, considerava-se vital realizar um “serviço eficaz, útil à coletividade e ao progresso moral”, que corroborasse o reconhecimento da capacidade produtiva e intelectual das mulheres. Todavia, a eficiência no trabalho aliada a um comportamento moral e sexual condizente com as práticas e os costumes conservadores, eram condições irrevogáveis – e exigidas às mulheres, de maneira ostensiva ou silenciosa.

3.3. DISCIPLINA, TRABALHO, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

A vida activa dos nossos dias mobilizando todos os seres capazes, não podia deixar de utilizar, como elemento de primeira plana, a mulher válida, principalmente aquella que, pela instrucção se tornou capaz para certos serviços como o homem.
(*Correio Oficial*, 30/10/1934, p. 3).

Estudar, trabalhar e votar. A partir da década de 1920, sobretudo, eram essas as principais demandas pleiteadas pelas feministas brasileiras. Na década seguinte, a igualdade eleitoral assegurada legislativamente a homens e mulheres, ainda permanecia muito distante de ser estendida a outros âmbitos da esfera pública e privada. Mesmo para as mulheres instruídas, as perspectivas de emprego se aglutinavam em apenas “certos serviços” – como ressaltado na propaganda de um curso de datilografia acima –, nos quais a capacidade laboral feminina era igualada à masculina.

Contudo, essa realidade permeada por inéditas perspectivas profissionais não estava colocada para as mulheres pobres, as quais não tinham acesso à instrução. Restavam a essas mulheres as tarefas mais exaustivas e precariamente remuneradas, como lavadeira, cozinheira, serviços domésticos, entre outros. Os trabalhos informais e o comércio de rua de produtos comestíveis também eram comuns.

No contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX, homens e mulheres de baixa renda – com uma existência marcada por precárias condições de saúde, trabalho, moradia e lazer – conviviam rotineiramente com a ausência de uma estrutura urbana e sanitária condizente com os discursos de progresso e civilidade propagados pelo Estado. Com o desenvolvimento da microbiologia, um número considerável de cientistas percebeu o quanto a higiene representava uma arma estratégica capaz de prevenir e combater males, como os surtos epidêmicos. A partir disso, difundiu-se a crença de que, por meio da medicina higienista, seria possível alavancar o progresso econômico e social do país. Entretanto, a luta em prol da higiene não deixava de tomar a forma de uma violência contra os menos favorecidos, um meio de acelerar e justificar sua exclusão. (SANT’ANNA, 2011, p. 303).

Na década de 1930, na Cidade de Goiás, as políticas públicas sanitaristas também percorriam as páginas do *Correio*. Diversos artigos de cunho educativo eram publicados na seção da *Diretoria Geral do Serviço Sanitário de Goyaz*, com

recomendações profiláticas sobre difteria, febre amarela, gripe, contaminações alimentares, coqueluche, varíola, tifo, doenças venero-sifilíticas, entre outras. Divulgavam-se ainda, nessa seção, campanhas contra a verminose – com a distribuição de remédios e consultas gratuitas – e contra surtos epidêmicos. No caso específico das doenças venéreas, um ambulatório foi criado em 1933, no edifício da Diretoria do Serviço Sanitário.

A Diretoria do Serviço Sanitário iniciou os trabalho de proteção social, instalando um modesto ambulatório para o tratamento das moléstias venero-sifilíticas, onde serão atendidos os doentes de ambos os sexo; os homens, pela manhã das 8 às 11, e a mulheres das 13 às 16 horas diariamente. (*Correio Oficial*, 12/06/1933, p. 8).

Alguns meses após a instalação desse ambulatório, na Cidade de Goiás, um quadro resumido da frequência de pacientes foi divulgado em outro editorial do *Correio*, apontando que, em junho de 1933, o quantitativo de doentes chegava a 80. Em novembro, o número já havia caído para 35. Ainda de acordo com esse quadro, de julho a outubro, em média, 426,5 pessoas procuraram o ambulatório mensalmente. Informava-se também que 130 meretrizes haviam sido matriculadas no ambulatório. (*Correio Oficial*, 28/11/1933, p. 6). Ressalte-se que, com exceção do informe sobre o cadastro das meretrizes, não foi publicado qualquer outro dado ou informação sobre os demais pacientes.

Além dessa nota publicada na seção da *Diretoria Geral do Serviço Sanitário de Goyaz*, episódios envolvendo mulheres “decaídas” também se transformaram em notícia na seção de *Ocorrências policiais*. Conforme essas breves referências à prostituição, nos boletins médicos e policiais, torna-se possível entrever os discursos de normalização, disciplina e higiene que recaíam sobre as mulheres de sexualidade insubmissa, não enquadradas no modelo de mãe e esposa frágil e dependente.

Da delegacia Especial enviam a seguinte nota: A nota fornecida com relação a Mario Rodrigues de Moraes é verdadeira. Sua prisão correcional se deu quando, alcoolizado, provocava desordem em casa da decaída Davina Cordeiro, entrando em luta corporal com Guilherme de Campos e Antonio Alcides de Melo. Em 12 de agosto de 1932[4?], conforme assentamentos nesta Delegacia, também foi preso correcionalmente, [...] a decaída Jandira Estanilau. (*Correio Oficial*, 15/04/1934, p. 12).

Sobre a prostituição incidiam vários discursos médicos, jurídicos e moralistas. Conforme tais discursos, para proteger a saúde da população e extirpar o denominado *perigo venéreo*, tornava-se premente estudar e “medicalizar” a sexualidade da mulher,

assim como o problema da prostituição. Nessa perspectiva, foram instituídos os padrões de comportamento da mulher honesta-casta e da libertina. Em tais estudos, a mulher pobre que se prostituía era associada à imagem da criança ou do selvagem que necessitava de cuidados e da vigilância do Estado e das classes dominantes. Todavia, esse estereótipo oscilava entre a mulher depravada, com pendor para o vício e para a criminalidade e a mulher imatura, desorientada e que precisava dos socorros dos especialistas para regenerar seus hábitos, abandonar seus vícios e reintegrar-se à sociedade. Por outro lado, alguns desses especialistas consideravam a prostituição como uma necessidade vital e uma válvula de segurança social; o que os levava a se posicionar a favor da normalização dessa atividade. (RAGO, 1985, p. 87).

Embora diversas categorias de atividades informais atravessassem o cotidiano das mulheres populares, tradicionalmente o trabalho das mulheres “honestas” caracterizava-se como uma extensão das funções vinculadas ao lar, como doceira, quitandeira, bordadeira e costureira. Conquanto essas funções infundissem certo prestígio às famílias das mulheres que se tornaram conhecidas pelo exercício de tais ofícios, não foram encontrados registros sobre a prática dessas profissões no *Correio*, com exceção da atividade de costureira. Em 1930, um anúncio divulgava os serviços de modista.

MME. GOMES, executa qualquer vestido, por mais difficil que seja, enxovaes para noivas e recém-nascidos, manteaux, camizas para homens, etc. Já não se precisa pois de mandar fazer costuras fora da Capital, porque Madame Gomes, as executa com arte e com todo o rigor, responsabilizando-se pelas mesmas. Rua 1º de Março, 29 (larguinho). (*Correio Oficial*, 08/02/1930, p. 6).

Tal propaganda – de maneira idêntica a alguns anúncios de roupas, calçados e produtos de embelezamento publicados no *Correio* nesse período – buscava atingir um público consumidor de classe média ou alta. O emprego de termos em francês, ainda em voga na elite letrada vilaboense, tencionava estampar – além da proferida arte – sofisticação e distinção ao trabalho de “Madame Gomes”.

A partir da década de 1920, nos centros urbanos do país, o movimento de migração das populações das zonas rurais para as cidades propiciou novas oportunidades para o desenvolvimento das atividades comerciais e de abastecimento. Na década seguinte, na Cidade de Goiás, publicou-se no *Correio* anúncios sobre a reforma ou a abertura de novos estabelecimentos comerciais – como cafés, confeitarias, sapatarias, lojas de roupas e tecidos – em conformidade com os padrões higiênicos e

modernos. Por meio da elite vilaboense, frequentemente sintonizada com os padrões de moda e estética dos *boulevard* cariocas, difundiam-se gostos, vendiam-se produtos e construía-se inéditos ambientes de consumo, no afã de impregnar-se do tão desejado glamour. No *Correio*, as resistências e os entusiasmos com as limitadas transformações urbanas e comerciais da capital tornavam-se notícia.

A cidade... e as lojas. Sempre se nota algum esforço por parte de alguns comerciantes, no sentido de dar um aspeto melhor á cidade, remodelando seus estabelecimentos. Infelizmente os bons exemplos merecem pouca observação e quasi nenhuma imitação. Agora mesmo a Pernambucana, reconstruindo o predio, iluminou toda a fachada, e a São Nicolau vem, igualmente, de oferecer á cidade, além de um elegante predio, uma vitrine moderna e instalação completa, no interior. [...] Quando foi regulamentado o horario atual para o comercio, eu julguei que as nossas principais arterias teriam melhorada a sua iluminação; ninguém desconhece que o meio mais eficiente de propaganda se encontra na luz. Os anuncios luminosos, os letreiros, os globos, etc. [...] Tal não se deu. [...] O nosso comerciante (a maioria, aliás), revela pouca noção do ramo a que se dedica. A disposição do mostruario em prateleiras toscas não atráe o freguez. Nos balcões, que mais parecem taboa de grozar palhas, vê-se peças de tecidos varios, confundindo-se com louças e ferragens. Onde ha vidro em armarios que datam de eras longinquas, observamos restos de moscas... Grande falta de gosto em nossas lojas. (*Correio Oficial*, 26/01/1934, p. 8).

Nesses espaços urbanos, nos quais as vitrines e as fachadas iluminadas conviviam com os “mostruários em prateleiras toscas”, desenvolveram-se distintas perspectivas de consumo e de trabalho, especialmente para as mulheres vilaboenses. Segundo Matos e Borelli (2012, p. 133-134), após o final da Primeira Grande Guerra, difundiu-se no Brasil a ideia de que a mulher deveria dedicar seus esforços exclusivamente ao lar e à maternidade. Em oposição ao trabalho das mulheres, argumentos morais somavam-se a teses religiosas, jurídicas e higienistas, as quais o apontavam como causador de inúmeras vicissitudes e prejuízos à família e à sociedade. Todavia, apesar da tendência de diminuição do quantitativo de mulheres no emprego fabril, elas se mantiveram no mercado de trabalho, ocupando lugares em empregos menos visíveis e estáveis; sobretudo no serviço doméstico e no trabalho em domicílios. Com o crescimento do setor terciário, novas funções no comércio – como de balconista – também foram possibilitadas às mulheres. Da mesma forma, nos escritórios burocráticos ou de profissionais liberais, assim como nos estabelecimentos financeiros e de seguros, as mulheres passaram a ocupar cargos de menor *status*.

Tais atividades, preferencialmente exercidas por jovens solteiras, caracterizavam-se por jornadas frequentemente extensas e por salários reduzidos. Com a difusão de aparatos e máquinas modernas, as mulheres foram incorporadas em outras

funções técnicas, como na tipografia do próprio *Correio*, como revelava esta nota sobre um acidente de trabalho com uma tipógrafa.

Foi victima de um ligeiro incidente, quando trabalhava antehontem na impressão do nosso jornal, a distincta typographa senhorita Noema Patroclo. A nossa companheira que foi immediatamente medicada, nossos votos de prompto restabelecimento. (*Correio Oficial*, 11/12/1930, p. 4).

No ano seguinte, uma série de anúncios de uma tipografia também fazia referências ao trabalho exercido por mulheres; mas, ao que tudo indica, na posição de proprietárias do estabelecimento: “As Irmãs Alves Pinto, fazem publicar que mudaram a sede e officina da Typographia e Papellaria “Progreior”, para o prédio n. 7 da mesma Rua Moretti Foggia (sobrado Reis Gonçalves). Goyaz – Abril – 931”. (*Correio Oficial*, 19/04/1931, p. 2).

A adoção da máquina de escrever nos estabelecimentos burocráticos concretizou uma nova frente de trabalho para as mulheres: o ofício de datilógrafa. Posteriormente, a expansão do mercado de trabalho brasileiro e a consequente necessidade de qualificação profissional conduziram à expansão dos cursos de Secretariado e Contabilidade e Comércio, com escolas e salas especiais para mulheres. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 134). Mas, no início da década de 1930, na Cidade de Goiás, a novidade centrava-se no curso de datilografia.

Longe vae o tempo em que a educação das moças podia restringir-se ás necessidades da vida domestica, no ensino da musica, piano e canto, desenho, pintura e artes applicadas. [...] Mau grado, porém, todos os ensinamentos da vida pratica, muitos paes existem ainda que não comprehendem as vantagens de uma educação moderna e, só por si, capaz de libertar suas filhas de uma situação de manifesta inferioridade moral e material. Escrever á maquina, hoje em dia, é coisa ao alcance de qualquer moça por mais pobre que seja, e entre os methods mais perfeitos que se conhecem, nenhum pela simplicidade e clareza sobrepua o de Josephina Meinel, usado universalmente por todas as senhoras e moças que, ciosas de sua liberdade, querem ganhar honradamente o seu pão. Rua Moretti Foggia, 22. (*Correio Oficial*, 30/10/1934, p. 3).

Nessa propaganda, o discurso de convencimento não é direcionado apenas as “senhoras e moças que, ciosas de sua liberdade, querem ganhar honradamente o seu pão”. Mas, especialmente, buscava-se a persuasão dos pais das jovens senhoritas, pois, como já colocado, o trabalho das mulheres era sempre visto com desconfiança e perscrutado por mecanismos de vigilância moral, médica e jurídica.

Sobre as mulheres casadas recaíam diversas interdições. Vários preceitos do Código Civil de 1916 colocavam a mulher casada em condição de inferioridade ao

marido. Segundo esse modelo jurídico, a mulher foi reconhecida como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação. A esposa foi, ainda, declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só comparáveis às que eram impostas aos pródigos, aos menores de idade e aos índios. Embora no Código de 1916, a manutenção da família fosse apresentada como responsabilidade dos cônjuges, o direito da mulher casada ao trabalho dependia da autorização do marido ou, em certos casos, do arbítrio do juiz. As mulheres só adquiriram o direito de trabalhar sem autorização do marido em 1943 e somente com o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, é que se excluiu do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio. No final da década de 1980, a igualdade das mulheres na sociedade conjugal foi finalmente estabelecida com a Constituição de 1988. (MALUF; MOTT, 1998, p. 375-376; PUGA, 2007, p. 160).

Em meados da década de 1930, mesmo com inúmeras ressalvas ao trabalho feminino, especialmente no que dizia respeito às mulheres casadas, campanhas a favor da instrução e do trabalho das mulheres integravam-se às políticas públicas e ganhavam novos adeptos na imprensa vilaboense. Como é o caso desta crônica assinada por De Macedo Junior, a favor da emancipação econômica das mulheres – lembrando que, em 1931, tal articulista, em seus escritos, posicionou-se obstinadamente contra o voto e o trabalho feminino:

As precárias condições economicas da mulher brasileira refletem-se na sua situação social, de um modo iniludível, acessível ao espirito menos observador. [...] É o destino que lhe vem traçado no soma hereditario, na educação pelos livros que lê e pelo exemplo que tem, e no ambiente social. Principalmente neste, que, modificando-se tornará os demais de somenos. [...] E, neste caso, deixa de ser um peso morto na vida economica. Produz o que consome. Conquista pelas próprias mãos o seu direito de viver; é capaz de outros empregos, além do casamento. Fóra, porém, desses ambientes excepcionais, não há como negar ser o que afirmamos a situação da mulher. [...] Acreditamos sinceramente, ser a mulher bastante digna, para agir com honestidade dentro dos horisontes que hoje se lhe abrem pelo imperativo historico-economico. Aqueles que a julgam incapaz para a nova lida e fantasiavam-se de seu protetor, demonstram o pequeno conceito em que a têm. [...] Aliando-se estas vantagens morais áquelas economicas, anteriormente demonstradas, desejaríamos ter sido compreendidos no que dizemos, para um futuro de um Brasil maior. (*Correio Oficial*, 11/03/1934, p. 2).

Em prol do crescimento econômico e, conseqüentemente, do necessário aprimoramento da mão de obra – inclusive a feminina – discursos como o acima citado tornaram-se frequentes. Nessa direção, a “Campanha pela educação e profissão da moça no Brasil” – conforme informações do *Correio* – percorreu o país.

Amanhã, às 20 horas, no salão principal do Liceu de Goiaz, o sr. Agripino Santana realizará uma conferencia sob o titulo “O valor da mulher e a mulher brasileira”. Essa conferencia faz parte da campanha que vem desenvolvendo no Brasil e que é de patrioticos instintos. O conferencista abordará os seguintes pontos: 1 – Influencia da mulher na vida do homem. 2 – Heroismo e magnanimidade da mulher. 3 – A ação da mulher em todos os tempos. 4 – A necessidade da mulher ter educação. 5 – “Ser mãe” – soneto de Coelho Neto. 6 – “Grandeza da mulher” – versos de C. de Alencar. 7 – A mulher brasileira em toda a sua grandeza. 8 – Virtudes que fazem a mulher grande e santa. 9 – A ação social da mulher. 10 – A necessidade da mulher ter profissão. 11 – Amazonia. 12 – A percentagem de casamento que se realiza no ano. 13 – A mulher deve ser precavida. 14 – O grito de alerta do Dr. Miguel Couto. 15 – Um apêlo aos pais de familia e as senhorinhas. 16 – Perroração: A familia base da sociedade. – Fará a apresentação do conferencista o ilustrado caudico dr. Benjamim da Luz Vieira. Tocará a banda de musica da Força Publica. (*Correio Oficial*, 20/06/1934, p. 1).

Nessa conferência, a condição das mulheres – entremeada a discursos, músicas e sonetos – novamente revelava-se na pauta de teses educacionais, políticas e morais. Sobre o modelo da mulher moderna sobrepunham-se representações sociais que restringiam e disciplinavam práticas, corpos e mentes. Conforme as propostas citadas nos tópicos de tal palestra, a instrução e a profissionalização das mulheres apresentava-se como um dever cívico e um instrumento de aprimoramento social e familiar. Como se não bastasse, deveriam cultivar “virtudes que fazem a mulher grande e santa”. Tais estratégias buscavam sensibilizar as camadas sociais burguesas – caracterizadas por um discurso masculino conservador – sobre a necessidade e as vantagens que poderiam advir da educação e da profissionalização dessas jovens.

Simultaneamente, nessa tal política de aprimoramento intelectual e de profissionalização das mulheres eram apregoados discursos de filtragem a possíveis transgressões e arroubos feministas, como ressaltado neste artigo sobre a inauguração de uma escola de costura:

Ao ato solene que foi presidido por Monsenhor Abel Camelio Ribeiro, secretariado pelo professor Pedro Gomes, do Liceu de Goiaz, convidados para isso pela Diretoria da Escola, assistiram os representantes do exmo. Sr. Governador do Estado, do Prefeito da Capital, do Departamento de Estatistica e Publicidade, “Folha de Goiaz” e grande numero de autoridades federais estaduais e municipais, [...] senhoras, senhoritas e rapazes do escol da nossa sociedade. Por Monsenhor Ribeiro foi efetuado o cerimonial de bençã da imagem da padroeira da Escola, em que figuraram como paraninfos varias pessoas gradas [...]. Á solenidade de instalação seguim-se agradável e animadíssima soirée dansante que se prolongou até alta madrugada. Desnecessario se torna encarecer a utilidade em o nosso meio de um curso dessa natureza em que as nossas distintas patricias poderão se habilitar para os misteres do verdadeiro feminismo, do feminismo mais compatível com a natural delicadeza do sexo, portanto, resta-nos apenas a satisfação de apresentar á d. Maria Beatriz Wanderley Albernaz, diretora e ás demais professoras da Escola, felicitações pelo empreendimento, acompanhadas de

votos pela prosperidade da Escola Profissional S. Rita. (*Correio Oficial*, 10/07/1935, p. 4).

Conforme esse texto, a inauguração da Escola Santa Rita caracterizou-se por um misto de evento social e solenidade política, contando com a presença de autoridades, religiosos e membros do “escol” vilaboense, o que denotava a importância e prestígio que se buscava angariar em tal circunstância. Segundo o articulista, no aprendizado da costura, as “distintas patricias” teriam a oportunidade de se habilitarem nos “mistérios do verdadeiro feminismo”, mais adequado à “natural delicadeza do sexo”. Tal afirmação ressaltava que, de maneira frequente, a profissionalização das mulheres era associada ao aprendizado das denominadas prendas femininas. Além das profissões ligadas ao comércio e à burocracia, analisadas anteriormente, considerava-se adequadas às mulheres as atividades laborais identificadas com as funções tradicionalmente vinculadas ao lar e à maternidade, como costureira, enfermeira e professora⁹¹.

Nessa perspectiva, foram publicadas no *Correio* várias notas sobre a Escola de Enfermeiras Anna Nery⁹²:

Acham-se abertas até 15 de Julho as matriculas ao curso desta Escola oficial de Enfermagem, sendo requisito indispensavel instrução primaria e secundaria. Informações todos os dias uteis, de 10 as 12 horas na secretaria desta Escola, a rua Visconde de Itaúna, 375. Edificio do Hospital S. Francisco de Assis – Rio de Janeiro. (*Correio Oficial*, 05/07/1934, p. 8).

Todavia, a profissão de maior acesso às mulheres instruídas – na Cidade de Goiás, assim como na maior parte do país – ainda era o magistério. Segundo Rosemberg (2012, p. 338), promoveu-se a formação de professoras – conforme discursos disseminados desde fins do século XIX, que as vinculavam à educação e à construção da cidadania dos jovens – visto ser elas “verdadeiras mães”, com “vocação natural para

⁹¹ Ressalte-se que, nas primeiras décadas do século XX, juntamente com as novas perspectivas de trabalho, de instrução e de autonomia econômica colocadas às mulheres, adensavam-se diferentes regras e restrições sociais, sob a alegação de conservar a respeitabilidade moral nos ambientes escolares ou profissionais. Dentre elas, a interdição à escola mista; a convicção de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em razão de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para a maternidade; a obstrução à continuidade dos estudos secundário e superior para as mulheres. Contudo, ao longo desse século, tais interdições e segregações sexuais foram sendo banidas paulatinamente.

⁹² Em 1922, foi criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em terreno anexo ao Hospital Geral de Assistência do DNSP, para prestar assistência médico-cirúrgica aos indigentes. O objetivo da Escola era o de formar enfermeiras profissionais destinadas aos serviços sanitários e aos trabalhos gerais ou especializados dos hospitais e clínicas privadas. Em 1926, por meio de um decreto presidencial, foi instituído que a então Escola de Enfermeiras passaria a chamar-se Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, como uma forma de homenagem àquela que era considerada a pioneira da enfermagem no Brasil.

o sacerdócio” que é magistério. No *Correio*, a localização das mulheres no ensino da educação primária era reiterada por meio de artigos e informações diversas.

Entre alguns interessantes problemas psicologicos da Humanidade, ha um que se apresenta, com uma attracção desnorteadora, na incommensurabilidade das tendencias variaveis que se aninham em nosso sub-consciente: a questão das preferencias profissionais dos escolares, estudo que já foi feito varias vezes sem resultados muito promissores. Visando alcançar esclarecimentos mais profundos, a Universidade de Columbia organizou uma espécie de questionario a que responderam 447 rapazes e 685 moças de escolas secundarias, academicas ou technicas de Nova York e do Ketuchy, entre 14 e 16 annos. A profissão de engenheiro foi a que alcançou maior numero de escolhas por parte dos rapazes; as moças, naturalmente, preferiram a de professora. (*Correio Oficial*, 1º/12/1934, p. 4).

Tais discursos e pesquisas que apontavam para a “natural” preferência das jovens pelo magistério apresentavam-no, em certa medida, como uma extensão da maternidade. Nessa perspectiva – conforme Louro (2009, p. 450) – a docência não subvertia a “missão” feminina fundamental, ao contrário, permitia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto, tornou-se de vital importância que o magistério fosse caracterizado como uma atividade de amor e de doação⁹³. Semelhantes discursos justificavam a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, frequentemente mais rentáveis – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas. O artigo da professora primária, Maria Melania de Jesus – publicado na Secção Pedagógica do *Correio* – reproduzia essa imagem missionária da professora:

Á medida que o mundo se civiliza, que a educação se aperfeiçoa sempre mais, á medida que os povos luctam com mais afan pelo ideal, pelo bello, pelo elevado, - ao mesmo tempo, uma missão se sobreleva entre todas as outras. [...] Sob a influencia dos professores, dos mestres que divulgavam o ensino, o mundo se civilizava, as raças se desenvolviam e se fortificavam, os povos eram mais unidos pela amizade e pelo mesmo desejo de grandeza. [...] A professora é a fonte da qual dimanam as intelligencias cultas, os grandes genios, os grandes litteratos da humanidade. Ser professora! Que palavra tão simples e que grandeza encerra! A professora continua o trabalho da mãe. [...] Longe vae o tempo em que o professor, seguindo a rota ferrenha da punição severa e ás vezes barbara, representava para o alumno o seu maior verdugo, por ministrar-lhe, ao menor descuido ou falta, castigos aviltantes, hoje banidos do ensino. [...] O mestre de hoje é bem differente. Ao passo que o antigo queria se fazer temido, o moderno deseja fazer-se amado. [...] Uma professora impontual, murmuradora, mal humorada e pouco cuidadosa é um desastre para á educação das creanças. A professora deve ser digna de sua nobre missão. (*Correio Oficial*, 06/05/1930, p. 7-8).

⁹³ Esse conjunto de representações que facilitaram a aceitabilidade das mulheres no magistério como trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicantes, posteriormente foram usadas para lhes desacreditar as discussões vinculadas a salário, carreira, condições de trabalho, entre outras.

A incumbência das mulheres no magistério não se restringia à formação de alunos sob a égide da ciência, da higiene, da moralidade e do civismo. Ao longo de suas vidas docentes, eram submetidas a um escrutínio social rigoroso, cuja impecabilidade moral era considerada mais importante que sua competência e erudição. Os baixos salários, a precariedades das instalações e a escassez de material didático eram uma constante, sobretudo, nas escolas primárias. Mas, conforme Prudente (2011, p. 68), desde fins do XIX, várias professoras da instrução pública conquistaram o privilégio de usufruir de certas prerrogativas masculinas, como participar de reuniões, exercer atividades burocráticas ligadas ao magistério e reivindicar melhores condições de trabalho e de material para as aulas. De maneira assertiva, tampouco se esquivaram em enviar ofícios à administração pública cobrando salários atrasados. Tal conjunto de ações propositivas distanciou-se da imagem de passividade e inabalável abnegação que naturalizava a “missão” da professora.

Nas discussões sobre a modernização da educação, as mulheres vilaboenses também manifestaram opiniões e mobilizaram estratégias de atuação nas escolas. Na década de 1930, vários artigos de professoras e alunas normalistas foram publicados no *Correio*. Em sintonia com os debates ensejados pela Missão Pedagógica paulista, que chegou à capital goiana em 1929, tais textos aclamavam os métodos educacionais modernos que valorizavam uma pedagogia distanciada da “rota ferrenha da punição severa e às vezes bárbara” e do ensino impositivo e unilateral. Nessa senda, buscava-se deixar para trás um perfil tradicional do professor que – conforme o artigo da professora Maria Melânia de Jesus – “queria se fazer temido”, enquanto o moderno desejava “fazer-se amado”.

Após a implementação das reformas escolares que tiveram como referência o modelo escolar paulista, os currículos da Escola Primária, Secundária e do Curso Normal passaram a adotar em Goiás, como princípio pedagógico, elementos da psicologia escolanovista. Dentre os novos preceitos – ensejados por regulamentos e programas de ensino publicados nas décadas de 1920 e 1930 – destacava-se a disciplina escolar que, desde então, passou a ser identificada como decorrente da postura adotada pelo professor, dos métodos de ensino, e devendo assumir uma função preventiva ao invés de repressiva. A educação infantil, por sua vez, devia pautar-se no desenvolvimento a partir do lúdico, lançando mão de atividades espontâneas e de experimentações que priorizassem os interesses da criança. (RODRIGUES; ARAÚJO, 2011, p. 197-198).

Ao longo da década de 1930, a Igreja Católica posicionou-se de maneira emblemática a favor da educação religiosa e em oposição ao ensino laico e vinculado ao modelo escolanovista. Na Cidade de Goiás, tal perspectiva doutrinária religiosa foi ardorosamente defendida pelo Frei Gonçalo, em palestras ao público católico e em artigos publicados no *Correio*. Em 1934, por ocasião da aprovação, no texto constitucional, do ensino religioso facultativo nas escolas, o religioso pronunciou-se com entusiasmo.

Outra decisão protetora da liberdade, veio, outrossim, corroborar nossos escritos acerca do ensino religioso facultativo nas escolas publicas. Não constrange porque é livre e o aluno tem o direito de conhecer esse ramo de ciencia. É exatamente, a ignorancia desta ciencia fundamental a origem de todos os males: “Si o Senhor não edificar a cidade, em vão trabalham os que a constróem”. (*Correio Oficial*, 10/06/1934, p. 2).

Os artigos sobre a educação publicados no *Correio*, escritos por membros da Igreja, caracterizavam-se por privilegiar a postura moral e a sólida formação religiosa dos mestres em detrimento de quaisquer métodos pedagógicos. A fé, a moral, a disciplina e o saber estavam entrelaçados de maneira indelével, como ressaltado nesta passagem de um artigo sobre a educação dos jovens: “É igualmente necessario dirigir e vigiar a educação do adolescente, ‘mole como cera para inclinar-se ao vicio’, em qualquer outro ambiente em que venha encontrar-se”. (*Correio Oficial*, 06/05/1930, p. 10).

Nesse mesmo período, qual seja, na década de 1930, os projetos de modernização pedagógica e os investimentos no combate ao analfabetismo caracterizavam os discursos do governo de Pedro Ludovico e as realidades escolares do ensino primário e secundário. Todavia, a acessibilidade social e as distinções de gênero ainda se constituíam em obstáculos ao desenvolvimento mais expressivo do quadro educacional goiano⁹⁴. Diferentemente dos meninos, a Escola Primária visava a oferecer às meninas, de maneira quase exclusiva, uma formação educacional básica que as tornassem aptas a gerir um lar e a educar seus filhos de acordo com os princípios ditos civilizados e higiênicos.

Dentre os estabelecimentos de ensino primario de nossa Capital, tem logar de merecido realce o Grupo Escolar “Professora Nhola”, que é, incontestavelmente, um instituto modelar. Dispõe de um corpo docente de comprovada competencia e, sob a proficiente

⁹⁴ Durante toda a década de 1930, no *Correio*, foi noticiada a promoção de atividades beneficentes com o intuito de arrecadar fundos para a Caixa Escolar de auxílio aos alunos e alunas pobres que frequentavam as Escolas Primárias e Secundárias Públicas.

direcção da sra. d. Mariana Péclat Argenta, tem preenchido cabalmente os seus fins, ministrando aos alumnos que o frequentam uma instrucção solida e de accordo com os mais modernos methodos de pedagogia. [...] Annexo ao Grupo, funciona o curso de trabalhos manuaes, que ministra às alumnas o ensino indispensavel ás futuras donas de casa. (*Correio Oficial*, 30/03/1935, p. 4).

A educação secundária das mulheres ficava a cargo da Escola Normal Oficial e da Escola Normal do Colégio Santana. Tais cursos objetivavam o aprimoramento intelectual das futuras esposas e mães das famílias tradicionais vilaboenses e/ou a capacitação de professoras. Com um currículo que abarcava matérias básicas e pedagógicas, enfatizava-se uma formação que não preparava as alunas para um eventual – e ainda raro – ingresso em cursos superiores. No encerramento letivo, era tradicional a exposição de trabalhos manuais. Algumas publicações no *Correio* ressaltavam:

“[...] a perfeição daquelles trabalhos, pois offerecem aos olhos do observador que possua em maior ou menor grau de senso esthetico das producções desse genero, uma prova real de que o pincel da emerita professora é habil e engenhosamente manejado. Ainda mais podemos concluir que suas discipulas alcançaram, no decorrer do anno lectivo, grande progresso da sublime arte de Raphael Sanzio”. (*Correio Oficial*, 04/12/1930, p. 6).

Tais eventos escolares buscavam destacar e tornar público não somente o talento de suas alunas, mas, principalmente, a educação dos sentidos, almejando refinar sensibilidades e sociabilidades por meio da disciplina e do lúdico. Na educação escolar sob os preceitos da Escola Nova e da medicina higiênico-sanitarista, não somente as aptidões artísticas e o intelecto foram transformados em objeto de aprimoramento, mas também o corpo.

O meu prezado amigo Tte. Walfredo Maia, convidou-me, hontem, para assistir a um aula de gymnastica da Escola Normal. Muito embora a minha idade não me permita fazer exercicios, sou ainda um grande admirador dos jogos que desenvolvem o corpo e preparam homens fortes para a luta da vida. Os exercicios de hoje deixaram a melhor impressão no meu espirito e attestaram o enorme esforço que o Tte. Walfredo Maia vem empregando, no sentido de attrahir a attenção das alumnas para que a aula de gymnastica não seja uma grande “xaropada” de “péz para direita”, “mãos para o alto”! e outras cousas capazes de aborrecer. As alumnas treinaram, para a festa do dia 3 de Maio, em homenagem ao querido Interventor Federal, Doutor Pedro Ludovico, um jogo novo em Goyaz – *a bola americana*. Trata-se de uma partida cheia de sensações e que, estou certo, obrigará a assistencia a uma torcida, verdadeiramente formidavel. (*Correio Oficial*, 23/04/1931, p. 8).

Nessa crônica, assinada por Emelcy, o esforço do professor e também militar em “atrair a atenção das alunas para que a aula de ginástica não seja uma grande xaropada”

era ressaltado. Tratava-se não só de convencer as alunas, mas os pais dessas jovens acerca das vantagens para o bem-estar e a saúde das mulheres advindas da atividade física. As restrições e a obrigatória modéstia nas roupas e nos gestos, para os mais moralistas, ainda pontuavam com certa desconfiança as práticas de ginástica feminina, sobretudo em eventos públicos. Conforme Melo (2011, p. 509), o corpo, a partir das necessidades econômicas, das mudanças culturais, perscrutado e avaliado pela ciência, torna-se pouco a pouco, objeto de consumo. Todavia, passa a ser submetido a uma nova ordem disciplinar: na mesma medida em que fica mais exposto e vulnerável, também se torna mais sujeito a novos modelos de comportamento.

Também foi objeto de destaque, nas publicações periódicas do *Correio*, os nomes das jovens que conquistaram os denominados bancos de honra, que eram conferidos bimestralmente às alunas que mais se destacassem nas respectivas matérias do curso normal de ambas as escolas femininas. Nesse viés, as avaliações acerca de algumas alunas e do único aluno da Escola Normal Oficial foram divulgadas na imprensa oficial, com esmiuçados comentários:

Nos boletins das alunas que mais se distinguiram no terceiro bimestre, lançou o dr. diretor os seguintes juízos: 1º ANO – [...] Atila Lobo – Sou satisfeito com esta aluna que, dia a dia, vai conquistando a amizade de seus professores. Parabens pelos quatro bancos de honra. [...]. 2º ANO – [...] Joaquina Santos – Para que uma aluna obtenha oito bancos de honra é essencial muita aplicação aliada a uma belíssima inteligencia. Folgo, pois, de registrar que esta aluna bateu o record dos bancos de honra no 2 ano e o que é mais importante não teve quem se avizinhasse dela nos resultados deste boletim [...]. 3º ANO – [...] Helena Koch – Esta aluna é muito inteligente e tem feito consideravel progresso; mas forçoso é confessar, o resultado acima melhor se ela fosse mais amiga dos livros. Com alguma aplicação mais, ela poderia rivalizar com as duas Lacerdas. Parabens pelos quatro bancos de honra. [...] 4º ANO – João Sampaio – Só posso ter expressões elogiosas para um aluno que, frequentando um estabelecimento cursado por senhoritas, tem tido uma conduta impecavel, e, ao mesmo tempo, feito jús a minha estima pelas belas notas de aplicação e pelos tres bancos de honra conquistados no 3º bimestre. (*Correio Oficial*, 22/09/1931, p. 3).

A visibilidade concedida pelo *Correio* às avaliações discentes e aos eventos e notícias escolares, conferiam prestígio social à elite vilaboense e dividendos políticos ao governo estadual. Segundo Ribeiro (2011, p. 272), com a ascensão ao poder do grupo vinculado a Pedro Ludovico, a educação e a própria Escola Normal, passou a exercer um papel estratégico no cumprimento das exigências colocadas pelo desenvolvimento capitalista e pelo novo projeto político varguista. Frente à intenção proclamada do governo estadual de expandir a educação e a formação de professores para mitigar o analfabetismo, as mulheres ganharam papel de destaque. Como observado no texto

acima citado, apenas um aluno do sexo masculino – dentre as 32 alunas nomeadas – obteve menção no artigo da coluna da Escola Normal. A partir do perfil traçado pelos educadores escolanovistas, bem como dos projetos políticos estaduais e federais, as mulheres vilaboenses construíram novos espaços de atuação na esfera pública, por intermédio da educação e do trabalho no magistério. Sobretudo, suas práticas transgrediram as imagens idealizadas, forjando novas representações do político e da cidadania.

Nas propagandas da imprensa oficial goiana, os anúncios de serviços oferecidos por profissionais liberais, como advogados e médicos, eram exclusivamente masculinos.

DR. CORREIA DE MENEZES – MEDICO – Com 38 annos de pratica, de passagem por esta Capital, acceita chamados. Especialidades: Molestia das Snras. – Vias urinarias – Partos. Clinica Medica em geral. Consultorio: Becco do Seminario n. 4 Sobrado Metran. Das 7 ½ as 10 ½ e do meio dia as 16 horas. Residencia: Hotel Rosa, quarto n. 15. (*Correio Oficial*, 12/04/1931, p. 4).

Na organização do espaço público moderno, as mulheres foram relegadas a funções consideradas como extensões do lar e da maternidade, a exemplo do magistério e da enfermagem; ou então designadas para cargos menos importantes, nas atividades vinculadas à burocracia, como assistentes, secretárias e auxiliares. Na Cidade de Goiás, a formação superior e o exercício das profissões de prestígio, como direito e medicina, ainda se restringiam aos rapazes da elite. Apesar da veemente reprovação masculina, muitas mulheres brasileiras avançaram rumo à formação superior e conquistaram o direito a carreiras profissionais, em uma realidade que buscava restringir tal privilégio aos homens. Os discursos de ridicularização e menosprezo às reivindicações das mulheres, em prol do acesso à profissionalização e ao mercado de trabalho, continuavam sendo fartamente utilizados como instrumentos de desmoralização da causa feminista.

Uma das questões mais debatidas ultimamente no Brasil é a do serviço militar para as mulheres. Fazendo concorrência aos homens nas letras, nos empregos publicos, nas ciencias, entenderam alguns militares que os portões dos quartéis não deviam também ficar fechados para o elemento feminino e já se imaginava organizar um regimento de moça bonitas capazes de vencerem o inimigo só com o prestígio de seus encantos. Seria preciso, porém, que o quartel fosse antes sujeito a um rigoroso exame, matando-se todos os ratos e todas as baratas nele existentes para, desse modo, não ser a vida da caserna perturbada, após o toque de silencio. Felizmente, porém, a idéa fracassou. Felizmente, digo eu, por que o resultado tem sido o peor possivel. Na Baía, durante a Sabinada, o tte. Daniel de Freitas, ministro do Governo rebelde, assim se manifestou sobre a presença das mulheres no exercito: “A experiencia nos tem demonstrado o dano que infalivelmente causa nos acampamentos, [...] em vez de fazerem uma retirada conforme

é de razão, pelo contrario, a praticam por terem de voltar antecipadamente a proteger a retirada das ditas mulheres ao tempo que, por tão abusivo consentimento, fica a causa do Estado exposta a prejuizos; e consequencias funestas, tornando-se por isso a tropa de Venus, em vez de ser de Marte”. (*Correio Oficial*, 17/05/1934, p. 8).

Nesse artigo do cronista Emelcy, a inserção das mulheres na esfera pública foi representada em diferentes localizações de poder. Inicialmente, as mulheres foram caracterizadas como competidoras, sempre a desafiar os “homens nas letras, nos empregos públicos, nas ciências” e, como se não bastasse, ambicionavam também adentrar os “portões do quartel”. A atuação das mulheres em profissões tradicionalmente definidas como masculinas era comumente percebido como uma distorção de direitos, costumes e do caráter intrínseco à “natureza” feminina. No trecho seguinte, o articulista descreveu uma hipotética corporação militar feminina, como um “regimento de moças bonitas”, sempre a valer-se de artimanhas para seduzir e enganar os homens. Uma vez mais, as “evas modernas” povoavam devaneios e corporificavam representações femininas elaboradas por discursos e práticas masculinas. E, por fim, nos trechos a seguir, as mulheres – anteriormente representadas como capazes de vencer o “inimigo só com o prestígio de seus encantos” – são descritas como frágeis e incapazes de lidar com ratos e baratas; quanto mais, com um exército inimigo.

Da década de 1930 até meados do século XX, as mulheres trabalhadoras – que desafiavam os preconceitos e as interdições que envolviam determinados redutos profissionais – conviviam com estereótipos que lhes reputavam um comportamento masculinizado ou promíscuo. No oposto da transgressão, conforme Rago (2009, p. 579), analisar determinados segmentos de trabalhadoras urbanas no Brasil desse período, significava retratar um mundo de opressão e de exploração, em que as mulheres apareciam, na maioria das vezes, como figuras vitimadas e sem nenhuma chance de resistência ou de manifestação de sua individualidade.

Na Cidade de Goiás, as notícias e as crônicas sobre a atuação das mulheres na esfera do trabalho e da política, publicadas no *Correio* durante a segunda metade da década de 1930, resumiram-se a notas e editoriais sobre atividades relativas à esfera educacional. Cabe ressaltar que tal redução ligava-se a um enxugamento que abarcava toda a estrutura do periódico. Em 1935 – sob a direção de Celso Hermínio Teixeira – o *Correio* passou a ser publicado com apenas 4 páginas. No corpo do jornal, havia muitos artigos sobre a questão da transferência da capital e poucas propagandas; na seção *Notas Sociais*, por sua vez, a ausência de crônicas de cotidiano foi marcante. Em 1935, uma

das raras notícias sobre as mulheres referia-se à participação da escritora goiana Maria Paula Fleury de Godoi na Semana Ruralista:

Goiaz, agora tocado pelos ventos do civismo acorda para a campanha mais forte que a sua Historia já registrou, que é a de sua construção economica. [...] A mulher goiana não podia ficar inativa em face desse momento de conquista e realizações. Ela já está em campo, como aquele entusiasmo que sempre manifestou pelas cruzadas que dizem respeito ao progresso e ao desenvolvimento material de sua terra. A primeira voz feminina que se vai levantar a esse respeito é a de d. Maria Paula Fleury de Godoi, que é, como ninguém estranha, uma das figuras culminantes das letras goianas. É ela que costuma assinar seus belos escritos para a imprensa do país com o pseudônimo de Marilda Palinia, que agora se empenha pelo sucesso da campanha ruralista que se faz em seu Estado [...]. A “Voz do Povo” de 20 do corrente traz a grata noticia de que a escritora Marilda Palinia vai tomar parte na Semana Ruralista a se realizar em Goiânia a 20 de janeiro próximo onde, com os recursos de seu talento e da sua cultura, focalizará assuntos ligados á economia do Estado de Goiaz. [...] O gesto da mulher goiana, saindo a campo a pugnar pela causa economica de sua terra, é digno de ser imitado pelo Brasil em fora. (*Correio Oficial*, 07/11/1935, p. 1).

Nesse artigo, o discurso focava-se na entusiasta propaganda dos potenciais econômicos e das belezas naturais do estado, promovida pelo governo Pedro Ludovico. Em tal campanha econômica e política, a mulher goiana – frequentemente vinculada a essas “cruzadas”, inspiradora de exemplo “digno de ser imitado pelo Brasil afora” – é novamente convocada. No texto, os papéis a serem exercidos por essas mulheres, em tal processo de expansão de capitais e mercados, não foram especificados. De forma bastante genérica e idealizada, situam-nas no papel de defensoras do “desenvolvimento material de suas terras”. Os sentimentos cívicos são explorados ao extremo, capitalizados como sustentáculos de legitimação do projeto de modernização e de crescimento da economia regional, assim como de identificação com o discurso nacionalista de Vargas.

Ao longo da década de 1930, inúmeros artigos de divulgação dos projetos econômicos e políticos do Estado – que construíam ou remodelavam representações da *mulher cívica* – foram publicados. De protetora santificada à trabalhadora abnegada – dispostas a quaisquer sacrifícios por seus filhos e pelos filhos da pátria – tais representações femininas, construídas nos discursos políticos e na imprensa masculina, pouco revelavam sobre a atuação das mulheres na esfera pública em papéis de protagonismo. No entanto, em 1936, um artigo do *Correio* noticiou a ascensão das mulheres goianas no mundo do trabalho e da política:

Já nos referimos ha tempos, ao ingresso da mulher goiana na politica. Assim é que, ha anos, vem dirigindo os destinos de um municipio nortegoiano, uma distinta conterranea

nossa, d. Maria Martins, Prefeita de Conceição do Norte. Nas últimas eleições realizadas nos municípios de Palma e de Natividade, nós vimos ser eleita vereadora, neste último, uma mulher, D. Maria da Silva. [...] Agora, por decreto recente, acaba o Governador Pedro Ludovico de nomear a suplente do Juiz Distrital de Goiânia d. América do Sul Roriz. É a mulher goiana na Política. É a mulher goiana na magistratura. E aqueles que se batem contra o ingresso da mulher nos negócios do Estado hão de convir, porem, que si tem ela, como eleitora, direito de escolher os administradores, ou legisladores, também está á altura de exercer funções publicas, por mais espinhosas que sejam estas. (*Correio Oficial*, 28/02/1936).

Esse editorial constitui-se numa das raras publicações – se não a única – encontrada na imprensa oficial a respeito da atuação das mulheres goianas em cargos de prestígio e liderança nesse período. E, também, uma das últimas notícias sobre elas, veiculadas a partir de um contexto vilaboense, pois, em março de 1936, o *Correio* seria transferido para a nova capital – Goiânia. Na última edição do *Correio*, veiculada na Cidade de Goiás, publicou-se uma mensagem de despedidas e homenagens pontuada por palavras de tristeza, de gratidão, de nostalgia; mas, sobretudo, de expectativas. Em um trecho, a questão da transferência da capital e o apoio dado por esse órgão de imprensa a causa mudancista foram assim retomados:

[...] quando se esboçou a vitória dessa causa, que consideramos a causa de Goiaz, tomou o “Correio” a iniciativa, antes de qualquer outro órgão, de trabalhar pela velha e tradicional Vila Boa, reclamando para ela a que julgamos com direito: proteção e apoio no momento em que dela se transfere a séde do Governo de nosso Estado. Infelizmente, não foi compreendida por muitos a atitude deste jornal e o que êle fazia com a intenção de não tripudiar sobre a tradicional cidade, tão digna do carinho de seus filhos, foi encarado, por alguns, como um gesto de desamôr, procurando os que recalçavam ressentimentos e os que alimentavam interesses inconfessaveis desvirtuar a sinceridade dessa atitude. (*Correio Oficial*, [15?]/03/1936, p. 1).

Evidenciava-se, nesse fragmento, uma tentativa desse órgão de imprensa em justificar para a população vilaboense o apoio dado à campanha da transferência. Em meio aos ressentimentos, as disputas políticas e econômicas que marcaram o processo mudancista, o jornal colocava-se como defensor das promessas – nunca cumpridas – de investimento do poder público no desenvolvimento da Cidade de Goiás.

Si, por vezes, nós os que fazemos o “Correio”, fomos causticantes e séveros olhamos agora com um certo pesar o arcabouço vazio desta Casa, onde vai ecoar pela ultima vez, o velho prélo n’uma expressão de despedida ao pôvo de Vila Bôa. Chegada é, porém, a vez de o velho órgão ausentar-se, e para sempre, da velha Goiaz, que, durante tantos e tantos anos seguidos, não se cansou de ouvir a voz atravez de suas colunas. E agora, neste momento, em poucas palavras, mas em palavras feitas todas de emoção, e que diletas filhas de Goiaz lêtra por lêtra vão compor, num silencio religioso, com lagrimas no coração, e apresenta a todos os habitantes desta cidade as suas despedidas. E nesta despedida tanto singela quanto sincera vai toda a expressão filial do mais antigo órgão

que parte para não mais tornar á terra de seu berço. Breve, na nova etapa que êle vai percorrer, fechando os olhos para melhor lembrar, rememorará, certamente, as tradições queridas que aqui ficaram, como num relicario, e que o tempo jamais destruirá. Falando, então, aos corações dos môços, cheio de emoção, narrará, muitas vezes, a historia passada de nossa gente. (*Correio Oficial*, [15?]/03/1936, p. 1).

A história do *Correio* se misturava a história de Goiás e a de sua antiga capital; ao menos era esse o discurso que impregnava as páginas desse periódico. Como imprensa do Estado, as publicações – em consonância com o discurso oficial – repercutiam um posicionamento favorável à construção de Goiânia, a qual era sempre atrelada aos signos da modernidade, do progresso e de um futuro acalentado por ideais promissores. A Cidade de Goiás, por sua vez, era apresentada como “berço” dos valores goianos e das “tradições queridas”; a partir da transferência, foi transformada em lugar e “terra” de memória. O presente e futuro da história de Goiás – conforme esse discurso – passou a ser construído, sentido e vivido sob novos parâmetros, práticas e representações.

Para os goianos, construir uma nova capital representava a possibilidade de romper com o próprio passado e adentrar, vitoriosos, na história de uma nação da qual se viam marginalizados. No Brasil, a construção de cidades-capitais modernas adquiriu o sentido de caminho possível para superar a invisibilidade e a pobreza, alavancar o progresso e, desta forma, ser plenamente reconhecida como região essencial para cumprir o destino de grandeza especulado ao país. (PINTO, 2011, p. 257-258).

A transferência da sede do *Correio*, da Cidade de Goiás para Goiânia, cumpria o papel de reiterar as projeções de modernidade e civilidade almejadas para a nova capital. Nesse rito de passagem – ilustrado pelo artigo de despedida do *Correio*, citado anteriormente – as “diletas filhas de Goiaz” são evocadas, em meio às sensibilidades e o trabalho abnegado de composição na tipografia oficial, realizado “letra por letra”, em um “silêncio religioso, com lágrimas no coração”. Aos homens, mesmo quando reputados como “causticantes e severos”, cabia à tarefa de construir novos rumos para o desenvolvimento do Estado, assim como o de instigar “no coração dos mais moços” a elaboração da “história passada de nossa gente”. A partir de distintas caracterizações dos papéis a serem exercidos por homens e mulheres, salientavam-se as conexões estabelecidas entre as expectativas de futuro e os lugares de memória nesse contexto mudancista. O que não impedia o surgimento de brechas, resistências, conformismos e confrontos nessas relações de poder e gênero.

Como coloca Scott (1995, p. 93), só é possível analisar a história dos processos políticos se se compreende que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, por que não tem nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar definidas, ainda contêm dentro delas expressões alternativas, negadas ou omitidas.

Na década de 1930, a conquista pelas mulheres de novos espaços na esfera da vida pública – no âmbito dos direitos, do trabalho e da instrução – permearam a construção de inéditos protagonismos sociais, econômicos e políticos. Consequentemente, tal arcabouço de garantias, responsabilidades e autonomias conduziram a novos dilemas e releituras, bem com ao acirramento de posições contrárias. Todavia, a partir de então, a condição feminina – “vazia” de definições fixas e deterministas e, simultaneamente, “transbordante” de práticas experienciadas ou incógnitas – passou a ser objeto de distintas reflexões e práticas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto brasileiro pós-revolução de 1930, diferentes expectativas e posicionamentos foram construídos acerca das demandas e reivindicações sociais e trabalhistas, da organização e planejamento do espaço urbano, das estratégias de expansão capitalista. Uma nova forma de se fazer política e de se exercer a cidadania foi sendo implementada, apesar dos sistemas de apadrinhamento político, da exploração do trabalho e da miséria social, das limitações técnicas e estruturais na produção econômica, assim como das resistências culturais e morais ao que se divulgava como o projeto de uma nação higienizada e progressista.

Nesse processo, novos modelos de comportamento, sonhos de consumo, aspirações profissionais e de atuação cidadã eram colocados a homens e mulheres. Nas grandes capitais e nas cidades do interior do país, tais perspectivas políticas, econômicas, sociais e culturais se disseminavam de maneira distinta e peculiar a cada região. A difusão, a resistência e a apropriação desses modelos de modernidade, desenvolvimento e civilidade intercambiavam-se com a tradição, os costumes e os aspectos político-econômicos de cada contexto citadino – como da Cidade de Goiás – com grande intensidade.

Na antiga capital goiana, a política de integração, desenvolvimento e divulgação das riquezas e do potencial do Estado – como divulgado pelo governo de Pedro Ludovico – colocava-se em sintonia com o governo de Getúlio Vargas. Assim como no contexto brasileiro a expansão capitalista no âmbito da produção e do consumo, as políticas higiênico-sanitaristas, a adoção de novos modismos e lazeres, a consolidação de instituições sociais e religiosas conservadoras, a aprovação de uma legislação em prol do bem-estar social e a formação de inéditos mercados de trabalho construíram, paralelamente, novas perspectivas de atuação para homens e mulheres vilaboenses. Eis porque, apreende-se nessa pesquisa, a análise das relações de gênero na Cidade de Goiás passa pela confrontação entre as realidades regional e nacional.

Na década de 1930, muitas histórias foram narradas, construídas e descortinadas no jornal *Correio Oficial*, publicado na Cidade de Goiás. Relatórios administrativos, programas econômicos, editais, atos legislativos e judiciários, que compunham e ordenavam o contexto político do Estado, preencheram suas páginas. Mas não somente.

Por meio do noticiário internacional e nacional, dos artigos de opinião, das crônicas de cotidiano, das notas sociais, das propagandas diversificadas e dos anúncios da programação cultural e religiosa delinear-se práticas e representações que permearam a sociedade vilaboense. Nos discursos proferidos e nas entrelinhas eloquentes, o relato de homens e mulheres que vivenciaram novas experiências, reelaboraram memórias e planejaram o seu futuro.

Em meio a publicações descontínuas, dificuldades técnicas e desafios políticos e econômicos, o *Correio* – sobretudo na seção social – notabilizou discursos que preconizavam valores, saberes e modelos de conduta adequados a homens e mulheres da elite vilaboense. As mulheres – sujeitos de inúmeras idealizações e ordenamentos –, em especial, tornaram-se assunto privilegiado de uma extensa produção da imprensa oficial desse período. Por meio de textos eloquentes, poéticos, mordazes, críticos ou entusiásticos, elaboraram-se representações femininas – produzidas, sobretudo, a partir de discursos masculinos – tendo como ponto de partida os debates e as questões apresentadas naqueles momentos históricos.

Tais representações femininas, identificadas ao longo dessa pesquisa, buscavam reproduzir, ajustar e resignificar diferentes aspectos da atuação das mulheres da elite vilaboense na esfera da vida privada e da vida pública. Tradicionalmente vinculadas ao domínio do privado, essas mulheres eram representadas nas páginas do *Correio* quase sempre associadas ao lar, à maternidade e ao casamento. Na vida doméstica, historicamente coube a elas preservar a disciplina e a organização do lar, assim como a honradez e a integridade da família, no exercício de papéis que as situavam como subordinadas e dependentes da autoridade e da orientação masculina. Os homens, por sua vez, na imprensa, foram representados no papel de provedores econômicos, dedicados ao trabalho e às atividades inerentes à esfera pública. Em oposição a tais discursos, ao longo do século XX, inúmeras mulheres vilaboenses chefiam e sustentaram suas famílias – e quando possível, a formação acadêmica dos seus filhos nos grandes centros – com os rendimentos do seu trabalho.

Os discursos médicos e jurídicos divulgados no *Correio*, que defenderam a atuação feminina dedicada unicamente ao lar, sustentavam também a exclusividade dos

cuidados maternos com a prole. De acordo com essas teses, propalou-se o ideal da família higiênica e civilizada como o núcleo irradiador de uma sociedade produtiva e saudável. Em um misto de heroínas e mártires, couberam às mães – desde então coroadas como rainhas do lar – salvaguardar e orientar os filhos, sob a supervisão dos maridos. Contudo, ao longo da década de 1930, em consonância com as necessidades econômicas do país, os debates sobre as demandas das mulheres – sobretudo acerca da sua atuação na esfera pública – difundiram-se na imprensa por meio de artigos polêmicos. A legitimação das mulheres no mundo do trabalho e da política veio a somar-se às responsabilidades no ambiente doméstico e pela formação dos filhos. A realidade de duplas ou triplas jornadas de trabalho das mulheres – divididas e pressionadas pelo eterno dilema entre a profissão e a família – tornou-se alvo de crítica apenas ao findar do século XX.

No casamento, de acordo com as representações divulgadas nas crônicas e nos artigos do *Correio*, competiu às mulheres cultivar a harmonia doméstica, a honra familiar – sustentada pela fidelidade feminina – e as aparências de felicidade conjugal e sucesso financeiro do marido. O desquite ou a solteirice foram vistos como sinal de fracasso e causa de amarguras. A viuvez feminina – ao contrário da solteirice ou da viuvez masculina – marcava o início de um período de limitações na vida afetiva, sexual e social dessas mulheres; nessas circunstâncias, restringidas quase exclusivamente ao convívio familiar e às atividades religiosas e caritativas. Contudo, a atuação de inúmeras mulheres vilaboenses em posições de liderança e prestígio – nas atividades culturais do Gabinete Literário, nas práticas feministas junto à Federação Goiana para o Progresso Feminino – FGPF, na organização de eventos culturais e na educação e no aconselhamento político de familiares – contradizem tais representações de exclusão social e abandono. Mesmo com a existência dessas distinções de gênero, muitas mulheres transgrediram e se apropriaram dos sentidos atribuídos a certos modelos de conduta feminina, transformando-os em instrumentos de poder.

Ainda a respeito do casamento, os debates da assembleia constituinte sobre a aprovação do divórcio, repercutiram em polêmicas acirradas no cotidiano vilaboense. Nas páginas do *Correio*, os artigos do dominicano Frei Gonçalo assinalaram o posicionamento da Igreja contra tal mudança legislativa. Mesmo com a reprovação desse projeto constituinte, a difusão dos debates em torno do tema do divórcio, no contexto da capital goiana, revelou as fissuras e resistências no âmbito dos costumes de moral rígida e dos valores tradicionais. Tal fato foi demonstrado em vários artigos e

notas sobre as ardorosas discussões públicas entre os representantes das instituições políticas, sociais e religiosas tradicionais e os partidários da considerada ala esquerda e progressista da política e da intelectualidade vilaboense.

A sexualidade de homens e mulheres – preconizada pela moral cristã como exclusivamente para fins reprodutivos e restringida ao âmbito do matrimônio – também se tornou objeto de duelos doutrinários entre a Igreja e a medicina higiênico-sanitarista, publicados no *Correio*. Na imprensa, os artigos do médico carioca José de Albuquerque, em defesa da educação sexual, foram veementemente combatidos pelo Frei Gonçalo. De teor pedagógico, os textos sobre a educação sexual reafirmaram, de maneira contundente, as distinções entre a sexualidade feminina – restrita à maternidade – e a masculina – definida como uma necessidade física e psicológica, embora a ser higienizada e disciplinada.

Em conformidade com as políticas públicas da medicina sanitarista, igualmente noticiadas no *Correio*, os artigos de educação sexual preconizaram a intervenção do saber médico na família. Embora ressaltasse – a homens, mulheres e crianças – a importância do acesso à higiene, à profilaxia e à medicação, o discurso médico higienista negava, contudo, a libido e as práticas sexuais exercidas fora do casamento monogâmico. Nesse processo, as mulheres foram convocadas a difundir e disciplinar as práticas higiênicas no âmbito familiar, o que lhes conferiu novas possibilidades de atuação e prestígio em espaços de poder na esfera privada. Todavia, tais papéis reafirmavam, uma vez mais, por outro lado, o espaço privado como feminino e o espaço público como masculino.

Na esfera dos costumes, tornaram-se notícia na seção social do *Correio*, os modismos e os comportamentos sociais das “evas modernas”, vistos como excêntricos e indecorosos. Conforme a análise das crônicas do *Correio* sobre as “misses modernas”, percebe-se que tais posturas e atitudes transgressoras – embora ainda constrangidas por uma moral austera e opressora – expressavam resistência à normatização das condutas femininas tradicionais, assim como angariavam novos lugares de poder. As revistas, o cinema e as propagandas foram largamente utilizados na difusão desses novos padrões de comportamento e de consumo capitalista, que vendiam glamour, bem-estar e beleza, mais do que roupas, remédios, vitrolas e potes de cosméticos.

Embora a maioria das críticas masculinas recaísse sobre as mulheres que adotassem tais modismos, os homens intitulados como “almofadinhas”, também se tornaram objeto de escárnio e objeções em tais crônicas. Na construção de inéditos

lugares de participação e autonomia social, corpos modelados e embelezados – tendo como referência o luxo e a sedução hollywoodiana – constituíram-se em novas fontes de prazer, desejo, insegurança, identificação e autoreconhecimento.

Nas páginas da imprensa oficial goiana também foi divulgada uma extensa programação das atividades sociais, culturais e religiosas vilaboenses. Na programação religiosa promovida nas Igrejas e nas atividades do Centro Intelectual Católico, a participação das mulheres foi fartamente registrada pela imprensa. Contudo, nesses eventos religiosos, as distinções hierarquizadas entre os gêneros revelaram-se de maneira evidente, em consonância com o discurso da Ação Católica – de rigorosa normatização moral sobre as mulheres –, assim como na exclusividade aos homens de participação em determinadas palestras – ministradas pelo Frei Gonçalo.

Nas festividades cívicas e escolares, nas atividades esportivas, nas celebrações carnavalescas e nos eventos literários, musicais e teatrais, a participação das mulheres na atuação artística, na organização e na direção de tais programações – não apenas como um elemento embelezador, como apontado em alguns artigos da imprensa – foi amplamente noticiada. Por meio do cinema, novas ocasiões de sociabilidade e lazer foram oportunizadas, sobretudo aos jovens da elite vilaboense. O fascínio das imagens e, posteriormente, do cinema sonoro, as banda de música e as condições das estruturas urbanas mobilizaram críticas e elogios dos articulistas do *Correio*, descortinando inéditos olhares na construção de modelos de diversão e civilidade.

A luta das mulheres a favor do voto feminino, da emancipação econômica, da legislação trabalhista, do amparo à maternidade e do direito à instrução secundária e superior, foi igualmente notícia no *Correio*. Inicialmente, a participação política das mulheres foi motivo de ironias e sarcasmos. Nesses artigos, a localização das mulheres na esfera privada seria, uma vez mais, enaltecida e sacralizada. Assim como nos discursos de oposição ao trabalho das mulheres na esfera pública, as crônicas contra o voto feminino ressaltavam a responsabilidade exclusiva das mulheres para com a educação e a formação de uma prole saudável e instruída. Posteriormente, com a ratificação do sufrágio universal, pela Constituição de 1934, as publicações do *Correio* sobre a participação das mulheres na política adotaram uma perspectiva de valorização – por meio de um discurso atravessado por adjetivos que rimavam com altruísmo, abnegação e honradez – das mães dos filhos da pátria.

A educação das mulheres foi também objeto de inúmeros artigos no *Correio*. Como se pôde verificar, a educação preconizada a elas era aquela oferecida pelos cursos

normais, direcionada a formar mães esclarecidas e capazes de melhor educar seus filhos. Ou então, de constituir o novo filão de jovens professoras, instruídas sob a perspectiva escolanovista, com a missão de educar crianças, mas, sobretudo, de incutir-lhes os princípios do asseio, da disciplina e da moralidade. O trabalho feminino, por seu turno, ao longo da década de 1930, inicialmente, foi objeto de críticas e, posteriormente, de aclamações nas publicações da imprensa oficial. Cumpre destacar que as atividades laborais consideradas adequadas às mulheres eram aquelas que se assemelhavam às funções exercidas no âmbito doméstico. Artigos elogiosos foram escritos na inauguração de escolas de costura; mas absolutamente mordazes quando trataram da possibilidade de atuação das mulheres em redutos masculinos, como no exército. Em 1936, textos enaltecendo a participação feminina em cargos políticos e jurídicos foram publicados no *Correio*, cujos discursos ratificavam mudanças na percepção da atuação pública das mulheres, paralelamente às necessidades de mão de obra inerentes ao desenvolvimento da economia capitalista do país.

Ao longo da década de 1930, várias conquistas das mulheres na esfera pública foram registradas nas páginas do *Correio Oficial*. Outras tantas, na esfera privada, se revelaram como o prefácio inspirador das mobilizações feministas que se desenvolveram e se intensificaram ao longo do século XX. Coube a algumas mulheres, por meio de textos publicados no *Correio*, a apropriação de práticas inéditas e a construção de novos espaços de ação por meio de respostas à provocação de cronistas, de artigos ardorosos sobre a educação, de convites à participação e à adesão de outras mulheres à causa feminista da FGPF, além de textos de caráter poético sobre a condição das mulheres. Por sua vez, coube aos articulistas do *Correio*, em sua maioria homens – em sintonia com o contexto e o imaginário social no qual estavam inseridos – edificar e alardear diferentes representações da e para a mulher vilaboense, o que não impediu a emergência de transgressões e resistências por parte das chamadas “evas modernas”.

Entre o sagrado e o profano, a empiria e a ciência foram construídas inéditas ou atualizadas representações sobre as mulheres vilaboenses, mediante olhares confessionais, irônicos, temerosos, entusiásticos ou corajosos de inúmeros homens – e também de algumas mulheres – da Cidade de Goiás.

FONTES IMPRESSAS

CORREIO OFICIAL

A CIDADE. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 26/01/1934. p. 8.

A GRANDE TARDE ESPORTIVA DE HOJE EM QUE TOMARÁ PARTE A MAIORIA DOS “PLAYERS” QUE IRÃO JOGAR EM ARAGUARY. Notas esportivas. *Correio Oficial*. Goiaz, 30/09/1934. p. 8.

A MULHER GOIANA NA MAGISTRATURA. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/02/1936. p. 1.

A MULHER MODERNA E A SUA EDUCAÇÃO. *Correio Oficial*. Goiaz, 30/10/1934. p. 3.

A RESPOSTA DO FEIO. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 16/12/1933, p. 8.

A VENDA NA REPARTIÇÃO DO “CORREIO OFICIAL”. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/05/1930. p. 7.

A.C. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 22/11/1933. p. 8.

A.C. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/11/1933. p. 8.

ALBUQUERQUE, José de. A voz do sexo. *Correio Oficial*. Goiaz, 27/05/1934. p. 2.

ALBUQUERQUE, José de. Consequências da falta de educação sexual. *Correio Oficial*. Goiaz, 08/03/1934. p. 2.

ALBUQUERQUE, José de. Perigos Sexuaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/10/1934. p. 2-3.

ALBUQUERQUE, José de. Sexualidade não é imoralidade. *Correio Oficial*. Goiaz, 29/04/1934. p. 2.

ALEXANDRA. Sofrer. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 14/03/1934. p. 8.

ALVARUS. Cinema Sonoro. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/01/1934. p. 8.

ANDAMIR. Boa vida. Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 29/12/1931. p. [ilegível].

AOS HOMENS DE GOYAZ. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/04/1935, p. 4.

AROE. A vingança da feia. *Correio Oficial*. Goiaz, 1º/12/1933. p. 8.

ARTIAGA, Getulino. Educação sensorial. Educação física. *Correio Oficial*. Goiaz, 25/02/1934. p. 4.

AS DESPEDIDAS DO “CORREIO”. *Correio Oficial*, [15?]/03/1936. p. 1.

AUGUETE. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/04/1934. p. 8.

BAILES CARNAVALESCOS. *Correio Oficial*. Goiaz, 21/02/1936. p. 4.

BAZAR DOS BRINDES. *Correio Oficial*. Goiaz, 09/01/1934. p. 8.

BONS MESTRES. *Correio Oficial*. Goiaz, 06/05/1930. p. 10.

CAMPANHA PELA EDUCAÇÃO E PROFISSÃO DA MOÇA NO BRASIL. *Correio Oficial*. Goiaz, 20/06/1934. p. 1.

CAMPOS, Wagner Estelita. Livrae-nos, Senhor. A pedidos. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/02/1933. p. 8.

CARNAVAL! SERPENTINA- CONFETI- LANÇA-PERFUME “RODO E RIGOLETO”. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/02/1933. p. 4.

CARNAVAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/02/1932. p. 8.

CARNAVAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/02/1933. p. 4.

CARNAVAL. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 21/02/1936. p. 4.

CARTA AO VOVÔ. Notas sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/09/1934. p. 4.

CEREMONIA NA CATHEDRAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/02/1931. p. 4.

CINEMA GOIANO. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/03/1932. p. 8.

CINE-TEATRO GOIANO. *Correio Oficial*. Goiaz, 29/09/1935. p. 4.

CÍRCULO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO SEXUAL. *Correio Oficial*, Goiaz, 20/12/1933. p. 8.

COLUNA DA ESCOLA NORMAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 22/09/1931. p.3-4.

CONFEITARIA E BAR DA LAPA. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/02/1931. p. 7.

CONGRESSO DAS MUNICIPALIDADES GOIANAS. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/01/1933. p. 10-11.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 09/10/1934. p. 3.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/04/1933. p. 7.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 22/02/1930. p. 7.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/11/1934. p. 4.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 25/11/1933. p. 8.

CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 31/01/1934. p. 8.

CORREIO OFICIAL. Seu aniversário. *Correio Oficial*. Goiaz, 13/05/1930. p. 7.

D. Imprensa Goyana: “O Lar”. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/07/1931. p. 7.

D.J. Metamorphose Voronoffiana. Coisas novas. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/07/1931. p. 6.

D’ORSAY, Fifi. Fala de Eva. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 19/04/1931. p. 2.

DE MACEDO JUNIOR. A mulher e sua sujeição economica. *Correio Oficial*. Goiaz, 11/03/1934. p. 2.

DEMARDOCENEO JUNIOR. Feminismo. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 02/04/1931. p. 4.

DEMARDOCENEO JUNIOR. Sedas e chitas. *Correio Oficial*. Goiaz, 21/03/1931. p. 7.

DINHEIRO PERDIDO. *Correio Oficial*. Goiaz, 19/12/1935. p. 4.

DIRETORIA DO SERVIÇO SANITÁRIO. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/11/1933. p. 6.

DOMINGO DE RAMOS. Secção religiosa. *Correio Oficial*. Goiaz, 22/03/1934. p. 8.

DR. CORREIA DE MENEZES. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/04/1931. p. 4.

EMELCY. As mulheres no Exercito. Coisas velhas. *Correio Oficial*, 17/05/1934. p. 8.

EMELCY. Com a saúde pública. Coisas Velhas. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/02/1932. p. 8.

EMELCY. Os dominicanos. Coisas Velhas. *Correio Oficial*. Goiaz, 03/10/1931. p. 8.

EMELCY. Um cine-teatro. Coisas novas. *Correio Oficial*. Goiaz, 30/06/1932. p. 8.

EMELCY. Um trocadilho histórico. Coisas velhas. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/04/1931. p. 1.

EMELCY. Uma aula de gymnastica na Escola Normal. Sports. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/04/1931. p. 8.

EMELCY. Uma grande campanha. Coisas Velhas. *Correio Oficial*. Goiaz, 13/02/1932. p. 8.

ESCOLA PROFISSIONAL “S. RITA”. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/07/1935. p. 4.

EXERCÍCIO DE 1930. Lançamento dos impostos de indústrias e profissões, licença para expor fumo a venda, alambiques e automóveis, organizados pela Secretaria de Finanças do Estado de Goiás. *Correio Oficial*. Goiaz, 11/02/193. p. 4.

EXPOSIÇÃO NO CAFE ELITE. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/12/1930. p. 6.

FEDERAÇÃO GOYANA PELO PROGRESSO FEMININO. A Pedido. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/06/1931. p. 8.

FESTA DA PRIMAVERA. *Correio Oficial*. Goiaz, 30/09/1934. p. 8.

FESTAS JOANINAS. *Correio Oficial*. Goiaz, 13/06/1935. p. 1.

FESTIVAL ARTISTICO LUCILIA BRITTO. Artes e Diversões. *Correio Oficial*. Goiaz, 01/07/1931. p. 6.

GABINETE L. GOYANO. *Correio Oficial*. Goiaz, 20/05/1930. p. 1.

GOYAZ DE PARABÉNS. *Correio Oficial*. Goiaz, 06/02/1930. p. 8.

GUIMARÃES, Goyany. Escolha de profissão. *Correio Oficial*. Goiaz, 1º/12/1934. p. 4.

HIRSCH, Lina. Ainda o feminismo. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/12/1934. p.1, 8.

HOJE NO CINE-GOIANO. *Correio Oficial*. Goiaz, 09/01/1934. p. 5.

IAMERÔ. A Cidade. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/01/1934. p. 8.

IAMERÔ. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/02/1934. p. 8.

INSTRUÇÃO FISICA. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/08/1934. p. 12.

JESUS, Maria Melania de. Missão da professora. *Correio Oficial*. Goiaz, 06/05/1930. p. 7-8.

JICÊO. C’Est fini. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 29/03/1931. p. 8.

JICÊO. Essa dona Xanxa. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/03/1931. p. 6.

JICÊO. Passadismo e modernismo. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/04/1931. p. 1.

JUJUCA. Atendendo. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 14/08/1934. p. 8.

JULIANO, Domingos. Suffragismo e gynecocracia. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/04/1931. p. 4.

JUSTUS. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 05/01/1934. p. 8.

JUSTUS. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/03/1934. p. 12.

LEÃO, Frei Gonçalo Carneiro. A meus jovens patrícios: para vós estas linhas. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/06/1931. p. 7.

LEÃO, Frei Gonçalo Carneiro. Educação sexual. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/02/1934. p. 2.

LEÃO, Frei Gonçalo Carneiro. Indissolubilidade ou divórcio? *Correio Oficial*. Goiaz, 06/05/1934. p. 1, 8.

LEÃO, Frei Gonçalo Carneiro. Problemas e soluções – A constituinte. Secção religiosa. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/06/1934. p. 2.

LEÃO, Frei Gonçalo Carneiro. Salário familiar. Princípios de Sociologia. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/10/1934. p. 1.

LIBERIO, Tito. A mulher goiana e a campanha economica do seu Estado. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/11/1935. p. 1.

MAGALHÃES, José Marinho de. Notas da Semana. *Correio Oficial*. Goiaz, 21/04/1934. p. 2.

MAIS UMA SESSÃO DO CENTRO INTELECTUAL CATOLICO. *Correio Oficial*. Goiaz, 09/02/1934. p. 8.

MATRICULA NA ESCOLA DE ENFERMEIRAS ANNA NERY. *Correio Oficial*. Goiaz, 05/07/1934. p. 8.

MODISTA. *Correio Oficial*. Goiaz, 08/02/1930. p. 6.

MOI. Retalhos. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/04/1934. p. 8.

MUSICAS DE GOYAZ. *Correio Oficial*. Goiaz, 14/12/1934. p. 8.

NASCIMENTO, Euclides do. Ambulatorio de moléstias venereo-sifiliticas. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/06/1933. p. 8.

NATTO, G. Agora é tarde. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/11/1934. p. 8.

NATTO, G. Convenções. *Correio Oficial*. Goiaz, 02/12/1934. p. 8.

NATTO, G. Notas Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 14/09/1934. p. 4.

NEGOCIO OPORTUNO. Secção noticiosa. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/12/1931. p. 33.

NO CINE-PROGRESSO EM 2 SESSÕES: DEUS DO MAR. *Correio Oficial*. Goiaz, 18/05/1934. p. 4.

NOTA. *Correio Oficial*. Goiaz, 8/03/1930. p. 8.

NOTAS CARNAVALESCAS. *Correio Oficial*. Goiaz, 11/02/1934. p. 15.

NOTAS SOCIAIS. *Correio Oficial*. Goiaz, 06/12/1933. p. 8.

NOTAS SOCIAIS. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/12/1933. p. 4.

O BAILE DE HOJE, NO GOIANO. *Correio Oficial*. Goiaz, 22/02/1936. p. 4.

O CASAMENTO DE NHANHÃ. *Correio Oficial*. Goiaz, 07/04/1932. p. 8.

O CINEMA FALADO, PELA PRIMEIRA VEZ, NESTA CAPITAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 24/12/1933. p. 4.

OBSERVANDO. Secção Religiosa. *Correio Oficial*. Goiaz, 29/04/1934. p. 2.

OCURENCIAS POLICIAIS. *Correio Oficial*. Goiaz, 15/04/1934. p. 12.

PADARIA GOYANA. *Correio Oficial*. Goiaz, 27/02/1930. p. 6.

PELO ENSINO. *Correio Oficial*. Goiaz, 30/03/1935. p. 4.

PUBLICAÇÃO DIÁRIA. *Correio Oficial*. Goiaz, 15/11/1930. p. 7.

RISCOS PARA BORDADOS. *Correio Oficial*. Goiaz, 17/12/1930. p. 5.

ROMERO, Claudio. A “moda” no barulho. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 28/03/1931. p. 6.

ROMERO, Claudio. Chronicas. *Correio Oficial*. Goiaz, 12/04/1931. p. 4.

ROMERO, Claudio. Curiosidades. Sociaes. *Correio Oficial*. Goiaz, 20/04/1931. p. 4.

SALÃO S. THOMAZ DE AQUINO, NO CONVENTO DOS DOMINICANOS. *Correio Oficial*. Goiaz, 11/04/1932. p. 8.

SALÃO S. TOMAZ – DOMINICANOS. *Correio Oficial*. Goiaz, 10/06/1933. p. 8.

SANTA MANOELINA ESTAVA ENGANANDO O POVO? *Correio Oficial*. Goiaz, 27/06/1931. p. 7.

SECÇÃO DE OBRAS DO CORREIO OFICIAL. *Correio Oficial*. Goiaz, 15/11/1930. p. 8.

SENHORITA NOEMA. *Correio Oficial*. Goiaz, 11/12/1930. p. 4.

SESSÃO SOLENE NA SÊDE DO CENTRO INTELECTUAL CATOLICO SALÃO “S. TOMÁS”. *Correio Oficial*. Goiaz, 04/08/1934, p. 7.

SETE DE SETEMBRO. *Correio Oficial*. Goiaz, 09/09/1934. p. 1.

SUCO!!! *Correio Oficial*. Goiaz, 24/12/1931. p. 33.

TÃOSÃO. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 23/01/1934. p. 8.

TÃOZINHO. Fazendo crochet. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 02/12/1933. p. [ilegível].

TONÔ. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 15/12/1933. p. 8.

TYPOGRAPHIA E PAPELARIA “PROGREDIOR”. *Correio Oficial*. Goiaz, 19/04/1931. p. 2.

VERDADE. *Correio Oficial*. Goiaz, 05/08/1933. p. 8.

VITIMAS DO DIVORCIO. *Correio Oficial*. Goiaz, 05/10/1935. p. [ilegível].

WANUSA. Ironias. Notas Sociais. *Correio Oficial*. Goiaz, 1º/04/1934. p. 12.

Z. Horas Marianas. *Correio Oficial*. Goiaz, 27/09/1935. p. 4.

REFERÊNCIAS

- AGI - Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Orgs.). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 117-139.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. Fronteira e cultura política nacional: a revolução de 1930 em Goiás. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 17, n. 9/10, p. 821-838, set./out. 2007.
- AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: CEDHAL; CEHILA; Loyola, 1993. p. 101-134.
- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-64*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 381-416. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4)
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 272-326. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4)
- BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 1997.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormientes: estudo sobre a Estrada de Ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- BORGES, Venerando de Freitas. Depoimentos. In: AGI - Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980. p. 335.
- BUITONI, Dulcília. *A Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: representações de mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA, Jaime. *Nos tempos de Frei Germano*. Goiânia: Ed. O Popular, 1973.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

- CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.
- CARRARA, Sérgio Luis; RUSSO, Jane Araújo. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 273-290, maio/ago. 2002.
- CARVALHO, Maria Meire de; SANT'ANNA, Thiago. Ações culturais e políticas feministas: a "Federação Goiana pelo Progresso Feminino" – um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em Goiás (séc. XIX-XX). *Temporis[ação]*, Unidade Universitária Cora Coralina, revista eletrônica, v. 1, n. 9, p. 190-202, 2007. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/viewFile/25/40/> Acesso em: 24 set. 2012.
- CARVALHO, Maria Meire de; SANT'ANNA, Thiago. O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, n. 20, p. 103-113, 2009.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (Org.). *Mulheres em narrativas, Goiás século XIX*. Vol. 1. Goiânia: Kelps; Ed. PUC-GO, 2011.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 37-47, 1995.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), p. 173-191, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG; Ed. UCG, 1997.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Vol. 1. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 103-130.
- COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo. *Cadernos Pagu*, v. 19, p. 59-90, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos temáticos e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro, século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1996.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-240.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB -GO: 1936 -1948*. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1984.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Unesp, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/493.aspx>. Acesso em: 9 out. 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83-102.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 401-426. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 2)

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: “http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf” Acesso em: 21 de set. 2008.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Goiânia: locus privilegiado da saúde. In: _____. (Org.) *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

Poder e paixão: a saga dos Caiado. Vol. 1. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

GALVÃO, Maria Rita; SOUZA, Carlos Roberto. Cinema Brasileiro: 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 463-500. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4)

GALVÃO, Patrícia. *Parque industrial*. São Paulo: Alternativa, 1933.

GODOY, Claro Augusto de. Depoimentos. In: AGI - Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 7-75. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 3)

GOMIDE, Cristina Helou. Cidade de Goiás: da ideia de preservação à valorização do patrimônio – a construção da imagem de cidade histórica (1930-1978). In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio (Orgs.). *A cidade dos sonhos: desenvolvimento urbano e Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2004. p. 101-136.

HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz, RS: Edunisc, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. *De minhoca a beija-flor a participação feminina na política do sudoeste goiano (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2009.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência. *Currículo sem Fronteiras*, v. 8, n. 2, p. 148-164, jul/dez 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 443-480.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *República: da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421. (História da Vida Privada no Brasil; v. 3)

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003. p. 107-127.

_____. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 67-75, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126-147.

MATOS, Maria Izilda Santos de; MORAES, Mirtes. Imagens e Ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 23-37, jan./jun. 2007.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Victor Andrade de. O corpo esportivo nas searas tupiniquins – panorama histórico. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 507- 529.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. Programa de mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 148-168.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 321-342. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 2)

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44. (O Brasil republicano; v. 1).

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, v. 8 n. 2, p. 9-41, 2000.

OLIVEIRA, Alírio Afonso. Depoimento. In: AGI - Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980. p. 96-97.

PALACÍN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás. O padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Cegraf/UFG; São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Cerne, 1986.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*:

do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011. p. 13-37. (O Brasil republicano, v. 2)

PARENTE, Temis Gomes. *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX*. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994a.

_____. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, n. 2, p. 35-44, 1994b.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, Unesp, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pensar com o sentimento, sentir com a mente – Bienal de Veneza, 2007: 52º Exposição de Arte. In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA, Rosangela (Orgs.). *Olhares sobre a História: Culturas – Sensibilidades – Sociabilidades*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 19-26.

PINA FILHO, Braz Wilson Pompêo de. *Goiás: História da Imprensa*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1971.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 135-178. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 2)

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-512.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Caminhos cruzados: a cidade e a escola na história da educação em Goiás na primeira república. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Estudos de História da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: PUC-GO, 2011. p. 239-261.

POSSAS, Lúcia M. V. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 194-217.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. *O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na Província de Goyaz, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Goiânia, 2009.

_____. O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na Província de Goyaz, século XIX. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Estudos de História da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: PUC-GO, 2011. p. 57-80.

PUGA, Vera Lúcia. Casar e separar: dilema social histórico. *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis, n. 17, p. 157-172, 2007.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RABELO, Danilo. *A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)*. Goiânia: UFG, 2010.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998a.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998b. p. 21-41.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 578-606.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. A história ensinada em Goiás: algumas considerações. In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.). *Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 263-289.

_____. Memória família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In: CHAUL, Nasr Fayad (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG; Kelps, 1998. p. 209-329.

RIBEIRO, Rafaella Sudário. *Fora da vida: as mulheres da família Fleury (1896-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2008.

RODRIGUES, Anderson de Brito; ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. Dos princípios da psicologia à psicologia da escola nova nos currículos e nas reformas escolares em Goiás (1884-1930). In: BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. *Estudos de História da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: PUC-GO, 2011. p. 189-204.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: UFG, 1982.

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura, 1974.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 283-312.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre Bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 105-125.

SANT'ANNA, Thiago. *Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827-1889)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2010.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres Goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2005.

SANTANA, Luciana. Dois periódicos e três possibilidades de leituras: mulher romântica, mulher atuante, mulher poeta. In: FERREIRA, Silvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM-FFCH-UFA, 2002, p. 99-114.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.

SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. [Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. p. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: *Educação & Realidade*, v. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (*Les Cahiers du Grif*, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro.]

SILVA, Ana Lucia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Cânone, 2005.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas. Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: UCG, 2006.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: UCG, 2009.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Amor, casamento, desquite e sangue: caminhos da conjugalidade no Brasil através das páginas da *Revista Feminina*. In: XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, 2012, São Gonçalo. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. São Gonçalo: FFP/UERG, 2012. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338402486_ARQUIVO_ANPUH-RJTrabalhoCompleto.pdf. Acesso em: 24 set. 2012.

_____. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: o Código civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2009.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 77-87, 1998.

_____. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997a. p. 275-296.

_____. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997b. p. 95-114.

_____. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudo de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 191-207, 2008.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo, 2009. p. 363-400.

_____. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Vol. 1. Florianópolis: Mulheres, 2006.

_____. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 287-321. (O Brasil republicano, v. 2)

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História* [on line], v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TELES, José Mendonça. A imprensa goiana: síntese histórica. In: AGI - Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa goiana, depoimentos para a sua história*. Goiânia: Cerne, 1980. p. 43-88.

_____. *A imprensa matutina*. Goiânia: Cerne, 1989.

VASCONCELLOS, Gilberto. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 502-523. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4)

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 460-483, 2/2001.